

MENSAGEM

À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2017



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

TITULARES DO PODER EXECUTIVO

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

MARIA APARECIDA BORGHETTI

Vice-Governadora do Estado

VALDIR ROSSONI

Secretário Chefe da Casa Civil

ELIO DE OLIVEIRA MANOEL

Secretário Chefe da Casa Militar

PAULO SERGIO ROSSO

Procurador Geral do Estado

CARLOS EDUARDO DE MOURA

Controlador Geral do Estado

JURACI BARBOSA SOBRINHO

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

MAURO RICARDO MACHADO COSTA

Secretário de Estado da Fazenda

DEONILSON ROLDO

Secretário de Estado da Comunicação Social

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

JOÃO CARLOS GOMES

Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

JOÃO LUIZ FIANI DE ASSIS BAPTISTA

Secretário de Estado da Cultura

ANA SERES TRENTO COMIN

Secretária de Estado da Educação

JOÃO DOUGLAS FABRICIO

Secretário de Estado do Esporte e do Turismo

JOÃO CARLOS ORTEGA

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHA

Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

JOSÉ RICHA FILHO

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JUNIOR

Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos

ANTONIO CARLOS BONETTI

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MICHELE CAPUTO NETO

Secretário de Estado da Saúde

WAGNER MESQUITA DE OLIVEIRA

Secretário de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária

EDGAR BUENO

Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

DEONILSON ROLDO

Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador

EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES

Secretário Especial do Cerimonial e Relações Internacionais

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

2017 marcou o fim da severa recessão que abalou o País por três anos, e o reaquecimento da atividade econômica favoreceu a elevação, de forma consistente, dos investimentos estaduais. Esse reaquecimento foi ainda bastante tímido, mas beneficiou-se amplamente da forte queda dos índices de inflação, consequência da safra nacional recorde, para a qual o Paraná deu contribuição fundamental.

Devido às medidas de ajuste adotadas em 2014 e 2015, o Paraná foi um dos entes federados menos afetados pela longa crise – não houve aqui atraso no pagamento de salários do funcionalismo e de dívidas públicas, observado em vários estados brasileiros.

Mas os efeitos da recessão – especialmente a redução dos investimentos privados e a generalizada queda das receitas públicas – também prejudicaram gravemente as finanças estaduais neste longo período, e nem haveria como ser diferente.

Felizmente, a nossa expectativa, hoje, é de que a crise ficou para trás, o País vai retomar o crescimento econômico – quiçá em bases mais sustentáveis - e o Estado do Paraná está numa situação fiscal privilegiada com todas as condições de elevar a sua capacidade de investimento em 2018 e nos próximos anos.

A prioridade ao social

Gostaria de iniciar esta breve prestação de contas – escrupulosamente detalhada nas páginas seguintes, com informações meticulosas de cada setor do governo – abordando a área social, prioridade da nossa gestão, aqui compreendida na plenitude da sua acepção, ao incluir proteção social, educação, saúde, habitação e saneamento.

O Família Paranaense consolidou-se em 2017 como o nosso mais importante programa de transferência de renda, estabelecendo uma rede integrada de proteção às famílias por meio de ações articuladas pelos vários órgãos de governo, a fim de garantir a elas o acesso a seus direitos.

Hoje o Família Paranaense está presente em 378 municípios e um de seus subprogramas, o Renda Família Paranaense, contempla 157 mil famílias carentes de todas as regiões do Estado. Dezenas de milhares de famílias também são beneficiárias de outros programas sociais, como o Luz Fraterna, o Renda Agricultor Familiar, o projeto Caixa D'Água e as ações de regularização fundiária – uma ampla rede de proteção social tecida

com a participação de várias secretarias de Estado e de empresas estaduais, como a Copel, a Sanepar e a Cohapar.

Primeiro estado do País a elaborar o seu Plano Decenal de Assistência Social, aprovado em 2017 em conferência estadual que teve a participação de 600 gestores, profissionais e conselheiros do setor, o Paraná aprimora a gestão de seu Sistema Único de Assistência Social em estreita parceria com os municípios e com o governo federal.

Planejamento, capacitação profissional e monitoramento das ações em execução norteiam todo o nosso trabalho, cujos resultados são reconhecidos no governo federal e em instituições privadas.

As ações da saúde, por sua vez, foram balizadas a partir de seu Mapa Estratégico e pelas Diretrizes do Plano Estadual de Saúde do Paraná 2016-2019. A atenção à saúde materno-infantil se intensificou com o fortalecimento da Rede Mãe Paranaense, através de apoio técnico e financeiro aos municípios, na forma de recursos para a construção, reforma e ampliação de unidades de saúde e na contratualização de 98 hospitais que são referência em suas áreas de atuação.

Como consequência, superamos as metas fixadas para o número de consultas médicas a gestantes e, mais importante, continuamos avançando na redução dos coeficientes de mortalidade materna e infantil, cujos indicadores vêm caindo consistentemente.

A Rede Paraná Urgência se fortaleceu com a expansão do programa Hospsus, agora já na sua fase III, contemplando hospitais públicos sem fins lucrativos e hospitais filantrópicos com até 50 leitos. Ampliamos a oferta de leitos e de UTIs, assim como Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e o resgate aeromédico. Isso levou à redução das taxas de mortalidade por causas externas e doenças cardiovasculares.

O processo de qualificação da Atenção Primária à Saúde viabilizou o repasse de recursos a 350 municípios na forma de Incentivo Financeiro Estadual ao Transporte Sanitário, permitindo a aquisição de veículos, ônibus e ambulâncias de que as prefeituras necessitavam para realizar as suas ações.

Em 2017, o governo alocou para a saúde R\$ 3,7 bilhões só com recursos estaduais, valor que foi 15,6% superior ao orçamento inicial do setor e que equivale a 12,07% das receitas correntes líquidas do Estado, acima, portanto, dos 12% fixados na lei.

Na habitação, a Cohapar deu prosseguimento ao maior programa de moradia social já executado neste Estado. Em 2017 foram analisados os projetos de 88 empreendimentos, totalizando 7.370 unidades, e estavam em andamento outros 97 empreendimentos, com 4.633 unidades habitacionais.

Além disso, prosseguimos com o programa de regularização fundiária, dividido em várias modalidades, cada uma delas adequada às necessidades da população – o programa Morar Legal Paraná, que usa recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza; a comercialização de lote com ocupação consolidada; a concessão de direito real de uso; e os convênios de cooperação técnica com os municípios.

Só em 2017 o setor de habitação recebeu um investimento de R\$ 347 milhões, feito em parceria com o governo federal e os municípios paranaenses, reduzindo substancialmente o déficit habitacional do Estado.

Também avançamos significativamente no saneamento. Ano passado a Sanepar investiu R\$ 880 milhões na ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto. A eles foram agregadas 61.380 novas ligações de água e outras 86.808 ligações de esgoto.

Temos aqui 100% de tratamento de esgoto, contra 43% no País. A coleta de esgoto dos domicílios, que tem índice nacional de 50%, passa dos 71% no Paraná. E vamos elevar esses indicadores rápida e consistentemente nos próximos anos, com os investimentos em obras atualmente em execução.

Não é obra do acaso que cinco cidades paranaenses estão entre as onze cidades brasileiras com os melhores índices de saneamento – Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa. E que Curitiba é a melhor entre as capitais.

Um dos maiores desafios do Brasil nos dias de hoje, a segurança pública exigiu empenho permanente desta gestão. Prosseguimos na contratação e formação de novos soldados, na aquisição de viaturas – 882 veículos foram comprados em 2017 – e na melhoria dos equipamentos e armas usados por nossos policiais, assim como no aperfeiçoamento das ações de inteligência.

No primeiro semestre de 2017 houve no Estado uma redução de 19,3% no número de homicídios em relação ao mesmo período do ano anterior. Ainda não estão disponíveis os indicadores relativos ao ano inteiro, mas estamos confiantes que as estatísticas confirmem a gradual e consistente queda da ação criminosa.

Nos primeiros dez meses de 2017 o número de prisões subiu em 6 mil, comparado com o ano anterior – um registro que não pode, de forma alguma, ser comemorado, mas que reflete o esforço de nossas polícias no combate à violência.

Prioridade número um deste governo, a educação concentrou ações que se focaram na melhoria da qualidade do ensino em sala de aula, a qualificação contínua dos professores, a redução dos índices de evasão escolar e a melhoria da gestão das escolas, além de políticas específicas dirigidas à educação especial e à diversidade.

A formação continuada contemplou profissionais da educação básica nas 14 disciplinas que compõem as matrizes curriculares do ensino fundamental e médio, pedagogos e agentes educacionais, diretores e técnicos, num universo de 120 mil profissionais.

Ampliamos a oferta de educação profissional atuando na qualificação profissional básica em cursos de nível médio, especialização técnica e cursos de formação de docentes da educação infantil.

Fortalecemos as políticas públicas de educação voltadas à diversidade. Hoje a Secretaria da Educação administra 38 escolas indígenas, que atendem a cinco mil alunos

de 71 comunidades, duas escolas quilombolas e outras 43 remanescentes de quilombos, além de 45 comunidades tradicionais negras.

O transporte escolar, que hoje atende a 205 mil alunos da rede pública estadual nos 399 municípios paranaenses, recebeu em 2017 um investimento de R\$ 100 milhões, incremento que assegura a sua eficiência e qualidade em padrões sem precedentes.

Investimos vigorosamente na melhoria das escolas. Entre novembro de 2016 e outubro de 2017 foram concluídas 169 obras de construção de novas unidades, além de reforma, reparos e ampliação. Outras 366 obras estão em execução.

Para garantir o cumprimento dos cronogramas e avaliar a execução das ações em andamento, o governo criou uma força-tarefa que atua mais detidamente nas obras paralisadas ou atrasadas, com profissionais que estão trabalhando em tempo integral para que elas sejam concluídas no tempo mais breve possível.

De maneira geral, fomos muito além do nosso dever constitucional, ao aplicar na educação, ano passado, 34,1% das receitas líquidas, bem acima do mínimo de 30% fixado na lei.

O fortalecimento da infraestrutura

Perseveramos sem descanso na melhoria e modernização da infraestrutura de transporte e logística. Até setembro o Estado já havia investido mais de meio bilhão de reais em obras de conservação rodoviária e de ampliação da malha estadual.

A ação pública, movida com recursos próprios, e a aceleração dos trabalhos de duplicação de rodovias – o maior já realizado no Paraná, com várias obras iniciadas antes dos prazos contratuais previstos – dota o Estado das necessárias condições para impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento social e econômico.

A maior evidência desse novo dinamismo foi retratada pelos portos de Paranaguá e Antonina, que movimentaram 51,5 milhões de toneladas de cargas em 2017, aumento de 14,2% ante o ano anterior. Este recorde histórico é fruto dos investimentos públicos e privados realizados nos portos nos últimos anos. Mas também é consequência da boa infraestrutura de transporte que conecta o porto às regiões produtoras, o que inclui a modernização da Ferroeste, que adquiriu centenas de vagões e locomotivas para elevar a sua capacidade operacional.

As filas de caminhões nas rodovias em direção ao porto tornaram-se coisa do passado. O tempo de espera dos navios na baía de Paranaguá foi reduzido substancialmente. Hoje Paranaguá recebe os maiores navios do mundo e se consolidou como o porto mais eficiente do País, o grande terminal de contêineres do atlântico sul.

Se os primeiros grandes projetos paranaenses de industrialização foram frustrados, ao menos parcialmente, pela falta de energia, é seguro dizer que o atual ciclo não sofrerá desse mal.

A Copel dá continuidade a seu arrojado programa de investimentos para garantir ainda maior qualidade e confiabilidade às suas redes de energia. Para 2017 a empresa tinha previsão de aportar R\$ 2,3 bilhões em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia e telecomunicações.

Com investimentos no Paraná e em outros oito estados, a Copel consolidou-se como gigante do setor elétrico nacional e, não por acaso, foi eleita a melhor distribuidora de energia da América Latina e Caribe por vários anos consecutivos, atestando a excelência de seus serviços. A Copel confirma assim a sua condição de ativo estratégico para o desenvolvimento paranaense.

Equilíbrio fiscal

Em face do crescimento vegetativo da folha de pagamento do funcionalismo público, agravado pela inevitável elevação dos gastos previdenciários, o Estado manteve sua política fiscal de redução de despesas e ampliação das receitas. Um esforço permanente que, por algum tempo, bateu de frente com os efeitos da crise econômica nacional.

Mas, a despeito do crescimento do PIB nacional próximo de zero, as receitas correntes líquidas estaduais tiveram em 2017 (considerando o período de janeiro a outubro) um aumento real de 4% em relação ao mesmo período de 2016. As despesas correntes tiveram aumento real de 3,1%, tomando o mesmo período como base de comparação.

A relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida talvez seja o indicador que melhor exprime os resultados amplamente satisfatórios obtidos com o esforço de equilíbrio fiscal conduzido nos últimos anos. Essa relação caiu de 38,8%, em 2016, para 27,95% em 2017.

Considerando que em 2010 a dívida consolidada líquida representava 90,87% da receita corrente líquida anual – ou seja, precisávamos então de quase um ano inteiro para pagar a dívida estadual, que hoje corresponde a menos de quatro meses de receitas –, observamos que a dívida estadual foi reduzida de forma muito consistente.

Significa dizer que o Paraná recompôs a sua capacidade de investimento, assim como melhorou a sua condição de contrair novos financiamentos, como fica patente no resultado primário, que indica a economia de recursos para pagamento da dívida e que teve um superávit de R\$ 1,8 bilhão em 2017.

Ano passado o governo como um todo – incluindo as empresas estatais – investiu R\$ 6,8 bilhões, volume 17,05% superior ao de 2016. Recursos aplicados nas mais diversas áreas, com destaque para saúde, educação, infraestrutura, segurança e melhorias nos municípios. O Estado nunca investiu tanto, e isso só foi possível graças ao saneamento das despesas de custeio administrativo e à redução dos gastos estaduais.

Para este ano esperamos novo volume recorde de investimentos estaduais, na faixa de R\$ 8,4 bilhões.

Desenvolvimento Econômico

Esta sólida condição fiscal facilitou a tarefa do poder público de estimular o desenvolvimento econômico paranaense através de suas instituições de fomento.

A carteira de crédito da Fomento Paraná teve em 2017 um aumento de 20,3% em relação ao ano anterior. Ampliamos em 13% o volume de operações de microcrédito, instrumento vital para a retomada da atividade econômica em momentos de recessão, e agimos agressivamente no crédito aos municípios, contemplados com financiamentos para obras de infraestrutura e aquisição de máquinas e equipamentos.

A par disso, o BRDE se consolidou como o grande banco da produção paranaense, financiando projetos de ampliação e modernização de unidades produtivas de empresas, cooperativas, microempresários e produtores rurais.

O apoio à produção teve na Secretaria da Agricultura um vetor estratégico a conciliar desenvolvimento econômico com inclusão social. Seu objetivo central – a produção sustentável de alimentos – levou à criação de novas oportunidades no meio rural, em harmonia com a preservação do ambiente, a fim de proteger os solos e os cursos d'água, através de programas vinculados às microbacias hidrográficas, uso de agrotóxicos, inovação tecnológica, aumento da produtividade e geração de renda, especialmente para a agricultura familiar.

Da mesma forma, os programas de readequação de estradas rurais tiveram papel relevante na redução de custos da produção, contribuindo para a safra recorde de 2017.

Como consequência desse elenco de ações, as exportações paranaenses cresceram 20,4% em 2017, acima do índice nacional, de 18%, e ultrapassaram a marca de US\$ 18 bilhões. Nosso desafio, agora, é diversificar ainda mais a pauta de vendas externas, muito concentradas em produtos primários, embora já se observe uma elevação importante nas exportações de produtos metalúrgicos, automóveis e outros itens mais sofisticados.

A indústria de transformação retomou seu dinamismo e, segundo as projeções do Iparde, terá um crescimento de cerca de 5% em 2017, bem acima dos 2% previstos para o Brasil.

Da mesma forma, as projeções extraoficiais apontam para um crescimento do PIB paranaense em torno de 2,3%, mais que o dobro do 1% estimado para o PIB brasileiro em 2017.

Embora não na mesma proporção, esses números reproduzem a relação entre os PIBs estadual e nacional dos anos anteriores, em que a economia paranaense teve, invariavelmente, desempenho melhor que a brasileira, invertendo-se a tendência verificada entre os anos de 2003 a 2010, em que ocorria o oposto – o Produto Interno Bruto do Brasil crescia mais que o do Paraná naquele período.

Os índices de crescimento da economia paranaense de 2017 também indicam que o Estado mostrou maior resiliência à crise e respondeu de forma mais dinâmica aos desafios imensos da recessão. Isso ficou particularmente evidenciado nas estatísticas do emprego

divulgadas ao longo de 2017, todas elas demonstrando que a retomada da geração de vagas foi mais rápida e mais homogênea no Paraná do que no País como um todo.

No seu conjunto, esses indicadores demonstram, em primeiro lugar, a extraordinária pujança da nossa agropecuária. Mas também apontam o amadurecimento do processo de industrialização deflagrado em 2011, com seus efeitos positivos disseminados por todo o território paranaense: a descentralização da economia, a interiorização do emprego com carteira assinada e o maior dinamismo dos pequenos e médios municípios, onde a renda das famílias cresce mais que nas regiões que antes concentravam os nossos parques industriais.

Esta introdução aborda algumas das questões mais relevantes ao desenvolvimento paranaense e ao bem-estar da população, sem prejuízo de outros temas igualmente importantes para os cidadãos, como inclusão digital e tecnologia da informação, preservação do ambiente, relações com a sociedade, parcerias internacionais e vários outros, todos eles expostos nas páginas seguintes desta mensagem.

Curitiba, fevereiro de 2018.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Sumário



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SUMÁRIO

O Desempenho da Economia Paranaense em 2017	23
1 Casa Civil	31
1.1 Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude (AEJ)	33
1.2 Assessoria Especial para Assuntos Fundiários (AEF)	34
1.3 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI).....	34
1.4 Escritório de Representação do Governo	35
1.5 Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR)	37
1.6 Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR)	39
1.7 Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR).....	41
1.8 Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR)	43
1.9 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	46
2 Casa Militar	51
2.1 Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC)	51
3 Secretário Especial para Assuntos Estratégicos	59
3.1 Cidadania Digital.....	59
3.1.1 Rede 399 - <i>Internet</i> para Todos.....	59
3.1.2 Espaço Cidadão	60
3.2 Relação com a Sociedade	61
3.3 Parcerias Internacionais	62
3.4 Mutirão da Cidadania.....	62
3.5 Acompanhamento de Obras	62
4 Companhia de Saneamento do Paraná	67
4.1 Reestruturação Organizacional.....	69
4.2 Mercado e Investimentos	69
4.3 Concessões.....	69
4.4 Fontes de Financiamento	70
4.5 Resultados Financeiros	71
4.6 Meio Ambiente.....	71
4.7 Regulação	72
4.7.1 Reestruturação Tarifária.....	73
4.8 Tarifa Social.....	73
4.9 Gerenciamento de Riscos.....	73
5 Companhia Paranaense de Energia	77
5.1 Destaques de 2017.....	77
5.2 Acompanhamento dos Projetos Corporativos	77
5.3 Geração de Energia Elétrica	78
5.3.1 Operação e Manutenção de Usinas	78
5.3.2 Expansão da Geração de Energia.....	80

5.3.3	Complexo Hidrelétrico do Tapajós	81
5.3.4	Participação em Leilões de Energia Nova	81
5.3.5	Petróleo e Gás	81
5.3.6	Outras Fontes de Energia Renovável	82
5.4	Transmissão de Energia Elétrica	83
5.4.1	Novos Empreendimentos	84
5.4.2	Operação e Manutenção da Rede Básica	85
5.5	Regularização Fundiária	86
5.6	Distribuição de Energia Elétrica	87
5.6.1	Mercado de Energia Elétrica.....	87
5.6.2	Ações Relevantes da Distribuidora.....	88
5.7	Telecomunicações.....	90
5.8	Tecnologia da Informação.....	91
5.9	Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Inovação Tecnológica	92
5.10	Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais.....	93
5.10.1	Sustentabilidade Empresarial e Responsabilidade Social	93
5.10.2	Gestão Socioambiental	100
5.11	Administração.....	106
5.11.1	Gestão de Pessoas.....	106
5.12	Resultados Econômico-financeiros	106
5.13	Reconhecimentos	107
6	Controladoria Geral do Estado.....	113
6.1	Assessoria Técnica.....	113
6.2	Coordenadoria de Controle Interno.....	114
6.3	Coordenadoria de Transparência e Controle Social.....	115
6.4	Coordenadoria de Corregedoria	116
6.5	Coordenadoria de Ouvidoria Geral	116
7	Procuradoria Geral do Estado.....	121
7.1	Câmaras de Conciliação de Precatórios	121
7.2	Ações Coletivas	121
7.3	Ações Trabalhistas	122
7.4	Ações Relativas a Saúde.....	124
7.5	Aprimoramento da Arrecadação de Dívida Ativa.....	126
7.6	Ações Tributárias.....	126
7.7	Âmbito Consultivo.....	127
7.8	Execuções Movidas Contra a Fazenda Pública	128
7.9	Ações de Grande Relevância	128
8	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.....	131
9	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.....	139
9.1	Desenvolvimento Rural Sustentável	139
9.2	Informação, Comunicação e Economia Rural	142

9.3	Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional	144
9.4	Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR)	145
9.5	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).....	149
9.6	Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA)	156
9.7	Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR)	157
9.8	Instituto de Florestas do Paraná (IFPR).....	159
9.9	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR)	160
9.10	Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (CEASA/PR).....	161
10	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	165
10.1	Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES)	166
10.1.1	Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF).....	171
10.1.2	Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR)	172
10.1.3	Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)	172
11	Secretaria de Estado da Comunicação Social	177
11.1	Coordenadoria de <i>Marketing</i>	177
11.2	Coordenadoria de Imprensa e Conteúdos	177
11.3	Coordenadoria de Comunicação Integrada.....	178
11.4	Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE).....	179
11.5	E-Paraná Comunicação.....	182
12	Secretaria de Estado da Cultura	185
12.1	Administração Indireta	189
12.1.1	Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG).....	189
12.1.2	Biblioteca Pública do Paraná (BPP)	190
13	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.....	195
13.1	Administração Direta	195
13.2	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC)	197
13.3	Serviço Social Autônomo PARANACIDADE	200
14	Secretaria de Estado da Educação.....	205
14.1	Superintendência de Educação (SUED)	205
14.1.1	Gestão Educacional	205
14.1.2	Educação Especial.....	206
14.1.3	Educação Básica	207
14.1.4	Educação e Trabalho	209
14.1.5	Diversidade	210
14.1.6	Tecnologias Educacionais.....	211
14.1.7	Legislação Escolar	212
14.2	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR)	212
14.2.1	Nutrição e Alimentação	213
14.2.2	Transporte Escolar	214
14.2.3	Engenharia e Projetos.....	214
14.3	Colégio Estadual do Paraná (CEP).....	215
15	Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo	219

15.1 Ações do Esporte	219
15.2 Ações do Turismo	222
15.2.1 Promoção de Investimento no Turismo	222
16 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social	231
16.1 Programa Família Paranaense	231
16.2 Assistência Social	233
16.2.1 Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	234
16.2.2 Proteção Social Básica	235
16.2.3 Proteção Social Especial.....	237
16.2.3.1 Programas e Serviços de Média Complexidade	237
16.2.3.2 Programas e Serviços de Alta Complexidade	238
16.3 Garantia de Direitos	240
16.3.1 Política da Promoção de Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência.....	240
16.3.2 Política da Defesa de Direitos da Mulher.....	241
16.3.3 Política dos Direitos da Criança e do Adolescente	243
16.3.4 Política Estadual da Pessoa Idosa	245
16.4 Participação e Controle Social	246
16.5 Resumo da Execução Financeira	247
17 Secretaria de Estado da Fazenda	251
17.1 Redução de Despesas.....	251
17.2 Redução da Dívida	254
17.3 Ampliação de Receitas	255
17.3.1 Tributárias.....	255
17.3.2 Receitas Não-Tributárias.....	258
17.4 Melhoria da Gestão.....	258
17.5 Atração de Novos Investimentos.....	259
17.5.1 Programa Paraná Competitivo	259
17.6 Resultados Alcançados	260
17.7 Evolução dos Indicadores.....	260
18 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística	265
18.1 Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP).....	265
18.2 Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística Municipal (DFIL)	266
18.3 Departamento de Gestão de Projetos e Obras (DGPO).....	267
18.4 Departamento de Estradas de Rodagem (DER)	268
18.5 Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)	270
18.5.1 Projetos Estruturantes.....	271
18.6 Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE).....	273
18.7 Paraná Edificações (PRED).....	274
19 Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos	279

19.1	Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	279
19.2	Sistema de Atendimento Socioeducativo	283
19.3	Política de Trabalho, Emprego e Renda	287
20	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	291
20.1	Recursos Hídricos e Atmosféricos	291
20.2	Mudanças Climáticas.....	292
20.3	Biodiversidade e Florestas (CBIO).....	293
20.4	Educação Ambiental.....	295
20.5	Coordenadoria de Resíduos Sólidos (CRES)	296
20.6	Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT)	296
20.7	Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ).....	298
20.7.1	Diretoria Técnica de Saneamento	298
20.7.2	Diretoria de Planejamento e Controle do Uso das Águas.....	299
20.7.3	Diretoria de Gestão de Bacias Hidrográficas.....	300
20.8	Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	300
20.9	Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG)	303
21	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	307
21.1	Acompanhamento de Programas e Modernização Institucional.....	308
21.2	Desenvolvimento Econômico.....	309
21.3	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)	313
21.4	Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná (IPEM/PR)	314
21.5	Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR)	315
22	Secretaria de Estado da Saúde.....	321
23	Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária.....	331
23.1	Departamento de Inteligência do Paraná (DIEP)	332
23.2	Polícia Militar	332
23.3	Polícia Científica.....	333
23.4	Departamento Penitenciário (DEPEN)	334
23.5	Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG)...	334
23.6	Departamento de Políticas Públicas Sobre Drogas (DEPSD)	335
23.7	Polícia Civil	336

Economia Paranaense 2017

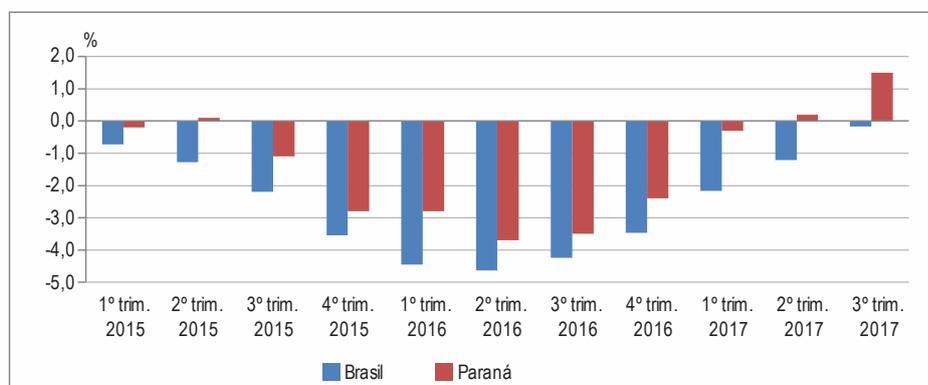


PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

O Desempenho da Economia Paranaense em 2017

Ao longo de 2017, a economia brasileira veio consolidando uma trajetória de recuperação, ensaiada desde o segundo semestre de 2016, ano em que o Produto Interno Bruto (PIB) atingiu um dos mais baixos patamares da presente década. A par do aprofundamento dos constrangimentos de ordem política, observou-se progressiva melhoria de indicadores econômicos chave e que vieram contribuindo para a retomada da produção e do dispêndio pelos agentes econômicos, mesmo que lenta e setorialmente localizada. Inicialmente, o declínio da inflação, captado nos diversos indicadores de preços disponíveis, e que no caso do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumula no ano variação de 2,21% e 2,70% em 12 meses, até outubro (incluindo expressiva queda de 2,02% em alimentos e bebidas). Em paralelo, a queda contínua da taxa básica de juros, do pico de 14,25%, estabelecido ao final de julho de 2015, para 7,0% desde a última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), em dezembro. Em decorrência desses fatores, a desocupação da mão de obra e a massa de rendimentos apresentaram melhorias, e as condições financeiras do setor produtivo vieram sendo reestabelecidas, de modo que os níveis de consumo, importações e mesmo de receitas fiscais (mais para o final do segundo semestre) foram sendo retomados.

FIGURA 1 - TAXAS ANUALIZADAS DE CRESCIMENTO DO PIB - BRASIL E PARANÁ - 2015-2017



FONTES: IBGE, IPARDES

Nesse contexto, o PIB brasileiro, no comparativo do período do ano com o mesmo período do ano anterior, teve pelo terceiro trimestre consecutivo crescimento, de modo que em termos anualizados alcançou 0,2% de expansão. No acumulado do ano, o crescimento atinge 0,6% e alimenta expectativas de mercado de fechamento em 0,9% para o ano todo, conforme o Boletim Focus do Banco Central, de 1.º de dezembro.

Nesse relativo descolamento do desempenho econômico das incertezas derivadas da desordem político-institucional, sobressaiu o forte crescimento de 30,0% na produção de grãos, capitaneado por soja e milho. Por seu turno, a indústria de transformação, segundo o IBGE,

observa aumento de 5,6% acumulado até outubro, na produção em bens de capital (apontando alguma reação dos investimentos), enquanto bens de consumo eleva a produção a um ritmo menor, em boa medida puxado pela produção de automóveis.

Em todo o período de crise, o Paraná obteve índices menos desfavoráveis que a média brasileira e apresentou sinais de saída antecipada da crise, já desde o início de 2017, em função de alguns vetores de retomada que o diferenciam do restante do País. Tanto que no terceiro trimestre, o Estado registrou PIB 2,9% superior ao mesmo trimestre do ano anterior e acumulou no ano expansão de 2,1%, enquanto o País obteve taxas de 1,4% e 0,6%, respectivamente, nos mesmos comparativos. Um primeiro vetor, relativo à agropecuária, com safra recorde de 41,6 milhões de toneladas, propiciada pelos permanentes ganhos de produtividade no campo e, em específico, pelo clima bastante favorável no período de plantio e cultivo, tanto na primeira como na segunda safra do biênio 2016-2017, permitindo uma expansão de 11,0% do PIB agropecuário até o terceiro trimestre. Em seus desdobramentos, esse volume de grãos propiciou aumento na demanda do setor de transportes e ganhos de renda no interior, que contribuíram para a retomada das vendas no varejo, conforme destacado adiante.

TABELA 1 - PIB DO TERCEIRO TRIMESTRE, BRASIL E PARANÁ - 2017

ATIVIDADE	TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB (%)			
	Brasil		Paraná	
	Trimestre contra trimestre	Acumulado no ano	Trimestre contra trimestre	Acumulado no ano
Agropecuária	9,1	14,5	11,1	11,0
Indústria	0,4	-0,9	2,5	1,3
Serviços	1,0	-0,2	2,1	1,4
Valor Adicionado	1,2	0,6	2,9	2,2
Impostos líquidos de subsídios	2,5	0,6	3,1	1,6
PIB	1,4	0,6	2,9	2,1

FONTES: IBGE, IPARDES

O segundo vetor é representado pela indústria de transformação, cuja significativa recuperação, de 5,0% até outubro segundo IBGE, foi baseada no crescimento de 48,2% na indústria de máquinas e equipamentos (destaque a máquinas e colheitadeiras) e na expansão de 18,0% na produção de automóveis, no período. Mais para o fim desse intervalo, outras indústrias obtiveram expansões com relação ao ano anterior, valendo citar a de minerais não metálicos (com destaque para a fabricação de cimento) e a de móveis, que indicam leitura de retomada na construção civil e de reação do consumo de bens duráveis.

Um terceiro vetor importante foi o direcionamento de parte importante da produção industrial para o mercado externo. De janeiro a outubro, as exportações cresceram 19,0% (em linha com a expansão nacional, em mesmo patamar), destacando-se a expressiva ampliação de 40,0%, no período, de um rol de produtos principais na pauta global, da indústria metal-mecânica, na qual ressalta-se a venda de automóveis para a Argentina e outros países da

América do Sul. Além deste, outros complexos exportadores importantes do Estado apresentaram em seus produtos principais expansões na casa de 20,0%, como foi o caso do madeireiro-papeleiro, com destaque à celulose, que acumulou 96,4% no período, em função de início de operação da nova unidade produtiva desde 2016.

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES DO PARANÁ - 2017

EXPORTAÇÕES	PERÍODO (US\$ BILHÕES)		VARIÇÃO (%)
	Jan-Out/16	Jan-Out/17	
Total	12,894	15,389	19,3
Agroalimentar	7,496	8,897	18,7
Metal-mecânico	1,472	2,061	40,0
Madeira-Papel	1,362	1,689	24,0
Demais	2,565	2,742	6,9

FONTES: MDIC/SECEX

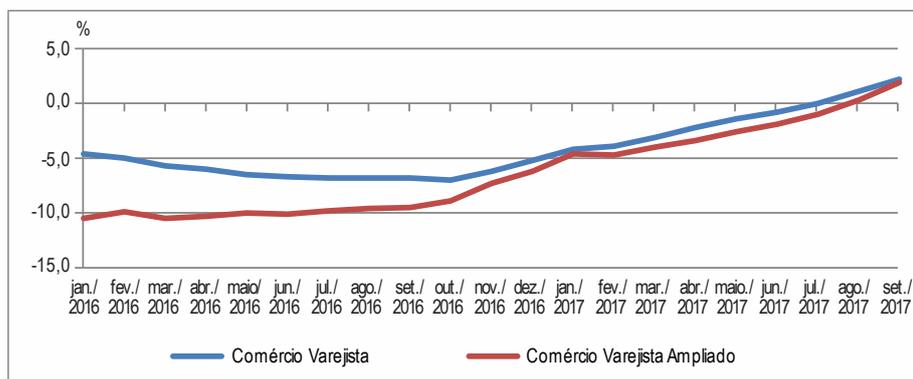
NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

Em paralelo, o mercado regional de consumo saiu de trajetória de queda para iniciar outra de expansão, ainda que lenta e de caráter setorizado nas áreas do comércio varejista (ver figura 2) e dos serviços, apoiada na recuperação da massa de rendimentos, contenção do endividamento das famílias, conforme tratado adiante, e alguma contribuição da liberação de saldos do FGTS. Até setembro, a Pesquisa Mensal do Comércio registra expansão de 4,0% para o comércio varejista e 1,9% no conceito ampliado, nos quais destaca-se o crescimento de 16,5% em combustíveis, 18,8% em equipamentos de informática e 16,8% em materiais de construção; no caso dos serviços, despontam 16,7% em serviços prestados às famílias e 14,2% em transportes e correio.

Por outro lado, a recuperação econômica do Estado observada até o momento foi restringida pelo contexto de estagnação em alguns segmentos importantes, como serviços de informação e comunicação, e construção civil (ainda que se observe para o último indicativo de recuperação no último trimestre), refletindo o endividamento das famílias e a redução do ritmo dos investimentos no País. Em complemento, o clima em 2017, com extensos períodos de estiagem, prejudicou o nível hidráulico de reservatórios e, conseqüentemente, a produção de energia elétrica, que, no acumulado até outubro decresceu 16,0% com relação ao mesmo período do ano anterior.

O atual padrão de retomada da economia brasileira e da paranaense, e mesmo uma melhoria desse padrão, estão atrelados a uma recuperação mais expressiva do consumo e do investimento, os quais, por sua vez, dependem, respectivamente, de expansão mais pronunciada tanto do mercado de trabalho como da melhoria das expectativas – estas fundamentalmente ligadas à recuperação fiscal e, conseqüentemente, às reformas do Estado brasileiro, nas diversas frentes em discussão, em especial, a previdenciária.

FIGURA 2 - TAXAS ANUALIZADAS DE CRESCIMENTO DO COMÉRCIO - BRASIL E PARANÁ - 2016-2017



FONTES: IBGE, IPARDES

NOTA: Comércio Varejista Ampliado inclui materiais de construção e veículos, motos, partes e peças.

No primeiro caso observe-se a importante recuperação do emprego com carteira assinada, que segundo o CAGED somou até outubro de 2017 cerca de 302 mil novas vagas para o Brasil e 31 mil para o Paraná. Por sua vez, a PNAD Contínua confirma gradual melhoria, dada pelo declínio progressivo das taxas de desocupação, saindo, no âmbito nacional, do pico de 13,7% no início do ano e alcançando 12,4% no terceiro trimestre encerrado em outubro, enquanto, no estadual, passa de 10,3% para 8,5%, nos mesmos períodos. Contudo, o mercado como um todo ainda carece de maior recuperação dos volumes globais de ocupação, que ainda crescem a taxas muito baixas. A ampliação registrada até o momento pela PNAD Contínua revela um crescimento ainda capitaneado pelas ocupações em pequenos negócios, nas modalidades “conta-própria” e “empregador”. Um crescimento mais acelerado e baseado em vínculos com carteira assinada auxiliaria a retomada já observada dos rendimentos e da massa salarial, o que, por seu turno, reforçaria a recuperação do consumo. No Paraná, a massa salarial, conforme tabela 3, vem se recuperando desde o final de 2016, tendo sido ampliada em 3,1% no terceiro trimestre de 2017, comparado ao mesmo período do ano anterior.

TABELA 3 - MASSA DE RENDIMENTOS HABITUALMENTE RECEBIDA, PARANÁ E BRASIL - 2016-2017

PERÍODO	PARANÁ		BRASIL	
	R\$ milhões	Varição % (trimestre contra trimestre do ano anterior)	R\$ milhões	Varição % (trimestre contra trimestre do ano anterior)
2016				
1º trimestre	11.672	-6,8	183.333	-4,1
2º trimestre	11.557	-5,8	181.253	-4,9
3º trimestre	11.698	-4,0	181.146	-3,8
4º trimestre	12.217	1,9	185.069	-0,3
2017				
1º trimestre	11.914	2,1	184.596	0,7
2º trimestre	11.941	3,3	185.471	2,3
3º trimestre	12.066	3,1	188.137	3,9

FUNTE: IBGE

De qualquer modo, a recuperação verificada no ano que passou deve permanecer em 2018, tanto para o País como para o Estado, baseada na gradual retomada do mercado doméstico, o que, particularmente para o Paraná, deve compensar o provável recuo da produção agropecuária, devido a condições climáticas menos favoráveis que as das safras do ano anterior e também por conta do elevado acúmulo de estoques de grãos, com destaque ao milho. Conforme mencionado, a ampliação do mercado interno deve contar com a recuperação do mercado de trabalho já em curso, destacando-se aí o crescimento dos níveis de ocupação, tendo em vista um encerramento de período de ganhos de produtividade. Tais ganhos derivaram do maior aproveitamento da mão de obra disponível, por parte do setor produtivo, ao final do recente período recessivo do País. Por fim, deve decorrer também do aumento do uso da capacidade instalada no segmento urbano industrial, que atingiu altos níveis de ociosidade ao longo dos últimos três anos.

01

Casa Civil



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

1 Casa Civil

O campo de atuação da Casa Civil, de acordo com as Diretrizes do Governo, envolveu atribuições, tarefas e responsabilidades diretas, advindas de sua existência como órgão do primeiro nível hierárquico da administração pública estadual, típicas de um órgão de assessoramento político e administrativo direto ao Chefe do Poder Executivo e também tarefas de apoio, conforme determina a legislação vigente, a unidades e órgãos desprovidos, ou providos apenas parcialmente, de estrutura própria, entre eles o Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, o Secretário Chefe de Gabinete do Governador e o Escritório de Representação do Governo.

A atuação do Gabinete envolveu o planejamento, a coordenação, a organização e a promoção do relacionamento do Poder Executivo Estadual, intermediando contatos e relações com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais; a prestação de assistência direta e imediata ao Governador; o acompanhamento das atividades relativas ao processo político legislativo, bem como, o relacionamento com as lideranças políticas do Governo; o atendimento a Deputados Federais, Estaduais, Secretários de Estado, Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Partidos e de Câmaras Municipais, representantes de movimentos classistas, de sindicatos e público em geral. Com o apoio da Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP) foram atendidas aproximadamente 640 pessoas por mês.

A Diretoria Geral realizou as atividades de registro, controle e atribuição de celeridade ao trâmite dos processos referentes aos programas, projetos e ações foco da atuação da Casa Civil. O referido órgão manteve-se em constante contato principalmente com as Secretarias de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), da Fazenda (SEFA) e Procuradoria Geral do Estado (PGE) a fim de efetuar o alinhamento necessário às diretrizes do Governo e as atribuições da Casa Civil. Efetuou a representação do Secretário Chefe da Casa Civil nas suas ausências, assim como coordenou todas as atividades inerentes a esta Secretaria. Por fim, supervisionou os despachos preparados pelo Núcleo Jurídico da Administração (NJA) que foram submetidos ao Secretário Chefe da Casa Civil e ao Governador do Estado.

A Diretoria Administrativa Financeira com o apoio dos Grupos Setoriais desenvolveu suas atribuições envolvendo a coordenação técnica e administrativa das unidades que compõem a Casa Civil, mantendo contato permanente com os responsáveis dos setores; a promoção da administração geral do órgão, em estreita observância aos dispositivos legais e normativos da administração pública; a ordenação de despesas e demais documentos correlatos, a manutenção do Palácio Iguazu e das residências oficiais; a elaboração de minutas e análises, bem como o controle e encaminhamento dos documentos submetidos ao Chefe da Casa Civil e ao Governador do Estado; o

acompanhamento dos processos de nomeação de pessoal do Estado e também as demandas apresentadas por diversos órgãos.

A Casa Civil teve o apoio de todas as suas unidades administrativas em suas atribuições e tarefas destacando:

- O Núcleo Jurídico da Administração - unidade da Procuradoria Geral do Estado junto à estrutura administrativa da Casa Civil, prestou assessoria jurídica aos órgãos e ao Titular da Casa Civil, Casa Militar, Secretarias Especiais e a Vice Governadoria e emitiu 2.882 manifestações, entre despachos técnicos, informações técnicas, anteprojetos de lei e minutas de decreto, incluídas as análises feitas junto à Coordenadoria Técnico Legislativa.
- A Coordenadoria Técnico-Legislativa - realizou o exame, a informação e a instrução de expedientes oriundos da Assembleia Legislativa; a análise e o preparo de projetos de lei e a elaboração das respectivas leis; o encaminhamento de expedientes entre escritórios, informações e pareceres à Assembleia Legislativa e publicações no Diário Oficial.
- O Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE) - preparou expedientes que necessitam de formalização documental por parte do Governador e Assessorias, do Chefe da Casa Civil, Diretoria-Geral e Diretoria Administrativa e Financeira, do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, do Gabinete da Vice Governadoria enquanto em exercício, e demais autoridades, promovendo o registro, acompanhamento e guarda dos expedientes resultantes.
- Centro de Apoio Operacional (CAO) - promoveu a entrada de documentos oriundos das Secretarias integrantes do Governo Estadual, suas autarquias e vinculadas e demais documentos endereçados ao Governador do Estado, Chefe da Casa Civil e assessores do Governador, os quais foram direcionados às unidades afins.
- Centro de Redação de Atos Oficiais (CRA), que editou todos os Decretos do Poder Executivo, bem como as Resoluções e Circulares afetas à Casa Civil, para Despacho do Governador e publicação.
- Núcleo de Informática e Informações (NII) - executou as atividades de manutenção da estrutura de informática da Governadoria no Palácio Iguazu, garantindo a segurança e a integridade dos dados e equipamentos; administração e atualização do Sistema de Cadastro de Autoridades G-CAU, publicação no Portal da Transparência do Estado, atendimento ao público e entidades; administração, suporte, operacionalização, atualização tecnológica e treinamento dos gestores do Sistema de Acompanhamento da Gestão Governamental (G-Gov); implantação, operacionalização, otimização e disponibilização de ferramentas de consulta GEO e BI, baseados no G-Gov, como forma de suporte a formulação da Agenda do Governador e do Portal da Transparência, atuando em conjunto com os Órgãos da

Administração Estadual; apoio a Agenda do Governador na geração do *briefing* resumo com informações municipais.

- Núcleo de Controle Interno (NCI) - tendo como norteador o Sistema Integrado de Avaliação e Controle (SIAC), desenvolvido e administrado pela Controladoria Geral do Estado (CGE), avaliou os controles existentes e propiciou a análise da Gestão do Estado, por meio de quesitos indexados por área. Foram encaminhadas à CGE medidas implementadas e a implementar de acordo com as recomendações, permanecendo registrados no sistema os achados não solucionados até seu completo atendimento.

1.1 Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude (AEJ)

A Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude (AEJ) tem por objetivo articular e garantir os programas e projetos das secretarias e órgãos do Governo do Estado, destinados ao público jovem.

O Rede Jovem, legitimado pela Lei n.º 19.027/2017 e pelo Decreto n.º 7.933/2017 que tem por finalidade estender um plano de ação intersetorial no enfrentamento das fragilidades constatadas em cada município, está em desenvolvimento nos municípios de Almirante Tamandaré, Cerro Azul, Tunas do Paraná, Itaperuçu e Campo Largo.

Para estabelecer políticas públicas de juventude permanentes, a AEJ está trabalhando na finalização do Plano Estadual de Juventude, cuja minuta foi elaborada e discutida nas reuniões do Comitê Intergestor de Políticas Públicas para a Juventude (COIPPJ) a partir dos insumos da 3ª Conferência Estadual de Juventude ocorrida em 2015.

O Conselho Estadual de Juventude (CEJUV), que estava inativo desde 1988, foi regulamentado pelo Decreto n.º 6.755/2017, foram realizadas as eleições para a escolha dos representantes da sociedade civil e os conselheiros tomaram posse em outubro.

A Identidade Jovem, ou simplesmente ID Jovem, ação original do Governo Federal, é o documento que possibilita acesso aos benefícios de meia entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e também a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, além de outros benefícios. A AEJ está perpassando nas mesorregiões paranaenses na mobilização, capacitação e divulgação do programa.

O programa de rádio Papo Jovem, veiculado na programação regular da Rádio Educativa no formato de interprogramas e nas mídias eletrônicas da Assessoria busca aproximar o jovem e ampliar a divulgação das atividades do Governo do Estado voltadas a essa faixa etária.

1.2 Assessoria Especial para Assuntos Fundiários (AEF)

A Assessoria Especial para Assuntos Fundiários realizou a interlocução com os Movimentos Sociais e de Reforma Agrária, Programa Paz no Campo, nos 326 assentamentos e 126 acampamentos, buscando soluções pacíficas para os conflitos fundiários; foi formalizado o acordo entre a ARAUPEL e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); discutiu junto às etnias indígenas Guarani, Kaingang e Xetá, em parceria com a FUNAI, a questão fundiária, buscando a formação de uma Política Indígena para o Estado do Paraná, que atenda os 70 acampamentos e aldeias, distribuídos entre 30 municípios paranaenses; participou também de reunião do Grupo de Trabalho para atendimento às aldeias nos municípios de Guaíra e Tamarana e continua buscando soluções junto aos órgãos competentes (Polícia Militar, COHAPAR e municípios) nas tratativas das demandas dos sem-teto.

1.3 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI)

Desenvolveu ações mediante o planejamento, a coordenação, a organização, a direção e o controle das atividades relativas à observância e aplicação das Normas do Cerimonial Público e da Ordem Geral de Precedência, bem como a coordenação das atividades de apoio administrativo na organização de recepções, eventos e festividades. Em 2017, merecem destaque:

- Apoio ao Governador nas visitas de Ministros de Estado e Governadores, dentre eles: o Ministro de Estado da Saúde; o Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil; o Governador do Estado de São Paulo; o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul; o Governador do Estado do Rio Grande do Sul; o Governador do Estado de Santa Catarina; o Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário; o Ministro de Estado de Minas e Energia; o Ministro de Estado das Cidades; o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Ministro da Integração Nacional; o Ministro de Estado do Meio Ambiente; o Ministro de Estado do Desenvolvimento Social; e o Ministro de Estado da Cultura.
- Apoio ao Governador e a Embaixadores de Países Estrangeiros em visita ao Estado: Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República do Botsuana e Comitiva; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha e Comitiva, Embaixador da República Francesa; Embaixador da República da Finlândia; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Paraguai e Comitiva; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da África do

Sul; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Ucrânia; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Reino da Bélgica; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Hungria e Comitiva; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Reino da Suécia e Comitiva; e Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Popular da China.

- Apoio a Outras Autoridades Estrangeiras e Brasileiras em visita ao Estado entre outros: Cônsul-Geral da República Popular da China, Cônsul-Geral da Hungria em São Paulo; Cônsul-Geral do Paraguai em Curitiba; Cônsul-Geral do Estado de Israel em São Paulo; Diretor de Relações Internacionais do Governo da Província de Hyogo; Diretor-Geral da Associação Internacional do Governo da Província de Hyogo; Novo Representante do Escritório do Governo da Província de Hyogo - Japão e Diretor do Instituto Hyogo no Paraná, Gerente-Geral da Aerolíneas Argentinas para o Brasil, Gerente de Aeroportos da Aerolíneas Argentinas para o Brasil; Cônsul da República Argentina em Curitiba; Cônsul-Geral da República Italiana em Curitiba; Cônsul-Geral do Japão; Vice-Ministro da Agricultura, Indústria Florestal e Pesca da África do Sul; Diretor-Geral Adjunto da Indústria Florestal e Gerenciamento de Recursos Naturais da África do Sul; Diretora-Chefe Interina de Promoção, Exportação e *Marketing* da África do Sul; Cônsul-Geral da República do Peru em São Paulo; Cônsul Honorário da República do Peru em Curitiba; Cônsul-Geral da República Italiana em Curitiba; Ministra de Políticas Públicas do Reino Unido, Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; Cônsul-Geral da República da Hungria em São Paulo; Cônsul Comercial da República da Hungria em São Paulo; Adido Cultural e de Educação do Consulado da República da Hungria em São Paulo; e Ministro da Cultura da República do Paraguai.
- Apoio ao Chefe do Executivo em viagens aos municípios do Estado, a Outros Estados, ao Distrito Federal e viagens internacionais, e apoio a 328 outros eventos que contaram com a presença do Governador assistidos pela CCRI.

1.4 Escritório de Representação do Governo

A Representação do Governo, em Brasília, tem por objetivo dar assessoramento técnico ao Governo do Estado, mediante a prestação de informações e acompanhamento das políticas públicas do Governo Federal, em assuntos relacionados ao Congresso Nacional, assim como promover a articulação com instituições federais municiando-as de informações atualizadas e qualificadas sobre o Estado.

O Grupo de Trabalho Intersecretarial, para coordenar as relações institucionais do Estado do Paraná com o Governo Federal e defender os seus interesses na Capital Federal, com o assessoramento da Representação em Brasília, é coordenado pela Vice-Governadora

e composto pelo Chefe da Casa Civil, da Representação do Paraná em Brasília, do Secretário do Planejamento e Coordenação Geral, e o Procurador Geral do Estado.

Atividades desenvolvidas:

- Prestou apoio operacional e assessoria ao Governador, à Vice-governadora, aos Secretários de Estado, a órgãos estaduais, municípios paranaenses e instituições não governamentais em reuniões, acompanhamento de processos e liberação de recursos junto ao Governo Federal. Destacam-se: a) SICONV - o aumento de 726,0% (referente ao programa n.º 5500020170013, nos meses de maio e junho) na adesão dos programas voluntários após trabalho efetuado pelo Escritório, com 1.806 projetos apresentados, que totalizam o valor global de R\$ 420,3 milhões; b) acompanhamento e assessoramento nas reuniões de interesse da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária junto ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal; c) apoio à Procuradoria Geral da Fazenda Pública para obtenção de certidão atestando a liberação do empréstimo de US\$ 67,0 milhões do Paraná Seguro; dentre tantos outros de interesse e relevância ao Estado.
- Apoio Legislativo - participação e assessoramento nas Comissões Permanentes e Especiais e participação em reuniões da Bancada Federal do Paraná, para tratar de matérias relacionadas ou de interesse do Estado (Projeto de Lei dos *Royalties* do Xisto Betuminoso, Projeto de Lei de Zonas de Livre Comércio em cidades paranaenses, Projeto de Lei Complementar do refinanciamento da dívida dos Estados, Projeto de Lei que veda a vinculação do licenciamento do veículo automotor com o pagamento do IPVA, Projeto de Lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastre), dentre outros.
- Organizou e coordenou eventos para divulgar as potencialidades do Estado do Paraná como o Sarau Chatô Paraná-Ucrânia, que destacou as influências da colônia ucraniana no Paraná na culinária e no artesanato e promoveu o turismo apresentando uma exposição de fotografia, *shows* e culinária típica a um público com mais de 1.000 pessoas. Apresentou oportunidades de investimentos e de desenvolvimento de novos negócios no Estado do Paraná nas reuniões realizadas com embaixadores e representantes dos Estados Unidos da América, Alemanha, China, Espanha, França, Itália, Japão, Suécia, Ucrânia, Arábia Saudita, Catar, Egito, Israel, Irã, Kuwait, Líbano e Turquia.
- Representação Institucional - representou e prestou assessoria à Vice-Governadora em reuniões e eventos.

1.5 Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR)

O DETRAN/PR realiza seus investimentos com recursos oriundos da prestação de serviços à população paranaense, de acordo com a Lei Federal n.º 9.503/1997 e legislação complementar. Possui arrecadação própria e autonomia de gerenciamento de seus recursos, e seus atos que implicam na efetivação de despesas seguem o disposto na Lei Federal n.º 8.666/1993 e Lei Estadual n.º 15.608/2007 e suas alterações.

Definem-se como metas de trabalho, em face à sua área de atuação, a atualização e manutenção de cadastro e emissão de documentos pertinentes para condutores de veículos automotores e todas as suas vertentes, ao registro da frota de veículos e todas as suas ações, registro e controle de infrações de trânsito, atividades relacionadas à educação para o trânsito, assim como a fiscalização de parceiros envolvidos nas atividades tais como, Centro de Formação de Condutores, Despachantes, Clínicas Médicas e Psicológicas, Fábricas de Placas e Lacres.

A determinação de despesas, além de prover a necessidade de manutenção das atividades fins, é estabelecida em ações a serem desenvolvidas em programas que visam promover maior eficiência dos serviços oferecidos, a redução e gravidade dos acidentes e maior segurança no trânsito do Estado do Paraná, por meio do desenvolvimento de planos de sinalização viária urbana, programas de educação para o trânsito, parceria em programas de recuperação da malha viária estadual, aprimoramento dos mecanismos estruturais, operacionais e gerenciais da autarquia.

Desenvolver ações sistêmicas e contínuas em prol da comunidade, contribuindo para a defesa da vida e da cidadania, como um órgão de excelência em gestão, reconhecido pela satisfação e primor dos serviços prestados à sociedade, ampliando a qualificação e valorizando o corpo funcional, resultando na eficiência operacional da autarquia.

Ações desenvolvidas:

- Inovações Tecnológicas - em 2017, atingiu o marco de 14.865.590 acessos *online*, por meio do Sistema DETRAN Fácil, *site* e terminais de autoatendimento; conta com 282 totens, em 187 cidades do Estado; o simulador de direção veicular implantado em janeiro, conta com 503 equipamentos cadastrados, totalizando 650 Centros de Formação de Condutores que utilizam este equipamento; realização de 1.558.646 vistorias por meio da Vistoria Digital de veículos, que visa otimizar o tempo de atendimento ao usuário; a plataforma VortX, cujo principal objetivo é concentrar os diversos sistemas do DETRAN em uma única plataforma, possui sete serviços ativos e um a ser implantado (o agendamento do atendimento presencial); o prontuário digital de saúde e o aplicativo de vistoria digital, por meio do DETRAN Fácil, agilizam os serviços e eliminam os prontuários físicos.
- Educação por Vídeo Conferência - Escola Pública de Trânsito - em funcionamento desde 2014, o Projeto de Ensino sem Distância, que tem como

meta a disseminação de informação para o público interno e externo, contou com 64 tele salas, 16 estúdios nas 58 CIRETRANS, com um total de 56.000 participantes em 11.700 horas/aula.

Com a premissa do bem servir, dispôs de sua estrutura para a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Polícia Militar, Instituto Alzheimer Brasil, dentre outros, totalizando 25.066 participantes em 1.034 reuniões de trabalho.

- Ações de Educação para o Trânsito: a) Projeto DETRAN na Escola - deu continuidade ao projeto a alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, disponibilizando o ensino a 2.000 alunos; b) Projeto Conhecendo o DETRAN e o BPTRAN - cerca de 1.700 alunos de escolas públicas foram convidados a conhecer as dependências do DETRAN e do BPTRAN; c) DETRAN Móvel - contempla o Se Liga no Trânsito, Sobriedade no Trânsito, Paraná Cidadão, Mutirão da Cidadania, Móvel Feiras com previsão de atender mais de 28.800 cidadãos em 27 municípios do Estado; d) o DETRAN tem investido em ciclos de palestras nas universidades, escolas e empresas, bem como em palestras educativas para adolescentes em conflito com a lei e seus responsáveis, com previsão de atingir 1.087 pessoas até dezembro.
- Até setembro realizou 12 leilões e pretende realizar oito até o final de 2017 (cinco na modalidade circulação, dois na modalidade sucata e um na modalidade reciclagem), com expectativa de comercialização de 24.078 veículos, totalizando dois eventos na modalidade de reciclagem, dez na modalidade de circulação e oito na modalidade de sucata.
- O DETRAN credenciou 353 clínicas, 804 despachantes, 788 centros de formação de condutores, um centro de formação de condutores militar; 17 empresas para cursos especializados, sete empresas para cursos de capacitação, 175 fábricas de placas e 318 desmontes. Conta com uma rede bancária composta por Banco do Brasil, Banco Sicredi, Banco Cooperativo do Brasil S.A. (BANCOOB) e Banco Rendimento.
- Infraestrutura - possui 86 imóveis próprios e 14 imóveis locados/cedidos; concluiu reparos e manutenções em 22 CIRETRANS sendo: Nova Esperança, Bela Vista do Paraíso, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Lapa; Curitiba (Bloco A), Goioerê, Londrina, Mangueirinha, Pato Branco, Santa Izabel do Oeste, Paranaguá, Maringá, Bandeirantes, Capanema, Irati, Cornélio Procópio, Barbosa Ferraz, Curitiba (Pátio de Veículos), Sertaneja, Matelândia e Guaraniaçu, e há previsão de realizar serviços de reparos e manutenção em outras três: Ribeirão Claro, Santa Helena e Rondon; até dezembro sete CIRETRANS estarão em processos licitatórios de reparo e manutenção, sendo: Curitiba (Sede Bloco D, Posto Hauer e Sede Entorno), União da Vitória, São Mateus do Sul, Icaraíma e Terra Boa.

- Teve participação em encontros no Paraná e em outros estados: 2º Congresso Brasileiro da AND em Salvador, 57º Encontro da AND em Brasília, 58º Encontro da AND em São Paulo, Lançamento DETRAN Fácil 1º Habilitação em Curitiba, Lançamentos de Totens nas Ruas da Cidadania em Curitiba, dentre outros.
- Serviços prestados/disponibilizados - expectativa de frota de 6.999.216 veículos em 2017, com 195.862 veículos de 1º emplacamento, havendo para tanto um total de 3.554.734 processos (40,8% realizados por despachantes e 59,2% realizados por particulares); a expectativa é de 5.650.000 condutores habilitados, incluindo neste número 935.962 primeiras habilitações, renovações e alterações de categoria; realizou 240.185 exames teóricos, 381.053 exames práticos; 339.670 avaliações psicológicas; 1.085.368 aptidão física e mental, com expectativa de realizar até dezembro 23.034 exames teóricos e 61.989 exames práticos; a Junta Administrativa de Recursos e Infrações (JARI) tem expectativa de 30.096 julgamentos para o ano de 2017; até setembro foram cadastrados 2.647.770 autos de infrações, devendo chegar a 3.547.770 até o final de 2017.

1.6 Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR)

A FOMENTO PARANÁ concluiu um processo de redimensionamento do quadro de pessoal e readequação da sua estrutura organizacional. As mudanças foram baseadas em estudos que consideraram a nova realidade operacional conjugada com as perspectivas advindas do Planejamento Estratégico 2015-2018, com foco na maximização da eficiência operacional; desenvolveu e está lançando um novo modelo de operações de microcrédito que traz facilidades no processo simplificando a quantidade de dados a serem inseridos para a aprovação do crédito com uma nova matriz de avaliação das operações que identifica na entrada o que não é possível conceder em financiamento; reformulou os processos internos visando diminuir o prazo de análise e concessão de crédito; foi implantado um processo de digitalização da documentação necessária para operações de financiamento acima de R\$ 20,0 mil e o sistema foi adaptado para que o cliente possa acompanhar cada passo do andamento das propostas na instituição.

Sua atuação como indutora do desenvolvimento foi, mais uma vez, um dos destaques da publicação Valor 1000, do jornal Valor Econômico, que retratou a melhoria das condições do Paraná para retomar o investimento e o crescimento, a partir do ajuste fiscal implantado pelo Governo Estadual. Aprovou seu novo Estatuto Social, para atender à Lei das Estatais (Lei Federal n.º 13.303/2016), de acordo com a orientação do Banco Central do Brasil e do Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE). Os itens atualizados tratam da observância de regras e práticas relativas à governança corporativa, à

transparência e às estruturas de gestão de risco e controle interno, da composição e competências do conselho de administração e da proteção de acionistas.

Principais realizações:

- A carteira de crédito total da FOMENTO PARANÁ alcançou a marca de R\$ 1,2 bilhão em 30 de junho de 2017, o que representa um crescimento de 20,3% sobre igual período de 2016.
- No microcrédito o volume de operações no primeiro semestre foi 13,0% superior ao registrado no mesmo período no ano anterior, chegando a R\$ 24,3 milhões.
- Iniciou uma série de visitas técnicas aos municípios, para verificar o andamento de projetos financiados, bem como divulgar linhas de crédito para empreendedores de micro, pequeno e médio porte, ou para obras de infraestrutura e compra de máquinas e equipamentos para os municípios.
- Iniciou o credenciamento de associações empresariais interessadas em atuar como correspondentes da instituição estadual, para captação de financiamentos em valores entre R\$ 20,0 mil e R\$ 1,5 milhão, recebeu a adesão de 17 entidades no primeiro semestre por meio de Edital. Os correspondentes foram capacitados e os primeiros contratos foram assinados em outubro, permitindo o início das operações.
- Foi a primeira instituição financeira do gênero no País a criar um aplicativo *mobile*. A iniciativa está em linha com a tendência crescente de uso de *smartphones*. Lançado em abril, o *App* pode ser baixado na *Apple Store* e *Google Play* e permite fazer simulação de créditos, localizar agentes, ler notícias e assistir a vídeos.
- Participou de reuniões com a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana sobre novos programas de Seleção de Mobilidade e iniciou operações de financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pela linha Avançar Cidades.
- Deu início ao processo de análise de Pedidos de Verificação de Limites e Condições (PVL), que é obrigatório nos projetos de concessão de financiamentos aos municípios, e é a primeira instituição do gênero no País a fazer esse processo técnico que era de atribuição exclusiva da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A instituição analisa internamente PVLs de operações de até R\$ 5,0 milhões.
- Assinou um convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pelo qual receberá apoio para desenvolver *expertise* para analisar projetos do mercado de energias renováveis no Estado. Os recursos do convênio são provenientes da Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) do Ministério Federal de Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha, pelo Programa de Financiamento Verde para a América Latina.

- Implantou os novos boletos registrados de cobrança atendendo à determinação do Banco Central do Brasil e da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) com o objetivo de aumentar a segurança, evitando fraudes e reduzindo prejuízos com transações que usam boletos para cobrança.
- Reafirmou o compromisso do Governo do Estado de financiar projetos de migração de emissoras de rádio AM paranaenses para a faixa de frequência FM. Para atender aos projetos de migração apresentados pelas emissoras disponibilizou R\$ 10,0 milhões pela linha Banco do Empreendedor Micro e Pequenas Empresas, desde que aprovados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Secretaria de Radiodifusão.
- Reformulou os processos internos visando diminuir o prazo de análise e concessão de crédito. Foi implantado um processo de digitalização da documentação necessária para operações de financiamento acima de R\$ 20,0 mil e o sistema foi adaptado para que o cliente possa acompanhar cada passo do andamento das propostas na instituição.
- Encontro Estadual de Agentes de Crédito e Desenvolvimento (30/10 a 01/11, em Faxinal do Céu) em parceria com o SEBRAE-PR, com entrega de prêmio aos melhores agentes, em cinco categorias e lançamento da segunda edição de um livro publicado em parceria pelas duas instituições para contar histórias de sucesso do microcrédito.
- De janeiro a setembro a FOMENTO PARANÁ contratou R\$ 75,2 milhões em 4.010 contratos de operações do setor privado, sendo R\$ 41,2 milhões em operações de microcrédito (até R\$ 20,0 mil), para empreendedores do comércio, da indústria e do setor de serviços.
- No setor público, mesmo sendo um ano atípico (início de gestão para muitos prefeitos), até setembro foram contratados R\$ 61,7 milhões em 28 operações de financiamento aos municípios para obras de infraestrutura e aquisição de máquinas e equipamentos.

1.7 Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR)

Criada pela Lei Complementar n.º 94/2002, alterada pela Lei Complementar n.º 202/2016, passou a regular, também, a SANEPAR em suas atividades regulamentares.

Ressalta-se que a competência da AGEPAR pode ser estendida a outros serviços de infraestrutura que vierem a ser definidos por lei específica tais como, os estudos em andamento, por parte do Governo do Paraná, para a regulação sobre o setor de distribuição de gás canalizado.

Com relação às atividades realizadas em 2017, pertinentes às suas atribuições regulamentares, serão destacadas as de maior relevância:

- Foi aprovado o Regulamento da AGEPAR objeto do Decreto Estadual n.º 7.765/2017 e, até outubro, encontrava-se em aprovação o Regimento Interno alterado em razão da Lei Complementar n.º 202/2016, que acrescenta regras de funcionamento do Conselho Consultivo e Conselho Diretor da AGEPAR.
- Foi desenvolvido e aprovado o Marco de Gestão Estratégica de Pessoas; foi aprovado o processo para realização do Concurso Público da AGEPAR cujo processo de seleção será realizado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com homologação do concurso prevista para o primeiro semestre de 2018.
- Visando aumentar sua capacidade operacional a AGEPAR formalizou os seguintes contratos: a) Contrato n.º 002/2017 com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), cujo objeto é o de consultoria na área econômica e financeira; b) contrato n.º 005/2017 com a Engefoto Engenharia e Aerolevantamentos S.A., cujo objeto é o suporte na área de engenharia e suporte na área de operação de rodovias, travessia e transporte intermunicipal de passageiros.
- Resolução Homologatória - aprovação da Nota Técnica Final da Primeira Revisão Tarifária da SANEPAR (RTP - 01/2017), após estudos especializados e com realização de Consulta Pública e Audiência Pública, respectivamente; homologação do Termo Aditivo resultante que reequilibrou econômica e financeiramente o contrato n.º 076/97/DER/PR - Ecovia Caminho do Mar S.A., cujas negociações iniciaram-se no ano de 2011 entre Concessionária e Poder Concedente.
- A AGEPAR considera fundamental a participação de seus técnicos em eventos cujos conteúdos sejam efetivamente adequados para atualização e captação de conhecimentos pertinentes a suas atividades, entre os quais destacam-se: a) participação no *Benchmarking* Internacional de Resíduos Sólidos em Portugal que resultou na formalização de um Termo de Cooperação entre a AGEPAR e a Entidade Reguladora de Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), de Portugal; b) participação no Fórum de Negócios de Concessão de Rodovias em São Paulo; c) participação como Debatedora do Painel de Regulação de Concessão de Rodovias: desafios de curto e médio prazo na 10ª Edição do Congresso ABCR e Brasvias, em Brasília; d) participação no X Congresso Brasileiro de Regulação, da Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), em Florianópolis-SC.

Em seu 5º ano de atividade, a AGEPAR conta com rotinas de trabalho consolidadas basicamente nos seguintes segmentos:

- Decisório - com 19 reuniões do Conselho Diretor nas quais são efetivamente concluídas as decisões emanadas da AGEPAR por meio de resoluções, portarias entre outros meios.
- Administrativo/Financeiro - com ações e resultados atestados pela SEFA, SEPL, SEAP e TCE/PR. Destaque-se a implantação dos procedimentos requeridos para inscrição de inadimplentes em dívida ativa.
- Fiscalizatório - com ações extraordinárias nos seis lotes de concessão rodoviária e na concessão aquaviária (travessia de Guaratuba), sendo emitidos no corrente ano sete autos de infração.
- Ouvidoria - com trabalho permanente, resultou em 1.293 reclamações recebidas, 1.065 atendidas e 228 abandonadas, sendo que todos os reclamantes atendidos receberam retorno.

1.8 Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR)

Empresa pública pioneira no segmento de informática é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, tendo como acionista majoritário o Estado do Paraná. Tem como missão prover soluções de tecnologia da informação e comunicação que permitam modernizar e melhorar o desempenho da Gestão Estadual com a oferta de serviços públicos mais eficazes aos cidadãos paranaenses.

Suas principais realizações, em 2017, foram:

- Governo Digital - implantação do Governo Digital do Estado do Paraná, com a adoção de um novo portal, que tem como objetivo fundamental a melhoria da qualidade dos serviços públicos, mediante o uso intensivo de Tecnologia da Informação e Comunicação, alavancando a oferta de serviços e aprimorando a experiência do usuário por meio do uso das múltiplas fontes de dados e de serviços decorrentes dos sistemas operacionais. Sob a perspectiva tecnológica, o novo portal propicia uma experiência personalizada aos usuários, à medida que estimula que o uso dos serviços digitais seja feito de forma autenticada, via Identidade Digital, permitindo uma oferta de serviços e interação com o usuário de forma proativa. Sob a perspectiva de governança do serviço público, a adoção do Governo Digital definirá diretrizes para a prestação do serviço, que incluem a forma de prestação, a documentação necessária para obtenção do serviço, custos envolvidos, locais de atendimento e nível de serviço.
- Identidade Digital - implantação da Identidade Digital do Paraná, elemento fundamental para viabilização do Governo Digital, por meio do qual será viabilizado acesso seguro aos serviços governamentais, permitindo que o usuário tenha uma experiência de uso proativa e personalizada. A Identidade Digital

poderá ser obtida por cidadãos paranaenses que disponham de um documento oficial associado à captura de impressões digitais (Carteira de Identidade e Carteira Nacional de Habilitação). Após um confronto das impressões digitais, o cidadão poderá criar sua Identidade Digital, que associa o documento físico, a informações digitais como número do telefone celular e *e-mail*. Com isso, o indivíduo poderá acessar serviços públicos de forma autenticada e com mecanismos de segurança compatíveis com a criticidade dos dados acessados.

- Autoridade Certificadora (AC) - conforme Lei n.º 17.480/2013, artigo 7º inciso II, desenvolveu projeto para se tornar uma Autoridade Certificadora. Foi realizada a implantação da Autoridade de Registro CELEPAR, onde poderão ser solicitados, emitidos e validados Certificados Digitais para o Governo do Estado e para a sociedade privada, pessoa física e jurídica.
- Substituição da atual Plataforma Mainframe - foi realizada migração do *Mainframe* z10 para o *Mainframe* z13, ambiente no qual ocorre o processamento de aplicações corporativas do Estado, garantindo mais segurança, agilidade e confiabilidade nos dados de sistemas do Estado.
- Usina Solar Fotovoltaica - foi instalada usina solar fotovoltaica conectada à rede da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), que reduzirá o custo da tarifa de energia com a eletricidade gerada pelos painéis, estimada em 80.000 kWh/ano, que será utilizada diretamente na empresa.
- Solução de Biometria - utilização das informações biométricas das bases de dados oficiais do Governo do Estado para confirmação da autenticidade de um usuário. Essa solução está sendo utilizada pelo Clube Atlético Paranaense permitindo confrontar as bases de dados do Estado com as digitais dos seus torcedores.
- Novo Sistema de Controle de Sangue - a nova versão do sistema de controle hemoterápico tem como objetivo principal o monitoramento das doações e transfusões de sangue feitas nos serviços de saúde do Estado.
- Escola Paraná - *App* para *smartphone* (plataformas Android e iOS) que permite a estudantes, pais e familiares a consulta de notas, grade de aulas, eventos escolares (jogos, palestras, reuniões) e a interação com professores e colegas, via mensagens.
- Sistema *Online* de Notificação de Infecções Hospitalares (SONIH) - pioneiro no país, possibilita a obtenção de dados das Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) em tempo real e oferece aos profissionais de saúde a taxa dos principais indicadores de infecção hospitalar.
- Novo Portal de Notícias do Governo - com *design* responsivo, que se adapta a diferentes dispositivos, o portal tem um *layout* mais atrativo para o público. As notícias são segmentadas por região e o usuário tem acesso a conteúdos de vídeo, rádio e imagens, que passam a ter mais destaque na nova página.

- Portal da Transparência do Estado - o comitê De Olho Na Transparência, organização formada por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Conselho Regional de Economia do Paraná (CORECON-PR), Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR) e Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Paraná (SESCAP-PR), reconheceu o Portal da Transparência do Governo do Paraná como um dos mais eficientes e ágeis do Estado.
- Aplicativo Cultura Paraná - a solução permite que o cidadão fique por dentro dos acontecimentos do mundo da arte, cultura e entretenimento, tais como cursos, *shows*, oficinas e teatros, nos municípios do Estado.
- E-Protocolo Digital - solução desenvolvida pela CELEPAR em parceria com a Secretaria de Administração e Previdência. O sistema é responsável pela emissão, tramitação, arquivamento e descarte de documentos protocolados e não protocolados.
- Licenciamento ambiental para postos de combustíveis - o sistema é pioneiro no País e tem como objetivo dar mais velocidade, transparência e padronização aos procedimentos do IAP sem a necessidade dos empreendedores comparecerem à sede ou aos Escritórios Regionais do órgão para protocolar seus requerimentos.
- Sistema de Defesa Sanitária Vegetal - a solução garante o rastreamento de produtos de origem vegetal, sua quantidade, origem e destino final por meio do registro de cada produto.
- Ações Sociais: a) curso de Acesso à Internet e Redes Sociais - promovido pelo Governo do Estado integra o programa CELEPAR Cidadã, atendeu mais de 500 cidadãos em mais de oito municípios no primeiro semestre com informações sobre o mundo da informática, criação de endereço eletrônico e perfis em redes sociais; b) curso básico de *smartphone* - oferecido gratuitamente pela CELEPAR, em sua 15ª edição, permite aos participantes o aprendizado de noções básicas do celular, atendeu mais de 700 pessoas em Curitiba, Pato Branco, Paranavaí, Ivaté e Paiçandu.
- Incentivo Cultural - incentivo por meio da renúncia fiscal municipal para edital do Mecenato 2016. Foram contemplados 24 projetos, das mais diversas linguagens artísticas, com um montante de R\$ 1,9 milhão.
- Menor Preço (Nota Paraná) - a solução Menor Preço do Nota Paraná, desenvolvida em parceria entre a CELEPAR e a Secretaria da Fazenda, foi um dos vencedores da 16ª edição do Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (e-Gov 2017), na categoria e-Serviços Públicos, entre os 89 projetos inscritos.
- Diretoria de Mercado - o ano de 2017 foi o ano da consolidação da Diretoria de Mercado, cujo objetivo é identificar oportunidades de prestação de serviços na área de tecnologia da informação e comunicação a outros mercados (prefeituras,

outros membros da Federação, entidades da sociedade civil organizada). Utilizando soluções existentes na esfera Estadual, adequando-as aos novos clientes e suas necessidades busca incrementar sua receita, diversificar seu faturamento e cumprir com seu papel de agente transformadora e inovadora na gestão pública.

1.9 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

Principais atividades e resultados da Agência Paraná (AGPR) do BRDE, até setembro:

- Desempenho Operacional - realização de 1.146 novos contratos em um montante de aproximadamente R\$ 499,5 milhões. Os segmentos econômicos de maior destaque foram o primário em número de contratos e o terciário em termos de valor contratado, conforme apresentado na tabela a seguir.

TABELA 1 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELO BRDE (JAN.-SET./2017)

SETOR	VALOR CONTRATADO	N.º DE CONTRATOS
PRIMARIO	R\$ 189.535.013,56	959
SECUNDARIO	R\$ 89.383.391,20	49
TERCIARIO	R\$ 220.582.980,42	138
TOTAL	R\$ 499.501.385,18	1.146

FONTE: BRDE/AGPR

- Na segmentação por porte das entidades observou-se a concentração em produtores rurais, conforme apresentado na tabela a seguir.

TABELA 2 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ POR PORTE DAS ENTIDADES (JAN.-SET./2017)

PORTE ENTIDADE	VALOR CONTRATADO	N.º DE CONTRATOS
Produtor Rural	R\$ 168.119.248,76	985
Microempresa	R\$ 31.624.516,92	73
Pequena Empresa	R\$ 39.445.543,00	26
Media Empresa	R\$ 101.419.463,37	30
Grande Empresa	R\$ 152.682.613,13	31
Prefeituras	R\$ 6.210.000,00	1
TOTAL	R\$ 499.501.385,18	1.146

FONTE: BRDE/AGPR

- Entre as regiões com o maior volume de operações contratadas está o Oeste Paranaense seguido pela Metropolitana de Curitiba e pelo Norte Central Paranaense, que somaram aproximadamente R\$ 103,6 milhões, R\$ 88,8 milhões e R\$ 69,6 milhões, respectivamente. A tabela a seguir detalha a situação em cada uma das mesorregiões do Estado e por setor na contratação.

TABELA 3 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELO BRDE (JAN.-SET./2017)

MESORREGIÃO PROCESSO	VALOR CONTRATADO	N.º DE CONTRATOS
Centro Ocidental Paranaense	R\$ 42.814.294,58	143
Centro Oriental Paranaense	R\$ 55.398.913,68	45
Centro-Sul Paranaense	R\$ 60.614.681,18	162
Metropolitana de Curitiba	R\$ 88.835.986,37	52
Noroeste Paranaense	R\$ 5.401.649,29	21
Norte Central Paranaense	R\$ 69.647.291,34	150
Norte Pioneiro Paranaense	R\$ 15.315.184,31	28
Oeste Paranaense	R\$ 103.604.124,08	333
Sudeste Paranaense	R\$ 9.699.115,57	67
Sudoeste Paranaense	R\$ 48.170.144,78	145

FONTE: BRDE/AGP

- O BRDE e o Estado do Paraná, por intermédio do Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas (PPPs), estão em processo final para firmar um Acordo de Cooperação Técnica visando o auxílio, por parte do BRDE, na estruturação de projetos de Concessões e PPPs de interesse do Estado que permitirá ao BRDE compartilhar suas experiências na estruturação econômica e financeira dos projetos.

Casa Militar



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

2 Casa Militar

2.1 Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC)

A Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil atua em diversas frentes de trabalho para desempenhar sua missão, tanto nas fases que antecedem um desastre (preparação, mitigação e prevenção), quanto nas fases de recuperação e reconstrução do local atingido.

TABELA 1 - AÇÕES OPERACIONAIS REALIZADAS PELA CEPDEC (DADOS ATÉ OUTUBRO/2017)

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Ocorrências registradas	381
Municípios atingidos por desastre	180
Pessoas afetadas	132.450
Prejuízos econômicos decorrentes dos desastres	R\$ 69,0 milhões
Alertas emitidos	993
SMS enviados (decorrentes dos alertas)	23.987
Municípios com Planos de Contingência a Desastre	399 ¹
Áreas de atenção identificadas	204

FONTES: *Business Intelligence (BI)* da Defesa Civil-PR

NOTA: ¹Primeiro Estado do País a desenvolver Planos de Contingência a Desastre a todos os seus municípios.

Suas principais ações foram:

- Distribuição de Material de Ajuda Humanitária - com o objetivo de minimizar os danos experimentados pela população atingida por um desastre foram encaminhados até outubro: 60 cestas básicas, 675 bobinas de lona plástica, 15.635 telhas de fibrocimento, 19 *kits* limpeza, 25 *kits* dormitório e 38 *kits* higiene, aos municípios atingidos por eventos cujos danos e prejuízos extrapolaram sua capacidade de resposta, sendo esta classificação realizada com base em critérios técnicos e legais (Instrução Normativa n.º 02, de 20 de dezembro de 2016) estabelecidos pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC).
- Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED): a) foram capacitados 703 alunos no Curso de Conhecimentos Fundamentais para Gestores Municipais de Proteção e Defesa Civil; 72 alunos no Curso de Sistema de Comando de Incidentes - SANEPAR; 170 alunos em Conhecimentos Básicos para Integrantes da Rede de Emergência de Radioamadores; b) encontram-se em desenvolvimento os cursos de Formação de Brigadistas para Universidades - UNESPAR/UEM (142 alunos); Brigadistas Escolares Municipais - Maringá (206 alunos); Intervenção e Saúde Mental em Desastres - Curitiba (200 alunos), Cascavel (81 alunos), Londrina (100 alunos) e Maringá (200 alunos); c) foram celebrados termos de cooperação técnica, científica e financeira com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN),

Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP), Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul (ISAE), Conselho Regional de Psicologia do Paraná da 8ª Região (CRP-08); d) foram realizadas publicações sobre o modelo paranaense para a gestão do risco de desastres, contendo orientações para o planejamento em Proteção e Defesa Civil (no âmbito Estadual, Regional e Setorial) e guia contendo informações de base especializada no resgate e na despetrolização da fauna em caso de acidentes ambientais na área do complexo estuarino de Paranaguá; e) participação e promoção de eventos e palestras e realização, em setembro, do II Curso de Formação em Despetrolização de Fauna, em Paranaguá; f) desenvolveu em Cooperação com a SANEPAR projetos tais como o Inventário da Produção Científica sobre Riscos de Desastres junto às Instituições Integrantes da REDESASTRE (PORTAL), o Sistema de Monitoramento de deslizamento de Solo Paranaense (SIDESOL Paraná), Estruturação de Indicador de preparação para desastres nas Cidades, Previsão Climática e Identificação de Áreas Sujeitas aos Eventos Extremos no Paraná, desenvolvimento de Sistema de Alerta baseado na mancha de inundação do Rio Marrecas para a cidade de Francisco Beltrão, desenvolvimento de Sistema de Monitoramento do Nível de Água dos Rios, dentre outros; g) encontram-se em desenvolvimento a criação da I sub-rede temática de psicologia voltada à Atenção Psicossocial e Saúde Mental em Desastres, a montagem de estúdio para curso EAD; o Portal EAD e os projetos gráficos para publicações.

- Sistema Paranaense de Informações para a Gestão dos Riscos a Desastres Naturais (SIGRISCO) - foram realizadas: a) implantação de projeto de estudos para estabelecimento de índices críticos gerais de pluviosidade para o acontecimento de desastres no Paraná, por meio de abordagem estatística e de modelos matemáticos; b) implantação de projeto de estudos para determinação de índices críticos de pluviosidade específicos para as regiões do Litoral e Sudoeste do Paraná, com foco principal em deslizamentos; c) preparação de base espacial de dados hidrológicos, morfológicos, antrópicos, meteorológicos e de desastres para subsidiar alertas, atuando inclusive, na correção de dados falhos; d) integração de plataformas de informação para individualização de alertas meteorológicos; e) instalação de radar proveniente da Agência de Fomento Japonesa JICA/JRC para estudos e teste em *software* de previsão de deslizamentos.
- Alerta de desastres via *Short Message Service* (SMS) - com o objetivo de alertar o cidadão paranaense quando a eventos meteorológicos severos e desastres, foi desenvolvida tecnologia (sistema) em parceria com a SEDEC. Inicialmente realizou um projeto piloto em cinco municípios no Estado e a partir de outubro, esta ferramenta para a disseminação de alerta de desastres, passou a funcionar em todo

o Estado. Foram enviados de junho a outubro, 23.987 SMS, oriundos de 993 alertas com 98,7% de ocorrência do evento demonstrando a eficiência do sistema.

- Sistema de Recepção de Imagem Via Satélite - baseado na tecnologia GOES-R, com um custo estimado de US\$ 200,0 mil, permitirá uma melhora significativa na detecção, observação e monitoramento de fenômenos ambientais que afetam diretamente a segurança pública, a proteção da propriedade, saúde e a economia. Desde janeiro de 2017 o satélite GOES-R, lançado em novembro de 2016, passou a ser denominado GOES 16 em função do atingimento de sua órbita. Seu comissionamento deve ocorrer em novembro, quando o mesmo entrar em operação e iniciar a captura e geração de imagens do hemisfério ocidental. Esta geração de satélites GOES possui previsão de operação até 2040 e fornecerão novas imagens com resolução planimétrica aumentada (até 500 metros) e maior frequência de imageamento para gerar previsões mais precisas e aprimorar o monitoramento hidrometeorológico. Entre os benefícios advindos da utilização das imagens GOES 16 serão: a) aprimoramento no monitoramento de eventos meteorológicos severos; b) antecipação na geração e emissão de alertas de tempo severo, enchentes e inundações; c) previsão e monitoramento de descargas atmosféricas; d) antecipação na geração e emissão de alertas de qualidade do ar; e) aprimoramento na detecção e monitoramento de incêndios; f) aprimoramento na previsão e monitoramento de possíveis tornados; g) melhoria na geração de chuva integrada e em estimativas de chuva; h) geração de dados para estudos de variabilidade climática.
- Capacitação da Rede Estadual de Emergência de Radioamadores (REER) para desastres - em conjunto com as Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil (CORPDEC) e a REER realizou simulados nas áreas das CORPDEC e em novembro coordenou o simulado, em conjunto com o Supervisor Geral da REER, envolvendo todas as regionais de Proteção e Defesa Civil, bem como os respectivos REER. Foram realizados três cursos de capacitação de REER, abordando assuntos referentes à defesa civil e atualização REER com 192 alunos capacitados.
- Programa Ajuda Local - a Defesa Civil iniciou os trabalhos do Programa que prevê a construção de Centros Logísticos Regionais de Ajuda Humanitária em pontos estratégicos do Paraná, para aprimorar a logística de distribuição de artigos de ajuda humanitária por meio da descentralização do estoque. Foram escolhidos os municípios de Londrina, Guarapuava e Quedas do Iguaçu para sediar os centros que serão equipados com um caminhão baú, empilhadeira, balança e outros equipamentos destinados a possibilitar a estocagem, controle e distribuição de lonas plásticas, telhas de fibrocimento, cestas básicas, artigos de higiene e limpeza, e demais itens destinados à ajuda humanitária. O programa

tem um custo total estimado em R\$ 2,6 milhões e encontra-se na fase de aquisições dos materiais, equipamentos e projetos para a construção da infraestrutura física dos centros regionais.

- Apoio aos municípios na obtenção de recursos federais - a Seção de Planejamento, por meio do Setor Técnico e de Convênios da Divisão de Defesa Civil da Casa Militar, é responsável pelo auxílio aos municípios vitimados por algum desastre na confecção e organização da documentação exigida pelo Governo Federal para análise da necessidade de envio de recursos destinados à recuperação do município. Até outubro foram obtidos R\$ 16,3 milhões, distribuídos em 14 repasses, tanto para resposta, quanto para recuperação das áreas atingidas por desastres. Além destes repasses efetivados, R\$ 4,4 milhões estão em processo de liberação junto à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.
- Aprimoramento do Sistema Informatizado Estadual de Defesa Civil (SISDC) - destinado ao cadastro e acompanhamento das ocorrências de defesa civil é uma ferramenta de gerenciamento das rotinas de trabalho da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. Na busca da melhoria contínua de seus procedimentos de operacionalização implantou: a) criação de novo cadastro de voluntários, que permitiu validações de dados de contatos, com diversos filtros de seleção, incluindo o cadastro dos voluntários da REER; b) Processo de Ajuda Humanitária - criação de nova ferramenta, juntamente com o Formulário de Informação de Desastre (FIDE), padronizando o recebimento e prestações de contas, sendo o envio de artigos de ajuda humanitária realizado somente após a validação pela Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil a que pertence o município, com a rotina acompanhada por meio do envio de *e-mails* e de SMS; c) Cadastro de Estações do Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) - inclusão de todas as estações com dados oriundos do SIMEPAR na página de gestão de estações, com acesso *online* às estações telemétricas de instituições como CEMADEN, Instituto das Águas, SIMEPAR, Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), entre outras; d) ferramenta de envio de SMS que permite o envio de SMS ou de *e-mails* às pessoas cadastradas no SISDC (usuários, cadastros de residências, áreas de atenção, instituições, municípios, dentre outros); e) validador e vistoria de cadastros de áreas de atenção - tem o objetivo prático de identificar as áreas criadas com o acompanhamento da CEPDEC, fazendo os devidos ajustes se necessário; f) *Mobile* - realização de ajustes no SISDC, como novas validações, inclusões do número de celular por morador, gestão de acessos, entre outros; g) *Greater Eastern Oregon Development Corporation* (GEODC) - implementação de atualizações com destaque para a integração do

sistema de monitoramento com emissão de alertas de forma automática personalizada por estações.

- Brigadas Escolares - Defesa Civil na Escola – realizou, em 2017, as seguintes ações: a) proposta de Calendário Escolar Anual para 2018, com a 12ª e 13ª Oferta de Capacitação de Brigadistas Escolares e 1ª e 2ª Oferta de Recapacitação, aprovado pela SEED e Corpo de Bombeiros; b) capacitação de 10.750 Brigadistas Escolares para atuação nas Instituições da Rede Pública Estadual; c) elaboração e aprovação, junto ao Corpo de Bombeiros, de 15 projetos de prevenção contra incêndios e pânico; d) emissão de 995 Certificados, em consonância com o Decreto Estadual n.º 4.587, de 13 de Julho de 2016.
- Programa Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Fortalecimento da Gestão do Risco de Desastres (FGRD) - foi inaugurado o Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CEGERD), com investimento de R\$ 4,6 milhões, responsável pelo monitoramento contínuo de todo o Estado, com base em informações de 16 Órgãos. Instalado no Palácio das Araucárias, em Curitiba, o CEGERD fica junto à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil e conta com estrutura tecnológica e de pessoal para gestão de desastres no Estado, tanto em pequena quanto em grande escala. O espaço foi adequado para monitoramento de condições meteorológicas severas, com salas de videoconferência, salas de comando de incidentes e de descompressão, centro de imprensa e um conjunto de telefonia totalizando 160 linhas. Em 2017, todas as regionais de proteção e defesa civil foram equipadas com sistema de videoconferência constituindo 17 locais físicos com conexão em tempo real ao CEGERD, e foram adquiridos 76 *tablets*, 45 *notebooks* e 78 computadores para distribuição nas regionais. No âmbito de salvamento e resgate, o Estado adquiriu 32 viaturas, 160 conjuntos de salvamento em águas rápidas (enxurradas, inundações, cabeça d'água), inclusive barcos, além de 192 conjuntos para busca e resgate em situações emergenciais decorrentes de desastres naturais, como desabamentos, deslizamentos, incêndios, furacões e vendavais. São embarcações de resgate, cabo de resgate, mosquetão de aço assimétrico, placa de ancoragem, bolsa impermeável, saco impermeável, capacete com lanterna e óculos de proteção, pistola pneumática, miniescavadeira, empilhadeira, entre outros. No total, na área de prevenção a desastres, os investimentos do Governo do Estado foram de mais de R\$ 11,0 milhões.

Secretário Especial para Assuntos Estratégicos



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

3 Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

O Secretário Especial para Assuntos Estratégicos tem como objetivo a articulação de projetos e programas estratégicos selecionados pela Governadoria. O desafio está concentrado em estimular e acompanhar atividades de natureza transversal em conjunto com as Secretarias de Estado e órgãos vinculados, empresas estatais e com os poderes Legislativo e Judiciário.

Em 2017, passou a ter novas atribuições, delegadas pela Casa Civil e pela Governadoria, com a reavaliação das políticas públicas e redirecionamento de algumas ações. Dentre as novas atribuições, destacam-se o acompanhamento das obras do Governo executadas pelas Secretarias Estaduais, visando agilizar o andamento de obras atrasadas, o início de novas e a retomada de obras paralisadas, e a coordenação do Programa Mutirão da Cidadania.

3.1 Cidadania Digital

O Programa Cidadania Digital, composto pelo Rede 399 e o Espaço Cidadão-Telecentro, dispõe sobre o acesso à *internet*, qualificação dos cidadãos, fomento e expansão da infraestrutura de bens e serviços relativos à tecnologia da telecomunicação nos municípios paranaenses, por meio de políticas de incentivo e apoio técnico do Governo do Estado do Paraná.

3.1.1 Rede 399 - *Internet* para Todos

O Rede 399 deu continuidade ao assessoramento dos municípios na definição das melhores soluções tecnológicas que permitam a implantação de uma *internet* cidadã e de baixo custo, numa ação conjugada entre os agentes governamentais, o setor privado e a sociedade civil. Seus principais avanços foram:

- Implementação da categorização do projeto por camadas, etapas do processo, para concretizar a cidadania digital do município.
- Colaboração na implementação de piloto da estratégia de ação rural em conjunto com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) para fortalecer e ampliar as ações rurais no andamento do processo de implantação da Rede 399.
- Suporte no desenvolvimento de metodologia para o tratamento de redes municipais de vídeo monitoramento junto a Polícia Militar do Estado do Paraná.
- Acompanhamento do levantamento básico em telecomunicação, com a elaboração do resumo do levantamento, planilha de previsão de consumo e modelo de edital.
- Acompanhamento e apoio aos municípios participantes, na condução do processo de levantamento em telecomunicações, relatório, orçamento e licitação.

- Evolução do processo de diagnóstico, com definição de metodologia específica, que possibilita a sugestão de banda de consumo conforme elementos que irão compor a rede municipal, permitindo a elaboração de proposta de orçamento para composição de licitação, divulgação e apoio aos demais estados brasileiros que demonstraram interesse em conhecer o Programa.

3.1.2 Espaço Cidadão

O Programa Espaço Cidadão - Telecentro teve uma importante conquista em 2017, que compreende sua regulamentação por meio do Decreto n° 6.752/17. O programa atuou fortemente interligando pessoas e disseminando conhecimento, criando uma grande rede de informação, formação e qualificação. Presente em 310 municípios, o programa conta com 360 espaços em funcionamento, levando a inclusão digital e a qualificação em um só lugar para o cidadão. A análise das informações e os resultados disponíveis continuam norteando o programa em três pilares estruturais: promoção da inclusão e da emancipação digital, levando aos cidadãos informação e conhecimento para utilização dos equipamentos e da rede; disseminação orientada e uso de serviços de Governo à população via *internet*; promoção de formação e qualificação profissional nas modalidades presencial e à distância.

Entre os principais avanços alcançados, destacaram-se a manutenção e a adequação da operacionalidade do sistema e o desenvolvimento dos trabalhos requeridos pelo diagnóstico, produzindo:

- Na área administrativa - permitiu avanços nas funcionalidades e remodelagem do Sistema Gestor do Programa (SGP).
- Na área operacional - 799 atendimentos realizados a partir de 536 solicitações de serviços ativadas no sistema de Serviços e Ocorrências CELEPAR (SOC), com 77,3% de visitas técnicas presenciais, 18,4% de atendimentos remotos e 4,3% de atendimentos no laboratório.
- Na área de atendimento - utilização do espaço por 65.561 cidadãos para treinamentos e cursos, perfazendo um total de mais de 30.000 horas; 20.994 pessoas acessaram os serviços eletrônicos do governo; 25.966 paranaenses usaram *sites* em busca de emprego e 38.246 estudantes realizaram pesquisa escolar; outros tipos de uso, como o acesso a *e-mails*, lazer, negócios, entre outros tiveram mais de 200.000 acessos.
- Na área de formação e qualificação profissional - foi realizada a segunda edição do Programa de Formação dos Gestores dos Espaços Cidadãos, com 609 inscritos, na modalidade à distância, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Programa Paranaense de Práticas e Recursos Educacionais Abertos (REA PARANÁ) que era vinculado ao Núcleo de Educação a Distância da UFPR. Composto por cinco módulos com 48 horas de carga horária, o curso buscou

promover o desenvolvimento das competências e habilidades nas áreas de gestão do uso do Espaço Cidadão, atendimento ao cidadão, acesso à formação e qualificação, uso e disseminação dos serviços eletrônicos do Governo; Cidadania Digital - segurança na *internet*, inclusão digital para o idoso, dentre outros.

3.2 Relação com a Sociedade

Trata de um conjunto de programas, projetos e ações priorizadas para a área social, com destaque para:

- Mobilização pelos Desaparecidos - coordenou Grupo de Trabalho de Mobilização pelos Desaparecidos; promoveu a articulação entre os atores e encontra-se em elaboração o Plano de Comunicação (Secretaria de Estado da Comunicação Social) para o acompanhamento pela sociedade das informações sobre a área. Foi proposta uma Política de Estado após aprofundar o entendimento sobre o assunto em reuniões mensais com as demais Secretarias de Estado. Das reuniões, foram definidos os trabalhos a seguir: a) melhoria dos sistemas de comunicação entre setores da SESP que participam do Grupo de Trabalho, sendo implementadas melhorias na elaboração dos Boletins de Ocorrência; b) elaboração do Plano de Trabalho geral para todos os participantes; c) integração das bases de dados cadastrais das Secretarias para apoiar a localização de desaparecidos.
- Ações Intersecretariais de Saúde Mental - o Comitê Gestor Intersecretarial de Saúde Mental do Estado do Paraná (CISMEEP) faz a articulação entre os órgãos envolvidos e trabalha na Prevenção de Agravos e na Promoção da Saúde Mental. Os principais avanços alcançados foram: a) promoção da descentralização de suas ações nas regiões administrativas do Estado, com a criação dos Comitês Regionais Intersetoriais de Saúde Mental, com 17 Comitês Regionais implantados; b) publicação do Guia para Implantação e Fortalecimento dos Comitês Regionais e Municipais Intersetoriais de Saúde Mental; c) incentivo à criação e estímulo ao funcionamento de Comitês Municipais Intersetoriais de Saúde Mental, sendo que 119 Comitês Municipais estão em funcionamento; d) proposição para realização de cursos, palestras e reuniões presenciais e a distância; e) participação na organização do evento sobre Depressão e Suicídio na Adolescência - Mais do que 13 razões para falarmos sobre (em maio), da Semana Estadual da Conscientização sobre a Depressão e da semana comemorativa do Dia Mundial de Saúde Mental; f) participação das realizações do Setembro Amarelo, mês de prevenção ao suicídio; g) desenvolvimento contínuo da página eletrônica do CISMEEP contemplando informações, textos e assuntos relacionados à Saúde Mental.

3.3 Parcerias Internacionais

No âmbito da reavaliação das atribuições e atividades do Secretário Especial para Assuntos Estratégicos e, após tratativas com o Secretário Especial do Cerimonial e Relações Internacionais e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), o Secretário Especial deixou de tratar das parcerias internacionais a partir do segundo semestre de 2017.

Entretanto, no primeiro semestre, foram realizadas atividades com a finalidade de articular ações relacionadas às parcerias internacionais no âmbito do Governo do Estado, envolvendo reuniões, apresentações e encontros de empresários, investidores e autoridades estrangeiras com representantes do Governo do Estado.

3.4 Mutirão da Cidadania

O Programa Mutirão da Cidadania, criado por meio do Decreto n.º 7.492/17, é coordenado no âmbito do Governo do Estado pelo Secretário Especial para Assuntos Estratégicos e tem por objeto a realização de serviços públicos, atividades socioeducativas, mutirões, entre outras, nas regiões do Estado do Paraná, podendo ser celebradas parcerias com as prefeituras para ampliação da oferta de serviços.

O Programa tem como principais objetivos permitir aos cidadãos paranaenses o acesso rápido e fácil aos serviços oferecidos pelo Estado do Paraná, bem como estimular a participação dos mesmos na solução de problemas comuns, mediante ações coordenadas com o Poder Público.

Foram realizadas até outubro, duas edições do Mutirão (Regional Bairro Novo e Regional Cajuru), com mais de 50 mil pessoas atendidas em 200 serviços públicos oferecidos pelo Governo do Estado ou pela Prefeitura de Curitiba, tais como: emissão de carteiras de identidade, emissão de carteiras de trabalho, exames médicos, palestras educativas e de orientação, serviços de melhoria no bairro (iluminação pública, pintura de vias, tapa-buraco, entre outras), atividades culturais e recreativas. Há previsão de realizar três edições do Mutirão em Curitiba, nas regionais CIC, Tatuquara e Boqueirão até dezembro, e a partir de 2018 o Programa deve ser expandido para cidades do interior do Estado.

3.5 Acompanhamento de Obras

Uma das principais atividades delegadas ao Secretário compreende o acompanhamento de obras estratégicas para o Governo do Estado.

O trabalho envolve o acompanhamento e estímulo à agilidade e cumprimento de cronogramas de execução das principais obras em andamento; as providências para a retomada de obras paralisadas e para agilizar obras cujo cronograma esteja atrasado; além de propor medidas visando tornar mais célere os procedimentos de contratação e execução

de obras no âmbito do Estado do Paraná, tais como a regulamentação e adoção do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) e adoção de sistemas construtivos modulares.

Para a realização deste trabalho foi criada uma força tarefa para atuar especificamente nas obras paralisadas/atrasadas no âmbito da Educação (SEED/FUNDEPAR/PARANAEDUCAÇÃO), que somam 50 obras. Esta força tarefa conta com diversos profissionais, que atuam tempo integral no esforço de retomar e concluir as obras no menor tempo possível.

Além disso, é realizado o acompanhamento de obras estratégicas de outras áreas, com vistorias *in loco* e tratativas diretas junto a fiscais de obras e empresas contratadas, como o ocorrido com o Hospital de Guarapuava e de Telêmaco Borba, o Instituto Médico Legal (IML) de Londrina, o Hospital de Queimados de Cascavel, a Cadeia Pública de Campo Mourão, entre outras, visando a conclusão e entrega das obras dentro dos prazos contratuais.

Companhia de Saneamento do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

4 Companhia de Saneamento do Paraná

A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) é uma empresa brasileira de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná que é titular direto de 29,9% do total das ações da Companhia, sendo 89,8% ações ordinárias. Além disso, por meio da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e da Copel Comercialização, o Estado obtém indiretamente ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia. A SANEPAR atua com sistemas de abastecimento de água em 345 municípios do Paraná, além de Porto União (SC), com serviços de coleta e de tratamento de esgotamento sanitário em 174 municípios do Paraná.

Opera um complexo composto por 164 Estações de Tratamento de Água (ETAs), 1.050 poços, 239 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), três Aterros Sanitários e quatro barragens, com ramificações em todo o Estado. Possui uma força de trabalho de mais de 7.300 empregados qualificados e comprometidos com o saneamento ambiental, além de diversos colaboradores.

A SANEPAR trabalha para prestar serviços de Saneamento Ambiental de forma sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida para a população que atende, além de envolver os empregados em modernas práticas de gestão na busca de ser uma empresa de excelência, comprometida com a universalização do Saneamento Ambiental.

Na gestão dos resíduos sólidos urbanos, a Companhia opera os aterros sanitários de Apucarana, Cornélio Procópio e Cianorte, sendo que este último atende também as cidades de São Tomé, Terra Boa, Guaporema e Indianópolis.

A Companhia está desenvolvendo o segmento de biogás por meio da CS Bioenergia S.A., *joint venture* com a Cattalini Bioenergia Operação S.A., possuindo 40,0% de participação. As atividades da CS Bioenergia atenderão a Política Nacional e Resíduos Sólidos, atuando nos eixos de não geração/redução, reutilização, tratamento e disposição de resíduos.

O respeito ao público e a transparência nos negócios são o alicerce da Governança da SANEPAR, que preza pela equidade na tomada das decisões estratégicas e tem como prática constante a identificação e mitigação de eventuais ameaças aos negócios. Após a publicação da Lei n.º 13.303/2016 e a adesão da Companhia no Nível 2 da BM&FBOVESPA S.A., a SANEPAR passou a adotar novas práticas de Governança Corporativa. Em maio de 2017, seus contratos e licitações passaram a atender os requisitos da Lei, por meio do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios (RILC) e estão sendo implantadas políticas, a fim de atender os objetivos e as diretrizes da Companhia.

A SANEPAR permaneceu no grupo de Melhores e Maiores da Revista Exame. Entre as 500 maiores empresas por vendas, a SANEPAR subiu da 203ª posição para o 167º lugar; e, entre as 50 maiores estatais por vendas saiu da 21ª colocação passando à 19ª posição. No setor de Infraestrutura ficou em primeiro lugar entre as 100 maiores empresas da Região Sul e em segundo, entre as 1.000 maiores empresas do Brasil. No *ranking* geral

da Região Sul, estava em 24º lugar passando, em 2017, à 18ª posição. Entre as 100 maiores na avaliação capital aberto por valor de mercado, a Companhia saltou da 111ª para a 65ª posição. Em Infraestrutura, a SANEPAR ocupa a 3ª colocação em crescimento; a 4ª em liderança de mercado e rentabilidade; e a 6ª em liquidez corrente e em riqueza criada por empregado (acima da média do setor).

No Prêmio Valor Inovação Brasil 2017, a SANEPAR foi a única representante do setor de saneamento básico; foi a estatal paranaense mais bem colocada entre as 150 empresas mais inovadoras do Brasil; e foi a 4ª empresa mais inovadora entre as oito organizações do Paraná que constam do *ranking*. Dos 18 setores avaliados, a SANEPAR se destacou em terceiro lugar no *Top 5* do setor Serviços. No *ranking* geral, ocupa a 86ª posição, com evolução significativa em relação à 2016, quando esteve na 119ª posição.

No anuário que apresenta as 1.000 Maiores Empresas do Brasil, do Valor, a SANEPAR subiu da 181ª posição para a 162ª, em 2017.

Segundo o anuário Época Negócios 360º a Companhia passou à 152ª colocação, dentre as 500 maiores por receita líquida; no *ranking* das 300 melhores, a SANEPAR ocupa o 73º lugar; na classificação geral do setor Água e Saneamento, a SANEPAR conquistou o 3º lugar. Entre as melhores estatais, privadas e estrangeiras por origem de capital, a SANEPAR está em 5º lugar. Entre as 100 maiores companhias abertas, saiu da 111ª posição para o 62º lugar, e no critério Retorno Total, as ações da SANEPAR (setor água e saneamento) foram as que mais pagaram na soma de dividendos e valorização em bolsa. A SANEPAR ficou em terceiro lugar neste critério e é a única representante do seu setor entre as 10 com melhor retorno total.

Na 14ª edição do *ranking* das Campeãs da Inovação da Revista, a SANEPAR foi a Empresa mais Inovadora, na categoria Estatais e Filantrópicas do Sul do Brasil.

Como mecanismos de gestão, controle interno e conformidade, foi implantado o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Indicação e Avaliação, a Gestão de Risco e o Código de Conduta e Integridade, que prevê normas de conduta que servem como base para a construção de uma cultura organizacional comprometida com a integridade e a qualidade na prestação dos serviços.

Em 2017, a SANEPAR conquistou como organização o Troféu Bronze, Nível I, do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS), e as Unidades Regionais de Cascavel e Pato Branco, e Gerência Geral do Sudoeste (GGSO), conquistaram o Troféu Ouro, Nível II do PNQS.

Após assinatura do Termo de Adesão à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que propõe 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2016, a SANEPAR assumiu, em 2017, a secretaria executiva do Movimento Nós Podemos Paraná.

É a primeira empresa de saneamento do Brasil a ter um programa para a promoção da equidade de gênero. Aprovou em março a Política de Equidade de Gênero, que passou a compor as diretrizes estratégicas da empresa. A Política visa promover continuamente a

equidade de gênero nas relações sociais e de trabalho, assegurar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, e fortalecer a imagem da Companhia como empresa comprometida com as políticas públicas e com o desenvolvimento sustentável. Como desdobramento da Política de Equidade de Gênero, em maio realizou treinamento de formação de facilitadores com a participação de profissionais de todas as regionais do Estado em torno do tema, visando a criação de um plano de ação; e o tema é abordado no curso à distância referente ao Código de Conduta e Integridade.

4.1 Reestruturação Organizacional

Na busca contínua pela qualidade e inovação iniciou, em 2017, o processo de reestruturação organizacional e de gestão, com a Consultoria Falconi Consultores de Resultado, com o propósito de tornar o ambiente de gestão mais moderno, menos burocrático, possibilitando maior eficiência nos processos da Companhia assegurando, assim, melhorar ainda mais a qualidade dos seus serviços oferecidos à sociedade paranaense, tornando a SANEPAR mais inovadora, mais rentável e rumo à sustentabilidade.

Foram implementados os programas Aposentadoria Incentivada e Dispensa Voluntária, em outubro, visando equilibrar o planejamento de renovação e readequação dos quadros funcionais abrindo oportunidade aos empregados que desejavam se desligar de suas atividades na Companhia com maior segurança financeira.

4.2 Mercado e Investimentos

A Companhia fornece água tratada de qualidade para 100,0% da população urbana, nos municípios em que atua. Em relação à coleta de esgoto, o índice de atendimento atual é de 70,0% e todo o esgoto coletado é 100,0% tratado.

Para manter a qualidade na prestação dos serviços, foram realizados investimentos para aprimorar e ampliar os sistemas de produção e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos, protegendo os recursos hídricos para atender à crescente demanda por serviços de água e esgoto nos municípios em que atua. No 2º trimestre foram investidos R\$ 161,8 milhões em obras em todo o Estado, resultando, até setembro, no incremento de 42.462 novas ligações de água, 59.492 ligações de esgoto e nas atividades em resíduos sólidos.

4.3 Concessões

A SANEPAR oferece serviços de distribuição de água, coleta, tratamento de esgoto e coleta e destinação de resíduos sólidos, por meio de contrato de concessão/programas junto às prefeituras. Do total de 346 sedes municipais operadas, aproximadamente 5,2%

dos contratos encontram-se em processo de renovação por estarem vencidos, 17,6% vencem de 2016 a 2026 e 77,2% foram renovados (vencimentos após 2027).

Até o terceiro trimestre, foram formalizados 151 Contratos de Programa em atendimento ao Marco Regulatório do Saneamento a Lei Federal nº 11.445/2007. A SANEPAR mantém um Contrato de Concessão e seis Contratos de Programa para a prestação de serviços de Resíduos Sólidos Urbanos nos municípios de Cianorte, Apucarana, São Tomé, Terra Boa, Cornélio Procópio, Guaporema e Indianópolis.

4.4 Fontes de Financiamento

As fontes dos recursos investidos até junho são compostas por R\$ 45,5 milhões da Caixa Econômica Federal (CEF), R\$ 18,7 milhões do BNDES PAC1 e PAC2, e R\$ 251,5 milhões de Recursos Próprios, totalizando R\$ 315,7 milhões no primeiro semestre.

- PAC fase 1 - 163 empreendimentos, com 98,9% das obras concluídas, no valor total de R\$ 1,1 bilhão, assim distribuído: a) 53 empreendimentos com recursos do FAT/BNDES (R\$ 363,7 milhões); b) 98 empreendimentos com recursos do FGTS/CEF (R\$ 711,9 milhões); c) 02 empreendimentos com recursos do OGU CAIXA (R\$ 13,8 milhões); d) 10 empreendimentos com recursos do OGU FUNASA (R\$ 51,7 milhões).
- PAC fase 2 - 141 empreendimentos, no valor total de R\$ 1,9 bilhão, com 47,0% dos valor empenhado, assegurado via BNDES e Caixa Econômica Federal, em fase de elaboração dos projetos e execução das obras: a) BNDES 2011, 14 empreendimentos no valor de R\$ 142,7 milhões; b) BNDES 2012, 13 empreendimentos no valor de R\$ 75,8 milhões; c) BNDES 2013, 05 empreendimentos no valor de R\$ 222,3 milhões; d) BNDES 2014, 09 empreendimentos no valor de R\$ 313,4 milhões; e) CAIXA 2012, 22 empreendimentos no valor de R\$ 52,4 milhões; f) CAIXA 2013, 24 empreendimentos no valor de R\$ 535,9 milhões; g) CAIXA 2011 - OGU, 01 empreendimento no valor de R\$ 3,9 milhões; h) CAIXA 2013 - OGU, 01 empreendimento no valor de R\$ 11,8 milhões; i) FUNASA 2014 - OGU, 17 empreendimentos no valor de R\$ 85,9 milhões; j) CAIXA IN 14 - FASE 1 e 2 - 35 empreendimentos no valor de R\$ 454,9 milhões.
- Outras Fontes de Recursos - mediante a emissão de debêntures pelo BNDES, foram garantidos os recursos da 4ª Emissão - R\$ 234,5 milhões, compreendendo 56 empreendimentos, com 97,5% do valor empenhado.

4.5 Resultados Financeiros

No primeiro semestre de 2017, a SANEPAR obteve um lucro líquido de R\$ 356,9 milhões, valor este superior ao resultado líquido de R\$ 353,4 milhões registrado no mesmo período de 2016, impactado principalmente pelo crescimento de 9,4% da receita operacional bruta.

4.6 Meio Ambiente

Atendendo às responsabilidades sociais e ambientais, a SANEPAR buscou formas de atuação mais sustentável, desenvolvendo e mantendo programas e projetos em diversas áreas de atuação, sendo a revitalização dos rios urbanos uma das prioridades.

O compromisso com a sustentabilidade está integrado às mais diversas atividades e assimilada nos processos e projetos corporativos.

- Revitalização de Rios Urbanos - programa em que se avalia a qualidade dos rios, córregos e galerias com baixo custo e agilidade para identificar problemas na rede coletora de esgoto medindo o teor de oxigênio dissolvido em diversos trechos de rios. Os pontos de lançamento irregular de esgoto são referenciados, reduzindo o tempo de reparo e o custo do manejo e minimizando o impacto ambiental. O trabalho contribuiu significativamente para melhorar a qualidade dos rios urbanos, e foi complementado por ações socioambientais em meio às comunidades ribeirinhas e pelo monitoramento participativo, que capacita cidadãos das comunidades próximas para que eles comuniquem eventuais alterações nos corpos hídricos. O programa passou por 65 bacias hidrográficas da Grande Curitiba e além dos resultados e análises produzidos, impulsionou iniciativas para a despoluição de parte do Rio Belém, dos rios Uvu, Bacacheri e Bacacheri Mirim e dos córregos Vila Izabel, Campo Comprido, Muller, Água Verde e Henri Ford.
- Responsabilidade Socioambiental - prestou serviços de saneamento ambiental com excelência, que contribuíram para a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população; buscou consolidar o relacionamento com as comunidades atendidas e engajar esse público na preservação dos corpos hídricos e da biodiversidade, assim como no uso racional dos recursos naturais. As ações de educação ambiental foram voltadas à população das cidades onde a empresa está presente.
- Se Ligue na Rede - para evitar a poluição dos corpos hídricos, em cada obra de expansão do sistema de esgotamento sanitário é implementado o Programa Se Ligue na Rede, que busca conscientizar a população sobre as questões ambientais e de promoção da saúde, alertando sobre a importância de realizar a correta ligação entre o imóvel e a rede coletora (ação de responsabilidade de cada

morador), garantindo a viabilidade dos empreendimentos. Durante e após a conclusão das obras, a SANEPAR realiza eventos socioeducativos, transformando os moradores em multiplicadores dos conceitos de preservação ambiental e cidadania; e acompanha as interligações executadas e fornece as orientações necessárias. O Programa oferece curso técnico de encanador, viabilizando uma nova oportunidade de formação profissional e de geração de renda aos moradores.

- Se Ligue Nessa Ideia: Sem Óleo na Rede - para promover a compreensão sobre os riscos da destinação inadequada do óleo de cozinha, que pode provocar entupimentos e prejuízos às redes coletoras de esgoto, a SANEPAR implantou o Programa Se Ligue Nessa Ideia: Sem Óleo na Rede. No ano de 2016 foram coletados quatro mil litros do produto, posteriormente destinados a parceiros que fabricam sabão orgânico e biodiesel. Até outubro contava com mais de 100 pontos de coleta à disposição da população nas cidades de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Curitiba e região metropolitana, Pato Branco, Francisco Beltrão, Paranavaí, Santo Antônio da Platina, Cornélio Procopio, Apucarana, Campo Mourão, Umuarama, Foz do Iguaçu, Toledo, União da Vitória, Guarapuava, Telêmaco Borba, Matinhos e Guaratuba.
- Ecoexpresso - ônibus adaptado que entrou em operação no ano de 2016 e percorre o Estado disseminando boas práticas de conservação da água. Até outubro contava com quatro ônibus, com previsão de outro Ecoexpresso a ser lançado até o final de 2017. Por meio da metodologia do Rio ao Rio, desenvolvida pela SANEPAR, os visitantes conhecem o caminho que a água percorre do rio até chegar às residências como água tratada. Depois de consumida, a água é devolvida ao rio, como efluente de esgoto tratado. Em maquetes estão representados os processos de coleta e tratamento do esgoto doméstico, assim como a disposição e o tratamento dos resíduos sólidos.

4.7 Regulação

Nos termos da Lei Federal n.º 11.445/2007, considerada o novo marco regulatório do setor, em dezembro de 2016, foi sancionada a Lei Complementar n.º 202/2016 no Estado do Paraná, que instituiu a competência à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR), para o exercício das funções de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.

Em 2017, a Companhia passou pela Primeira Revisão Tarifária, aplicando uma tarifa econômica aos seus serviços em todo o Estado. A revisão tarifária visa assegurar o programa de investimentos proposto, a manutenção dos níveis de qualidade estabelecidos na regulamentação, e a apropriação social dos ganhos de produtividade, observado o princípio da modicidade tarifária.

O ambiente regulatório traz estabilidade e previsibilidade essenciais para a viabilização de investimentos que terão significativos ganhos de longo prazo para toda a sociedade. Além disso, a regulação reduz os riscos de práticas discricionárias e arbitrárias, permitindo a redução do custo do capital e fomentando a atratividade.

4.7.1 Reestruturação Tarifária

O Consumo Mínimo faturável foi reduzido de 10m³ para 5m³, sendo este, o primeiro passo para a adoção do custo fixo previsto para ocorrer a partir do segundo ciclo tarifário. A partir da reestruturação, quem consome mais de 5m³ passou a pagar exatamente pelo que consome.

A determinação da AGEPAR quanto à nova estrutura tarifária se estende a cada categoria de clientes: Tarifa Social, Micro e Pequeno Comércio, Residencial Normal, Comercial/Utilidade Pública/Poder Público e Industrial. As regras de negócio para a tarifa sazonal litorânea dos municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba foram mantidas, também com redução do consumo mínimo faturável para 5m³.

São 4,6 milhões de pessoas que consomem até 8m³ (44,3% da população atendida pela SANEPAR), cujo aumento tarifário máximo foi de 6,6%. Destes 2,3 milhões de habitantes consomem até 5m³ e tiveram desconto de 2,5% em suas faturas.

4.8 Tarifa Social

A SANEPAR mantém o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água e esgoto, cuja tarifa é de R\$ 8,80 até 5m³ de água por mês e R\$ 4,40 pelo esgotamento sanitário (água + esgoto = R\$ 13,20). O programa está em constante revisão para que apenas as famílias carentes sejam atendidas. Em setembro de 2017, em torno de 184 mil famílias estavam cadastradas no programa resultando em subsídio acumulado, até o terceiro trimestre, de R\$ 71,2 milhões.

4.9 Gerenciamento de Riscos

Referência mundial no setor, a KPMG foi contratada para auxiliar na implantação, até dezembro de 2017, de processos que incorporem a Gestão de Risco em todas as instâncias decisórias da Companhia: conselho, diretorias e gerências, prevendo ainda a capacitação de agentes internos.

A Gestão de Risco é uma postura preventiva para garantir a "saúde" da empresa no longo prazo identificando, monitorando e tratando qualquer ameaça (financeira, ambiental, jurídica, entre outras) que possa dificultar ou impedir o atendimento dos objetivos planejados pela Companhia.

A partir do mapeamento dos processos da SANEPAR, está sendo elaborada uma Matriz de Riscos para identificação de ameaças estratégicas e operacionais a serem sistematicamente monitoradas e tratadas, com foco no controle dos impactos sobre os resultados da Companhia. De posse desse cenário, medidas estratégicas poderão ser tomadas ou adaptadas sempre que necessário, mesmo em situação de calamidade, sem perder o alinhamento estratégico.

Em um ambiente regulatório cada vez mais rígido, que envolve questões como as impostas pelas Leis de Transparência, Ambientais e de Responsabilidade Civil dos Administradores, o gerenciamento de riscos se torna cada vez mais significativo na pauta da linha decisória da Companhia.

O grande mérito do Contrato de Gestão de Riscos corporativos é fazer com que toda a empresa compartilhe da mesma visão de monitoramento, prontidão e flexibilidade para lidar com contingências e calamidades. É uma postura que atende ainda às novas tendências de Governança, de Legislação e de Mercado, como a Instrução CVM n.º 552/14, que exige a informação da existência de política de gerenciamento de riscos em empresas de capital aberto.

Companhia Paranaense de Energia



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

5 Companhia Paranaense de Energia

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL), criada em outubro de 1954, é a maior empresa do Paraná e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia, além de telecomunicações.

Opera um abrangente e eficaz sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição e um moderno e poderoso sistema óptico de telecomunicações que integra as principais cidades do Estado.

Tem como missão prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

5.1 Destaques de 2017

Merece destaque o programa de investimentos realizado nos primeiros seis meses de 2017, considerando suas subsidiárias integrais e as Sociedades de Propósito Específico (SPEs), da ordem de R\$ 1,2 bilhões: R\$ 843,3 milhões aplicados em projetos de geração e transmissão de energia; R\$ 283,0 milhões em obras de distribuição, e R\$ 103,0 milhões em telecomunicações. Dos R\$ 843,3 milhões investidos no segmento de geração e transmissão, R\$ 98,7 milhões foram na Usina Hidrelétrica (UHE) de Baixo Iguaçu, R\$ 50,9 milhões na UHE Colíder, R\$ 353,7 milhões nas linhas de transmissão em construção no Paraná e em outros oito Estados e R\$ 340,0 milhões em parques eólicos localizados no Rio Grande do Norte. O programa total previsto para 2017 é de R\$ 2,3 bilhões.

O Planejamento Estratégico Integrado da COPEL visa à conquista de sua Visão de ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável nos negócios que compõem seu core business: Geração, Transmissão, Distribuição e Telecomunicação.

5.2 Acompanhamento dos Projetos Corporativos

Por meio da ferramenta *Enterprise Project Management* (EPM), o Escritório de Projetos Corporativo efetuou o monitoramento físico e financeiro de 12 projetos corporativos e cinco projetos de SPEs, em que a Companhia tem participação.

5.3 Geração de Energia Elétrica

5.3.1 Operação e Manutenção de Usinas

No âmbito da operação e manutenção do parque gerador, encontram-se em andamento obras e projetos para assegurar maior confiabilidade ao sistema elétrico. Destacam-se:

- Usina Hidrelétrica (UHE) Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (GBM) - realizada reunião técnica com Andritz Hydro e GE para definição de cronograma de reforma da Unidade Geradora n.º 2 da UHE GBM; início dos trabalhos de soldagem dos componentes da primeira nova turbina da UHE GBM no 1º bimestre, com 110 toneladas e 6,1 metros de diâmetro está sendo montada na fábrica da Andritz Hydro, em Ravensburg, Alemanha; comissionamento de dois novos retificadores de baterias adquiridos pela engenharia por meio do contrato n.º 4600011435/2016, da Provolt Tecnologia com a participação da Engenharia e Operação e Manutenção (O&M); iniciada a desmontagem da Unidade Geradora n.º 2 da UHE GBM pela Andritz, para execução da modernização da turbina e reguladores de velocidade e tensão; efetuada a entrega na UHE GBM das barras para reforma do enrolamento estatórico da Unidade Geradora n.º 2.
- Inspeção final no rotor Francis da Unidade Geradora n.º 2, realizada na fábrica da Andritz Hydro em Ravensburg/Alemanha e inspeção final nas buchas auto-lubrificantes das quatro unidades geradoras, realizada na fábrica da Deva em Marburg/Alemanha.
- Usina Hidrelétrica Governador Jayme Canet Júnior - anteriormente chamada Usina Hidrelétrica Mauá, localizada em Telêmaco Borba, no Rio Tibagi, passou à nova denominação a partir de 09/02/2017.
- UHE Governador Ney Aminthas de Barros Braga (GNB) - confeccionada a mureta de contenção a jusante do transformador elevador Fase C da Unidade Geradora n.º 4 da UHE GNB, cujo projeto piloto visa mitigar o risco de contaminação do Rio em caso de falha grave nos transformadores e será replicado aos demais nichos dos transformadores após avaliação técnica; concluída a substituição das vedações das comportas do vertedouro, em atendimento à notificação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); realizada a Grande Manutenção da Unidade Geradora n.º 3, com destaque para a entrada em operação do segundo transformador WEG, recuperação de três rodas da comporta de serviço da TDA, segmentação da estrutura lateral da vedação do eixo da turbina, recuperação de pontos de cavitação da turbina e inspeção de cunhas; realizado o primeiro simulado Grupo de Gestão Local validando o Plano de Ação Emergencial n.º 013 - Inundação da Usina Exceto por

Rompimento do Conduto Forçado, e em consequência a este foi realizado simulado de Brigada de Emergência, devido à necessidade de abandono da usina; finalizado o projeto de substituição dos compressores de ar de serviço e rebaixamento com a instalação e comissionamento de três compressores de rebaixamento e dois compressores do sistema de ar de serviço.

- Usina Termelétrica (UTE) Figueira - preparada a documentação para encaminhamento do processo de renovação da concessão; reiniciado o processo de modernização usina com a assinatura do contrato com a EMTEP Engenharia (26/07/2017) e iniciada as tratativas dos serviços; iniciado o processo de contratação por direta da TGM (fornecedora da turbina), ATAG (fornecedora da Estação de Tratamento d'Água), VETTOR (Fornecedora da Torre de Resfriamento), VMF (fornecedora dos pré-aquecedores), Gevisa (fornecedora do gerador).
- UHE Governador José Richa (GJR) - realizada inspeção regular das estruturas, em atendimento à Lei n.º 12.334/2010 e Resolução ANEEL n.º 696, bem como elaboração do Relatório de Segurança Regular das estruturas da Usina, compreendendo a relação de anomalias identificadas na inspeção visual, com as respectivas recomendações de ações, além da análise da instrumentação civil existente na barragem, tomada d'água e vertedouro.
- Elaboração dos Planos de Segurança de Barragens dos empreendimentos sob a responsabilidade da COPEL Geração e Transmissão S.A. (COPEL GeT), em atendimento à Lei n.º 12.334/2010 e Resolução Normativa ANEEL n.º 696/2015.
- *Workshop* de Confiabilidade Humana em Operação e Manutenção (O&M) - promovido pela Superintendência de Geração de Energia (SGE) e organizado pela área de treinamento da subsidiária com apoio do Departamento de Geração Centro (SGE/DPGC), foi realizado no Centro de Treinamento da Vila Residencial de Foz do Areia nos dias 18 e 19 de abril.
- UHE Colíder - elaborados os documentos técnicos necessários para o período de operação comercial desse empreendimento; iniciada a operação das comportas do vertedouro para manutenção do nível de montante na cota 264,00 m, com o acompanhamento dos técnicos do Consórcio nas manobras da comporta C2 e realizadas leituras diárias nas réguas de montante e jusante para aferição da telemetria; os operadores do Departamento de Geração de Colíder receberam os certificados exigidos Operador Nacional do Sistema (ONS), para atuação na usina, com validade de três anos.
- UHE Apucarantina (APC) - iniciadas as atividades de reforma do gerador, Unidade Geradora n.º 3, que tem por objetivo devolver as características nominais do gerador e elevar a classe de isolamento de B para F (155 °C).
- Ativado o sistema controle de incrustação e de organismos invasores nas usinas do Complexo Energético Fundão Santa Clara (CEFSC). Tal sistema tem como

objetivo principal mitigar a corrosão microbiológica do aço carbono do sistema de resfriamento e evitar a infestação por espécies invasoras, como o mexilhão dourado, por exemplo, de forma a maximizar a disponibilidade das unidades geradoras e vida útil dos ativos da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão.

- Realizado teste anual de recomposição das UHEs Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (UHE GBM), Governador Ney Aminthas de Barros Braga (UHE GNB), Governador José Richa (UHE GJR) e Governador Pedro Viriato Parigot de Souza (UHE GPS), atendendo à Rotina Operacional - Recomposição de Rede RO-RR.BR.01 do Operador Nacional do Sistema (ONS,) os quais foram aprovados pelo ONS.
- Os processos de Operação e Manutenção (O&M) das Usinas Geradoras de Energia Elétrica da COPEL são certificados desde 2005 na norma ISO 9001, que diz respeito à gestão da qualidade. Neste ano foram realizadas duas auditorias: uma auditoria de manutenção da norma NBR ISO 9001, e outra de certificação da norma NBR ISO 14001, de Gestão Ambiental, entre 28/08 e 06/09. As auditorias são realizadas por amostragem, sendo que neste ano foram auditadas as usinas hidrelétricas Governador José Richa, Governador Ney Braga, Derivação do Rio Jordão, Guaricana e Chaminé, além da Alta Direção do sistema, da Engenharia de Manutenção da Geração, Centro de Operação da Geração e Transmissão e Gestão Técnica da Geração.

5.3.2 Expansão da Geração de Energia

- Usina Hidrelétrica Colíder - localizada no Rio Teles Pires, entre os municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, no Mato Grosso, teve as obras iniciadas em 2011 e deve absorver investimentos da ordem de R\$ 2,0 bilhões. Em setembro de 2017, desceu o rotor da turbina no poço da Unidade 1 (93,9% da implantação do empreendimento). Com previsão de entrar em operação comercial em 2018, o empreendimento terá 300 MW de capacidade instalada.
- Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu - a COPEL detém 30,0% de participação no Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI) que tem o objetivo de construir e explorar o empreendimento denominado Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, com potência instalada de 350,20 MW, localizado no Rio Iguaçu, entre os municípios de Capanema e de Capitão Leônidas Marques, e entre a UHE Governador José Richa e o Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná; com investimento estimado de R\$ 2,3 bilhões e entrada em operação da primeira unidade em novembro de 2018. O início da geração comercial da Unidade 1 está atualmente previsto para 01.11.2018, e das Unidades 2 e 3, para dezembro de 2018 e janeiro de 2019, respectivamente. Após a retomada das obras em 2016, a

ANEEL redefiniu o cronograma de implantação do empreendimento reconhecendo a favor do CEBI excludente de responsabilidade pelo atraso de 756 dias, o qual foi considerado como extensão do prazo de concessão, que passou a ser 14.09.2049. Existe ainda a solicitação em análise junto à ANEEL de mais 49 dias de excludente de responsabilidade referentes a invasões do canteiro pelo MAB no ano de 2016. O desvio do Rio, para possibilitar a construção da segunda fase do empreendimento, está previsto para ser executado em maio de 2018.

5.3.3 Complexo Hidrelétrico do Tapajós

Após a deliberação pela sua retirada do Acordo de Cooperação Técnica do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, em 2016, do qual participava com outras oito empresas, (mantendo-se o direito de ressarcimento dos valores investidos pelos futuros vencedores dos processos licitatórios das UHEs São Luiz do Tapajós e Jatobá, caso o processo de licenciamento venha a ter continuidade) a COPEL Geração e Transmissão S.A. formalizou sua retirada por meio de notificação encaminhada ao Comitê Executivo em 10/08/2016. A participação da COPEL nesses estudos permitiu obter informações técnicas sobre os empreendimentos, facilitando e antecipando a realização de suas análises para possível participação nos futuros leilões dos empreendimentos, que representam o maior potencial hidrelétrico remanescente no País.

5.3.4 Participação em Leilões de Energia Nova

Encontra-se em desenvolvimento estudos de viabilidade técnica, socioambiental, institucional e econômica para subsidiar decisões sobre a participação nas disputas de concessões ou autorizações para implantação e exploração de empreendimentos hidrelétricos, eólicos, solares e térmicos que poderão ser objeto de leilões de novos empreendimentos de geração a serem promovidos pela ANEEL. Para os Leilões A-4 e A-6 previstos respectivamente para os dias 18 e 20 de dezembro de 2017 estão em análise projetos eólicos e hidrelétricos cadastrados junto à Empresa de Pesquisa Energética (EPE), como o Complexo Eólico Alto do Oriente e Jandaíra e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Bela Vista e Dois Saltos, que a COPEL detêm participação.

5.3.5 Petróleo e Gás

Alinhada ao seu referencial estratégico e aos interesses do Governo do Estado e considerando: a) a tendência da mudança da matriz energética brasileira, incorporando quantidade significativa de geração eólica e hidráulica a fio d'água, de caráter intermitente,

resultando na necessidade de geração térmica para firmar o Sistema Interligado Nacional (SIN); b) as limitações de fornecimento de gás natural em todo o território nacional pela infraestrutura de transporte deficiente, produção brasileira insuficiente e com valores acima do mercado internacional; c) o término do contrato de fornecimento de gás boliviano em 2019; d) a necessidade de fomentar o desenvolvimento econômico sustentável no Paraná, com a criação de empregos de qualidade, melhorando a distribuição de renda; e) as iniciativas do Governo Federal, por meio do Ministério de Minas e Energia, no âmbito do programa Gás para Crescer, a COPEL buscou identificar parcerias para analisar a possibilidade de viabilização de projetos de importação, produção, exploração, comercialização e transporte de gás no Estado do Paraná, tendo publicado a Chamada Pública n.º 06/2015, que selecionou a empresa Shell do Brasil Petróleo S.A. como parceira estratégica para negociação de um instrumento contratual de parceria para, em conjunto com a COPEL, promover a estruturação e desenvolvimento do Plano Estratégico de Gás Natural para o Estado do Paraná.

Em 2013, a Companhia e arrematou quatro blocos para a exploração e produção de gás natural no Paraná na 12ª Rodada de Licitações realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A COPEL entrou no leilão com 30,0% de participação no consórcio Petra, que reúne ainda as empresas Petra Energia (30,0%), Bayar (30,0%) e Tucumann (10,0%), tendo sido constituída, em 2014, a SPE Paraná Gás Exploração e Produção S.A.. Os blocos de exploração ficam nas regiões de Pitanga e de Pato Branco, com investimento previsto de R\$ 80,0 milhões na primeira fase da prospecção, com duração de quatro anos.

No final de 2016, foi sancionada a Lei Estadual n.º 18.947/2016 que suspende por dez anos o licenciamento ambiental de qualquer atividade de perfuração ou exploração de gás de xisto pelo método do fraturamento hidráulico, mais conhecido como *fracking*.

Em virtude da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal do Paraná desde 04/06/2014, cuja sentença, em primeira instância, proferida em 07/06/2017, declarou a nulidade do procedimento licitatório e dos respectivos contratos firmados referentes às áreas da Bacia do Rio Paraná, e da ausência de perspectivas de cumprimento do objeto da 12ª Rodada de Licitações da ANP, o consórcio deliberou por solicitar à ANP a liberação das obrigações contratuais no contexto da 12ª Rodada de Licitações sem ônus para as licitantes, com a consequente devolução dos bônus de assinatura, reembolso dos custos com garantia incorridos e liberação das garantias apresentadas (solicitação protocolada na ANP em 06/06/2017).

5.3.6 Outras Fontes de Energia Renovável

A COPEL, em consonância com o planejamento estratégico corporativo, tem o propósito de conquistar protagonismo na matriz energética brasileira com a geração de

energia elétrica a partir de fontes alternativas renováveis. Para isso estão em operação parques com capacidade instalada total de 277 MW, sendo 183,6 MW referentes ao Complexo Brisa Potiguar e 94 MW referentes ao Complexo São Bento e mais 52,92 MW, referentes a participações societárias de 49,0% no Complexo Bento Miguel (apto a operar).

Encontra-se está em fase de construção o Empreendimento Eólico Cutia, localizado no Rio Grande do Norte, dividido em dois grandes complexos: a) Complexo Cutia - composto por sete parque eólicos com 180,6 MW de capacidade instalada total e 71,4 MW médios de garantia física, com energia comercializada no 6º Leilão de Reserva, em outubro de 2014, ao preço médio histórico de R\$ 144,00/MWh e previsão para entrada em operação em julho de 2018; b) Complexo Bento Miguel - composto por seis parque eólicos com 132,3 MW de capacidade instalada total e 54,8 MW médios de garantia física, com energia comercializada no 20º Leilão de Energia Nova, em novembro de 2014, ao preço médio histórico de R\$ 136,97/MWh e previsão para entrada em operação em janeiro de 2019.

Em 2016, foram obtidas as licenças ambientais para Cutia e iniciadas as execuções de vias de acesso, bases e plataforma de montagem do conjunto gerador; iniciada a construção de Subestação Cutia, com potência instalada de três transformadores de 120 MVA e 26 circuitos de 34,0 kV, sendo dois circuitos para cada parque eólico, com 90,0% das obras da subestação concluídas; começaram a ser entregues os primeiros conjuntos geradores, compostos por nasceles, geradores, *hub* e pás; entrou em operação o Centro Produtivo de Torres, estrutura na qual serão confeccionados elementos pré-moldados que constituirão as torres de sustentação dos aerogeradores onde as obras.

Até outubro de 2017, possui 47 torres confeccionadas e prontas para a montagem, e 55 conjuntos de geradores entregues em obra; encontram-se montados 28 aerogeradores (torres, nascele, *hub*, gerador e pás) do Complexo Cutia.

5.4 Transmissão de Energia Elétrica

Em janeiro, entrou em operação o empreendimento objeto do Contrato de Concessão 021/2014-ANEEL, composto pela linha de transmissão 230 kV Foz do Chopim - Realeza Sul, com extensão aproximada de 52,107 km, e pela subestação 230/138 kV Realeza Sul, 150 MVA, ambas localizadas na região sudoeste do Paraná, com investimento de R\$ 22,5 milhões na Linhas de Transmissão e R\$ 22,4 milhões nas Subestações, gerando um incremento de receita anual para a COPEL GeT de R\$ 6,7 milhões.

Em fevereiro, entrou em operação a linha de transmissão 230 kV Klacel - Ponta Grossa Norte, com 96,908 km de extensão e em 05/07/2017 entrou em operação a linha de transmissão Figueira - Klacel com extensão de 42,513 km, empreendimentos autorizados pela Resolução Autorizativa n.º 4.890/2014 da ANEEL na Região dos Campos Gerais e cumpre a função de melhorar o escoamento da energia proveniente de Usina Térmica da Klacel, com investimento de R\$ 56,0 milhões em Linhas de Transmissão e R\$ 2,2 milhões

nos *bays* das subestações Ponta Grossa Norte e Figueira, proporcionou um incremento de receita anual de R\$ 8,9 milhões.

Em agosto, entrou em operação o empreendimento objeto do Contrato de Concessão 022/2014-ANEEL, composto pela linha de transmissão 500 kV Assis - Londrina, com extensão de 123 km, entre os Estados do Paraná e de São Paulo, com investimento de R\$ 106,0 milhões nas Linhas de Transmissão e R\$ 27,6 milhões nas Subestações Londrina e Assis no interior de São Paulo, possibilitando um aumento da receita anual para a COPEL GeT de R\$ 17,0 milhões.

5.4.1 Novos Empreendimentos

Encontra-se em fase final a montagem da Linha de transmissão 500 kV Araraquara 2 - Taubaté, em circuito simples com extensão de 334 km, no interior do Estado de São Paulo, objeto do Contrato de Concessão n.º 010/2010-ANEEL, (entrada em operação comercial prevista para o primeiro trimestre de 2018), com investimento de R\$ 445,0 milhões na Linha de Transmissão de R\$ 52,0 milhões na Subestação.

A COPEL GeT celebrou com o Poder Concedente o contrato de concessão n.º 006/2016 composto pelas seguintes instalações de transmissão, cujas obras encontram-se em andamento: a) linha de transmissão 525 kV Curitiba Leste - Blumenau, em circuito simples com aproximadamente 142 km (entrada em operação comercial até março de 2021) e investimento de R\$ 175,3 milhões; b) linha de transmissão 230 kV Baixo Iguaçu - Realeza Sul, em circuito simples com extensão de 37,091 km, (entrada em operação comercial até março de 2021) e investimento de R\$ 20,5 milhões; c) ampliação da Subestação Medianeira Norte, com duas unidades de transformação trifásica 230/138 kV de 150 MVA, (entrada em operação comercial até setembro de 2019); d) Seccionamento da linha de transmissão 230 kV Cascavel - Foz do Iguaçu Norte para a subestação Medianeira Norte, em circuito duplo com aproximadamente 2 km (entrada em operação comercial até setembro de 2019) e investimento de R\$ 1,8 milhão; e) seccionamento da linha de transmissão 230kV Cascavel Oeste - Foz do Iguaçu Norte para a subestação Medianeira Norte, em circuito duplo com aproximadamente 2 km (entrada em operação comercial até setembro de 2019) e investimento de R\$ 1,8 milhão; f) subestação Curitiba Centro (isolada em SF6), com duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 150 MVA cada (entrada em operação comercial até setembro de 2019); g) linha de transmissão 230 kV Curitiba Centro - Uberaba, C1 e C2, subterrânea, com 8 km de extensão cada (entrada em operação comercial até setembro de 2019) e investimento de R\$ 100,1 milhões; h) subestação Andirá Leste, com duas unidades de transformação trifásicas 230/138 kV de 150 MVA cada (entrada em operação comercial até setembro de 2019); i) seccionamento da linha de transmissão 230 kV Assis - Salto Grande C1 para a subestação Andirá Leste, em circuito simples com extensão de 17,763 km (entrada em operação comercial até setembro de 2019) e

investimento de 11,3 milhões; j) seccionamento da linha de transmissão 230 kV Assis - Salto Grande C2 para a subestação Andirá Leste, em circuito simples com extensão de 17,803 km (entrada em operação comercial até setembro de 2019) e investimento de 11,3 milhões. Esses empreendimentos receberão mais de R\$ 560,0 milhões em investimentos e proporcionarão à COPEL uma receita anual de mais de R\$ 97,0 milhões quando entrarem em operação.

A ANEEL emitiu, em 2016, as seguintes resoluções autorizativas para implantação de reforços e melhorias nas instalações de transmissão sob concessão da COPEL GeT: a) Resolução Autorizativa n.º 5.711 - implantação, na subestação 230 kV Figueira do primeiro banco de capacitores 138kV - 15 Mvar, com investimento de R\$ 4,8 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 800,0 mil, a partir da entrada em operação comercial prevista para março de 2018; b) Resolução Autorizativa n.º 5.776 - implantação, na subestação 230 kV Sarandi do 2º autotransformador 230/138kV - 150 MVA, com investimento de cerca de R\$ 14,8 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 2,3 milhões, a partir da entrada em operação comercial prevista para outubro de 2018; c) Resolução Autorizativa n.º 5.834 - implantação, na subestação 230 kV Apucarana do banco de capacitores 138 kV - 30 Mvar, com investimento de cerca de R\$ 5,5 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 930,0 mil, a partir da entrada em operação comercial prevista para maio de 2018; d) Resolução Autorizativa n.º 5.930/2016, de 05/07/2016 - implantação, na subestação 500 kV Bateias - de um banco de reatores de barra, em 500 kV - 200 Mvar, com investimento de cerca de R\$ 30,0 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 4,3 milhões, a partir da entrada em operação comercial prevista para setembro/2018.

5.4.2 Operação e Manutenção da Rede Básica

Nas atividades de operação e manutenção das instalações da COPEL na Rede Básica (acima de 230 kV), foram implementadas melhorias e novas tecnologias, visando garantir os índices de disponibilidade dos 2.573 km de linhas de transmissão e 36 subestações. Nesse contexto, destacam-se:

- Comissionamento das obras de modernização do sistema de proteção da Subestação Apucarana 230 kV; comissionamento e energização da Linha de Transmissão 500 kV Assis - Londrina (Eletrosul); comissionamento parcial da Linha de Transmissão 500kV Araraquara II - Taubaté; comissionamento da entrada de linha Araraquara II 500kV na Subestação Taubaté; comissionamento e energização da Linha de Transmissão Figueira- Klacel 230 kV; comissionamento e energização da Subestação Realeza Sul 230 kV; comissionamento e energização da Linha de Transmissão 230 kV Foz do Chopim -

Realeza Sul; comissionamento e substituição de 22 chaves seccionadoras e um disjuntor 230 kV na Subestação Cascavel 230 kV.

- Realização de inspeção aérea nas linhas de transmissão 230 kV e 525 kV visando garantir a confiabilidade do sistema de transmissão.
- Implantação de melhorias nos sistemas de automação das Subestações Cascavel Oeste 525 kV, Cascavel 230 kV e Pato Branco 230 kV.
- Substituição da teleproteção das Linhas de Transmissão Foz do Chopim - Cascavel 230 kV e Foz do Chopim - Salto Osório 1 de 230 kV.
- Realização de testes em laboratório com o Novo Sistema de Automação de Subestações (NovoSASE).
- Realização de ensaios de descargas parciais nos cabos isolados de 230 kV da Subestação SF6 Santa Quitéria.
- Desenvolvimento de Projeto P&D sobre monitoramento e extensão de vida útil de Transformadores.
- Participação no Projeto P&D de poluição em isoladores.
- Instalação e ajustes nos instrumentos do sistema de monitoramento das buchas dos transformadores elevadores da UHE Governador Ney Braga.
- Instalação e ajustes no sistema de monitoramento de gases do Banco de Transformadores C 525kV da Subestação Cascavel Oeste 525kV.
- Substituição de estrutura avariada na Linha de Transmissão Bateias - Curitiba Norte 230 kV.
- Comissionamento das obras de modernização do sistema de proteção da Subestação Ponta Grossa Sul 230 kV.
- Comissionamento das obras de modernização do sistema de proteção da Subestação Areia 230 kV.
- Comissionamento e energização da Linha de Transmissão 230 kV - Klacel - Ponta Grossa Norte.
- Comissionamento e energização dos Bancos de Capacitores de 230kV na Subestação Bateias 525kV.
- Atualização tecnológica de Gateways de Comunicação e demais equipamentos nas Subestações Gralha Azul 230kV e Campo do Assobio 230kV.
- Implantação do Projeto P&D Monitoramento de Transformadores em conjunto com a USP e LACTEC nos Transformadores A e B 230/69kV na Subestação Pilarzinho 230kV.

5.5 Regularização Fundiária

O processo de regularização das fazendas dos reassentamentos decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Governador José Richa, continua em andamento. As

famílias foram realocadas para viabilizar o empreendimento, e os títulos estão sendo entregues aos respectivos ocupantes. Foram entregues as escrituras de 205 lotes nas Fazendas Baratter, Centenário (Comarca de Cascavel), Boa Esperança, Nova Prata e Refopas, 02 lotes encontram-se em cartório para registro das escrituras para reassentados das Fazendas Nova Prata e Refopas, com previsão de entrega para 2017.

Destaca-se a evolução dos trabalhos das seguintes fazendas: a) Fazenda Centenário (Guaraniaçu) - protocolado o processo de subdivisão no Serviço de Registro de Imóveis; b) Fazenda Flamapec - protocolado o processo de subdivisão no Serviço de Registro de Imóveis. Com a sequência deste trabalho, prevê-se a entrega de cerca de 250 matrículas em 2018.

Em 2017, estão sendo certificadas as matrículas que formam os reassentamentos Fazenda Varguinhas e Fazenda Três Barras e após este procedimento, será realizada a certificação de cada lote, de maneira individual. Para 2018 pretende-se começar com as certificações necessárias para os reassentamentos Fazenda Agroibema e Fazenda Liasi.

5.6 Distribuição de Energia Elétrica

No âmbito de distribuição de energia a Companhia apresentou, em relação aos anos anteriores, crescimento no número de consumidores.

O incremento de ligações previsto para 2017 é de aproximadamente 100 mil consumidores, com incremento de 89 mil na classe residencial e 10 mil na classe comercial. Desta forma, estima-se que ao término do ano serão faturados 4.580 mil consumidores, número 2,2% superior ao verificado em 2016.

5.6.1 Mercado de Energia Elétrica

A tabela a seguir apresenta o mercado realizado em 2016, o estimado para 2017 e respectivas taxas de crescimento:

CLASSE	GWh ⁽¹⁾			NÚMERO DE CONSUMIDORES CATIVOS (x mil)		
	2017 ⁽²⁾	2016 ⁽³⁾	Var. (%)	2017 ⁽²⁾	2016 ⁽³⁾	Var. (%)
Residencial	7.161	6.932	3,3	3.687	3.597	2,5
Industrial	10.893	10.465	4,1	82	82	-0,5
Comercial	5.852	5.613	4,3	393	382	2,9
Rural	2.295	2.187	4,9	360	360	-0,1
Outros	2.453	2.405	2,0	59	58	1,0
TOTAL	28.654	27.602	3,8	4.580	4.479	2,2

(1) Mercado cativo e livre.

(2) Dados previstos.

(3) Dados realizados.

5.6.2 Ações Relevantes da Distribuidora

- Manutenção de ações e projetos visando modernidade e agilidade no atendimento ao cliente, com redução do impacto ambiental e melhoria no atendimento, como o envio e recebimento de mensagens SMS (5.087.251) e o incentivo de uso de canais alternativos de atendimento como a agência virtual.
- Convênio firmado entre a COPEL e Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (AERP) - garante a veiculação de mensagens de orientação a respeito do uso seguro e eficiente da energia elétrica, avisos de desligamentos programados, entre outros temas de utilidade pública, por meio de 305 emissoras de rádio em todo o Paraná, aprimorando os conhecimentos por parte da população e fortalecendo a imagem da empresa.
- Participação em feiras e eventos, tais como o Show Rural em Cascavel, ExpoLondrina, Expoingá, Londrina Matsuri, ExpoCop desenvolvendo atividades educativas e de segurança no uso de energia elétrica junto ao público, além da divulgação dos canais de atendimento.
- Pesquisas de Satisfação - realizadas ao longo do ano com clientes residenciais, rurais, comerciais, industriais e poderes públicos para direcionar ações de melhorias nos serviços. Algumas dessas consultas renderam importantes premiações à COPEL Distribuição: a) melhor distribuidora do Brasil, na avaliação do cliente residencial, com índice de satisfação medida em 90,3%; b) melhor distribuidora da América do Sul e Caribe. O reconhecimento é concedido pelo Prêmio de Qualidade da *Comisión de Integración Energética Regional* (CIER), que integra as distribuidoras do continente.
- Atualização tecnológica do sistema de leitura, faturamento, e impressão simultânea da nota fiscal/conta de energia elétrica com a utilização de equipamentos com o sistema operacional Android, possibilitando agregar novos recursos, como a telemedição e leitura via rádio, além de proporcionar ganhos de produtividade com a redução do tempo de processamento, e redução de custos operacionais. O Sistema de Leitura com Impressão Simultânea, envolve 100,0% dos consumidores urbanos atendidos em baixa tensão. Isto proporciona economia na impressão de faturas em folhas especiais e a utilização de envelopes com janela plástica para aproximadamente 4.170.000 unidades consumidoras.
- Serviço de envio de *Short Message Service* (SMS) aos clientes em 2017: a) comunicação de desligamentos programados - 733.629 SMS enviados até setembro; b) aviso de conclusão de serviços de ligação nova, desligamento a pedido, vistoria de unidade consumidora - 1.668.756 SMS enviados até setembro; c) aviso de cobrança - 4.056.809 SMS enviadas até setembro; d) comunicação de falta de energia - foram recebidos 332.402 SMS até setembro.

- Fatura digital - até setembro 621.066 unidades consumidoras cadastradas optaram pela fatura digital, recebendo-a em anexo por *e-mail*. Com isso as faturas deixam de ser impressas no momento da leitura, ou posteriormente com o envio pelos Correios, reduzindo o impacto ambiental e o custo para a COPEL.
- Atendimento a clientes por meio de diversos canais, em 2017: a) atendimento telefônico, com 4.245.237 ligações atendidas até setembro; b) 402 agências e postos de atendimento na área de concessão da COPEL, responsáveis por 2.731.526 atendimentos presenciais realizados até setembro; c) *site* COPEL, com 3.948.547 acessos até setembro; d) COPEL *Mobile* com 1.094.165 atendimentos realizados tais como atualização cadastral, consulta a desligamentos programados, dentre outros; e) Unidade de Resposta Audível (URA) com 498.690 atendimentos até setembro para informar falta de energia, consultar débitos, informar autoleitura e solicitar religação de conta cortada por falta de pagamento; f) chat com 156.073 atendimentos realizados até setembro; g) e-mail - com 63.217 atendimentos realizados até setembro; h) terminais de autoatendimento - com 176.197 atendimentos realizados até setembro; g) mídias sociais (*Facebook, Messenger e Twitter*) - com 1.402 atendimentos realizados até setembro; i) Portal de Imobiliárias - canal exclusivo para as imobiliárias cadastradas, que emitem serviços como ligação nova, religação, consulta de débitos, troca de titularidade, desligamento a pedido dentre outros, com 223.283 atendimentos realizados.
- Devolução de Ativos de Iluminação Pública aos municípios - em 2017, foram concluídos os procedimentos contábeis relativos às baixas dos acervos de IP do Ativo Imobilizado em Serviço e de Obrigações Especiais, conforme determinado pela Resolução Normativa n.º 414/2010. O acervo de iluminação pública foi devolvido aos entes públicos municipais conforme determinado pela referida resolução e em atendimento à legislação, conforme prevê o artigo 30, incisos I a IX, da Constituição Federal.
- Investimentos de aproximadamente R\$ 573,0 milhões para as obras de expansão, melhoria, renovação, automação e desenvolvimento de redes de distribuição, sendo R\$ 232,0 milhões para a construção de subestações e linhas de transmissão de alta tensão, R\$ 341,0 milhões para as redes de distribuição de média e baixa tensão.
- Em 2017, iniciou-se a sistemática de utilização das canaletas exclusivas de ônibus no município de Curitiba, durante os temporais e eventos climáticos mais severos, após negociação firmada com a empresa Urbanização de Curitiba S/A (URBS), a fim de agilizar o deslocamento das equipes no atendimento às emergências.
- Entre 2016 e 2017 foram reforçados os planos de ações preparatórias e preventivas com vistas ao período do verão (período úmido), para prover

atendimento eficaz à quantidade de emergências deste período, principalmente devido a temporais.

- Distribuição de Serviços - ressaltam-se melhorias tecnológicas dos equipamentos (*tablets* e *Workstations*) e *softwares* envolvidos (Otimizador), com a obtenção dos ganhos: a) os serviços emergenciais são enviados automaticamente à equipe mais próxima e disponível utilizando sistema denominado FastDEC, com redução no tempo de mobilização com atuação imediata de aproximadamente uma hora e 10 minutos; b) acompanhamento em tempo real da execução dos serviços (cumprimento de prazos); c) análise dos cenários da demanda de serviços e recursos; d) sequenciamento de rota para garantir o atendimento no melhor momento.

5.7 Telecomunicações

A COPEL Telecomunicações está presente, com sua rede de fibras óticas, nos 399 municípios paranaenses.

Principais dados técnicos da COPEL Telecomunicações até outubro: 63 km de cabos ópticos instalados no anel principal (*backbone*), acumulado 10.203 km; 913 km de cabos ópticos autossustentados (Rede GPON) instalados, acumulado 4.865 km; 1.862 km de cabos ópticos autossustentados (Rede Acesso) instalados, acumulado 16.112 km; 399 cidades atendidas no Paraná e 02 em Santa Catarina; 72.186 clientes; 2.218 escolas estaduais ligadas; 5.387 atendimentos acumulados definitivos ao Governo, sendo 2.218 do Paraná Digital e 3.169 da RedeGov; índice de disponibilidade média dos serviços de 99,74%.

Programas desenvolvidos:

- Paraná Digital - leva *internet* às escolas, com prioridade para as localidades com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, com 2.208 escolas estaduais atendidas em parceria com o Governo do Estado/Secretaria de Estado da Educação (SEED).
- Paraná Conectado - prevê acesso à *internet* em fibra ótica a preços populares e velocidade de 1 Mbps. Promove a interligação de edifícios públicos com a fibra ótica da COPEL, possibilitando maior velocidade e confiabilidade de navegação aos órgãos públicos. Até 2016 foram atendidos 25 municípios com menos de 10.000 habitantes, com disponibilidade de acesso a serviços de *internet* e rede. Programa encerrado em abril de 2017 com 3.637 clientes.
- *Internet* gratuita nas praias - foram disponibilizados, durante a temporada, 50 pontos de acesso espalhados por Guaratuba, Caiobá, Matinhos, Pontal do Paraná (Praia de Leste, Santa Terezinha, Ipanema, Shangri-lá e Pontal do Sul), Ilha do Mel, Paranaguá, Antonina e Morretes.

- Fortalecimento da marca e Incentivo ao esporte: a) Maringá Vôlei - fortalecimento da marca COPEL com o patrocínio do time, *naming rights* projetando o nome da empresa na Superliga Masculina, principal competição de vôlei do país; b) Caramuru Ponta Grossa - apoio ao time que atua na Cidade de Ponta Grossa e está na Superliga A.
- Projetos sociais e de cidadania - lançamento do projeto *Internet sem Bullying*, com previsão de atendimento a 2.000 alunos da rede pública em 10 escolas. Com mensagens sobre a ética digital e o combate ao *cyberbullying*, o projeto capacita professores por meio de plano de aulas, ensina os alunos sobre os problemas do *cyberbullying* e alerta os pais por meio de cartilha específica sobre o problema. A conexão da COPEL Telecom também está nos eventos de cidadania promovidos pela Justiça Federal e órgãos do Governo Estadual como Justiça nos Bairros, Mutirão da Cidadania e Ação Global. Por meio da conexão de *internet* da COPEL Telecom, os serviços dos órgãos envolvidos nos eventos são oferecidos gratuitamente à população.
- COPEL Fibra-*Internet* - não houve ampliação da rede nesse período, sendo priorizada a melhoria da qualidade da rede e a melhor utilização do *home passed*.

5.8 Tecnologia da Informação

Desenvolvimento de Aplicativos realizado internamente:

- *Softwares*: a) para automatizar o processo de análise de ocorrências em equipamentos das Pequenas Centrais Hidrelétricas, viabilizando a integração das informações e reduzindo o retrabalho; b) para automatizar o processo de gestão de intervenções em unidades geradoras das usinas da COPEL, permitindo a elaboração de cronograma de paradas e manutenções, cálculo e simulação de indicadores de desempenho do processo de operação e manutenção de usinas; c) para auxiliar a tomada de decisão na operação hidráulica dos reservatórios da COPEL, antecipando a emissão de alertas de cheias e inundações, ampliando a segurança dos ativos da empresa e minimizando danos, inclusive de terceiros, durante eventos hidrológicos extremos.
- *Aplicativos*: a) de envio de SMS aos consumidores da COPEL Distribuição; b) de cadastro de adesão à fatura digital da COPEL Distribuição; c) para otimizar o tempo de resposta ao cliente referente à disponibilidade de energia, atendendo aos prazos regulatórios e dando subsídios para o planejamento de expansão; d) Meu RH COPEL - que permite o registro do ponto eletrônico no *smartphone*, compatível com IOS e Android; e) Aplicativo *Mobile* Institucional para a COPEL Comercialização.

- Implantação: a) de autoatendimento (agência virtual COPEL) via totem no DETRAN-PR; b) implantação do *software* DTR - DEC em tempo real, que possibilita uma maior gestão de fatores visando reduzir o DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora); c) implantação dos módulos que permitem o cadastro das linhas de alta tensão e de equipamentos internos à subestação de maneira georreferenciada.
- Implementação de melhorias no sistema de automação de subestações - armazenamento de dados históricos, tratamento de funções de proteção da subestação, importação de relés padrão IEC 61850 para configuração de protocolos de comunicação e geração de diagramas unifilares.
- *Dashboards* de gestão de pessoas contendo informações relativas a recursos humanos.
- Solução *Self Service* BI para gestão da análise de proteção de circuitos de média tensão, análise de interrupções da rede de distribuição e indicadores comerciais da COPEL Telecom.
- Conclusão da desativação do *Mainframe*.
- Sistemas: a) de cadastro de inadimplentes (SEFA-PR); b) de agência virtual para o grupo de consumidores em tensão igual ou superior a 2,3 kV.

Aquisição de licenças ou infraestrutura com contratação de serviço de implantação, suporte e manutenção:

- Aquisição: a) da solução de planejamento econômico financeiro; b) de novos servidores *Blade* para atualização tecnológica da infraestrutura VMWare.
- Aquisição e implantação de solução de otimização do uso de *hardware* (*appSense*).
- Atualização do *firewall* corporativo.
- Implantação: a) do antivírus Kaspersky; b) de sistema de gerência da infraestrutura (SolarWinds).

5.9 Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Inovação Tecnológica

A Companhia, que traz a Inovação em seus valores, mantém uma Coordenação de Inovação subordinada diretamente à Presidência, e conta com políticas de apoio ao desenvolvimento estruturado da inovação.

Em 2017, a empresa contou com 19 funcionários trabalhando exclusivamente nas áreas de P&D e Inovação, que gerenciaram investimentos da ordem de 0,4% da receita operacional líquida.

Merece destaque a continuidade do Programa Gera Rural, cujo projeto de P&D iniciou em 2015, que está implantando biodigestores em propriedades de suinocultores, e canalizando o biogás dos dejetos para uma microcentral termelétrica, no município paranaense de Entre Rios do Oeste. A execução do Programa prevê outras oito frentes de pesquisa, na mobilização de instituições públicas e privadas, para promover a geração de energia renovável em propriedades rurais do Paraná, agrupando-as em sistemas autossuficientes e exportadores de energia.

A COPEL propôs a formação do *hub* de inovação aberta Energia do Futuro para integração da Companhia com universidades e organismos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação que atuam no Paraná, no conceito da Inovação Aberta e da colaboração, visando gerar, no Estado, novos e melhores serviços de valor agregado relacionados à energia por meio das competências da COPEL, das instituições de pesquisa e de ensino superior, de consumidores, fornecedores, investidores e de outras empresas do setor.

O programa de P&D+I COPEL conta com 60 projetos em andamento e seis em análise e contratação que somam cerca de R\$ 248,7 milhões em investimentos. Como resultado foram protocolados 15 pedidos de patentes de produtos junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

A COPEL busca a inovação visando modernizar seus processos, agilizar o atendimento aos clientes, otimizar seus recursos e explorar novos segmentos de mercado, sem deixar de lado a consolidação de atividades estrategicamente necessárias para seu crescimento sustentado. Os impactos da inovação são evidenciados a partir do momento em que ela contribui para o incremento da produtividade, a melhoria na execução dos processos e a qualidade dos produtos e serviços.

5.10 Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais

5.10.1 Sustentabilidade Empresarial e Responsabilidade Social

Reafirmando seu compromisso com a sociedade, a COPEL busca impulsionar o crescimento econômico com responsabilidade social, investindo em iniciativas que visam a conservação e mitigação de impactos ao meio ambiente, promovendo o respeito aos direitos humanos, a conduta ética e transparente e de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e sustentabilidade empresarial. Entre elas, estão:

- Pacto Global - como signatária desde o ano 2000 do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), a COPEL compromete-se a atuar com foco nos valores como direitos humanos, relações no trabalho, meio ambiente e combate à corrupção em seus negócios fundamentando seu planejamento estratégico nos mesmos princípios do Pacto, cumprindo seu papel empresarial de promover crescimento econômico com sustentabilidade. A partir de novembro,

a COPEL passou a sediar e coordenar o Escritório do Programa Cidades para a região Sul do Brasil do Pacto Global da ONU. Em atuação conjunta com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná (CEDES) e o Serviço Social Autônomo Paranacidade, suas principais atribuições são: a) alavancar rede de parceiros para apoiar as ações e os projetos alinhados à Agenda ONU 2030, em especial ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, na Região Sul do Brasil; b) construir relacionamentos com os Estados e municípios da Região Sul do Brasil, para expansão do Programa Cidades do Pacto Global das Nações Unidas; c) promover a plataforma Parcerias com Cidades Brasileiras na Região Sul do Brasil, juntamente com o Secretariado Internacional; d) desenvolver ações e projetos de múltiplos parceiros que promovam os ODS da Agenda das Nações Unidas 2030; e) acolher e facilitar eventos e diálogos para ações estratégicas multissetoriais para expansão do Programa Cidades; f) colaborar e trabalhar em alinhamento com outras agências da ONU que operam no Brasil e na América Latina para avançar os ODS, incluindo as Redes Locais do Pacto Global; g) buscar parceiros, patrocinadores e financiamentos para ações e projetos sustentáveis em cidades da Região Sul do Brasil.

- Relatório de Sustentabilidade - adota as diretrizes GRI-G4 da *Global Reporting Initiative* e estrutura de relato integrado recomendada pela *International Integrated Reporting Council* (IIRC) como referência na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade, visando fornecer informações transparentes sobre sua gestão e seu desempenho nos aspectos mais relevantes à sustentabilidade do negócio e a geração de valor, por meio de indicadores consistentes e comparáveis.
- Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE BOVESPA) - a Companhia utiliza essa plataforma para medir seu desempenho em sustentabilidade empresarial desde a criação do índice. A COPEL integra a 12ª Carteira do ISE BM&FBOVESPA (vigência de dezembro de 2016 a dezembro de 2017), refletindo a constante preocupação com o desenvolvimento da sustentabilidade, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.
- Prêmio COPEL de Sustentabilidade - Troféu Susie Pontarolli - criado em 2012 para reforçar o compromisso de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável da COPEL, e em reconhecimento à contribuição que Susie Pontarolli dedicou durante sua trajetória profissional na Companhia, a 3ª edição, premiada no final de 2016, contou com as categorias: Instituições Sociais e Fornecedores. Foram premiados três projetos na categoria Instituições Sociais no valor de R\$ 10.000,00 para o 1º lugar, R\$ 6.000,00 para o 2º lugar e R\$ 4.000,00 para o 3º lugar, cujos prêmios destinaram-se à execução dos projetos ocorrida em 2017.

Na categoria Fornecedores, os vencedores receberam certificados emitidos pela Companhia. Em dezembro de 2017 foi lançada a 4ª edição do Prêmio.

- Programa de Educação para Sustentabilidade - visando disseminar e internalizar os conceitos de sustentabilidade para o público interno, externo, fornecedores e terceirizados, utilizando diferentes ferramentas, traz uma abordagem interdisciplinar integrando as dimensões ambiental, social, econômica e cultural por meio da educação formal e não formal. Suas ações têm como base os ODS e, em 2017, realizou: a) oficinas focadas em solução de problemas de eficiência, palestras e videoconferências, sobre Direitos Humanos, ODS, Mudança do Clima, Ecoeficiência, Eficiência Energética e Gestão de Resíduos Sólidos; b) criação de um jogo de quebra-cabeça gigante dos ODS utilizado em atividades de Caça ao Tesouro em Usinas e Colégios, que foi escolhido para ser apresentado na 4ª Conferência em Pesquisa para a Educação Executiva Responsável (*4th RME Research Conference*), da plataforma Princípios para Educação Executiva Responsável (PRME), realizado no Brasil, na FIEP em setembro/2017. EletriCidadania - programa corporativo de voluntariado, instituído em 2004, que visa o incentivo do voluntariado e o desenvolvimento de atitudes de cidadania e responsabilidade social entre os empregados. Permite que empregados utilizem até 04 horas mensais de seu tempo de trabalho para a execução, de forma voluntária e espontânea, de ações comunitárias que levem ao desenvolvimento sustentável da sociedade em todos os aspectos, sejam eles culturais, educacionais ou profissionais. Em 2016, o programa foi reestruturado e mantém aberta a Chamada Pública Permanente que objetiva a elaboração do cadastro e seleção de Instituições Sociais, Instituições de Ensino e Organizações não Governamentais (ONGs), sem fins lucrativos, com o propósito de participar de eventos, feiras, atividades de voluntariado, entre outros, organizados pela COPEL. Conta com 43 instituições cadastradas, até outubro de 2017, das quais 15 receberam ações corporativas de voluntariado.
- Promoção da Diversidade - tratada pela Comissão Permanente de Diversidade desde 2015, seus objetivos são sensibilizar e mobilizar o quadro funcional para a promoção da igualdade de direitos, oportunidades e reconhecimento para todos, com atenção a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação baseada em gênero, raça, cor, deficiência, orientação sexual, idade e religião. Em 2017, foram estabelecidos Indicadores de gestão do Programa Corporativo de Diversidade; realizadas quatro palestras sobre Assédio Sexual, uma delas transmitida via web para todo o Paraná; implementadas três salas de apoio à amamentação, totalizando seis; realizada oficina sobre empoderamento no VII Encontro de Mulheres Agricultoras do Município do Pinhão/PR e I Fórum Gêneros Diferentes - Direitos Iguais em parceria com a Companhia de Saneamento do Paraná

(SANEPAR) e com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).

- Programa Corporativo de Acessibilidade - criado em 2007 para fortalecer a cultura de inclusão da Pessoa com Deficiência e Melhorar as condições de acessibilidade para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoas com deficiência e de mobilidade reduzida. Em 2017, suas ações foram: a) criação do fluxograma da inclusão de PcD; b) estabelecimento de indicadores para acompanhamento da implementação da acessibilidade arquitetônica; c) lançamento do Edital de Concorrência COPEL CLG160001/2016 - Adequação dos Edifícios da COPEL; d) realização de 30 Seminários Corporativos de Acessibilidade; e) campanha permanente de comunicação no *site* da COPEL; f) renovação de contrato do tradutor virtual de LIBRAS para o *site* da COPEL e COPEL Telecom.
- Programa Cultivar Energia - tem por objetivo implementar hortas comunitárias nos imóveis sob linhas de energia da COPEL, em parceria com prefeituras municipais e comunidades. Por meio da ocupação social de espaços ociosos, pretende-se promover a inclusão, segurança alimentar e geração de renda. Visa também proporcionar segurança a comunidade, pois tem o potencial de inibir ocupações irregulares e perigosas sob as linhas de energia. Deu continuidade aos projetos de hortas implantadas em 2013 e 2014, que beneficiam em torno de 150 famílias de comunidades de Maringá com a renovação do Termo de Cessão de Uso de Bem Público Não Remunerado. Em 2017, foi assinado o Termo de Cessão de Uso de Bem Público Não Remunerado com a Prefeitura de Cascavel, com a previsão de instalação de três novas hortas comunitárias.
- Capacitação promovida pelas Comissões Internas Socioambientais (CISAs) - visando discutir temas ligados aos ODS anualmente as CISAs promovem eventos de capacitação e sensibilização sobre temas como Sustentabilidade Empresarial, Direitos Humanos, Mudanças Climáticas, Ecoeficiência, Eficiência Energética, Gestão de Resíduos e Impactos do Negócio. Até setembro de 2017 foram realizados cinco eventos extensivos aos empregados da Companhia, fornecedores e sua cadeia de suprimentos por meio de transmissão via videoconferência e via *web* e dois eventos estão programados até o final de 2017.
- Programa Luz Fraterna - mantido em parceria com o Governo do Paraná em que as unidades consumidoras classificadas como residencial baixa renda e com consumo mensal de até 120 kWh tem isenção total da fatura. Até setembro de 2017, o total de recursos do Governo do Estado com o pagamento do programa foi de R\$ 40,5 milhões, com uma média mensal de 169 mil famílias atendidas.

- Programa Tarifa de Irrigação Noturna e Programa Tarifa Rural Noturna - visam o aumento da produtividade agrícola, o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida para o produtor rural, mediante adesão ao desconto de 60,0% a 70,0% na tarifa de energia elétrica utilizada para a produção, no período entre 21:30 e 06:00, bem como, subsídios na construção/reforço de redes. Realizados em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). Até outubro, encontravam-se cadastrados 4.309 agricultores na Tarifa de Irrigação Noturna e 11.891 agricultores na Tarifa Rural Noturna.
- Programa de Eficiência Energética (PEE) - desenvolvido anualmente em atendimento ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica e à Lei n.º 9.991/2000, com a aplicação de recursos financeiros em projetos que visam a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica. Até setembro/2017 foram aplicados cerca de R\$ 10,2 milhões em ações que contemplaram a melhoria da eficiência energética nas instalações de consumidores residenciais de baixa renda, entidades sem fins lucrativos, estabelecimentos comerciais, indústrias, entre outros projetos. Dentre as ações, merece destaque a COPEL na Comunidade - Programa de Eficiência Energética - com a realização de 39.000 diagnósticos energéticos em residências de clientes enquadrados na Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) com 5.000 refrigeradores eficientes sendo entregues a consumidores identificados com equipamentos antigos em piores condições. Encontram-se em execução 26 projetos de diversos setores (comercial, industrial, entre outros) selecionados por Chamada Pública e em tramitação a assinatura de 17 projetos de diversos setores e cinco projetos com universidades públicas, todos selecionados por meio de chamadas públicas.
- Telemedição - a partir de 2015, a COPEL expandiu a telemedição aos seus maiores clientes, tendo, até outubro de 2017, 94,1% desses clientes atendidos por telemedição (os demais clientes situam-se em áreas descobertas dos sistemas de telefonia celular). Os dados de faturamento são obtidos automaticamente, sem a necessidade de deslocamento de um leiturista, e levam à melhora na qualidade do processo, eliminando erros e agregando valor, com a disponibilidade de dados aos processos internos e, via *internet*, aos clientes. O sistema tem capacidade de monitorar o uso da energia elétrica, emitindo alarmes, quando situações anômalas ocorrem, contribuindo para a detecção de defeitos e procedimentos irregulares na medição e reduzindo as perdas comerciais da COPEL.

- Projeto Paraná *Smart Grid* - instalou 2.000 pontos de telemedição na área urbana de Curitiba e 1.000 pontos na área rural de Colombo e Bocaiúva do Sul para testar as tecnologias. A leitura é feita de hora em hora possibilitando a detecção de erros, falta de energia e a obtenção da leitura para faturamento sem deslocamentos. Em 2017, o projeto não foi ampliado, no entanto com os conhecimentos obtidos durante a sua execução, várias soluções tecnológicas visando melhoria dos controles e da comunicação estão sendo implementadas.
- Programa Iluminando Gerações - tem por objetivo a realização de palestras de caráter informativo e preventivo sobre sustentabilidade, uso consciente e seguro de energia elétrica, utilização de recursos naturais (energia e água) e destinação correta dos resíduos para alunos do 4º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas. Após as a COPEL distribui ao público presente um *kit* contendo uma cartilha que aborda cuidados com a energia elétrica e uso dos recursos naturais, e outra, de entretenimento dirigido, denominada Desafio Elétrico. Em 2017, o Programa Iluminando Gerações e o Teatro Histórias Eletrizantes, espetáculo didático que conscientiza, de forma lúdica, sobre o uso seguro da energia elétrica na prevenção de acidentes causados por choque elétrico, abrangeram cerca de 68 mil alunos no Paraná. Para 2018 está prevista ampliação do programa por meio de contratação de empresa especializada para o desenvolvimento e implementação de ações educacionais de eficiência energética em todas as escolas municipais dos municípios atendidos pela COPEL Distribuição. Os custos desse projeto serão vinculados ao Programa de Eficiência Energética (PEE).
- PrevenCão - campanha desenvolvida em conjunto com os Correios, SANEPAR e Cavo com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância dos cuidados com os animais de estimação, para prevenir acidentes. A cada dia, em média, 115 pessoas sofrem acidentes com cães no Paraná, sendo carteiros, leituristas e garis os alvos mais comuns. Foi desenvolvida cartilha com orientações e dicas de como cuidar do animal, além de apresentação da peça teatral PrevenCão nas escolas municipais e eventos.
- Programa + Clic Rural - lançado em 2015, visa à melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica na área rural, com foco nas atividades agropecuárias integradas com processos produtivos sensíveis a interrupções. A previsão de investimento é de R\$ 500,0 milhões para aplicar o conceito de redes inteligentes na área rural do Paraná até 2018, no atendimento a aproximadamente 68.334 consumidores diretos e mais de 600 mil consumidores indiretos. Para o ano de 2017 está previsto o investimento de R\$ 55,0 milhões em obras nas redes de distribuição, com instalação de novas tecnologias para melhoria do fornecimento de energia para os produtores rurais e de R\$ 7,0 milhões em obras de subestações de 34,5/13,8 kV. Até outubro foram realizados

R\$ 46,0 milhões do total previsto. Estão em operação nas redes tecnologias de ponta como religadores monofásicos, *self healing* (restabelecimento automático de redes desligadas acidentalmente por meio da automatização de equipamentos automáticos de religamento), cabos protegidos na área rural (evitando contato de galhos e árvores com os cabos), entre as mais relevantes. Para 2018 está prevista a entrada em operação de, pelo menos, duas subestações pré-fabricadas (tecnologia que reduz o tempo de implantação das estruturas).

- Projeto Mais que Energia - criado em 2014, visa a implantação, expansão e consolidação de projetos e programas de investimentos sociais para a comunidade. No primeiro projeto, três instituições foram selecionadas para, com R\$ 750,0 mil oriundos da linha de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), do BNDES, apoiar instituições e escolas que atendem pessoas surdas e/ou surdocegas nos temas: educação e inclusão social; segurança de ambientes para atendimento a elas; acessibilidade; saúde e qualidade de vida; e treinamento e capacitação de profissionais para atender aos alunos. Os projetos selecionados serão atendidos na ordem decrescente da pontuação obtida, até que os recursos disponíveis sejam esgotados. Em 2016, foi realizada a etapa de seleção das instituições e elaboração dos projetos arquitetônicos e complementares por meio de empresa especializada contratada por processo licitatório. Em 2017, tiveram início os processos de compra de equipamentos e para 2018 está previsto o encerramento do primeiro projeto.
- Projeto Fatura Solidária - a cada adesão pela fatura por *e-mail* a COPEL doa R\$ 1,00 às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) do Paraná. Desde seu lançamento, em 2015, repassou cerca de R\$ 500,0 mil beneficiando mais de 300 APAEs do Estado.
- Cobrança de Valores de Terceiros (CVT) - arrecadação de contribuições via fatura de energia, para entidades filantrópicas contratantes junto à COPEL Distribuição. Os valores a serem incluídos devem ter autorização por escrito ou por meio de gravação de voz, do titular da unidade consumidora ou seu cônjuge, no valor mínimo de R\$ 1,0 e máximo de R\$ 1,0 milhão. Até outubro, são 110 instituições filantrópicas cadastradas, com 214.000 doadores e arrecadação média mensal de R\$ 2,2 milhões.
- Projeto COPEL no Bairro - criado em 2016, suas ações são definidas especificamente a cada bairro, de acordo com as respectivas necessidades e particularidades. Para atender as demandas locais, aproximar-se da comunidade para maior conscientização quanto ao uso eficiente e seguro da energia elétrica, sensibilização quanto ao uso racional dos recursos naturais e facilitar aos moradores o acesso aos serviços comerciais e técnicos da empresa a COPEL

disponibiliza ao público, durante o evento, atendimento comercial, registro de solicitação de serviços e orientação e cadastramento de benefícios tarifários.

- Programa Boa Vizinhança - instituído em 2017, tem por objetivo ouvir as partes interessadas, estreitar o relacionamento com as comunidades do entorno de suas sedes administrativas, promover o bem estar social e estruturar ações alinhadas à legislação e ao seu referencial estratégico, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável. Foram desenvolvidas ações de voluntariado em parceria com instituições educacionais nas cidades de Ponta Grossa e Cascavel e estão sendo programadas novas ações nos polos Londrina, Maringá e Curitiba. Além de ações de voluntariado envolvendo os empregados da Companhia, o Programa prevê o desenvolvimento de campanhas, ações educacionais, de geração de renda, de melhorias de infraestrutura e de políticas públicas.
- Projeto de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania - desde 2013, a COPEL participa do Programa UPS Cidadania coordenado pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná por meio de eventos e ações contínuas, tais como melhoria nas redes de distribuição, programas sociais como Eficientização Energética, Iluminando Gerações, Cultivar Energia (cultivo de hortas sob linhas de distribuição de energia), orientações para cadastro na tarifa social, além de mutirões de atendimento para regularização de energia e outros serviços.
- Programa Paraná em Ação - Paraná Cidadão - coordenado pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Prefeituras e instituições parceiras. A fim de viabilizar o fornecimento de serviços públicos gratuitos à comunidade mais carente, a COPEL fornece conexão gratuita à *internet*, por meio de sua rede de fibras ópticas, além de prestar atendimento comercial e promover divulgação sobre o uso seguro e eficiente da energia elétrica. Até setembro de 2017 a COPEL esteve presente em seis eventos com a prestação de serviços como cadastro de tarifa social de energia, atualização de cadastro, negociação de débitos, regularização de entrada de serviços, orientações e informações sobre o uso seguro e eficiente de energia elétrica e atividades lúdicas.

5.10.2 Gestão Socioambiental

- Licenciamento Ambiental - até outubro foram protocoladas 63 solicitações de licenças ambientais, para empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia no Estado do Paraná e em outros Estados; foram emitidas 71 licenças e permanecem em análise nos órgãos ambientais 54 processos de licenciamento, incluindo solicitações protocoladas em anos anteriores.

- Regularização do Licenciamento Ambiental - com o objetivo de regularizar o licenciamento ambiental de Linhas de Transmissão e Subestações que iniciaram sua operação antes de fevereiro de 1986, a COPEL firmou com o IAP um Termo de Ajustamento de Conduta. Foram protocolados junto ao órgão ambiental os 219 processos de licenciamento previstos no TAC; destes, foram emitidas 175 Licenças de Operação (80,0% dos protocolos) e o restante aguarda manifestação do órgão ambiental.
- Estudos Ambientais - o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Estudo Ambiental Simplificado (EAS) e o Relatório Ambiental Simplificado (RAS) para a fase de Licenciamento Prévio têm por objetivo: diagnosticar a situação local quanto aos meios físico, biótico e socioeconômico; identificar e avaliar os potenciais impactos socioambientais positivos e negativos das etapas de planejamento, construção e operação de um empreendimento; propor medidas para minimizar eventuais impactos negativos e potencializar os positivos. Na fase de licenciamento de instalação e obtenção de autorização para supressão de vegetação, novos estudos são desenvolvidos, como o Inventário Florestal e Projeto Básico Ambiental (PBA) ou Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais (RDPA), estes últimos objetivam detalhar os programas, as medidas preventivas, mitigadoras e reparadoras apresentadas nos estudos ambientais iniciais e atender aos requisitos estabelecidos pelo órgão ambiental. Em 2017, foram elaborados estudos ambientais (em suas diferentes fases de licenciamento) para sete Subestações, 17 Linhas de Distribuição de Alta Tensão e sete empreendimentos de transmissão.
- Comitê Técnico de Gerenciamento de Bifenilas Policloradas (PCB) - como signatário da Convenção de Estocolmo, o Brasil emvidou esforços para reduzir a presença de poluentes orgânicos perigosos (POP) entre os quais está o PCB. Devido a sua relevância para o setor elétrico, institucionalmente a Companhia tem acompanhado as tramitações a respeito do tema, quer seja pela construção de resolução CONAMA ou por Projeto de Lei, e participa da atualização da Norma Brasileira (ABNT) a respeito do gerenciamento do PCB. O Projeto de Lei foi encaminhado recentemente para apreciação e aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a Norma foi revista e será disponibilizada para consulta pública em 2018. Em 2014, a COPEL habilitou-se para ser uma das três empresas do setor elétrico a realizar um projeto piloto coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD), o projeto BRA/08/G32 encontra-se em execução, tendo como produto final o inventário parcial de PCB das companhias que aderiram. Esses resultados serão compartilhados ao setor elétrico e aos órgãos envolvidos.

- Programa de Gestão Corporativa de Resíduos - objetiva implantar, padronizar e sistematizar as melhores práticas de gestão de resíduos na Companhia e suas ações estão centradas na criação e revisão de normas e manuais; na conscientização de colaboradores; na melhoria de processos internos e na compilação de informações. Em 2017, foram trabalhadas as normativas internas para melhor gestão dos resíduos e mantidas as ações de encaminhamento para reuso ou reciclagem dos resíduos industriais. A COPEL tem representação no Fórum Lixo e Cidadania do Paraná; e mantém aberta a Chamada Pública Permanente COPEL DMC 001/2013, para o cadastramento de Associações e Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis, em atendimento ao Decreto Estadual n.º 4167/2009.
- Programa Ecoeficiência - instituído em 2014, tem como objetivo integrar as iniciativas existentes na COPEL relacionadas à redução e otimização do uso de recursos naturais, fortalecendo e potencializando-as, além de propor novas iniciativas com mesmo propósito. A principal premissa de atuação é a integração e o engajamento dos colaboradores por meio de ações contínuas de comunicação e sensibilização, incentivando a replicação de boas práticas de gestão e redução no consumo de recursos. As ações deste programa estão concentradas nos temas energia, água, papel, mobilidade e combustível, educação e comunicação. Em 2017, foi implementada ação que determinou o uso de etanol nos carros flex da frota da Companhia, e, visando incentivar meios de transporte mais sustentáveis pelos empregados, o Programa Ecoeficiência realiza eventos ciclísticos em datas específicas e coloca à disposição dos empregados duas bicicletas elétricas, que podem ser emprestadas para uso a trabalho ou particular.
- Programa de Gestão Corporativa de Mudanças Climáticas - tem por objetivo definir o posicionamento da COPEL frente ao tema, identificar oportunidades e riscos relacionados aos negócios da Companhia e fomentar a inovação em tecnologias e processos para incentivar a redução de emissões de gases de efeito estufa. Em 2017, teve avanços na Gestão de Emissões de gases do efeito estufa (GEE) e nas discussões de ações efetivas para reduzir emissões da companhia. A Companhia realizou seu inventário de GEE e publicou no registro público de emissões do Estado, recebendo novamente a premiação do Selo Clima Paraná, na categoria Ouro. A COPEL adotou o preço interno de carbono como referência na análise para aquisição de novos empreendimentos, possibilitando avaliar os riscos de uma futura precificação de carbono no país; tem participado de discussões nas esferas estadual e federal; e participa de um sistema de simulação de comércio junto com a Fundação Getúlio Vargas. A COPEL tem realizado pesquisas e estudado modelos de negócios que contribuirão para a redução de emissões no setor elétrico, como o estudo em geração de energia a partir de termelétricas movidas

com biomassa, estudo de uso de painéis solares e gerenciamento inteligente de energia. Quanto à adaptação à mudança do clima, com o intuito de se antecipar na tomada de decisões para mitigar os efeitos oriundos desta mudança, está desenvolvendo um sistema interno para realização de análise de risco de vulnerabilidade de seus negócios, com duas áreas de atuação em estudos: os efeitos sobre linhas de transmissão e geração de energia hidrelétrica.

- Regularização de uso de Terra Indígena para produção e transmissão de energia: a) TAC Indígena Apucarantina 2002 - Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 20/12/2002 (TAC APC 2002) entre COPEL Geração e Transmissão S.A (COPEL GeT), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Ministério Público Federal (MPF) - a partir de 2014, o consumo de energia da comunidade indígena passou a ultrapassar os valores previstos para compensação financeira anual, de modo que os valores excedentes dos anos de 2014 e 2015 foram quitados pela COPEL GeT e por esta razão, estão sendo tratadas junto ao MPF soluções para a questão, o que pode resultar em possível termo aditivo ao TAC; b) TAC Indígena Apucarantina 2006 - em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 01/12/2006 entre COPEL GeT, FUNAI e MPF, a COPEL GeT faz a gestão, em conjunto com os indígenas, de um fundo oriundo de indenização paga pela COPEL à Comunidade Indígena em razão dos impactos causados pela instalação e funcionamento da Usina de Apucarantina. Encontra-se em revisão a exequibilidade dos 39 projetos do Programa aplicados à Comunidade Indígena, no sentido de, também, avaliar medidas para proporcionar maior perenidade ao fundo; c) Comunidade Indígena Barão de Antonina - realizada a compensação financeira anual à Comunidade Indígena Barão de Antonina, de acordo com os valores estipulados no Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 2006 com os indígenas, a FUNAI e Ministério Público Federal, em razão da instalação e operação da LT 230 kV Figueira-Apucarana. A partir de 2017 a COPEL fornecerá insumos para a construção de cercas visando o isolamento e recuperação das nascentes, conforme o Projeto de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente da Terra Indígena Barão de Antonina, elaborado em atendimento a outro Termo de Ajustamento de Conduta, firmado em 2009 em decorrência do mesmo empreendimento; a atividade contemplará a capacitação de indígenas para essa atividade, por técnico florestal da COPEL.
- Regularização do Patrimônio Cultural: TAC de Arqueologia da UHE Mauá e 1º Termo Aditivo - em 2017, foram realizadas reuniões com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-PR), a fim de conduzir tratativas para elaboração de novo termo aditivo ao TAC, repactuando prazos e escopo dos programas previstos no Termo de Ajustamento de Conduta, firmado em 2012

com o MPF, Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e IPHAN, para mitigar e compensar os impactos causados sobre sítios arqueológicos na área diretamente afetada da UHE Mauá. Encontra-se em execução os serviços de pesquisa e produção de DVD-Rom Interativo da memória do Rio Tibagi, que é uma das medidas do 1º Termo aditivo.

- Ações de Patrimônio Cultural - Memória, Guarda e Educação: o Museu Regional do Iguaçu, até a primeira quinzena de outubro registrou 9.810 visitantes nas modalidades de agendamento e visita espontânea, sendo que na modalidade agendamento atendeu 59 Instituições de formação como escolas, colégios, Ensino Técnico, Ensino Superior e de Pesquisa e de Entidades da Sociedade Civil Organizada; realizou ações de Museu Itinerante; bem como ações de campo devido à projetos de educação patrimonial, histórico-cultural, preservação, conservação e recuperação ambiental, além de projetos de renovação e/ou expansão de ativos de Geração e Transmissão. O acervo arqueológico catalogado por ocasião da construção e operação da UHE Mauá está sob a guarda temporário do Museu Regional do Iguaçu, e em processo de conferência, para posterior remanejamento ao Museu da região da UHE Mauá, que se encontra em planejamento.
- Programas Linha Livre e Borda Livre - destinam-se a intervir junto aos atingidos em áreas de ocupações irregulares localizadas sob as linhas de transmissão e em bordas de reservatórios dos empreendimentos da COPEL GeT.
- Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Mauá - dos 21 programas e 13 subprogramas ambientais, que visam prevenir, mitigar e compensar os impactos negativos decorrentes da construção da Usina, bem como potencializar e otimizar os impactos positivos, encontra-se em andamento o programa de Recuperação e Formação da Faixa de Proteção Ciliar do Reservatório e Monitoramento, sendo os demais concluídos em 2016.
- PBA da UHE Colíder - implantou 32 Programas que contemplaram os meios físico, biótico e socioeconômico; em julho de 2017 a COPEL GeT recebeu a autorização para enchimento do reservatório n.º 633/2017 e a emissão Licença de Operação está prevista para o início de 2018.
- PBA da LT Araraquara - Taubaté (SP) - obra prioritária do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e fundamental para escoar a energia proveniente das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), no Estado de Rondônia para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Este empreendimento projeta-se sobre 28 municípios de São Paulo. O PBA elaborado para subsidiar a solicitação da Licença de Instalação foi composto por nove programas e 11 subprogramas socioambientais e a emissão da Licença de Operação deste empreendimento está prevista para o início de 2018.

- Gestão Socioambiental de Reservatórios - em 2017, foram mantidas as atividades previstas no Programa, que visa avaliar a qualidade e disponibilidade de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas da COPEL GeT, bem como promover ações de inspeções para o levantamento de ocorrências ambientais e fundiárias nos reservatórios. Neste ano foi realizada a revisão e a atualização do Plano de Gestão dos Reservatórios da COPEL, documento integrante do processo de Gestão dos Reservatórios da COPEL que define o que deve ser feito. O apoio tecnológico ao processo de gestão dos reservatórios será realizado por meio de ferramenta que está sendo desenvolvida com base nos procedimentos estabelecidos pela Comissão Institucional de Gestão dos Reservatórios.
- Programa Florestas Ciliares - tem como objetivo a recuperação dos ambientes naturais no entorno dos reservatórios das usinas que, de acordo com a posição fitoecológica, deve ser essencialmente feita por meio de plantios florestais, em atendimento ao novo Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012). Em 2017, foram plantadas 75.630 mudas, que representa uma área recuperada de 83,43 hectares, que somadas às plantadas nos últimos dez anos, chegam a aproximadamente 1,4 milhão de mudas.
- Hortos Florestais - situados nas Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador Ney Aminthas de Barros Braga, Governador José Richa e Mauá. Em 2017, foram produzidas 211.515 mudas de espécies nativas, 59.391 mudas para arborização urbana, além de mudas de espécies exóticas de nove diferentes espécies. Para atender aos plantios do Programa Florestas Ciliares, do Programa de Arborização Urbana e o fornecimento de mudas para atendimento de condicionantes ambientais em razão de diversos empreendimentos e ações da COPEL.
- Programa de Monitoramento e Repovoamento de Ictiofauna - atende a condicionantes ambientais, que visam observar mudanças na fauna de peixes dos reservatórios e possíveis influências da operação de usinas nestas comunidades. Em 2017, teve continuidade o monitoramento da fauna de peixes, com análise de mais de 100 espécies distribuídas nos diferentes reservatórios, e o repovoamento, com 40.000 indivíduos liberados.
- Programa Florestas Urbanas - incentiva a melhoria da arborização urbana dos municípios da área de concessão da COPEL, por meio de ações junto às prefeituras, visando a convivência das redes de distribuição de energia e as árvores urbanas. Uma de suas principais ações é o fornecimento de mudas em tamanho padrão para plantio em calçadas para os municípios interessados, e encontra-se em trâmite processos para doação de 6.000 mudas para mais de 20 municípios. A COPEL participa do Comitê de Trabalho Interinstitucional para avaliação dos Planos Municipais de Arborização Urbana, coordenado pelo Ministério Público do Paraná.

5.11 Administração

5.11.1 Gestão de Pessoas

Dentre as atividades realizadas no âmbito de Gestão de Pessoas, merece destaque o trabalho realizado pela Universidade COPEL (UniCOPEL), que tem por objetivo definir políticas e diretrizes de educação corporativa visando à melhor execução das estratégias corporativas, bem como atuar no desenvolvimento de programas educacionais para a liderança com base nos direcionamentos estratégicos da Companhia. Seu desafio estratégico é ser referência no desenvolvimento de pessoas, agregando valor aos negócios corporativos.

- Programa de Integridade - alinhada às diretrizes de *compliance* vigentes no país, a Companhia realizou treinamentos voltados à Alta Administração (diretores, diretores-presidentes e conselheiros) e disponibilizou treinamento EaD sobre a Lei e o Decreto Anticorrupção.
- Programa Liderança Transformadora - iniciado em 2016, seguindo o modelo do Pipeline da Liderança, está alinhado com os princípios do PRME, ação do Pacto Global das Nações Unidas, com foco no desenvolvimento de lideranças responsáveis e, em 2017, capacitou 100,0% do quadro gerencial.
- Em parceria com a Coordenação de Recursos Humanos, a UniCOPEL realizou, em 2017, o segundo encontro de líderes da Companhia, cujos principais objetivos foram promover a integração gerencial, reforçar os direcionadores da atual gestão e os desafios que a Companhia está enfrentando, bem como consolidar práticas de Gestão de Pessoas voltadas à atuação gerencial.

5.12 Resultados Econômico-financeiros

A receita operacional bruta da COPEL foi de R\$ 9.984,5 milhões, de janeiro a junho de 2017, montante 12,1% inferior ao mesmo período do ano anterior. A participação do ICMS nessa receita foi de R\$ 1.771,6 milhões, com variação negativa de 24,6%, representando uma redução de R\$ 578,3 milhões. Entre janeiro e junho, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização atingiu R\$ 1.713,3 milhões, montante 21,9% inferior ao apresentado no mesmo período do ano anterior (R\$ 2.192,9 milhões).

O lucro líquido da COPEL totalizou R\$ 568,3 milhões nos seis primeiros meses de 2017, montante 49,8% inferior aos R\$ 1.132,7 milhões apurados no primeiro semestre de 2016, devido, principalmente, ao pelo registro, no 2T16, da receita não recorrente de R\$ 977,8 milhões referente à remensuração da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

O programa de investimentos realizado nos primeiros seis meses de 2017, considerando suas subsidiárias integrais e as SPEs, foi de R\$ 1.229,3 milhões, dos quais R\$ 843,3 milhões foram aplicados em projetos de geração e transmissão de energia; R\$

283,0 milhões em obras de distribuição, e R\$ 103,0 milhões em telecomunicações. Dos R\$ 843,3 milhões investidos no segmento de geração e transmissão, R\$ 98,7 milhões foram na Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu, R\$ 50,9 milhões na UHE Colíder, R\$ 353,7 milhões nas linhas de transmissão que estão em construção no Paraná e em outros oito Estados e R\$ 340,0 milhões em parques eólicos localizados no Rio Grande do Norte. O programa total previsto para 2017 é de R\$ 2.331,3 milhões.

Quanto ao desempenho das ações da COPEL, de janeiro a junho de 2017, as ações ordinárias nominativas (ON) e as ações preferenciais nominativas classe B (PNB) estiveram presentes em 100,0% dos pregões da B3. As ações ON encerraram o período cotadas a R\$ 19,00 e as ações PNB a R\$ 24,53, com variações negativas de 0,4% e 10,3%, respectivamente.

As ações PNB negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) estiveram presentes em 98,0% dos pregões e registraram desvalorização de 13,4% no período, cotadas a US\$ 7,34. A Companhia também lista suas ações PNB na Europa, via Mercado de Valores Latino-Americano em Euros (LATIBEX), vinculado à Bolsa de Valores de Madri. Nesse mercado, as ações da COPEL estiveram presentes em 76,0% dos pregões, e registraram variação negativa de 3,8%, fechando o período em € 7,77.

5.13 Reconhecimentos

Em 2017, foi eleita pelos clientes residenciais como a melhor distribuidora do Brasil pela 6ª vez em sete anos, dado esse divulgado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE). Conquistou também o reconhecimento dos clientes como a melhor Distribuidora de Energia da América Latina e Caribe, Prêmio CIER de Qualidade - Categoria Ouro, cuja premiação é oferecida *pela Comisión de Integración Energética Regional (CIER)*.

Em outubro a COPEL entrou na lista as 150 melhores empresas para se trabalhar, levantamento feito pela revista *Você S/A*, que realiza a maior pesquisa de clima organizacional do País.

A Companhia completou 20 anos na Bolsa de Nova York e recebeu homenagem no *Closing Bell*, cerimônia de batimento do martelo e acionamento do sino que marca o encerramento das atividades diárias na Bolsa de Nova York (NYSE), maior centro financeiro do planeta. A homenagem é um reconhecimento aos 20 anos de listagem das ações da COPEL na bolsa norte-americana. Em 1997, a COPEL foi a sexta companhia brasileira, e a primeira do setor elétrico no país, a ter ações negociadas na NYSE.

Além destes Prêmios, a COPEL também recebeu outros reconhecimentos:

- Prêmio de Melhor Concessionária de Energia em Responsabilidade Social, concedido pela ABRADEE.

- Elogio feito pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) pelo portal de transparência, hospedado no *site* da Companhia.
- Troféu Transparência concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC) que reconhece a qualidade das informações contábeis prestadas ao mercado.
- Reconhecimento pelas suas práticas em prol dos ODS e seu papel como articulador do crescimento sustentável do Paraná, concedido pelo SESI Paraná.
- Premiação Selo Saúde Ministério da Saúde pelas ações de incentivo ao aleitamento materno, com a entrega realizada no lançamento da 25ª Semana Mundial da Amamentação 2017, organizada pelo Ministério da Saúde e pelo Governo do Paraná.
- A COPEL GeT foi premiada, em junho, em São Paulo, durante o 15º Benchmarking Brasil, com o case Programa Linha Livre, que retrata o trabalho social realizado junto às ocupações nas faixas de segurança das linhas de transmissão. O Programa *Benchmarking* Brasil consolidou-se como um dos mais respeitados Selos de Sustentabilidade do País que reconhece, certifica e compartilha as melhores práticas socioambientais das instituições brasileiras. Com o reconhecimento, a COPEL GeT passa a integrar o *Ranking* 2017 dos Detentores das Melhores Práticas Socioambientais do país. O Programa Linha Livre recebeu em 17/10/2017, o Selo SESI ODS que certifica práticas alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.
- Em 2017, COPEL foi reconhecida pela *Morgan Stanley Capital International - Environmental, Social and Governance (MSCI ESG) Ratings*, Índice de Sustentabilidade elaborado pela empresa, líder mundial no mercado de avaliações de investimentos. O resultado conferiu à COPEL o posicionamento entre as melhores empresas do Setor de *Utilities*, trazendo visibilidade internacional à Companhia.
- Em 2017, a COPEL recebeu a confirmação da sua permanência no Índice de Sustentabilidade *FTSE4GOOD Emerging Index*, com desempenho superior à avaliação anterior. O *FTSE4GOOD* é um Índice da Bolsa de Londres que mede o desempenho em Sustentabilidade Empresarial baseado nos aspectos Ambientais, Sociais e de Governança, fornecendo insumos para a tomada de decisão dos maiores investidores do mundo.
- Certificada pela terceira vez consecutiva com o Selo Ouro Clima Paraná, concedido pelo Registro Público de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Governo Estadual. Criado pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos em 2016, o selo certifica as ações de empresas paranaenses no campo das mudanças climáticas.

A COPEL Telecom melhorou seus processos e buscou excelência na sua gestão e melhoria no relacionamento com seus clientes. Durante 2017 foi assim reconhecida:

- A *internet* da COPEL Telecom permanece como a mais rápida entre os 10 maiores provedores do País - e a mais veloz do Paraná, entre empresas de todos os portes. O levantamento é resultado de 18 milhões de testes feitos pelos usuários e divulgado a cada três meses. Desde novembro, a COPEL Telecom aparece no topo da lista dos provedores nacionais.
- Aplicativo *Easy APR* - criado para agilizar a análise de risco nos trabalhos em campo, foi desenvolvido por uma equipe da STI, da COPEL Telecom e premiado na categoria Desenvolvedores de Apps e Conteúdo do Anuário Telesíntese.
- Melhor operadora do Paraná de acordo com usuários de *internet* - ficou em primeiro lugar na categoria banda larga fixa em pesquisa que apontou as melhores operadoras de telecomunicações no Brasil de acordo com a percepção dos consumidores. O resultado foi divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Controladoria Geral do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

6 Controladoria Geral do Estado

Tem por finalidade o acompanhamento e observância dos limites legais e constitucionais de gastos executados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual; a informação aos gestores sobre indicadores gerenciais relativos à realização dos gastos públicos; a realização de inspeções nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e de pessoal; o estabelecimento de mecanismos voltados a comprovar a eficácia, a eficiência e a economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como o recebimento e apuração das reclamações ou denúncias fundamentadas, velando por seu integral atendimento e resolução, inclusive às consultas e aos requerimentos formulados pelos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, recomendando, quando constatada omissão da autoridade competente, a instauração de sindicâncias e procedimentos administrativos pertinentes. Procede, ainda, a verificação quanto ao cumprimento dos princípios e das normas que norteiam a conduta da Administração Pública, especialmente em relação à legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e à moralidade administrativa e, também, na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos.

O Observatório da Despesa Pública do Paraná (ODP/PR), instituído pelo Decreto n.º 4.334/2016, realizou estudos temáticos, de caráter sigiloso, envolvendo compras governamentais e a vida funcional dos servidores públicos estaduais. Tais estudos visam a produção de informações estratégicas, voltadas à melhoria do controle e monitoramento das ações do Poder Executivo, além de disponibilizar informações e indicadores gerenciais de desempenho e de identificação de situações atípicas, ocorridas na execução dos gastos públicos em áreas sensíveis da administração pública. Seus resultados servem como insumo à realização das atividades de monitoramento e acompanhamento, desenvolvidas por outras áreas específicas da CGE, bem como para informar aos gestores públicos sobre situações que possam constituir irregularidades, de modo a prevenir a sua ocorrência, gerando indicadores gerenciais relativos à correta execução dos gastos públicos.

6.1 Assessoria Técnica

Principais atividades:

- Acompanhamento sistemático e permanente do cumprimento do Decreto n.º 36/2015 e comunicação aos órgãos com inscrição no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), da Secretaria do Tesouro Nacional, para a regularização de pendências.

- Apoio ao Grupo Orçamentário e Financeiro Setorial (GOFS) da Casa Civil na renovação da Certidão de Regularidade junto à Receita Federal do Brasil, dos órgãos da Administração Direta do Governo do Estado e de suas vinculadas, com obtenção de Certidão de Regularidade a 100,0% dos órgãos da Administração Direta e fundos vinculados, no exercício.
- Desenvolvimento de dois módulos no Sistema de Informações Gerenciais e de Controle Interno: a) módulo GAS - dentre outras funções possui 15 módulos de relatórios e gráficos com informações de interesse gerencial e de controle interno, e resultou, principalmente, na maior eficácia das atividades desempenhadas pelo GAS, proporcionando maior disponibilidade de tempo aos gestores da CGE para atenderem questões relacionadas à sociedade; b) módulo Transparência - proporciona a gestão por prazos das demandas de Acesso à Informação e gerou maior eficiência na gestão dos pedidos de acesso à informação, beneficiando os cidadãos que as demandam.
- Atualização do Sistema de Acompanhamento de Processos Disciplinares, com a finalidade de distribuição aos Agentes de Corregedoria Setorial do Estado. O sistema permite o acompanhamento, gestão e geração de relatórios, principalmente, dos Processos Administrativos Disciplinares e dos Processos de Sindicâncias por órgão, impactando de forma direta e positiva o trabalho dos Agentes de Corregedoria Setorial.
- Atualização, dos Sistemas de Controles Gerenciais da Coordenadoria de Corregedoria (seis sistemas e um painel de acesso). O desenvolvimento, implantação e manutenção dos sistemas proporcionaram a geração de um marco de transformação positiva na gestão da Coordenadoria de Corregedoria.

6.2 Coordenadoria de Controle Interno

Sua atuação visa proporcionar razoável segurança administrativa na tomada de decisão pelos gestores estaduais, reduzir a ocorrência de desvios que possam comprometer a eficiência no uso de recursos e a eficácia na disponibilização de bens e serviços, permitindo assegurar a conformidade legal dos controles existentes e identificar as boas práticas de gestão.

Realizou a avaliação dos controles existentes, por meio de quatro formulários enviados a cada órgão/entidade, a fim de identificar falhas ou irregularidades no processo e realizou auditorias de conformidade, a partir dos pontos de controle que apresentam fragilidades na sua execução, e auditorias de verificação por meio de demandas do Observatório da Despesa Pública.

6.3 Coordenadoria de Transparência e Controle Social

Principais ações:

- Capacitação dos Agentes de Informação conforme atribuições legais de acesso a informações.
- Realização de estudos técnicos visando aprimorar a regulamentação da lei anticorrupção no âmbito do Poder Executivo Estadual e visando a criação de áreas de Integridade e Inteligência no âmbito do Poder Executivo Estadual, para aprimorar as ferramentas de controle e prevenção à corrupção.
- Formalização de acordos de cooperação: a) com a Controladoria Geral do Município de São Paulo para o desenvolvimento de projetos e ações objetivando contribuir na prevenção e no combate à corrupção, promoção da transparência e éticas públicas, fomento do controle social e para o fortalecimento da gestão pública; b) com o Ministério Público e a Universidade Positivo com o intuito de reforçar o controle social sobre a administração pública e fomentar a cultura da transparência no meio acadêmico.
- Cooperação com a Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social, da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Paraná, para realização de consulta pública acerca dos portais de transparência dos municípios e câmaras legislativas municipais visando sua adequação com os anseios da sociedade.
- Monitoramento da divulgação das informações públicas nos sítios oficiais dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta e expedição de recomendação para adequações quando cabíveis.
- Comunicação com o Comitê Gestor do Portal da Transparência Estadual, visando os atendimentos legais, contando, com inovações como os portais institucionais dos Órgãos e Entidades públicos dentro do Portal do Estado e soluções tecnológicas pioneiras, facilitando o acesso às informações por parte da sociedade e demais grupos de controle social.
- Participação em audiências públicas organizadas pela Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba, apresentando as atividades desenvolvidas pela coordenadoria aos estudantes do ensino médio, com o intuito de conhecimento e fomento das atividades de controle social pelos jovens.
- Convênio com o a Universidade Positivo, trazendo para dentro da Controladoria Geral do Estado, alunos do curso de Direito, visando estimular o Controle Social da sociedade.

6.4 Coordenadoria de Corregedoria

Tem como finalidade contribuir para a promoção de uma cultura de ética e de probidade no serviço público do Estado do Paraná.

Realizou 10 inspeções *in loco* resultando em 157 processos analisados, com os mesmos recursos, representando um aumento de 52,4% em relação ao ano anterior, devido à mudança de algumas rotinas e a melhoria da qualidade dos controles internos.

Houve um aumento de produtividade na ordem de 122,5%, no que se refere à análise de documentos que tramitaram pelo setor com a consequente elaboração de informações, pareceres, relatórios e despachos.

Realizou ações para promover a capacitação dos servidores envolvidos com a área de correição no Estado do Paraná: a) promoveu, em junho, o II Encontro de Agentes de Corregedoria do Estado do Paraná, em Curitiba, com 59 participantes de 34 entidades (Secretarias e órgãos); b) ministrou o módulo Processo Administrativo Disciplinar do *Workshop* RH SESP 2017, a convite da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP), em curso promovido e coordenado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário (ESPEN), em junho, por videoconferência, abrangendo os municípios Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Umuarama, Francisco Beltrão e Apucarana.

Cabe destacar que os avanços obtidos nos sistemas de monitoramento dos processos de Sindicância e de Processos Administrativos Disciplinares no Estado possibilitaram a obtenção de dados estatísticos mais confiáveis acerca do Sistema de Correição do Estado do Paraná.

6.5 Coordenadoria de Ouvidoria Geral

A Coordenadoria de Ouvidoria Geral amplia o espaço público e democrático da tomada de decisões, valorizando o exercício cotidiano da cidadania, estabelecendo mecanismos eficazes para a participação popular, incorporando a comunidade na gestão de governo, como forma de retificar desvios e distorções próprias do sistema representativo possibilitando ao indivíduo acionar os instrumentos que dispõe o Estado para receber a devida proteção com rapidez, segurança, eficiência e respeito.

Recebeu reivindicações da população por meio de seus canais de comunicação (0800-411113, atendimento presencial, *e-mail*, Fale com o Ouvidor e redes sociais). Estabeleceu a participação de servidores, por meio das Ouvidorias Setoriais dos Órgãos, formando uma rede de mais de 2.500 servidores cadastrados no Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias (SIGO), em busca de soluções imediatas e de medidas preventivas visando impedir efeitos danosos aos cidadãos.

Na coordenação do SIGO, estabelecido como canal de comunicação para o atendimento das demandas da população, até outubro registrou: 52.024 realizados pelas Ouvidorias Setoriais e 5.154 pela Coordenadoria de Ouvidoria Geral, totalizando 57.178 atendimentos distribuídos quanto à sua natureza: 18.738 denúncias (32,8%), 19.721 solicitações (34,5%), 15.621 reclamações (27,3%), 869 sugestões (1,5%), 1.335 elogios (2,3%) e 894 reivindicações de acesso à informação (1,6%).

Na busca pela melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados realizou capacitação e treinamento da rede de ouvidores no atendimento aos cidadãos e de ouvidorias; formulou ações que facilitam a busca de soluções imediatas para o aperfeiçoamento da gestão pública e para o funcionamento da nova versão do SIGO a 104 ouvidores de seus respectivos órgãos; e realizou capacitação e treinamento, com transmissão simultânea de videoconferência (via *webcast*), para aproximadamente, 280 conexões ativas, em tempo real, assistida por mais de uma pessoa, dos usuários do novo SIGO.

Procuradoria Geral do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

7 Procuradoria Geral do Estado

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) tem suas principais competências estabelecidas nos artigos 132 da Constituição Federal e 124 da Constituição Estadual. No âmbito da representação judicial do Estado, merecem destaque as realizações a seguir.

7.1 Câmaras de Conciliação de Precatórios

- 1ª Câmara de Conciliação de Precatórios - com a responsabilidade de analisar os pedidos de contribuintes que aderiram à primeira rodada de conciliação, realizou acordos envolvendo R\$ 107,0 milhões em 2017, sendo: R\$ 93,8 milhões representando ingresso direto de recursos aos cofres públicos por meio da quitação de impostos estaduais (ICMS, ITCMD e IPVA); R\$ 10,0 milhões de contribuição previdenciária; R\$ 3,2 milhões referente à retenção do imposto de renda. Além do ingresso da respectiva quantia no erário estadual, o mesmo montante representa redução do passivo do Estado do Paraná, havendo, portanto, benefício direto e indireto na ordem de R\$ 214,0 milhões somente nos nove primeiros meses deste ano.
- 2ª Câmara de Conciliação de Precatórios - regulada pelo Decreto n.º 3.124/2015, até outubro, quitou-se R\$ 290,6 milhões de créditos de precatórios, com ingresso nos cofres do Estado do Paraná de R\$ 8,9 milhões a título de retenções legais (IRRF e Contribuição Previdenciária); R\$ 13,1 milhões como receita do Fundo Especial da Procuradoria, acrescido do desembolso de R\$ 174,2 milhões (valor retirado das contas de precatórios Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para fazer frente aos acordos); concluindo-se em um total líquido pago aos credores (acordantes) no importe de R\$ 151,4 milhões.

7.2 Ações Coletivas

- Obteve sucesso perante a Seção Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, no âmbito da Ação Rescisória n.º 1.265.328-9, sendo rescindida decisão anterior que beneficiava milhares de servidores do Poder Judiciário, com impacto financeiro imediato de aproximadamente R\$ 22,0 bilhões, além da obrigação de implantar diferenças futuras.
- Perante a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, no âmbito da ação rescisória n.º 1.426.146-0, obteve resultado em que se rescindiu decisão judicial pretérita que garantia o pagamento de diferenças relativas à chamada 2ª promoção dos agentes penitenciários, com impacto estimado de R\$ 21,5 milhões.

- Obteve liminar na ação rescisória n.º 1.719.347-2 para suspender a parte do título executivo que garantia o pagamento de valores retroativos e a implantação de valores correspondentes às aulas extraordinárias para professores readaptados ou em licença maternidade. Estima-se a existência de 2.600 professores readaptados atualmente.
- Foram celebrados acordos, relativamente a dois títulos coletivos (2493 e 515, ambos originários da 2ª Vara da Fazenda Pública do Paraná), para pagamento parcelado em folha, e um acordo parcial referente a execuções em que havia sido requerida expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV), autos 887 do mesmo juízo, para a expedição dessas em valores consensuais.
- No contexto da Operação Quadro Negro ajuizou ações de improbidade administrativa para fins de responsabilização de agentes públicos e particulares por desvios de recursos de obras escolares, a exemplo: a) Autos n.º 000208-18.2017.8.16.0179, em trâmite na 5ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (ref. Unidade Nova Jardim Paulista - Campina Grande do Sul), R\$ 8,8 milhões compostos pelos danos materiais causados (R\$ 3,8 milhões) acrescidos da pretendida indenização por danos morais coletivos (R\$ 5,0 milhões); b) Autos n.º 0002945-34.2017.8.16.0004, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (ref. Unidade Nova Ribeirão Grande - Campina Grande do Sul), R\$ 8,2 milhões compostos pelos danos materiais causados (R\$ 3,2 milhões) acrescidos da pretendida indenização por danos morais coletivos (R\$ 5,0 milhões); c) Autos n.º 0003658-09.2017.8.16.0004, em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (ref. Unidade Nova Colégio Estadual William Madi - Cornélio Procópio), R\$ 9,2 milhões compostos pelos danos materiais causados (R\$ 4,2 milhões) e acrescidos da pretendida indenização por danos morais coletivos (R\$ 5,0 milhões); d) Autos n.º 0003893-73.2017.8.16.0004, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (ref. Ampliação do Centro Estadual de Educação Profissional Lysimaco Ferreira da Costa - Rio Negro), R\$ 6,5 milhões, composto pelos danos materiais causados (R\$ 1,5 milhão) e acrescidos da pretendida indenização por danos morais coletivos (R\$ 5,0 milhões).

7.3 Ações Trabalhistas

- No âmbito da Ação Coletiva n.º 0194200-16.1989.5.09.0002 e execuções individuais correlatas, conseguiu a formalização de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP Sindicato), ratificado pelo Governador do Estado, envolvendo montante de R\$ 548,0 milhões, oportunidade em que foram beneficiados mais de 33 mil interessados.

- A PGE tem obtido alto índice de vitórias nas reclamações trabalhistas ajuizadas em face da empresa terceirizada de Vigilância Mundiseg, firmada pelo Estado do Paraná/Tribunal de Justiça, sendo excluído das lides em função da mediação levada a cabo junto ao Ministério Público do Trabalho (Mediação n.º 000511.2015.09.000/0), entre TJ/PGE, Mundiseg e Equipseg, sempre alegada em defesa e demonstrada documentalmente nos autos.

A Mediação perante o Ministério Público do Trabalho foi requerida pela Procuradoria para tentar solucionar o problema da realização de dobras pelos empregados das empresas terceirizadas de vigilância que prestam serviços no Tribunal de Justiça. No procedimento instaurado ficou evidenciada a necessidade das empresas deixarem de determinar aos trabalhadores a realização de dobras. A participação da Procuradoria foi fundamental para corrigir as irregularidades apontadas e para a responsabilização subsidiária do Estado em futuras reclamações trabalhistas.

- Em demandas trabalhistas, tem desempenhado defesa do erário na Ação Civil Pública n.º 0011135-49.2016.5.09.0009, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em face da Secretaria de Estado da Cultura, com objetivo de interdição da sede do respectivo órgão e transferência de pessoal para outros estabelecimentos, ao argumento de problemas estruturais no prédio histórico. Até outubro, a perícia preliminar realizada apresenta dados favoráveis ao Estado do Paraná.
- Obteve-se, no âmbito da Ação Civil Pública n.º 0011746-78.2016.5.09.0016, manejada pelo Ministério Público do Trabalho em face da Secretaria de Estado da Saúde, com objetivo de exigir a elaboração de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em múltiplas instituições ligadas ao respectivo órgão, sentença favorável ao Estado do Paraná.
- Na Ação Civil Pública n.º 0002951-52.2016.5.09.0091, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, em que se questiona a adequação das instalações do Instituto Médico Legal de Campo Mourão. Além da defesa apresentada, acolheu-se a necessidade de oitiva da PGE acerca de laudo do Corpo de Bombeiros.
- Obteve êxito em reclamação trabalhista n.º 0000651-09.2015.5.09.0009, em que firmando, perante o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região precedente afastando a responsabilidade subsidiária automática do Estado do Paraná com fundamento em decisão do Supremo Tribunal Federal e no Recurso Extraordinário (RE 760931-DF 26.04.2017). Referido precedente inverte o ônus processual acerca da responsabilidade do erário, impactando de forma direta nas demais ações de mesmo fundamento.
- A atuação da Procuradoria tem sido crucial pelo sucesso em demandas, com especial atenção e cuidado as de grande impacto ao erário paranaense, como por exemplo: a) Ação Civil Pública n.º 0010885-92.2016.5.09.0016, manejada pelo Ministério Público do Trabalho, com objetivo de obrigar a Secretaria de Estado da

Segurança Pública e Administração Penitenciária a implementar medidas atreladas à saúde ocupacional (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e ao meio ambiente de trabalho dos agentes penitenciários nas 33 unidades prisionais penais do Estado; a Procuradoria apresentou defesa nos referidos autos e aguarda a designação da audiência instrutória; b) Ação Civil Pública instaurada pelo Ministério Público do Trabalho, assistido pela APP Sindicato, objetiva obrigar a Secretaria de Estado da Educação (SEED), entre outros, a se abster de dispensar os profissionais contratados pela SEED sob a modalidade processo seletivo simplificado (PSS) no ano de 2016 (editais GS/SEED n.º 59/2015, 26/2016, 60/2015, 28/2016, 61/2015 e 28/2016), sob pena de multa diária, bem como a condenação do Estado ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no importe de R\$ 100,0 milhões, além da responsabilização pessoal do Governador; a tutela antecipada foi indeferida e o Estado apresentou sua contestação; processo está aguardando análise do Juízo quanto ao pedido de produção de prova oral e pericial; c) ações envolvendo a Penitenciária Industrial de Guarapuava (76 processos idênticos), em que se discute a possibilidade do trabalho dos presos, perante sociedade empresária produtora de luvas e botas, em troca de diminuição da pena, e responsabilização do Estado de forma subsidiária; d) Reclamatórias Trabalhistas n.º 0020827-28.2017.5.04.0025, n.º 0020981-73.2017.5.04.0018 e n.º 0020525-45.2017.5.04.0721, em trâmite perante a Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, envolvendo três servidores do IPEM que atuam no Rio Grande do Sul, buscando o reenquadramento funcional, pagamento de diferenças remuneratórias, além de incorporação de gratificação de função e abono aos vencimentos, havendo impacto individual estimado em R\$ 500,0 mil.

7.4 Ações Relativas a Saúde

A atuação da Procuradoria tem sido crucial pelo sucesso em demandas, com especial atenção e cuidado às de grande impacto ao erário paranaense, como as que pretendem a incorporação de medicamentos pelo Estado ou o fornecimento gratuito de fármacos a todos os interessados de determinada região do Estado.

- Obteve no âmbito dos autos n.º 1708727-3, em tramitação no Tribunal de Justiça, êxito em pedido de suspensão de liminar, posteriormente estendida aos pedidos n.º 1714042-2, n.º 1714073-7, n.º 1723109-1 e n.º 1736057-7, para desobrigar o Estado do Paraná do fornecimento do medicamento NINTEDANIBE (OFEV), obstando-se a eficácia de 35 decisões judiciais que impunham ao Estado do Paraná o fornecimento contínuo do referido fármaco, fato que proporcionou ao erário a economia anual estimada em R\$ 5,0 milhões.

- Logrou êxito no pedido de suspensão de liminar n.º 1719562-9 estendido ao pedido n.º 1694226-0, sendo eximido o Estado do Paraná, pelo Tribunal de Justiça, do fornecimento do medicamento IBRUTINIB (IMBRUVICA) no âmbito de 14 decisões judiciais, proporcionando economia anual de R\$ 4,0 milhões aos cofres estaduais.
- Obteve sucesso em pedido de suspensão de liminar n.º 1726035-8, estendido aos pedidos n.º 589713-3, n.º 1700507-9 e n.º 1709190-0, sendo eximido o Estado do Paraná, pelo Tribunal de Justiça, do fornecimento do medicamento NIVOLUMAB (OPDIVO) no âmbito de 15 decisões judiciais, proporcionando economia anual de R\$ 4,0 milhões aos cofres estaduais.
- Obteve sucesso na defesa do erário, no âmbito dos autos n.º 5001463-94.2016.4.04.7011, movida pelo município de Paranaíba, com objetivo de ser ressarcida dos valores gastos com a aquisição de medicamentos decorrente de decisões judiciais. O sucesso do Estado nesta ação não só evita grande prejuízo imediato ao erário, dado o valor da causa, como também representa grande precedente judicial a ser aplicável em casos semelhantes.
- Em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal contra a União, com objetivo de evitar o desabastecimento de medicamentos oncológicos, a Procuradoria Geral do Estado ingressou como assistente litisconsorcial do autor, com intuito de evitar que fossem ajuizadas mais de 500 potenciais ações para o fornecimento de medicamento de altíssimo custo, o que poderia incorrer em enormes prejuízos aos cofres estatais. A tutela jurisdicional antecipada foi concedida e estabilizada.
- Tem obtido vitórias em ações judiciais que pretendiam que o Estado fosse compelido a fornecer coletivamente medicamentos, com destaque: a) Autos n.º 0004368-53.2017.8.16.0190 que objetivava o fornecimento gratuito dos medicamentos Cinacalcete e Paricalcitol aos usuários do SUS de Maringá, com pedido de liminar indeferido após a manifestação da Procuradoria; b) Autos n.º 0001517-27.2017.8.16.0130 que objetivava o fornecimento gratuito de diversos colírios e medicamentos oftalmológicos aos usuários do SUS de Paranaíba, com pedido de liminar indeferido após recurso de agravo interposto pela Procuradoria; c) Autos n.º 5011588-14.2017.4.04.7003 que objetivava o fornecimento gratuito de ARIPIPRAZOL aos usuários do SUS, com pedido de liminar em análise e manifestação pelo indeferimento apresentada pela Procuradoria; d) Autos n.º 5019162-34.2016.4.04.7000, manejada pela União Geral dos Trabalhadores do Estado do Paraná (UGT-PR) objetivava o custeio da vacina H1N1 aos trabalhadores representados pela UGT-PR (cerca de 800 mil), com pedido de liminar indeferido, estando os autos conclusos para sentença.

No âmbito extrajudicial é destaque a presença do órgão junto a reuniões do Comitê Executivo de Saúde do Estado do Paraná, órgão criado pelo Conselho Nacional de Justiça

para qualificar as demandas envolvendo o direito à saúde, fato que tem proporcionado uma maior harmonia entre Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e a Procuradoria Geral do Estado.

7.5 Aprimoramento da Arrecadação de Dívida Ativa

- Criação e regulamentação do Grupo Estratégico de Recuperação de Ativos Relevantes (GERA), por meio do Decreto n.º 7.435/2017, composto por membros da Procuradoria Geral do Estado e da Coordenação da Receita do Estado (CRE), sob supervisão da Coordenadoria de Assuntos Fiscais e do Diretor da CRE.
- Atuação em relação aos Devedores Contumazes, a partir da criação de categoria própria, pela Lei n.º 18.468/2015, que alterou a Lei n.º 11.580/1996, modificando a redação do seu artigo 50, havendo trabalho conjunto com autoridades da Receita Estadual mediante a realização de reuniões visando uniformizar a atuação institucional na arrecadação.
- A PGE estendeu o protesto extrajudicial da Dívida Ativa para a quase totalidade das Comarcas do Estado. Este mecanismo representa importante instrumento de recuperação dos créditos tributários e não tributários, instituído pela Lei n.º 18.292/2014, cujo índice de recuperabilidade dos créditos tem atingido 29,0%, proporcionando o aumento da arrecadação e da desjudicialização da cobrança destas dívidas.
- Manejou Ação Declaratória de Reconhecimento de Grupo Econômico e Abuso de Personalidade Jurídica c/c Pedido Cautelar de Indisponibilidade de Bens, autuada sob n.º 0002642-21.2017.8.16.0036, perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de São José dos Pinhais, envolvendo um crédito tributário de cerca de R\$ 125,0 milhões.

7.6 Ações Tributárias

- A Procuradoria tem realizado especial atuação em demandas que discutem a possibilidade de inclusão da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) e da tarifa do sistema de distribuição (TUSD) na base de cálculo do ICMS-energia elétrica. Sobre a matéria, foi admitido primeiro incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR 1537839-9) pelo Tribunal de Justiça, ainda pendente de julgamento, mas que permitiu a suspensão das ações análogas. Segundo estimativas da Secretaria da Fazenda, apenas para o Estado do Paraná, haveria impacto superior a R\$ 1,0 bilhão.
- Obteve êxito no pedido de suspensão de liminar n.º 1703986-2 em que o Tribunal de Justiça determinara a suspensão das decisões que discutiam a legalidade do

Decreto n.º 442/2015, que alterara o Decreto n.º 6.080/2012 (Regulamento do ICMS-RICMS/PR) determinando o pagamento correspondente à diferença entre alíquotas interna e estadual, relativamente a operações que tenham origem em unidade federativa diversa.

- A PGE busca por meio da ação anulatória n.º 5017063-57.2017.4.04.7000, desconstituir auto de infração n.º 51.050.870-0, fruto do processo administrativo fiscal n.º 10980.720100/2014-27, que impacta no erário em prejuízo na ordem de R\$ 233,8 milhões, atualizado até fevereiro de 2017.
- Por meio da Ação Cível Originária ajuizada pela Procuradoria perante o Supremo Tribunal Federal, pretende-se a alteração de posicionamento da Receita Federal que passou a entender que o Imposto de Renda retido na fonte que pertence aos Estados e aos municípios, é somente o imposto incidente sobre rendimentos pagos a servidores e empregados, reduzindo substancialmente o alcance da expressão constitucional contida no art. 157, I, qual seja, rendimentos pagos, a qualquer título.
- Busca, perante o órgão Supremo, uma interpretação mais ampla do dispositivo, de modo que se declare o direito do Estado do Paraná, suas autarquias e fundações ao produto do Imposto de Renda retido na fonte incidente sobre rendimentos pagos a qualquer título (art. 157, I da Constituição Federal), incluindo-se os pagamentos feitos a pessoas jurídicas e pessoas físicas decorrentes de bens ou serviços, não apenas em relação ao pagamento feito a servidores e empregados públicos.

7.7 Âmbito Consultivo

- A PGE promoveu a elaboração de 19 minutas padronizadas, entre editais de licitação, contratos, termos aditivos contratuais, convênios, termos aditivos de convênios, termos de parceria da Lei n.º 13.019/2014 e listas de verificação que viabilizaram, por exemplo: a) a celebração de mais de 400 Termos de Colaboração com organizações da sociedade civil para oferta de escolarização e atendimento educacional especializada para estudantes com deficiências e transtornos globais de desenvolvimento; b) a agilização dos procedimentos licitatórios para aquisição de medicamentos, promovidos pelo CEMEPAR/SESA; c) a desburocratização dos procedimentos visando a doação de veículos automotores inservíveis ou desnecessários à Administração Pública Estadual em favor dos municípios do Estado do Paraná.
- Foram confeccionadas até outubro 1.400 informações, um incremento nos protocolados que tramitaram pela PRC/PGE em comparação ao exercício 2016

(969 informações), que demonstram que a PGE atuou diretamente na realização de despesas pelo Estado do Paraná no montante de R\$ 2,2 bilhões.

7.8 Execuções Movidas Contra a Fazenda Pública

No que diz respeito à atuação judicial da Procuradoria, na fase de execução (cumprimento de sentença), com a apresentação de medidas judiciais de economia ao erário, como Embargos à Execução, Impugnação ao Cumprimento de Sentença e Recursos diversos, de um total executado em 2017, no valor de R\$ 1,1 bilhão, foi obtida uma economia de aproximadamente R\$ 416,0 milhões.

7.9 Ações de Grande Relevância

- Em ações de interesse da COHAPAR, instauradas pela PGE e autuadas sob n.º 0013691-08.2017.4.01.3400 e n.º 0016151-80.2017.4.01.0000, perante a Justiça Federal de Brasília, a PGE evitou duas vultosas deduções no Fundo de Participação dos Estados, na ordem de R\$ 145,0 milhões e R\$ 45,0 milhões, respectivamente.
- Logrou êxito, no âmbito da Ação de Improbidade Administrativa, n.º 0004126-41.2015.8.16.0004, ajuizada pelo Ministério Público perante a 5ª Vara da Fazenda Pública em Curitiba, em que se pretendia a aplicação de sanções de improbidade contra o Governador do Estado e outras autoridades, no contexto da Operação Centro Cívico, do dia 29 de abril de 2015. O pedido ministerial foi julgado improcedente em primeira instância.
- Obteve sucesso em obrigar cinco universidades estaduais a integrar-se ao sistema Meta4, conferindo transparência e melhor gestão dos recursos humanos.
- No âmbito da ação n.º 000621-71.2017.8.16.0004 ajuizada pela APP Sindicato, com objetivo de evitar a redução da hora-atividade dos professores, a Procuradoria Geral do Estado obteve êxito junto ao Tribunal de Justiça (n.º 1655298-8), em suspender efeitos da decisão liminar outrora concedida pela 3ª Vara da Fazenda Pública, evitando-se prejuízos ao erário e o pagamento indevido aos professores.
- Contra decisão liminar proferida no âmbito dos autos n.º 0000265-76.2017.8.16.0004, também manejada pela APP Sindicato, que se insurgia contra as mudanças promovidas pela Secretaria de Educação nas regras de atribuição de aulas extraordinárias, a Procuradoria obteve a reforma da decisão, junto ao Tribunal de Justiça, com a interposição de Agravo de Instrumento n.º 1.640.619-4.

Secretaria da Administração e da Previdência



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

8 Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

A Secretaria de Estado da Administração e Previdência (SEAP), unidade organizacional de primeiro nível hierárquico, de natureza substantiva e instrumental, tem como objetivo a elaboração de orientações normativas e o controle dos Sistemas de Administração Geral, de Recursos Humanos, de Assistência à Saúde dos Servidores e das Políticas de Seguridade Funcional. Para o desempenho de suas atribuições atua de modo integrado e articulado com os órgãos da administração direta, indireta e autárquica do Poder Executivo. No desdobramento de suas atividades, a SEAP atua por meio de suas Unidades Organizacionais e de suas entidades vinculadas, tais como a Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR), o Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP) e o Serviço Social Autônomo PARANÁPREVIDÊNCIA.

O destaque deste período se deu na elaboração de um Planejamento Estratégico para os anos de 2017 e 2018, visando a identificação e a priorização de ações em todas as suas unidades organizacionais, voltadas exclusivamente ao aporte de inovação na gestão, desburocratização e modernização. Como resultado, 35 projetos especiais foram priorizados, com impacto direto na implementação da administração estadual, com definição de metas e cronogramas de execução.

Ao analisar o conjunto de resultados estratégicos obtidos pela SEAP, nas diversas áreas de atuação, destacam-se as realizações que seguem.

No contexto dos Recursos Humanos (RH), as ações são vinculadas à transparência das informações por meio da reformulação do Portal da Transparência no que se refere ao conteúdo e critérios para publicação das informações relativas a servidores e funcionários da Administração Pública, detentores de cargo em comissão e ocupantes de função pública do Poder Executivo do Estado. Outras ações realizadas objetivaram a modernização dos processos de RH, por meio da padronização de procedimentos, redefinição de rotinas, atualização de formulários e legislação para implementação de protocolos digitais, bem como a implantação do Escritório de Processos na área de Recursos Humanos.

Destaca-se a implantação do processo eletrônico de Abono de Permanência, vinculado ao sistema eletrônico e-Protocolo.

Foi desenvolvido no período a abertura de Concurso Público para provimento de 78 cargos, sendo 25 Agentes Profissionais e 53 Agentes de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE). Efetivou-se no exercício de 2017, 967 Nomeações Administrativas (SEED - 286 QPM/Professor; SEIL/PRED - 02 QPPE/Agente Profissional/Engenheiro Civil; SESP - 45 QPPE/Agente Penitenciário; EMATER - 12 QPEM/Aper e Ater; SEJU - 38 QPPE/Ag. De Execução/Educador Social; SESA - 584 QPSS/Promotor de Saúde Profissional e Execução).

Foram realizados projetos e processos no desenvolvimento e coordenação do:

a) Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) - vinculado ao Programa do Governo Federal; b) Programa Atualiza - que se caracteriza pelo cadastramento do servidor público estadual.

O Sistema de Assistência ao Servidor (SAS), totalmente custeado pelo Estado, e sem qualquer ônus ao usuário, está disponível na capital e no interior do Estado, distribuído em 15 macrorregiões, com hospitais contratados e referenciados, para atendimento médico hospitalar e ambulatorial aos servidores, seus dependentes e pensionistas. Com vistas a ampliação do SAS, por meio de disponibilização de serviços de diversas complexidades em uma rede em todo o Estado, o atendimento se faz presente em 43 municípios, com 394 pontos de atendimento em 2017. A produtividade do SAS foi representada, de janeiro a agosto, por 389.478 beneficiários (titulares e dependentes) com direito à assistência, tendo realizado 691.784 atendimentos em 130.114 usuários diferentes, 463.268 consultas médicas realizadas, 1.084.248 procedimentos diagnósticos clínicos e cirúrgicos e 64.219 diárias hospitalares.

Nas ações da Segurança e Saúde Ocupacional, em 2017, a sistemática aplicada à Modernização do FAQ, por meio de perguntas e respostas no formato audiovisual, permitiu a regularização de 150.000 acessos acumulados desde a sua implantação, com uma média mensal de 6.000 atendimentos periciais.

No âmbito da Seguridade Funcional e em especial, no que se vincula ao cumprimento de metas estabelecidas no Contrato de Gestão do Governo Estadual com o Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA e Planejamento Estratégico da SEAP destacam-se: a Adoção de Processo Eletrônico para Concessão de Aposentadorias e Pensões; a implantação do Regime de Previdência Complementar; a revisão do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência e a adequação do Estado ao projeto de Reforma da Previdência. Em outubro de 2017, identificou-se uma média de 15.200 servidores com indicativo de aposentadoria, com valor médio equivalente a R\$ 6,1 mil.

Na capacitação estratégica dos Quadros Públicos, alinhada às diretrizes e à agenda estratégica da administração estadual, seguem os resultados do período: foram capacitados 16.200 gestores dos níveis estratégico, tático e operacional, por meio de 180 ações de capacitação. Desse total 58,0% na modalidade presencial e 42,0% na modalidade a distância. As ações integram o Programa de Aprendizagem para Resultados, financiado pelo Banco Mundial. No Observatório de Inovação em Gestão Pública foram registradas 210 produções acadêmicas e 90 boas práticas de gestão, comparativamente ao ano de 2016, houve ampliação de 100,0% no número de registros, em ambas as modalidades. Foi estabelecida Cooperação Técnica com a Associação de Municípios do Paraná (AMP) e Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná (CINDEPAR), para fins de atuação integrada na capacitação continuada dos gestores

públicos dos municípios paranaenses, de modo a contribuir na construção e implementação de agendas estratégicas municipais.

Na atuação da Gestão dos Serviços as ações e atividades foram voltadas à otimização e racionalização de custos. Nos contratos de limpeza, asseio e conservação na limpeza de áreas internas, procedeu-se reversão da metodologia de metros quadrados para postos de trabalho, com isso obteve-se uma economia em torno de 4,5% dos valores dos contratos em relação à metodologia anterior, com valor estimado de R\$ 1,3 milhão. Nos contratos de telefonia fixa foram realizados dois procedimentos licitatórios com nova metodologia na formação de lotes para contratação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), que resultou em aproveitamento e economicidade de mais de R\$ 6,0 milhões. Nos contratos de telefonia móvel foi realizado processo licitatório para contratação de serviços de telefonia móvel pessoal, com dois lotes distintos, voz e dados, com economicidade geral de R\$ 9,5 milhões. Na área do E-Protocolo Digital 7.000 processos digitais foram realizados e 4.083 profissionais foram capacitados, em parceria com a Escola de Gestão, para uso do sistema.

No conjunto de atividades que envolve a Gestão de Compras, destacou-se a realização de procedimentos licitatórios para Registro de Preços de bens e contratação de serviços comuns, licitações para aquisição e locação de veículos, contratação de seguros de vida e patrimonial, e certames específicos para órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual. Neste período 147 processos foram apresentados, sendo 62 homologados, 40 publicados, 16 cancelados, 10 adjudicados, 09 fracassados, 06 em fase de certame. Desse total 98,0% foram por meio de pregão eletrônico e 2,0% pregão presencial. Nas compras efetuadas no período, considerando a diferença, entre o valor estimado (R\$ 362,2 milhões) e o valor efetivamente homologado (R\$ 251,6 milhões), houve um ganho nos procedimentos licitatórios de 31,0%, superior a R\$ 110,6 milhões.

A Gestão de Transporte Oficial o Estado conta com uma frota aproximada de 22.404 veículos distribuídos nos 399 municípios. A Gestão do Abastecimento conta com 1.356 postos credenciados em 353 municípios, mediante a utilização de Cartão de Abastecimento, possibilitando gerenciamento individualizado dos veículos. Até outubro, conta com 2.232 gestores e fiscais do contrato capacitados, 61 órgãos integrados e 18.647 veículos e equipamentos ativos no sistema de abastecimento. Na área de manutenção veicular, esta ocorre mediante contratação de uma empresa para gestão da frota, que cadastrou 724 prestadores de serviços. O sistema possibilita monitoramento mensal de indicadores da frota e por veículos, tendo sido inventariados 17.220 veículos, aproximadamente 99,0% da frota usuária do sistema de manutenção e prevê o recadastramento anual da frota. Dados apontam para uma economia média da ordem de 21,2% em comparação com os últimos 12 meses de utilização do modelo Sistema de Manutenção Veicular (SMV), que funcionou até 27/01/2015, com 37 empresas contratadas em polos regionais. Foram emitidas e finalizadas 47.385 Ordens de Serviços nos últimos 12 meses.

No contexto da Gestão Patrimonial destacaram-se, em 2017, as ações de gerenciamento permanente do sistema, com 8.023 imóveis cadastrados, sendo 4.800 de propriedade da Administração Direta, 968 da Administração Indireta e 2.255 de Terceiros. Também foi efetuada a supervisão dos trabalhos de atualização cadastral de 3.000 imóveis, em todo o Estado, com duração prevista de 24 meses, no valor total de R\$ 14,5 milhões, com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Foram implantados o Manual de Gestão de Bens Imóveis e o gerenciamento do Sistema Administração de Bens Móveis (AAB), composto por 2.900.611 itens, distribuídos em 88 órgãos.

Na área referente à Gestão Documental, as principais ações em 2017, vincularam-se ao Programa de Gestão de Documentos (PGD) com o mapeamento de 159 estruturas administrativas. Destas, 126 órgãos e Secretarias Estaduais foram contatados e orientados para aderir à metodologia de gestão de documentos implantada, o que representa 79,3% dos órgãos produtores de documentos na Administração Pública do Estado. Foi ampliado o alcance de criação das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos (CSAs), com a designação e constituição formal de 71 comissões nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná, publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE). Há 116 Projetos de Gestão Documental em andamento, nos 126 Órgãos e Secretarias Estaduais contatados, visando à modelagem inicial do Plano de Classificação para criação das suas respectivas tabelas de temporalidade finalísticas, com 59 tabelas finalísticas sendo elaboradas, revistas e ampliadas, sendo 18 concluídas, 32 em elaboração e nove em revisão e ampliação. Com relação ao Programa de Automação dos Arquivos Intermediários, efetuou-se a digitalização parcial do acervo do DEAP, constituído por cerca de 7.000 metros lineares de documentos de caráter administrativo-legal, com a captação de 18.162 itens documentais em 108.891 imagens digitais, dos quais 11.790 itens se encontram indexados e disponíveis para pesquisa no Sistema Documentador.

Nas ações que envolveram o Registro Mercantil em 2017, destacou-se a integração dos processos dentro do sistema que faz com que as solicitações do empreendedor sejam realizadas por meio de entrada de dados e documentos única, na Junta Comercial (JUCEPAR). Integram o sistema no Paraná, a JUCEPAR, a Receita Federal, a Receita Estadual, Vigilância Sanitária, Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Corpo de Bombeiros e 213 prefeituras. Ainda no contexto do Registro Mercantil e, com o objetivo de implantar o seu Centro de Documentação, foi adquirido um imóvel onde será implantado a Central de Digitalização de Documentos. O processo de licitação para a contratação de uma empresa para a digitalização dos documentos foi iniciado. Como integradora da REDESIM no Paraná, acontecerá a recomposição da equipe de trabalho e está realizando ações para a conclusão um Concurso Público com 78 vagas para a sede da Junta Comercial, em Curitiba. Dos atendimentos efetuados pela JUCEPAR, no período, destacam-se: 7.500 solicitações de viabilidade de nome por dia; 1.100 processos de abertura, alteração e baixa de empresas por dia; 1.200 certidões emitidas por dia, e 500 livros mercantis registrados por dia.

No desenvolvimento das ações da PARANAPREVIDENCIA, em atendimento a obrigação constitucional do pagamento de aposentadorias e pensões destinadas aos servidores públicos e dependentes, com uma clientela de aproximadamente 400.000 pessoas, foram efetivados, projetos que atingiram diretamente o contato com seus segurados e visam à melhoria contínua nos principais objetivos da Instituição, tais como: a) Central de Atendimento - com 312,54 m² no edifício sede, foi totalmente equipado com novas tecnologias de controle e atendimento, visando maior agilidade e conforto aos clientes; b) reestruturação de procedimentos - deu-se início a uma ação permanente de avaliação e mudanças de fluxos internos de procedimentos para agilização na tramitação de processos de concessão de benefícios, visando atender as crescentes demandas dos servidores públicos; c) Controle de Arrecadação Previdenciária (CAP) - desenvolvimento do aplicativo, que é base do custeio do sistema previdenciário do Estado, em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e SEAP e participação dos demais Órgãos Estaduais da Administração Direta e Indireta.

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

9 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), tem por finalidade a execução das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural, assim como a orientação técnica especializada no planejamento, na organização, no controle e na execução das atividades dos setores agropecuário e do abastecimento do Estado. Com seus departamentos e suas unidades descentralizadas, constitui o Sistema Estadual de Agricultura (SEAGRI) que, juntamente com as entidades organizadas do setor rural, estabelecem mecanismos de apoio aos agricultores paranaenses.

Em 2017, o Paraná produziu com alta tecnologia, dando continuidade aos seus recordes de produção das últimas safras. Busca a manutenção de seu alto nível de rendimento e de produção de alimentos (em quantidade e qualidade), para atender a sociedade quanto às exigências relacionadas a padrões da segurança alimentar e na preservação do meio ambiente.

Na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-21), realizada em Paris em 2015, com a participação de 195 países, o Brasil assumiu reduzir em 37,0%, até 2025, e em 43,0%, até 2030, as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). No mesmo ano, 193 países aprovaram, na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, os 17 Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecendo a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A agricultura foi citada como o setor que mais pode contribuir com tais compromissos, motivo pelo qual a SEAB estabeleceu quatro diretrizes, vinculadas aos ODS: Renda no Campo; Sustentabilidade; Qualidade de Vida e Segurança Alimentar. Neste contexto, no exercício, por meio das suas Unidades administrativas e em parceria com os segmentos organizados da sociedade civil, a SEAB desenvolveu e executou as ações destacadas a seguir.

9.1 Desenvolvimento Rural Sustentável

Visando a produção de alimentos de forma sustentável, a SEAB, por meio do seu Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DEAGRO), estabeleceu instrumentos de ampliação de oportunidades no meio rural, com o uso sustentável dos recursos naturais, garantindo a produção de alimentos seguros em quantidade e qualidade para a população.

Considerando que a tecnologia predominante nos sistemas de produção tem levado à perda da capacidade de produção dos solos, à contaminação dos cursos d'água, e ao aumento dos custos de produção, chegando a comprometer a implantação de novos negócios rurais, os programas os projetos e programas desenvolvidos nessa área tiveram foco nos segmentos: a) Planejamento e Ação em Microbacias Hidrográficas; b) Redução

das Taxas de Perda de Solo e do Uso de Agrotóxicos, para a diminuição do nível de contaminação dos corpos d'água; c) Inovação Tecnológica para o Aumento da Produção, Produtividade e Renda.

A coordenação e a execução dos programas e projetos na área da agropecuária priorizou a agricultura familiar, em especial na gestão de contratos e convênios voltados ao desenvolvimento da pecuária, com atendimento a 60 municípios nas áreas de bovinocultura de leite, sericicultura, ovinocultura, caprinocultura, piscicultura, entre outros, com aporte de aproximadamente R\$ 1,2 milhão e apoio às Cadeias Produtivas (CP) do leite, café, cana-de-açúcar, erva mate e hortícola, por meio de dois convênios firmados entre a SEAB e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República. A SEAB firmou quatro convênios com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no apoio a diversas Cadeias Produtivas, no valor aproximado de R\$ 2,5 milhões destinados à aquisição de equipamentos agrícolas, implementos, veículos, tratores e caminhões, bem como na implantação de uma unidade de beneficiamento de arroz parboilizado na Região do Noroeste do Paraná, com a aplicação de R\$ 2,3 milhões. Em complementação, realizou cursos de capacitação para a implantação de Unidades Demonstrativas Leiteiras em Propriedades Rurais, na Região do Norte Pioneiro.

No Programa de Apoio aos Municípios (PAM-2017) foram investidos R\$ 25,3 milhões, em parceria com cerca de 200 prefeituras, para reforçar a infraestrutura das equipes municipais que atuam em projetos de desenvolvimento rural e apoio à agricultura familiar, principalmente com patrulhas mecanizadas, implementos agrícolas, veículos de transporte, carreta agrícola, resfriadores de leite, subsoladores, ensiladeiras, distribuidores de calcário, retroescavadeiras, britadores móveis, dentre outros equipamentos.

No Programa Estradas da Integração, cujo objetivo é implementar um processo de gestão de estrada rural integrado aos sistemas conservacionistas das áreas de influência, foram investidos R\$ 22,3 milhões na recuperação da trafegabilidade e na pavimentação de estradas rurais com pedras irregulares. Esta ação beneficiou 160 municípios com 800 Km de estradas rurais. Por intermédio do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial (PRO-RURAL) foram adquiridos e entregues aos Consórcios Intermunicipais (CI) nove conjuntos de máquinas (como escavadeira, retroescavadeira, trator de esteira, rolo compactador, motoniveladora, caminhão comboio e quatro caminhões basculantes) para a execução de serviços de adequação de estradas em 60 municípios atendidos pelo programa. Para esta ação, foram investidos, no primeiro edital, R\$ 24,0 milhões com recursos do governo estadual e cofinanciamento do Banco Mundial (BIRD). A gestão das máquinas e dos serviços prestados, e a definição dos trechos de estradas a serem trabalhados, com referendo dos Conselhos Municipais e Colegiado Territorial é realizada por oito consórcios intermunicipais, compostos por 60 municípios, que têm como meta trabalhar 50 quilômetros de estradas por consórcio, por ano. No segundo edital, de R\$ 21,0 milhões estão sendo adquiridas mais 07 patrulhas.

O PRO-RURAL, por meio do Edital SEAB/Banco Mundial n.º 001/2014, apoiou Termos de Fomento num total de 10 Projetos Produtivos junto a Organizações da Agricultura Familiar com investimentos de R\$ 2,0 milhões. Relativo ao mesmo Edital prevê-se, até dezembro, o apoio a sete projetos que totalizarão R\$ 1,8 milhão. Em julho, foi lançado o Edital SEAB/Banco Mundial n.º 003/2017, com um investimento de R\$ 12,4 milhões que teve 41 projetos de Associações e Cooperativas aprovados, com uma previsão de investimentos de R\$ 15,0 milhões.

No Programa de Gestão de Solo e Água em Microbacias foram investidos R\$ 5,4 milhões, atendendo a mais de 10 mil agricultores, em ações para modernizar o planejamento e a gestão ambiental para a correta utilização dos seus recursos naturais e R\$ 7,9 milhões foram solicitados a título de suplementação orçamentária, cuja autorização ampliará significativamente as ações do Programa.

O Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF-PR) desenvolveu ações com responsabilidades compartilhadas entre o Estado e as entidades representativas dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar, em especial Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Paraná (FETRAF-PR) e Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), que realizam, diretamente, a divulgação e a mobilização e, indiretamente, a elaboração das propostas de financiamento, por meio das empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) credenciadas. Até outubro, foram contratadas propostas beneficiando 37 famílias, com área de 180 há, com investimentos de R\$ 2,8 milhões. Esses números colocam o Paraná na segunda posição em número de contratos e em terceira em número de famílias no *ranking* nacional do PNCF em 2017. Esses dados se referem ao período de janeiro a julho, visto que, desde então, o programa encontra-se suspenso para atualizações normativas.

Realizou articulação com o Grupo Gestor do Plano de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura do Paraná (Plano ABC), apoiando a viabilização de contratos de crédito rural nas tecnologias de baixa emissão de CO₂; e a capacitação de produtores rurais e técnicos.

Mobilizou de lideranças, empresas de planejamento, técnicos, e produtores rurais, nos 10 municípios contemplados com o Programa Rural Sustentável, para a instalação de cinco Unidades Demonstrativas (UD) e 40 Unidades de Multiplicação (UM) em cada município, com práticas voltadas à sustentabilidade das propriedades. Esse programa é custeado pelo Governo Britânico, via Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), promovendo a instalação das Unidades com recursos a Fundo Perdido em valores que podem ultrapassar R\$ 20,0 milhões.

9.2 Informação, Comunicação e Economia Rural

A agropecuária é uma atividade de risco, cujas variáveis fundamentais fogem ao controle dos agricultores, tais como as condições de mercado, a falta ou o excesso de chuva, os desastres e intempéries climáticas, dentre outras. A qualidade da informação e a sua divulgação passam a ser fator fundamental no sistema de produção, aumentando as possibilidades de se alcançar êxito nos investimentos na agropecuária e isto reflete na economia do meio rural.

Em 2017, o Departamento de Economia Rural (DERAL) realizou análises de Conjuntura Agropecuária, Estatística Básica e Planejamento Agropecuário, trabalhos de pesquisa, coleta, sistematização e divulgação de dados socioeconômicos sobre o agronegócio mundial e nacional (com ênfase ao estadual) disponibilizados na página da SEAB, avaliações e pareceres técnicos, cerca de 200 boletins informativos referentes à situação conjuntural dos principais produtos agrícolas, silvícolas e da pecuária de corte e leite, elaboração e disponibilização de 15 revistas digitais (prognósticos); elaboração de informes técnicos e pareceres sobre preços de produtos agrícolas e pecuários a diversos órgãos do setor público e privado, participação mensal na elaboração e análise dos dados estatísticos sobre a produção de grãos no Paraná em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaboração e divulgação trimestral da pesquisa de café em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O DERAL também se responsabilizou pela Coordenação da Comissão Nacional de Seguros dos Entes Federativos até maio de 2018, em que tem assento como membros titulares nas Câmaras Setoriais de Cereais de Inverno, na de Mandioca e na de Crédito Rural, Comercialização e Seguro Rural no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; é membro titular do Conselho da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA); e há mais de 35 anos participa das reuniões mensais do Grupo de Coordenação Estadual de Estatísticas Agropecuárias (GCEA) e das Comissões Estaduais de Estatísticas Agropecuárias (COREAS), junto ao IBGE.

Elaborou junto com entidades representativas da agricultura paranaense, a proposta de política agrícola para as culturas de verão e de inverno, no âmbito estadual e federal, cujas bases definem o destino da produção no País e no Estado. Ao mesmo tempo, foram ministradas com os funcionários, 15 palestras técnicas sobre o agronegócio, Paraná/Brasil, com a avaliação da situação presente e tendências para 2017/2018, com representantes de entidades públicas e privadas, técnicos, agricultores e estudantes.

O Sistema de Informação do Mercado Agrícola (SIMA) é um produto relevante aos agricultores e entidades do setor rural, dada a fidedignidade dos dados levantados e pesquisados a campo, com o registro diário de preços médios dos principais produtos agropecuários no mercado paranaense, disponibilizados diariamente na Internet, captando as oscilações dos produtos (grãos e carnes) e é considerado um dos mais eficientes do

País. Também foram realizadas pesquisas e divulgação de preços recebidos pelo produtor, com frequência semanal no caso do atacado, e mensal, no caso do varejo; pesquisas e divulgação sobre os preços pagos pelos produtores e custos de produção, com frequência trimestral. Uma das informações fundamentais para as decisões de investimento dos produtores é conhecer o comportamento das safras ao longo do ano, assim, o DERAL realizou a divulgação da previsão de safras, fornecendo um panorama semanal a respeito da situação dos principais grãos de inverno e de verão produzidos no Estado.

Em termos de arrecadação, o Valor Bruto da Produção (VBP) exerce grande influência na participação do município, ou seja, esse índice compõe a cesta de produtos que são utilizados pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) para o cálculo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Trata-se de um esforço da SEAB em estimular a produção agrícola nos municípios, pois quanto maior a sua produção, maior será a sua arrecadação, motivo pelo qual o DERAL levantou os índices do VBP de, aproximadamente, 400 produtos da agropecuária e da silvicultura, traçando um mapa do meio rural paranaense.

A definição dos preços médios de Terras Agrícolas no Estado do Paraná permite a negociação e contratos de compra e venda de propriedades rurais e, para isto, foram realizadas cerca de 350 reuniões municipais para pesquisa, coleta, sistematização e tratamento estatístico dos preços médios de terras para posterior publicação na rede mundial de computadores; realizada anualmente essa pesquisa mostra o preço médio de terras na zona rural, segundo a capacidade de uso do solo.

O Programa Fundo de Aval (FAR/PR), coordenado pelo DERAL, concede garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) a produtores rurais que não dispõem de garantias reais suficientes para o acesso a financiamentos creditícios na rede bancária conveniada. Em 2017, o programa foi pouco acessado e isto é um bom indicador, tendo em vista que os produtores tiveram acesso a outros tipos financiamentos com juros mais baratos ou mais garantias próprias para investirem. O DERAL coordenou o Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários (PTS/PR), para o qual foram analisadas e autorizadas aos agentes financeiros as propostas de financiamentos apresentadas pelos agricultores familiares, com posterior elaboração dos projetos técnicos pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), resultando no financiamento de aproximadamente 450 unidades de tratores agrícolas de pneus, 50 colhedoras de grãos e 28 pulverizadores, no valor total de R\$ 48,9 milhões. Foram beneficiados cerca de 500 agricultores familiares diretamente e mais de 1.000 propriedades de forma indireta, considerando que um trator poderá atender até mais de uma propriedade de forma solidária.

O DERAL ainda é responsável pela Coordenação Estadual do Programa de Subvenção ao Prêmio Seguro Rural (PSR-PR), em que foram aplicados cerca de R\$ 10,0 milhões, que beneficiaram 4.000 produtores rurais em todo Estado. As culturas que

receberam subvenção estadual no valor da apólice de seguro foram: milho 2ª safra; feijão; trigo; café e frutas. Também foram realizadas orientações aos produtores rurais, aos estabelecimentos e às empresas de comercialização, industrialização e beneficiamento enquadrados na categoria, tanto de fornecedores de insumos, como de produtos de uso final na agropecuária (educação fiscal), em atenção à atividade fiscal tributária: Cadastro de Produtores Rurais (CAD/ PRO), atrelado à política da SEFA - Regulamento do ICMS (RICMS).

9.3 Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional

No que se refere ao abastecimento, a SEAB atua com vistas a garantir a produção de alimentos seguros quanto à sua qualidade nutricional, tanto para consumo interno quanto para exportação. Isto significa que há necessidade de monitorar a cadeia produtiva dos produtos, desde sua produção até o consumo final. Neste aspecto, estão incluídas atividades ligadas ao uso de agrotóxicos; à qualidade do uso e manejo dos solos e água; à entrega de produtos como leite e outros produtos da alimentação básica; à estruturação de equipamentos para atendimento a famílias em fragilidade social; à oferta de produtos de boa qualidade para merenda escolares; ao apoio produtivo a agricultores familiares, dentre outras.

Coube ao Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN) a responsabilidade e coordenação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (DPSAN); do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); do Programa Leite das Crianças (PLC); da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PR); e da Secretaria Executiva da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/PR). Principais realizações:

- Visando a geração de renda, desenvolvimento local, a redução da pobreza, das desigualdades sociais, com observância da política de segurança alimentar e nutricional, publicou o Edital de Chamamento Público n.º 001/2017 - SEAB/DESAN - que resultou na classificação de 58 projetos de associações e cooperativas em processo de contratação, do total de 73 apresentados (R\$ 9,0 milhões).
- Para a implantação e modernização de Restaurantes Populares, destinada prioritariamente à população em situação de insegurança alimentar e nutricional publicou o Edital de Fluxo Contínuo n.º 002/2017 - SEAB/DESAN, que resultou na apresentação de seis projetos, dos quais um contratado no valor de R\$ 965,7 mil para implantação de um novo restaurante popular no viaduto do Capanema, em Curitiba; e os demais projetos em análise para contratação.
- Orientou os municípios sobre os projetos de Cozinhas Comunitárias, tendo como resultado 06 projetos em processo de contratação, totalizando R\$ 1,0 milhão.
- A proposta da SEAB/DESAN foi classificada no Edital de Justificativa n.º 01/2017 junto ao MDS, com financiamento previsto de R\$ 600,0 mil, que visa o

fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e a publicação de cartilhas de educação alimentar.

- Publicações - tendo elaborado, publicou: o II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019, com uma tiragem de 2.000 exemplares; cartilha Alimentação Saudável, Adote esta Ideia, com tiragem de 9.000 exemplares; cartilha Trabalhando o DHAA e a Alimentação Adequada, em conjunto com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), com tiragem de 8.000 exemplares; e realizou a articulação com equipe da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) para publicação do Guia Alimentar para o Idoso.
- Realizou estudos para modernização dos Bancos de Alimentos da Ceasa/PR, com ajustes da regulamentação e capacitação dos funcionários, resultando num repasse de R\$ 1,0 milhão para reestruturação dos cinco Bancos de Alimentos nas CEASAS do Paraná, cuja contratação encontra-se em andamento.
- Participou do grupo de planejamento da comemoração do Dia Mundial da Alimentação - mutirão na Comunidade do Caximba que atendeu 4.000 famílias com alimentos e ações de saúde e entretenimento.
- Encaminhou minuta do edital de Chamamento Público n.º 001/2017, para o credenciamento de usinas de beneficiamento de leite para o fornecimento de leite pasteurizado integral para o Programa Leite das Crianças (PLC), em que foram registradas aquisições de 5.200 kg da pré-mistura de vitaminas e minerais (PREMIX), no valor de R\$ 592,2 mil, para adição no leite pasteurizado integral distribuído aos beneficiários cadastrados no PLC; 161 freezers no valor de R\$ 267,3 mil, para suprir as demandas das entregas do Leite nos 1.311 pontos de Distribuição; 700 caixas térmicas no valor de R\$ 114,8 mil, para acondicionamento do Leite em 830 pontos de Redistribuição nas áreas rurais. Essas atividades permitiram o atendimento mensal a cerca de 125.525 crianças, envolvendo aproximadamente 3.000 produtores rurais como fornecedores.

9.4 Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR)

O IAPAR, que tem por missão prover soluções inovadoras para o meio rural e o agronegócio do Paraná, conduziu atividades em 200 projetos organizados gerencialmente em 13 Programas de Pesquisa (Agroecologia, Cultivos Florestais, Energias Renováveis, Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, Pecuária de Leite e Corte, Recursos Naturais, Sistemas de Produção, Raízes e Tubérculos, Cereais de Inverno, Café, Milho, Feijão e Fruticultura) e dois Programas de Inovação e Transferência de Tecnologia (Produção e Gestão da Inovação). Coordenou três projetos estruturantes do Plano de Governo para a Agropecuária Paranaense do Sistema Estadual de Agricultura do SEAGRI. Participou como

membro do Comitê Gestor da Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada, do Programa Pecuária Moderna e do Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná. Articulou ações para a realização da Chamada n.º 01/2017 da Fundação Araucária e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para uma rede de estudos de hidrossedimentologia nas principais regiões agropecuárias do Paraná. É parceiro atuante na Campanha Plante Seu Futuro, principalmente nas ações de boas práticas em conservação de solos e consórcio milho-braquiária. Também atuou como colaborador executor no Programa Nacional de Levantamento de Solos (PRONASOLO- PR).

Principais atividades:

- Apoio à execução do projeto estratégico SEAGRI-Frutas Noroeste; divulgação dos resultados do 3º ano do acompanhamento técnico da Rede em Sistemas de Produção em Sericicultura; e participação no projeto estratégico SEAGRI-Horticultura Sustentável, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).
- Distribuição de mudas da cultivar de mandioca IPR Upira para cerca de 100 municípios nos Estados do Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Pará e Goiás.
- Lançamento e disponibilização de material genético de batata livre de doenças da cultivar IPR Cris.
- Foram apresentadas duas publicações técnicas sobre o projeto de desenvolvimento de tecnologias de irrigação de baixo custo para a agricultura familiar.
- Lançamento de duas novas tecnologias para a cultura do feijão: a cultivar IPR Celeiro e o adaptador para colhedora de trigo e soja, visando reduzir perdas na colheita do feijão.
- Proposição para registro de mais duas cultivares de feijão a IPR Sabiá do grupo carioca e IPR Urutau do grupo preto.
- Estabelecimento de um sistema de produção de sementes de feijão baseado em boas práticas agropecuárias, manejo integrado e validação de tecnologia para produção orgânica, colaborando com a Campanha do Sistema SEAGRI Plante seu Futuro e Agricultura Ecológica do EMATER, regional de Ivaiporã.
- Estabelecimento de 20 campos de produção de semente genética, com elevada pureza física e genética e com boa qualidade fisiológica e sanitária, visando a produção de sementes certificadas.
- Zoneamento de cultivares de milho para plantio na safra (setembro-outubro) e na 2ª safra (fevereiro-março). As informações fornecidas por meio de seus Informes da Pesquisa têm orientado os técnicos da assistência técnica, tanto privada quanto oficial. Em 2017, o projeto Avaliação Estadual de Cultivares de Milho completou 40 anos de existência.
- Registro da Raça Purunã pelo Ministério da Agricultura e lançamento oficial da raça, no Palácio Iguazu, com a presença do Governador e autoridades. Os

recursos investidos retornam à sociedade na forma de carne de qualidade aos consumidores e genética animal aos produtores. O desenvolvimento e disponibilização de material genético animal, informações técnicas e a validação da raça são ações necessárias e que fortalecem a pecuária de corte no Estado do Paraná.

- Realização de 05 projetos regionais de pesquisa com bovinocultura de corte e leite, bubalinocultura, caprinocultura e forrageiras, cursos para produtores e técnicos, participação em mais de 100 eventos, envolvendo Vitrines Tecnológicas, feiras, exposições e repasse de caprinos (Programa Estadual de Caprinocultura).
- Certificação da produção orgânica animal e vegetal na Estação Experimental da Lapa, pioneira na Produção de Leite de Búfala em Base Agroecológica com certificação pelo TECPAR.
- Disponibilização no site do IAPAR do serviço de aviso fitossanitário para cultura da maçã no Paraná, que será permanente e disponível aos agricultores.
- Iniciado o projeto em parceria com a Itaipu Binacional que visa o desenvolvimento da fruticultura em municípios da Costa Oeste, envolvendo mais de 300 agricultores dos municípios abrangidos pelo Lago de Itaipu e abrangendo frutas tropicais como abacaxi, citros e maracujá.
- Obtenção, junto ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC/MAPA), do Certificado Provisório de Proteção de cultivar de trigo IPR Potiporã e da cultivar de aveia branca granífera IPR Artemis.
- Participação e representação junto à Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural (CGAC/MAPA), visando o desenvolvimento da heveicultura no Paraná.
- Com relação à cadeia produtiva do café o IAPAR participou da organização e promoção, em parceria com a SEAB e vinculadas, da 15ª edição do Concurso Café Qualidade Paraná. Foram 210 participantes, sendo finalistas 12 homens e 08 mulheres. Participou da organização e promoção, em parceria com o EMATER, do 1º Cup das Mulheres do Café do Norte Pioneiro do Paraná, em outubro, tendo por objetivo selecionar e apresentar os melhores Nano Lotes de Cafés Especiais, produzidos artesanalmente por mulheres da agricultura familiar. Com 58 amostras de 11 municípios paranaenses inscritas para avaliação, classificação e comercialização (realizada em leilão), evidenciou o avanço das mulheres produtoras. Desenvolveu o monitoramento agrometeorológico da região cafeeira, disponibilizando periodicamente a emissão de avisos do Alerta Geadas 2017 e realizou o lançamento da cultivar de café IPR 106, com resistência aos nematóides, espécies que inviabilizam a atividade cafeeira em muitas regiões produtoras. Tais eventos constituem parte da estratégia do estímulo à

revitalização da cafeicultura no Paraná, promovendo o grande potencial do café paranaense, incentivando toda a sua cadeia produtiva.

- Mestrado em Agricultura Conservacionista oferecido em consonância com as pesquisas do IAPAR, compondo em 2017, a sua quinta turma, sendo ofertadas 21 vagas anualmente. Ainda nesta área desenvolve o Programa de Iniciação Científica do IAPAR (ProICI) que, em 2017, ofertou 72 bolsas de iniciação científica, a alunos de diversas instituições de ensino superior, e em seus 25 anos de existência, teve mais de 1.120 estudantes que passaram pelo programa.
- Foram publicados 410 trabalhos científicos em periódicos, congressos, eventos, mídia em geral, havendo apresentação formal dos mesmos, em níveis nacional e internacional, com incentivo direto e/ou indireto do IAPAR.
- Em 2017, a Diretoria de Inovação e Transferência de Tecnologia (DIT), coordenou a implantação da Política de Inovação do IAPAR, devidamente aprovada pelo Conselho Técnico Científico e pela Diretoria Executiva, e validada pelo Conselho de Administração, a ser implementada a partir de 2018. A DIT acrescentou à sua atuação a participação no Grupo Técnico Permanente do Conselho Estadual de Parques Tecnológicos (CEPARTEC), responsável pela proposição de políticas públicas estaduais relacionadas a ambientes de inovação tecnológica e inseriu o IAPAR nos Sistemas Regionais de Inovação do Oeste, Sudoeste, Centro Sul e de Londrina. No caso da região Noroeste, o IAPAR é parceiro do município de Paranavaí e do SEBRAE, entidades empresariais e universidades na articulação do projeto de Parque Tecnológico de Agroinovação de Paranavaí, que objetiva acelerar o desenvolvimento tecnológico regional especialmente nos segmentos de Citros e Mandioca.
- Nas safras 2016/2016 e 2016/2017 foram produzidas aproximadamente 390 toneladas de sementes genéticas e básicas de adubos verdes, aveias forrageiras e graníferas, café, centeio, feijão, milho, trigo e triticale; e comercializados 90 quilos de sementes de citros (usadas geralmente para produção de porta-enxertos), 40 mil borbulhas também de citros e 11 mil tubérculos de batata.
- Encontram-se em andamento 137 contratos de produção em parceria com a iniciativa privada, alcançando 81 parceiros nacionais, distribuídos pelos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e o Distrito Federal. Internacionalmente, existem parcerias, para desenvolver a produção de sementes de várias espécies, estabelecidas com produtores do Paraguai e Uruguai.
- O IAPAR foi credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) como Certificador da Produção Própria de Sementes, emitindo regularmente os Atestados de Origem Genética e os Certificados de Sementes, indispensáveis para a comercialização e utilização das cultivares

registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC). Por meio do Programa de Produção de Sementes, contribui significativamente com o sistema brasileiro de sementes, na revisão para o aprimoramento da legislação brasileira, participando em entidades consultivas e associações ligadas ao setor: Associação Paranaense dos Produtores de Sementes e Mudas (APASEM) e Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes (ABRATES).

- Em 2017, foram organizados e apoiados mais de 100 eventos técnico-científicos, com a participação aproximada de 6.000 pessoas, destacando-se congressos internacionais e nacionais, dias de campo e grandes feiras agropecuárias estaduais. Por meio de sua estrutura física, viabilizou a realização de eventos, cursos, palestras, reuniões e visitas técnicas, com cerca de 7.000 participantes e atendendo mais de 2.800 visitantes de diversos segmentos, incluindo participantes internacionais do Japão, Coreia, Austrália, Equador, Gana, Estados Unidos, Inglaterra, França e Argentina.

9.5 Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)

O EMATER tem a missão de promover o desenvolvimento rural sustentável coordenando, articulando e executando assistência técnica e extensão rural em benefício da sociedade paranaense. Em 2017, prestou assistência técnica para 112,2 mil pessoas do meio rural paranaense, das quais 85,8 mil são agricultores familiares, 687 trabalhadores rurais, 856 pescadores artesanais, 3,6 mil jovens rurais, 7,9 mil mulheres rurais, 3,4 mil assentados da reforma agrária, 3,3 mil agricultores patronais e mais 6,7 mil outras pessoas que se relacionam ao meio. Foram realizados 219,2 mil atendimentos individuais e 7,9 mil eventos grupais, além de um trabalho de implantação e acompanhamento de 1.230 unidades referenciais nos principais projetos e implementação dos 24 projetos estratégicos estaduais, cujas ações visam dinamizar as economias locais e o aumento do VBP, incentivar novos negócios agrícolas, implementar sistemas de produção sustentáveis e contribuir para a inclusão econômica e social de agricultores familiares.

Ações Programáticas:

- Programa Mulheres Rurais - atendeu 7,1 mil mulheres rurais, envolvendo 150 grupos organizados de forma a promover o fortalecimento dos empreendimentos econômicos femininos, por meio de capacitações e criação de espaços para comercialização e beneficiadas com políticas públicas como Renda Agricultor (Família Paranaense); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); habitação rural, entre outras.

- Programa Juventude Rural - envolveu 3,6 mil jovens em suas ações, principalmente na contribuição dos debates a respeito da sucessão familiar e na busca de solução para o jovem. O EMATER passou a fazer parte do Grupo de Estudos constituído pela SEAB, desenvolvendo projetos em parceria com organizações de representação dos agricultores e trabalhadores rurais, das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil e da Secretaria de Estado da Educação (SEED) em todo o Paraná.
- Programa Renda Família Paranaense - Agricultor Familiar - foram atendidas 1,3 mil famílias com elaboração de projeto para repasse de R\$ 3,0 mil reais por família rural que esteja incluída no Programa Família Paranaense. Dessas famílias 800, optaram pela aplicação dos recursos em atividades de abastecimento de água, saneamento rural e melhorias de banheiros. As demais famílias destinaram seus recursos a projetos produtivos, destacando-se atividades agrícolas em horta, lavouras de grãos, criação de suínos, aves, bovinos de leite e corte, fruticultura, produção de erva mate. Entre as atividades não agrícolas destacam-se as de costura, artesanato, panificação e equipamentos para a prestação de serviços.
- Programa Moradias Rurais (PNHR) - em conjunto com a SEAB e a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) atuou no Programa Estadual de Habitação Rural, com apoio do Governo Federal. Foram levantadas as demandas e realizada a seleção de 10.780 famílias potencialmente beneficiárias do programa em 348 municípios, que receberam orientações quanto à obtenção dos documentos necessários para se beneficiarem no programa. Após a disponibilidade dos recursos pelo programa, o EMATER auxilia na escolha e indicação do local mais apropriado para a edificação da casa, além de fornecer assistência para a instalação de sistemas de saneamento e para a implantação de pequenas hortas ou criações, que contribuem com a melhoria da dieta alimentar dos novos moradores.
- Programa Organização Rural - apoiou na implementação de deliberações junto a 308 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, atuando no debate de temas como política agrícola, agrária, meio ambiente, sociais, assalariamento, formação, finanças e crédito rural, envolvendo 1,2 milhão de trabalhadores rurais. Atuou junto a 30 Cooperativas, envolvendo diretamente 180 dirigentes e, de forma indireta, 4,5 mil associados, com elaboração de diagnósticos, planos de aprimoramento, estudos de demanda, capacitações, visitas junto às organizações e avaliação dos trabalhos.
- Programa Crédito Rural - PRONAF no Paraná - atuou em parceria com sindicatos, agentes financeiros e prefeituras, com o objetivo de divulgar, cadastrar, elaborar Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP) e acompanhar a

atividade produtiva da Agricultura Familiar financiada por meio de crédito para custeio e investimento. Na safra 2016/2017 foram aplicados R\$ 3,9 bilhões em financiamentos no Paraná, por meio de 129,3 mil contratos, dos quais 105,5 mil de custeio. Do total desses projetos, o EMATER participou na elaboração direta de 16,8 mil projetos de crédito orientado, envolvendo cerca de R\$ 469,9 milhões.

- Programa PRO-RURAL - visando a redução das desigualdades regionais e aumentar a competitividade dos agricultores familiares, o programa foi operado em 132 municípios abrangendo oito territórios. As ações do EMATER variaram desde a assistência direta a 12,5 mil agricultores familiares, até a capacitação de 21,7 mil agricultores, além do envolvimento e capacitação de 3,2 mil lideranças e 1,1 mil técnicos. Foram assessoradas 120 organizações rurais, entre associações de agricultores familiares e cooperativas, destas, 50 apresentaram proposta para recebimento de apoio financeiro para Projetos de Negócios Sustentáveis apoiados pelo programa.
- Programa Agroindústria Familiar - visando assessorar os processos de constituição, melhoria, regularização, tanto da unidade agroindustrial quanto dos produtos alimentares destinados à comercialização o EMATER assessorou na elaboração de projetos de 1,3 mil empreendimentos da Agricultura Familiar, beneficiando diretamente a cinco mil famílias, tanto individual quanto coletivamente, com a geração de 8,5 mil empregos diretos ligados às atividades diárias junto às unidades de transformação, bem como 40 mil outros empregos gerados pelo efeito renda junto às comunidades envolvidas. Ainda nessa atividade, o EMATER participou da realização de 15 feiras da Agricultura Familiar, envolvendo diretamente mais de 950 famílias, gerando resultados financeiros na ordem de R\$ 2,4 milhões e comercialização em negócios futuros, acima de R\$ 5,5 milhões.
- Programa Olericultura - atendeu 12,7 mil olericultores, envolvendo 216 municípios e realizou 786 eventos grupais, envolvendo 13,3 mil agricultores. Foram monitoradas 149 Unidades Referenciais (UR), que funcionam como modelos de sistemas ou padrões de produção para serem visitados por outros produtores, multiplicando-se as experiências bem-sucedidas que tiveram como resultado: a produtividade das culturas dos agricultores adotadores, que passou de 24,2 mil para 29,0 mil quilos por hectare (ha) na cultura da cebola; 61,4 mil para 74,2 mil quilos por hectare na cultura do tomate; e de 24,2 mil para 29,0 mil quilos por hectare, em média, em outras olerícolas; e a renda média dos produtores familiares assistidos dentro dessa metodologia, que passou de R\$ 3,5 mil para R\$ 4,3 mil mensais. No que se refere à economia da propriedade, houve uma grande evolução, com destaque para a redução no custo de produção, passando de R\$ 22,0 mil para R\$ 18,0 mil por hectare, principalmente em função

de redução no uso de agrotóxicos e adubos químicos. Deve-se acrescentar, ainda, a redução dos impactos negativos sobre o meio ambiente, pela diminuição do número de pulverizações, bem como do manejo correto do solo.

- Programa Leite - cerca de 28 mil produtores foram atendidos em 2017, visando o aumento da renda das propriedades leiteiras assistidas, por meio do aumento da eficiência na produção, melhoria na interação com a indústria de laticínios e ampliação das tecnologias de melhoria da qualidade do leite produzido. Foram trabalhados o Programa Leite das Crianças; Projeto Estratégico Leite Sudoeste; Projeto Estratégico Leite-Mais Arenito; Projeto Estratégico Leite Oeste Sustentável; Projeto Estratégico Leite Competitivo Sul; e Projeto Estratégico Leite Competitivo Norte. A inserção da assistência técnica continuada, com base em coleta de resultados, tem mostrado aumento de produção e produtividade de cerca de 30,0% e melhoria da qualidade da matéria-prima em um ano de trabalho.
- Projeto Piscicultura e Pesca - trabalho concentrado nos polos de piscicultura Oeste (regiões de Toledo e Cascavel) e Norte (regiões de Cornélio Procopio, Santo Antônio da Platina e Londrina), envolvendo 2,3 mil produtores rurais. No caso da pesca artesanal, foram atendidos 615 produtores. Vale ressaltar que, enquanto a produção da pesca encontra-se estagnada por volta de 12,5 toneladas por ano e sem perspectivas de crescimento devido as limitações ambientais, a piscicultura continua apresentando crescimento expressivo, acima do nível nacional. O crescimento do valor bruto da produção da piscicultura, no ano de 2016, foi de 23,0% em relação ao ano de 2015, atingindo a produção paranaense 93,5 mil toneladas em 2016, conforme dados do DERAL. Os dados referentes ao aumento da produção do ano 2017 ainda estão sendo analisados, mas podem alcançar 100 mil toneladas, tendo em vista a ampliação de unidades de processamento, como o investimento da cooperativa C-Vale, em Palotina, uma das mais modernas do País.
- Programa Produção de Carnes - Pecuária Moderna - tem por meta criar uma política estadual de desenvolvimento e fortalecimento para o setor, produzindo carnes de qualidade nos próximos 10 anos. Visa tornar o Paraná um Estado de referência na produção de carne de qualidade, com produtividade, eficiência, escala e segurança alimentar, agregando valor ao produto e beneficiando o produtor. Em 2017, foram assistidos 3,8 mil produtores, perfazendo um rebanho de 358,9 mil cabeças de bovinos. Foram assessoradas seis cooperativas de carnes nobres com 542 produtores beneficiados, que comercializaram 110 mil cabeças ou 24,7 mil toneladas de carne.
- Programa Turismo Rural - visa o desenvolvimento Rural Sustentável pela agregação de valor com oferta de produtos associados a serviços de turismo e resgate e promoção do patrimônio cultural e natural das comunidades. Tem

atuação em todo o Estado, sendo atendidas, no exercício, 1,3 mil propriedades com valor comercializado de R\$ 1,1 milhão, com adesão de 34,9 mil caminhantes, tendo sido capacitados 900 produtores. Destaca-se a promoção do artesanato rural, por meio do Inverno Gastronômico, evento que promove e resgata a cultura alimentar da região de Laranjeiras do Sul. Destaque, ainda, para o primeiro Concurso Estadual de Queijos Artesanais com etapas regionais acontecendo em todo o Estado, como Noroeste, Norte, Oeste, Sudoeste, Centro e Sul.

- Programa Centro Sul de Feijão e Milho - tem por objetivo principal profissionalizar agricultores familiares nas culturas de feijão e milho, com vistas a produzir com eficiência e sustentabilidade. Na safra 2016/2017 foram instaladas 73 Unidades Demonstrativas (UD) de um hectare cada, destinadas à cultura de feijão, e 66 UD de milho, em propriedades de agricultores colaboradores. Além disto, foram realizadas 231 atividades grupais que envolveram 10,6 mil participantes. Como resultados obteve-se produtividade média por hectare de feijão dos agricultores trabalhados de 1,6 vezes a média do Estado e de 2,4 vezes a média nacional. No caso da cultura do milho, a produtividade média dos agricultores trabalhados superou em 1,5 vezes a média do Estado e em 1,7 vezes a média nacional. Os resultados financeiros mostraram margem média de 2,6 mil reais por hectare do feijão e 1,1 mil reais por hectare do milho cultivado pelos agricultores trabalhados no projeto. As ações contribuem na economia do Estado, para o VBP agropecuário aproximado de R\$ 1,45 bilhão do feijão (2,0%) e R\$ 6,6 bilhões do milho (9,0%), que mantém o Paraná como o maior produtor nacional de feijão e o segundo maior de milho.
- Programa Grãos Basalto - a campanha Plante seu Futuro apoia a geração de renda por meio da produção sustentável de grãos, promovendo referências ao sistema de produção em boas práticas agrícolas no Manejo Integrado de Pragas (MIP), principalmente referente às culturas de soja e milho, bem como no Manejo Integrado de Doenças (MID), principalmente quanto à ferrugem asiática na soja. O foco é a racionalização e redução no uso de agrotóxicos, combate às derivados de agrotóxicos e seus impactos econômicos e ambientais, prevenção e redução das perdas na colheita e manejo e conservação de solos e água. O Programa atuou na safra 2016/2017 em 75 municípios com 163 Unidades de Referência (UR) em MIP e em outros 68 municípios com 153 UD em MID, envolvendo um público médio de 10 mil produtores. Em termos quantitativos, os resultados em MIP, demonstraram que o número médio de aplicações de inseticidas nas UR foi de duas aplicações contra 3,7 aplicações em média no Paraná, representando uma redução de 46,0% na carga de inseticidas utilizada nas lavouras. Além disto, o tempo médio decorrido da semeadura até a primeira aplicação de inseticida nas UR chegou a 71 dias, bem superior aos 40 dias em

média no Paraná. Isto significa que nas UR o tempo da primeira entrada com aplicação de agrotóxicos foi reduzido para quase a metade, caracterizando novamente o MIP como importante estratégia na racionalização no uso de insumos e aumento da rentabilidade, pois além de reduzir custos, é menos agressivo ao meio ambiente. No que se refere ao MID, o número médio de aplicações de inseticidas nas UR foi de 1,5 contra 2,4 aplicações no Paraná com redução em 46,0% na carga de fungicidas. O tempo médio decorrido da semeadura até a primeira aplicação de fungicidas nas UR foi de 75,2 dias, superior aos 57,1 dias da média paranaense. Se todos os agricultores do Estado adotassem o MIP a economia poderia alcançar R\$ 723,0 milhões. No MID, a economia poderia alcançar outros R\$ 445,0 milhões.

- Programa Fruticultura - ações orientadas ao desenvolvimento de polos regionais ou locais de produção. O trabalho extensionista visa a garantia de renda, a organização da produção e da classe produtora e segurança ao consumidor, assegurando a colheita de frutos livres de resíduos que possam fazer mal a saúde da população. Em 2017, o projeto atendeu 7,1 mil produtores, envolvendo 150 municípios do Estado.
- Programa Cultivos Florestais - Projeto Erva-Mate e Projeto Madeira. Nas URs conduzidas pelo EMATER, o Projeto Erva-Mate objetiva manter e ou incrementar a cultura, principalmente em termos de produção. Nesse sentido, percebeu-se a ampliação da produtividade média em 50,0% do erval assistido, passando de 5 mil kg/ha para 7,5 kg/ha, obtidos no segundo ano de implantação. Em 2017, foram atendidos 895 produtores e assistidos diretamente 315 produtores rurais da Agricultura Familiar. Além disto, foram envolvidos 90 acadêmicos de agronomia e florestas da UFPR e PUCPR; duas Aldeias Indígenas, Kaingang e Guarani, da Terra Indígena (TI) Marrecas; a Associação de Produtores (Identificação Geográfica-IG) de São Mateus do Sul e mais 25 Indústrias Ervateiras filiadas ao SINDIMATE-PR. No Projeto Madeira Paraná, a prioridade foi dada ao conceito de modelos de implantação florestal, com a integração da floresta à agropecuária, por meio de sistemas silvipastoris, em que o EMATER é pioneiro no contexto nacional. Foi envolvida uma área superior a 100 mil hectares, ressaltando-se que o modelo de expansão da base florestal produtiva do Estado baseou-se na implantação de pequenas áreas de produção em pequenas e médias propriedades rurais perfazendo 81 mil hectares, manejados para uso múltiplo, com fluxo em diversas cadeias (celulose, energia, painéis, desdobro, dentre outras).
- Programa Café - a cafeicultura paranaense é composta por aproximadamente 8.000 produtores rurais, dos quais 85,0% exploram a atividade em regime de agricultura familiar e destes 3.100 foram atendidos pelo EMATER em 2017. A

produtividade média estadual atualmente é de 25 sacas beneficiadas por hectare, enquanto produtores assistidos pelo EMATER vem constantemente aumentando a produtividade média, atingindo 35 sacas beneficiadas por hectare, próximo à meta de 40 sacas. Um dos destaques de impacto refere-se ao trabalho com as Mulheres do Café do Norte Pioneiro, que atingiu projeção internacional, via Aliança Internacional das Mulheres do Café que, em 2017, realizou o seu 5º Encontro.

- Programa Editais de Chamadas Públicas - são várias as metodologias de atuação do EMATER, uma delas refere-se à Chamadas Públicas. Nessa modalidade, em 2017, o Instituto prestou orientação técnica a 18.300 agricultores familiares em 170 municípios, nos projetos: a) Café na região Norte do Estado - com 400 cafeicultores; b) Sustentabilidade das Atividades Agrícolas na Região Metropolitana de Curitiba - com orientação técnica a 2.600 agricultores familiares, na Região Centro Sul - atendendo a 3.800 agricultores e a Região Sudoeste - envolvendo 5,8 mil agricultores familiares; c) Melhoria Na Produção De Leite - abrangendo as regiões do Oeste do Estado, Território da Cantuquiriguaçu e Território do Paraná Centro, assistindo a um público de 2.700 agricultores familiares.
- Programa Agroecologia - o Paraná conta atualmente com 2.302 famílias de produtores com produção certificada registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), estando em primeiro lugar no ranking brasileiro, representando 12,0% da produção nacional. Em 2017, o Instituto atendeu a 4.700 produtores, em 104 municípios, visando dar suporte aos agricultores familiares na consolidação e na transição agroecológica dos seus sistemas produtivos comerciais e de autoconsumo. Além disto, conta com um Programa Público de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO) em parceria com o Instituto de Tecnologia do Paraná, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (TECPAR/SETI), subsidiando a orientação, capacitação, auditorias e certificação da produção de alimentos orgânicos da agricultura familiar.
- Programa Gestão Ambiental - são ações que alcançam todos os municípios, tendo atingido, em 2017, 18.800 participantes, focando temas como conservação de solos e água, reserva florestal legal, recuperação e preservação da cobertura natural das matas ciliares, regularização ambiental com orientação para licenciamento ambiental e outorga de água, para o preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como recuperação de áreas degradadas, principalmente dentro do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC), com ações que buscam a formação de cidadãos conscientes das grandes questões ambientais, visualizando cenários atuais e futuros, caminhos rumo à cidadania e a produção com sustentabilidade.
- Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias - programa de Estado negociado com o Banco Mundial (BIRD) com a finalidade de desenvolver uma

agricultura sustentável, por meio da implantação de ações da recuperação e conservação do solo, da água e da biodiversidade. Nesse programa, ultrapassou as metas previstas, elaborando 91 Planos de Ação, dos 72 negociados para 2017 e 118 Planos de Trabalho, da meta de 100 estabelecida.

- Programa Licenciamento Ambiental - algumas atividades produtivas no meio rural necessitam de licenciamento ambiental, tendo em vista o desenvolvimento de uma produção econômica e ambientalmente sustentável. Em 2017, o EMATER orientou a elaboração de projetos produtivos ambientalmente adequados para 4,6 mil agricultores familiares.
- Programa Regularização Ambiental (PRA) - em 2017, o Governo do Estado, por meio da SEAB/EMATER, prestou informações técnicas a mais de 5.900 famílias sobre o PRA, atendendo ao Decreto Federal n.º 7830 de 17/10/2012, principalmente para adequar e promover a regularização ambiental dos proprietários e posseiros rurais.
- Programa Campo Limpo - BHC e Produtos Obsoletos - participou do recolhimento de 420 toneladas de produto altamente tóxico e de grande poder residual, o conhecido BHC, envolvendo mais de 420 técnicos de campo para trabalhos de visitas individuais, reuniões, vistorias técnicas, análise e cálculo de quantidade de produto estocado, avaliação das condições de armazenamento do produto, definição de estratégias para o recolhimento e a destinação adequada do BHC e dos produtos tóxicos considerados obsoletos.

9.6 Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA)

- Desenvolveu, em 2017, o atendimento a 2.077 pessoas em eventos de capacitação e divulgação de referências, nas áreas temáticas: Produção e Bem-Estar Animal, Produção Vegetal Integrada, Recursos Naturais, Engenharia Alternativa, Socioeconômica e Comercialização.
- Apoiou ações de pesquisa, em parceria com universidades e instituições de pesquisa, desenvolvendo sistemas silvipastoris, levantamento e caracterização da produção orgânica e agroecológica do Paraná, bem como a identificação dos principais atores e agentes da cadeia de comercialização, envolvendo associações de produtores, lojas, supermercados, dentre outros canais de comercialização. Atuou junto com as instituições de pesquisa nos Sistemas Silvipastoris com a Cultura do Bambu em parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR-Curitiba); bem como a execução do projeto de pesquisa Utilização de Bambu em Sistema Silvipastoril: Efeito na Ambiência de Vacas Leiteiras, neste caso elaborado em conjunto com a UTFPR

de Dois Vizinhos, em projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

- A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foi a base para a implementação do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO), coordenado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e executado pelas sete instituições de ensino superior. O CPRA, juntamente com o TECPAR, prestou assistência técnica às propriedades rurais familiares, com vistas a adequação dos seus sistemas de produção, para a certificação de conformidade orgânica, seja pelo sistema auditado ou pelo sistema participativo. Foram realizados diagnósticos, levantamento de dados, cadastramento, orientações técnicas, acompanhamentos de auditorias, oficinas de práticas agroecológicas, reuniões de articulação e mobilização a 147 propriedades familiares e quilombolas, em 16 municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e Vale do Ribeira.
- O Termo de Cooperação entre a SETI e o CPRA, no Projeto Agroecologia Acontece e no Projeto Produção em Base Agroecológica na RMC, inseriu ao quadro do CPRA mais nove bolsistas, com atuação específica na RMC, em apoio ao Projeto Estratégico da SEAB Hortaliças Saudáveis. Foram realizados diagnósticos e elaboração de projetos em 23 propriedades e mais 20 reuniões e eventos de capacitação entre estas unidades, para o desenvolvimento de atividades de olericultura em áreas de manancial.
- O Termo de Cooperação entre CPRA e a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) deu início à execução do projeto de Promoção da Agroecologia junto aos agricultores com estabelecimentos próximos a reservatórios, bem como a educação socioambiental de estudantes do ensino fundamental com ênfase na agroecologia, com vistas a contribuir para a conservação das áreas de captação e armazenamento de água da SANEPAR.

9.7 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR)

Autarquia vinculada à SEAB, tem por missão executar o serviço oficial de defesa agropecuária no Paraná promovendo a saúde animal e a sanidade vegetal, a inspeção sanitária dos produtos de origem animal, a qualidade dos insumos agropecuários e o uso adequado do solo agrícola. Principais atividades:

- Promoção da Saúde Animal - atualização do cadastro de explorações pecuárias, com georreferenciamento de 100,0% dos estabelecimentos com bovinocultura, dos estabelecimentos com avicultura comercial e dos estabelecimentos com suinocultura comercial; implantação de sistemas informatizados, sendo um para registro de estabelecimentos avícolas, um para emissão da Guia de Trânsito

Animal (e-GTA) e um para comprovação do recebimento de GTA pelos estabelecimentos de abate; fiscalizações em explorações pecuárias para vigilância (prevenção) contra febre aftosa, peste suína clássica, influenza aviária e mormo; fiscalizações em explorações pecuárias para controle e erradicação da brucelose e tuberculose bovina, raiva dos herbívoros, anemia infecciosa equina e doenças dos animais aquáticos; registros e fiscalizações de estabelecimentos que comercializam produtos de uso veterinário de interesse da defesa agropecuária; reforma de nove e construção de dois Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário (PFTA); supervisões internas em Unidades Locais de Sanidade Agropecuária (ULSA) e em PFTA, preparatórias para a auditoria que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) realizará em janeiro de 2018 para encaminhar solicitação de reconhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação; realização de ensaios e análises laboratoriais em bacteriologia, parasitologia e virologia, para certificação de explorações pecuárias e para vigilância sanitária animal.

- Promoção da Sanidade Vegetal - implantação do sistema de emissão de Permissão de Trânsito Vegetal (PTV) para culturas incluídas no Sistema de Certificação de Origem (SISE/CFO), que possibilitou aos produtores e responsáveis técnicos solicitar e receber o documento de forma online; implantação do trâmite eletrônico de processos para registro de estabelecimentos comerciantes de insumos agropecuários; fiscalizações em Unidades de Produção e em Unidades de Consolidação de lotes de produtos sob o Sistema Estadual de Certificação Fitossanitária de Origem/Certificado Fitossanitário de Origem (SISE/CFO) nas culturas de banana, uva, maçã, citros e pinus; desenvolvimento do sistema de monitoramento do comércio e uso de agrotóxicos, com adoção da assinatura digital ou eletrônica em receitas agronômicas, para possibilitar a prescrição no momento da assistência técnica; fiscalizações em comerciantes de insumos agropecuários (sementes, mudas, fertilizantes e agrotóxicos); coleta de amostras fiscais para aferir a qualidade dos insumos agropecuários; fiscalizações em explorações agropecuárias para coibir uso inadequado do solo agrícola e de agrotóxicos; coleta de amostras fiscais de produtos agrícolas diretamente nos locais de produção, para análises de resíduos de agrotóxicos; fiscalizações em explorações agrícolas para controle da ferrugem asiática da soja (vazio sanitário e calendarização de semeadura); suspensão da autorização do comércio de fungicidas que perderam eficiência no controle da ferrugem asiática da soja; realização de análises laboratoriais para vigilância sanitária vegetal.
- Promoção da Segurança Alimentar - as ações para promoção da segurança alimentar permeiam os principais programas das gerências finalísticas da ADAPAR, mas estão concentradas na Gerência de Saúde Animal, na vigilância,

controle e erradicação de zoonoses (como a brucelose e tuberculose bovina), no controle do uso de agrotóxicos, da Gerência de Sanidade Vegetal, e nas atividades da Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal (POA), com a implantação do trâmite eletrônico de processos para registro de POA; desenvolvimento do sistema para inserção de QR-Code em embalagens de POA; fiscalizações em estabelecimentos produtores de POA, com coletas de amostras fiscais para análises microbiológicas de carne, produtos cárneos, leite e seus derivados para o consumo geral, além dos Programas Leite das Crianças e Leite Paraná, e análises físico-químicas para detecção da fraude por excesso de água em frango congelado; auditorias em estabelecimentos de POA; fiscalização da implantação dos Programas de Autocontrole na empresas de POA; indicação de novas empresas para Lista Geral do Sistema Brasileiro de Inspeção (SISBI); fiscalização das Pessoas Jurídicas credenciadas para a prestação de serviços de inspeção sanitária e industrial em estabelecimentos de POA.

- Promoção da Fiscalização do Trânsito Agropecuário - a Gerência de Trânsito Agropecuário coordenou a execução de fiscalizações do trânsito de animais vivos, produtos de origem animal e vegetal, e de insumos agropecuários de interesse da defesa agropecuária; foram executadas fiscalizações em operações volantes e em postos fixos de fiscalização do trânsito localizados em divisas com outros Estados.

9.8 Instituto de Florestas do Paraná (IFPR)

- Área de Gestão de Florestas - realiza a gestão de florestas próprias de pinus em 12.500 hectares, distribuídas em 13 unidades produtivas localizadas nos municípios de Castro, Campo Largo, Ponta Grossa, Sengés, Doutor Ulysses e Cerro Azul. Estas florestas são exploradas em regime de Concessão Florestal, sendo que 5.500 hectares, referentes a 17 contratos, tem previsão de receita para os próximos nove anos no valor de R\$ 29,0 milhões. Está prevista, até dezembro, a abertura de nove editais públicos, com estimativa de arrecadação em torno de R\$ 80,0 milhões. O processo de concessão florestal permitiu a participação do setor privado nos projetos de reflorestamento do IFPR, que resultou na geração de mais de 200 empregos diretos e investimentos na ordem de R\$ 3,0 milhões nas áreas do Instituto, em 2017, e permitiu a redução do custo operacional do Instituto na ordem de 25,0% com relação ao mesmo período de 2016. A gestão da exploração é monitorada conforme o contrato, podendo ser realizada por meio de medição individual de cargas ou utilizando-se de outros métodos, como inventário pré-corte e controle da área de exploração. Além dos aspectos produtivos, são monitorados os aspectos ambientais e sociais

(condições de trabalho, segurança dos empregados, regularidade com a legislação trabalhista, dentre outras). Foram retirados, de janeiro a outubro, 42 mil estéreos de pinus e comercializadas 240 toneladas de goma resina de pinus.

- Área de preservação ambiental - mantém a guarda de aproximadamente 25.000 hectares de florestas nativas em estágio médio/avançado de regeneração.
- Área de desenvolvimento florestal - em conjunto com 33 entidades, finalizou os trabalhos referentes à Lei Estadual de Florestas Plantadas e Plano Estadual de Florestas Plantadas que será encaminhada para apreciação do legislativo estadual. Com objetivo de estabelecer a base do Sistema Estadual de Informações Florestais, iniciou os trabalhos de atualização do mapeamento de florestas plantadas e inventário florestal; foram eleitas prioritárias as Regiões Noroeste, Sul e Centro Sul, onde foi estabelecida como estratégia a parceria com os municípios e instituições de ensino, que sob a coordenação do IFPR, estão realizando os levantamentos de campo. Nesta etapa, em parceria com a EMBRAPA Florestas, serão atendidos 130 municípios com os primeiros Planos Regionais de Desenvolvimento Florestal.
- Área de difusão de tecnologia - promove o debate e a difusão de tecnologia na área florestal, apoiando e participando de eventos ligados ao setor florestal, com destaque para: a) Semana Internacional da Madeira (SIM)-LIGNUM 2017, realizada em setembro, em Curitiba, com mais de 8.000 participantes; b) Encontro Nacional do Trabalho em Atividades Florestais e Gestão de Recursos Humanos, realizado em Curitiba, em março; e c) Seminário Regional de Agropecuária, realizado em setembro, em Umuarama, em conjunto com o Bloco Parlamentar da Agropecuária da Assembleia Legislativa do Paraná.
- Na área administrativa - a Lei n.º 19.115/2017, em seu Art. 1º, autoriza a extinção do Instituto de Florestas do Paraná, autarquia constituída nos termos da Lei n.º 17.903, de janeiro de 2014, passando suas atribuições legais a integrar o campo de atuação do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG).

9.9 Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR)

- Área de armazenamento - foram retomadas as negociações para concessão das unidades armazenadoras de Assaí, Guarapuava e Maringá. Na parceria em Paranaguá procedeu-se melhorias das obras no Cais Oeste (Berço 202) para chegada das correias transportadoras do armazém. Por meio de suas Unidades Armazenadoras de grãos e produtos refrigerados, a CODAPAR armazenou mais de 280 mil toneladas entre produtos agrícolas, industrializados, frutas e resfriados.

- Área de classificação - em atendimento ao controle de qualidade dos produtos destinados à exportação, realizou a auditoria do processo de classificação de mais de 15 milhões de toneladas de produtos destinados à exportação pelo Porto de Paranaguá. No processo de importação, atuou na internalização de produtos agrícolas, em que 1,9 milhão de toneladas de produtos foram classificados, em apoio técnico operacional e laboratorial ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Na área de qualidade dos produtos destinados diretamente à alimentação humana, foram classificados e certificados 1,25 milhão de toneladas, em conformidade com a Lei Estadual n.º 9.972/2000.
- Apoio à educação - no processo logístico de armazenagem, em contrato com a Secretaria de Educação, houve distribuição de suprimentos como carteiras e cadeiras escolares, mesas e armários, ultrapassando a 10.000 unidades; e distribuição de cerca de 10.000 toneladas de merenda escolar aos 399 municípios paranaenses.
- Apoio à exportação - pelo Porto Seco de Cascavel, possibilitou a exportação de 40.000 toneladas de fertilizantes e realizou mais de 100 processos mensais de importação e de exportação de mercadorias diversas. Concluiu as obras conforme Termo de Ajustamento de Conduta impetrado pelo Ministério Público e IAP, que visa o escoamento das águas pluviais de toda a microbacia local.
- Engenharia rural - executou atividades de monitoramento e fiscalização de Programas como o PRO-RURAL: Patrulhas Rurais Rodoviárias, bem como a Pavimentação de Estradas Rurais/Estradas da Integração.

9.10 Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (CEASA/PR)

A CEASA possui cinco unidades de comercialização no Estado, e congrega um universo de 640 empresários atacadistas e 1.200 agricultores. Em 2017, o volume de comercialização atingiu em torno 1.100.000 mil toneladas sendo 65,0% do total comercializado pela unidade Curitiba. A logística empregada nas unidades da CEASA/PR foi concebida com base no trabalho humano com um contingente de 8.000 trabalhadores nas atividades de carga e descarga de produtos, e embora ultrapassada foi suficiente para que a unidade seja a quarta maior em comercialização do Brasil.

A CEASA vive um clima de recuperação de sua capacidade operacional por meio de processos de modernização e investimentos nas estruturas, onde foram feitas obras: a) na malha de pavimento nas unidades de Londrina, Foz do Iguaçu e Curitiba; b) recuperação e construção de novos sanitários nas unidades de Maringá, Londrina e Curitiba; c) combate a incêndio em Londrina, Cascavel e Curitiba, além de dotar as unidades de ligações de fibras óticas que permitiram a instalação de Internet de alta velocidade, com investimentos que superaram R\$ 3,5 milhões.

As Centrais de Abastecimento têm sido um mecanismo propulsor da retomada de oportunidade para a participação mais efetiva dos agricultores no processo de comercialização de hortifrutigranjeiros. Foram realizadas reuniões em diversas regiões do Paraná visando organizar projetos de produção e organização da produção para o mercado. Encontra-se em elaboração um Projeto de Lei para garantir espaços para que novos agricultores passem a frequentar o mercado.

O projeto social Banco de Alimentos foi responsável pela distribuição de 6.120 toneladas de hortaliças para 200.000 pessoas que vivem em situação insegurança alimentar, quantia que renderia em torno de R\$ 15,0 milhões caso fosse comercializada. No final do exercício, foi negociado um convênio para investimentos na ordem de R\$ 1,2 milhão nos cinco bancos de alimentos da CEASA, melhorando a capacidade de processar produtos de forma a ampliar seu raio de ação e formar estoques estratégicos para situações de calamidades.

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS QUANTIDADES MOVIMENTADAS

(Em Toneladas)

REGIÃO	COMERCIALIZAÇÃO ATACADO	DOAÇÕES BANCO DE ALIMENTOS	TOTAL
Mesorregião: Metropolitana Curitiba	730.000	2.020	732.020
Mesorregião: Norte Central	220.000	1.900	221.900
Mesorregião: Oeste	150.000	2.200	152.200
TOTAL	1.100.00	6.120	1.106.120

No dia mundial da Alimentação o Banco de Alimentos da CEASA, da unidade de Curitiba, realizou em conjunto com a SEDS e a Prefeitura Municipal de Curitiba, um evento na comunidade do Cachimba que distribuiu 6.000 quilos de frutas e hortaliças, além de um bolo de banana de 200 quilos, fornecido as crianças da comunidade.

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

10 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) tem a missão de definir, coordenar e executar políticas e diretrizes nas áreas da ciência, tecnologia, inovação e ensino superior. Foram investidos R\$ 3,15 bilhões para a manutenção e consolidação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES) que conta com os seguintes órgãos e entidades vinculados:

- Instituições de Ensino Superior (IES) - Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO); Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).
- Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) - empresa pública dedicada à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.
- Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) - serviço social autônomo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à prestação de serviços em meteorologia, hidrologia e meio ambiente.

A SETI Participa de 60 Conselhos Estaduais e diversos fóruns, colegiados e câmaras técnicas, que atuam no campo da educação, ciência, tecnologia e inovação, além de colaborar com outros órgãos públicos e privados.

O Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia do Paraná (CCT-PR) definiu as seguintes áreas estratégicas para receberem recursos do Fundo Paraná: Ciências Biológicas e Biotecnologias (agrícola, avícola, florestal, saúde); Indústria Alimentar; Energias Renováveis; Metalomecânica; Tecnologias da Informação e Comunicação; Ciências e Tecnologias Ambientais; Polos, Parques Tecnológicos e outros *habitats* de inovação; Ciências e Tecnologias Agrárias e Agronegócio; Mobilidade; Fortalecimento dos Ativos Portadores de Desenvolvimento Tecnológico; Melhoria do Ensino Superior; Tecnologia Assistiva; Petróleo e Gás; Residência Técnica.

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paranaenses (CRUEP) tratou de assuntos de interesse comum entre a SETI, as universidades e demais órgãos e entidades relacionados ao ensino superior, ciência, tecnologia e inovação.

A Fundação Araucária, como agência vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), faz parte do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia recebe recursos do Fundo Paraná, de agências de fomento de órgãos federais e outros parceiros, que são aplicados em três grandes linhas de ação: Fomento à Produção Científica e Tecnológica; Verticalização do Ensino Superior e Formação de Pesquisadores e

Disseminação Científica e Tecnológica. Até outubro, lançou 12 chamadas públicas e apoiou três programas vinculados ao acordo entre a Fundação Araucária e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP). O investimento total foi de R\$ 32,0 milhões, englobando 2.900 bolsas de iniciação científica, de extensão e de inclusão social contratadas.

10.1 Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES)

Oferece ensino gratuito em diversas áreas do conhecimento, com atividades de ensino de graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, pesquisa, inovação, extensão universitária e cooperação técnico-científica nacional e internacional, com ensino presencial em 32 municípios e na modalidade a distância em 60 municípios. Com 8.330 docentes (90,0% com título de Mestre e/ou Doutor) e 8.611 agentes universitários, atendeu 100 mil alunos e ofertou 347 cursos de graduação, 299 cursos de especialização, 186 cursos de mestrado e 80 cursos de doutorado. Em 2017, foram graduados 12.300 alunos.

O Índice Geral de Cursos (IGC), do Ministério da Educação (MEC), avalia, anualmente, a qualidade das instituições de educação superior e considera o conceito dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* das instituições, recursos didáticos pedagógicos e titulação do corpo docente, dentre outros indicadores. O IGC mostrou que é boa a qualidade das universidades que compõem o Sistema Estadual de Ensino Superior conforme também atesta o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), para os cursos de graduação e a avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) que avalia os cursos e programas de pós-graduação. Pela primeira vez, um curso do sistema Estadual de Ensino Superior obteve a nota máxima 7. Houve ampliação de cursos com nota 6, passando de quatro cursos em 2013, para sete nesta avaliação. A UEM, a UEL, a UNIOESTE, a UEPG e a UNICENTRO obtiveram no IGC nota quatro e a UENP atingiu a nota três (em um universo de 01 a 05). No âmbito da inovação acumulou, neste ano, 383 patentes depositadas, 25 marcas da instituição, 16 patentes concedidas, 63 *softwares* desenvolvidos, contribuindo para que o Paraná ocupe a terceira posição no *ranking* dos Depositantes de Patentes de Invenção por Unidade da Federação.

As Universidades Estaduais são importantes locais de produção de conhecimento científico e de inovação tecnológica. Integram a estrutura organizacional das universidades estaduais, três Colégios de Aplicação Pedagógica, quatro Hospitais Universitários, seis Hospitais Veterinários, cinco Escritórios de Aplicação Jurídica, cinco Centros Odontológicos, duas Clínicas de Fisioterapia e quatro Laboratórios de Análises Clínicas. Estes órgãos, além da função acadêmica, são importantes espaços de atendimento e assistência à população do Estado.

Os projetos e as ações propostos pela SETI foram desenvolvidos com base nos programas: a) Excelência no Ensino Superior - visa à melhoria dos indicadores acadêmicos na graduação e pós-graduação e a consolidação da excelência das universidades no ensino, na pesquisa, na inovação, na extensão e na cooperação técnico-científica; b) Paraná Inovador - voltado ao incentivo, ao desenvolvimento científico, tecnológico e à inovação, mediante parcerias com o setor produtivo, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa, organizações não-governamentais e governos municipal, estadual e federal. Os projetos e ações executados também tiveram como base o Plano de Metas do Governo do Estado 2015-2018.

Principais realizações:

- Programa Universidade Sem Fronteiras (USF) - propicia a execução de projetos de extensão universitária em parceria com as universidades estaduais, visando ao desenvolvimento socioeconômico de municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Estado. Atendeu 376 municípios, com equipes multidisciplinares atuando em diferentes áreas sociais e em ciência e tecnologia. O desenvolvimento de 124 projetos (custeados pela UGF) envolveu 787 bolsistas, sendo 200 orientadores, 293 recém-formados e 294 estudantes de graduação. Projetos acompanhados: a) 85 projetos foram desenvolvidos voltados à promoção da Saúde, Agricultura Familiar e Agroecologia, Educação, Inclusão e Direitos Sociais e Inovação e Diversidade Cultural; b) 10 projetos foram executados para atender os Núcleos de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ), em parceria com a rede de atendimento da criança e adolescente; c) 15 projetos foram executados para atender o Programa Patronato em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP); d) 14 projetos referentes ao Programa Bom Negócio Paraná, realizado em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), com investimento financeiro de R\$14,9 milhões. Foram lançados os seguintes editais: para a execução de projetos em 2018: Edital n.º 01/2017 - com a seleção de 10 projetos para o NEDDIJ; Edital n.º 02/2017, para o Núcleo Maria da Penha (NUMAPE), com a seleção de 10 projetos para o atendimento e apoio a mulheres vítimas de violência doméstica; Edital n.º 04/2017 com 16 projetos para o Programa Patronato; Edital n.º 05/2017, com 14 projetos para o Programa Bom Negócio Paraná; e Edital n.º 06/2017, com 85 projetos para o Programa Universidade Sem Fronteiras.
- Ensino de Graduação - foram criados quatro cursos: a) Pedagogia, na UNICENTRO (Pitanga) em regime de extensão; b) Turismo, na UNICENTRO (Prudentópolis) em regime de extensão; c) Direito, na UEPG (Telêmaco Borba) em regime de extensão; d) Tecnólogo em Administração Pública pela

Universidade Virtual do Paraná (UVPR) coordenado pela UNICENTRO, na modalidade a distância, visando a capacitação de 1.060 servidores públicos, com investimento de R\$ 2,4 milhões. Houve o reconhecimento de 10 cursos e renovação de reconhecimento de 96 cursos das Instituições de Ensino Superior Estaduais e Municipais. Foi realizado o credenciamento do Instituto Municipal de Administração Pública de Curitiba (IMAP). No atendimento da Deliberação n.º 01/17 do Conselho Estadual da Educação (CEE) tramita na Casa Civil um protocolizado com Minuta de Decreto que delega ao Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a atribuição de reconhecimento e renovação de conhecimento de cursos de Graduação.

- Elaboração dos instrumentos de avaliação institucional e avaliação de cursos de graduação para o Sistema de Ensino Superior Estadual e Municipal, por meio da Resolução Secretarial n.º 123/2017-SETI.
- Programa Capacita SUAS - planejamento a execução da terceira etapa do Programa em conjunto com a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), Universidades Estaduais e o Ministério da Assistência Social
- Programa de Residência Técnica na área de Gestão Pública - nesta edição ofertou 275 vagas para residentes e 304 vagas para o Curso de Especialização para servidores estaduais. O investimento neste programa é de R\$ 14,8 milhões.
- Criação de 143 novos cursos de especialização, nove cursos de mestrado e cinco cursos de doutorado.
- Início da quarta turma do Mestrado Profissional em Políticas Públicas; terceira turma do Mestrado Profissional em Agroecologia e primeira turma do Mestrado Profissional em Assistência Farmacêutica, com Investimento de R\$ 1,0 milhão.
- No processo de Internacionalização, estão sendo realizados mais de 350 acordos de cooperação técnico-científica internacional e mais de uma centena de processos estão em análise. Nesta ação a SETI também tem atuado em parceria com o Secretário Especial de Assuntos Estratégicos (SEAE), atuando também no recebimento de comitivas internacionais (Rússia, Hungria, Bélgica e Nigéria) para apresentação da infraestrutura de apoio e fomento à inovação e à tecnologia do Estado do Paraná.
- Publicação de duas edições da revista Paraná Faz Ciência, em parceria com a Fundação Araucária.
- Programa TECNOVA Paraná - encerramento do programa que objetivou apoiar a inovação em empresas de base tecnológica. O programa contou com a participação de 63 empresas, numa parceria que envolveu a Fundação Araucária, Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO) e Financiadora

de Estudos e Projetos (FINEP) com investimento de R\$ 15,0 milhões da FINEP e de 7,5 milhões do Estado do Paraná.

- Realização da 30ª edição do Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia, que passou a ser denominado Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia Governador José Richa; foram premiadas oito pessoas, entre pesquisadores, extensionistas, estudantes de graduação e jornalistas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e Ciências Agrárias, cujos prêmios somaram R\$ 190,0 mil.
- Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada - visa à consolidação das competências do Estado no desenvolvimento do agronegócio, por meio do Decreto n.º 2.475/2015, por meio de parceria envolvendo a SETI, a Fundação Araucária e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com investimento da SETI e Fundação Araucária no valor de R\$ 6,0 milhões e do SENAR com R\$ 6,0 milhões.
- Apoio aos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) visando à estruturação e suporte da ciência e tecnologia nas universidades, mediante edital lançado pela Fundação Araucária.
- Participação em eventos na área de inovação tecnológica, com destaque para: Paranatic, Tecnova, Ecotic, *Campus Party*, Inventum e Agro Digital.
- Hospital Universitário de Londrina (HUL) - atendeu 400.880 pacientes, até o 2º quadrimestre de 2017, nas diversas especialidades incluindo atendimentos em Centro Cirúrgico, UTI, Pronto-Socorro, Ambulatório, Internações, dentre outros, com uma taxa de ocupação hospitalar de 98,5%. Encontra-se em andamento a construção da Maternidade, com 53,8% da obra concluída e a ampliação da UTI I e II, com 75,1% das obras concluídas, que juntas receberam um investimento de R\$ 8,8 milhões (dados de agosto).
- Hospital Universitário de Maringá (HUM) - atendeu 282.770 pacientes, nas diversas especialidades incluindo atendimentos em Centro Cirúrgico, UTI, Pronto-Socorro, Ambulatório, Internações, dentre outros, com uma taxa de ocupação hospitalar de 91,2%. Está em andamento a ampliação do espaço físico para atingir 100 leitos hospitalares na área de internamentos, com 70,5% da obra concluída, e investimento de R\$ 10,5 milhões (dados até agosto).
- Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP) - atendeu 320.026 pacientes nas diversas especialidades incluindo atendimentos em Centro Cirúrgico, UTI, Pronto-Socorro e Ambulatório, com uma taxa de ocupação hospitalar de 93,9%. Está em andamento a ampliação e reforma da Unidade de Queimados, com 100,0% da obra concluída no valor de R\$ 5,9 milhões; construção da Ala Materno Infantil, com 38,9% da obra concluída, no valor de R\$ 2,7 milhões; e reforma do Pronto-Socorro, com 61,2% da reforma concluída, no valor de R\$ 2,0 milhões, totalizando um investimento de R\$ 10,7 milhões (dados até agosto).

- Hospital Universitário Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva (HURCG/UEPG) - atendeu 205.690 pacientes nas diversas especialidades, incluindo atendimentos de Centro Cirúrgico, UTI, Pronto-Socorro, Ambulatório, Internações e Maternidade, com uma taxa de ocupação hospitalar de 72,7% (dados até agosto). Foi ampliada a nova UTI Adulto, com 100,0% da obra finalizada até abril, no valor de R\$ 341,0 mil, bem como reforma e ampliação da Rede de Saúde Bucal, no valor de R\$ 516,0 mil, totalizando um investimento da reforma e das duas ampliações no valor de R\$ 857,0 mil.
- Construção da Clínica de Odontologia da UENP com 100,0% da obra da primeira etapa concluída (construção dos blocos didáticos); e reforma da Clínica Odontológica da UEL, com 80,9% da reforma concluída, ambas com um investimento total de R\$ 12,9 milhões.
- Hospital Veterinário da UEL - realizou mais de 110.000 atendimentos até agosto, entre consultas, retornos, internamentos, exames e clínica médica.
- Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Maringá (UEM) - realizou mais de 4.800 atendimentos entre consultas, retornos, internamentos, exames e clínica médica, até agosto.
- Hospital Veterinário da UENP - realizou 3.300 atendimentos até agosto, oportunizando a complementação das atividades acadêmicas, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão da UENP.
- Hospital Veterinário da UNICENTRO - realizou mais de 10.000 atendimentos, até agosto, entre consultas, exames, internações e cirurgias, complementando o ensino dos alunos da graduação e pós-graduação em Medicina Veterinária. Conta, ainda, com ações como doação de sangue canino e tem como diferencial o serviço de acupuntura para os animais.
- Foi instituído o Programa da Qualidade e Segurança dos Pacientes nos Hospitais Universitários em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SESA), junto à Superintendência de Unidades Próprias (SUP), por determinação da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) ANVISA/MS n.º 36/2013, e o Comitê Estadual da Segurança dos Pacientes/SESA, Resolução n.º 476/2016, no qual a SETI tem representação importante e ativa na implantação do Programa nos HU's e no Comitê.
- Participação ativa com representante no Programa de Gestão de Tecnologias em Saúde (GTS) e Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), junto às Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná (IEES), instituindo a Política Nacional de Gestão em Tecnologias em Saúde (PNGTS), oficializada por meio da Portaria n.º 2.690/2003 novembro de 2003, devido à importância estratégica para o Sistema Único de Saúde (SUS).

10.1.1 Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF)

Tem como função principal a gestão executiva dos recursos do Fundo Paraná, atendendo os eixos e programas estabelecidos pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT/PR). A Lei n.º 12020/1998, alterada pela Lei n.º 15123/2006 e Decreto n.º 3060/2015, que define o atual sistema de fomento à Ciência e Tecnologia do Estado prevê que 2,0% da receita tributária do Estado sejam transferidos ao Fundo Paraná, sendo parte na forma de ativos pertencentes ao Estado (1,5% destinado às IEES e TECPAR) e 0,5%, para apoio a Programas e Projetos. Desse montante, destinam-se 40,0% para Projetos Estratégicos da UGF, 40,0% para a Fundação Araucária e 20,0% para o TECPAR. Seu orçamento previsto para 2017 foi de R\$ 100,8 milhões.

Principais ações:

- Construção do Teatro da UNIOESTE/Campus de Toledo - iniciada a Etapa II objetivando a conclusão da obra iniciada em 2008 (Etapa I) que estava paralisada desde então. Com área total de 861,60m² possibilitará a realização de atividades que complementam e qualificam os objetivos institucionais voltados ao ensino, pesquisa e extensão, com investimento de R\$ 1,2 milhão
- Paraná Fala Línguas Estrangeiras - as fases 1 e 2 do programa Paraná Fala Inglês visa impulsionar as universidades a promoverem ações de internacionalização de maneira significativa por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, para que ultrapassem as barreiras geográficas com a capacitação de estudantes, docentes e agentes universitários em língua estrangeira, com investimento de R\$ 4,1 milhões.
- Revitalização da Infraestrutura do Campus de Uvaranas da UEPG - prestou apoio visando promover a melhoria da infraestrutura por meio de modernização e readequação do sistema de segurança e iluminação do Campus, com investimento de R\$ 1,5 milhão.
- Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural de Horticultura da UEM - visa contribuir ao desenvolvimento econômico e social das pequenas propriedades que têm na horticultura (hortaliças, flores, frutos, plantas medicinais, cogumelos e produção de mudas) sua principal fonte de renda, com investimento de R\$ 1,3 milhão.
- Cine Teatro Universitário Ouro Verde (UEL) - reconstrução viabilizada com recursos da UGF. O Governo do Estado entregou, em junho, para a comunidade de Londrina e região, um espaço cultural para 750 pessoas totalmente revitalizado, com investimento de R\$ 14,7 milhões.

10.1.2 Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR)

Foi concluída a montagem da Sala de Monitoramento e Alerta de Riscos e Desastres no SIMEPAR, com aquisição de mobiliário e estações de trabalho, previstos no Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, subprojeto Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres, convênio BIRD/SEPL/SEMA, objetivando a continuidade das atividades de expansão da Rede Paranaense de Monitoramento Hidrometeorológico (RePAMH Fase II), que conta com recursos do Fundo Paraná, por meio do Convênio n.º 09/12.

Foi firmado Contrato de Gestão entre a SEMA/IAP e SETI/SIMEPAR, tendo como membros do comitê de monitoramento a SETI e a SEMA, cujo objetivo é a execução de serviços e produtos relativos à gestão, operacionalização e monitoramento dos Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no Estado do Paraná, por meio de suporte tecnológico e da geração de bases cartográficas complementares necessárias, incluindo tecnologias de Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e de dados de campo e produtos de análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

10.1.3 Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)

Principais ações:

- O TECPAR consolidou-se como Laboratório Oficial produtor de medicamentos para o Ministério da Saúde (MS) buscando atender às demandas de saúde e firmar-se como fornecedor de medicamentos estratégicos para o SUS. O TECPAR teve cinco propostas de projetos de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) aprovadas pelo Ministério da Saúde com enfoque na transferência de tecnologia para fabricação de anticorpos monoclonais para tratamento de câncer e doenças autoimunes e submeteu outras propostas de PDP para medicamentos biológicos para o tratamento de doenças genéticas raras (02), para transferência de tecnologia para fabricação de hemoderivados (01) e para medicamentos oncológicos e imunossupressores de base sintética (03).
- Para efetivação da transferência de tecnologia dos medicamentos de base sintética, firmou acordo de cooperação com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) para uso da estrutura do Laboratório de Medicamentos da UEPG.
- Realizou ações de apoio ao empreendedorismo tecnológico inovador, destacando-se o atendimento a 26 novos negócios e a participação de aproximadamente 900 pessoas em eventos organizados pelo TECPAR em Curitiba e Jacarezinho.
- Atendeu mais de 8.000 demandas por soluções tecnológicas do parque industrial do Paraná e do Brasil.

- Ampliou as atividades do Parque Tecnológico Virtual do Paraná que atingiu mais de 12 mil ativos tecnológicos no Estado, envolvendo os oito Núcleos de Inovações Tecnológicas (NITS).
- Foram lançadas quatro Edições da Revista do *Smart Energy* Paraná com uma tiragem de 3.000 exemplares cada edição.
- Em parceria com o PARANACIDADE lançou o programa Capacita Paraná EAD, que em cinco fases capacitou 3.710 servidores municipais, atingindo 89,0% dos municípios paranaenses.
- A unidade de Certificação executou 1.008 auditorias, englobando sistemas e produtos e emitiu 610 certificados de conformidade.
- Conquistou o Troféu Bronze no Prêmio Paranaense de Qualidade em Gestão (PPrQG), na categoria Rumo à Excelência (Nível III - 500 pontos), do Modelo de Excelência da Gestão (MEG).

Secretaria da Comunicação Social



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

11 Secretaria de Estado da Comunicação Social

A Secretaria da Comunicação Social (SECS) cumpre a função de organizar, planejar, coordenar a execução e dirigir as ações relativas à comunicação do Governo do Paraná, atendendo a todas as unidades da administração direta e indireta.

Nesse sentido, desenvolve e executa suas ações a partir da distribuição de atividades entre as áreas de Coordenadoria de Marketing, Coordenadoria de Imprensa e Conteúdos, Coordenadoria de Comunicação Integrada; como unidade indireta a Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE) e o Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE) que passou a integrar a estrutura organizacional da SECS a partir de 06 de setembro, por meio do Decreto n.º 7.751/2017; e por contrato de gestão, o Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação.

Ao longo do ano de 2017 aprimorou o Portal da Transparência do Estado e realizou a Concorrência Pública n.º 001/2016 para contratar Agências de Publicidade, visando a continuidade da publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.

11.1 Coordenadoria de *Marketing*

Responsável pelo planejamento de campanhas publicitárias de utilidade pública e de divulgação das ações de interesse da população paranaense, além da execução da publicidade legal da administração direta e suas vinculadas.

Tem como eixo estrutural de trabalho a divulgação nos meios de comunicação do Paraná as realizações do Governo do Estado nas diversas áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura, social, emprego, realizações de obras, habitação, turismo e atração de investimentos, entre outras. Realizou campanhas educativas para o DETRAN e de utilidade pública para orientação da população, além de demandas de comunicação das empresas como Companhia Paranaense de Endercia (COPEL), Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Companhia Paranaense de Gás (COMPAGÁS) e da Agência de Fomento do Paraná.

11.2 Coordenadoria de Imprensa e Conteúdos

Ocupa-se da produção jornalística de material editorial veiculado na Agência Estadual de Notícias, produz e distribui informações das atividades do Governo do Paraná, com reportagens de órgãos da administração direta e indireta. É responsável pelas áreas de produção de textos e fotos jornalísticas para a mídia impressa, matérias jornalísticas para rádio e registros em vídeo para as emissoras de televisão. A distribuição de informações tem como foco as ações realizadas pelas diversas esferas da administração pública estadual.

O site www.aen.pr.gov.br, principal plataforma para publicação de notícias dos órgãos do Estado, recebeu 3.303.469 visualizações no período. O site www.aen.pr.gov.br, principal plataforma para publicação de notícias dos órgãos de Estado, recebeu 3.303.469 visualizações no período; até outubro, foram publicados 3.379 textos (reportagens), 4.898 áudios (notícias para rádio), 22.857 fotografias e 5.374 vídeos. O conteúdo disponibilizado é de livre utilização pelos meios de comunicação (jornais, revistas, sites, rádios e televisões), com a recomendação de que seja atribuído crédito para a Agência de Notícias do Paraná no caso de publicação/veiculação da reportagem.

11.3 Coordenadoria de Comunicação Integrada

É responsável pela elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano de Comunicação Integrada e Estratégica do Governo do Estado, consoante à Política de Comunicação Social Estadual, à promoção da integração das ações e à otimização dos recursos envolvidos pelas unidades da SECS; pela elaboração e aplicação de planejamentos estratégicos de comunicação, envolvendo a Coordenadoria de *Marketing* e Coordenadoria de Imprensa e Conteúdos para lograr êxito nas divulgações de ações do Governo do Paraná; pela promoção da divulgação das ações de Governo para o público interno, pela promoção de eventos de formação e iniciativas de capacitação que promovam a cultura de comunicação integrada na estrutura governamental; pelo planejamento, execução e aplicação de ações voltadas às redes sociais do Governo, bem como para a Comunicação Regionalizada.

Atuou em parceria com as demais Coordenações, desenvolvendo matérias jornalísticas alinhando publicidade com conteúdo jornalístico.

Atividades realizadas:

- Comunicação Regionalizada - produção de matérias específicas para cada município, tais como, edição de matérias para revistas, jornais e rádios, edição de matérias de programas do Governo do Estado.
- Mídias sociais - responsável por elaborar, produzir, diagramar, editar e monitorar material para as redes sociais (*Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Youtube*) do Governo do Paraná. Atuou com foco nas notícias do Estado, geradas pela Agência de Notícias do Paraná, e nos assuntos prioritários de cada Secretaria, buscando gerar conteúdo de interesse e apresentar serviços relevantes para a população. Total de seguidores das Redes Sociais até outubro: a) *Facebook* Governo do Estado, 274.844 seguidores (impressões totais: 47.943.090 pessoas); b) *Instagram* do Governo do Estado, 9.126 seguidores; c) *Twitter* Governo do Estado, 20.080 seguidores (impressões totais: 103,3 mil pessoas); d) *Youtube* Governo do Estado 324 vídeos (8.313.177 visualizações).

11.4 Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE)

Produz e divulga programas com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas. Ocupa posição de destaque na promoção e valorização da arte e da cultura paranaenses. É integrada pelas rádios FM e AM Educativas, pela emissora de Televisão Educativa que, em 2017, completou 30 anos, e pelo Canal da Música.

O sinal da TV está presente em todo o Paraná, com 45 repetidoras instaladas em diferentes regiões do Estado que contribuem para a disseminação dos conteúdos que promovem a cidadania, por meio de ações educativas e da divulgação da cultura regional.

A aquisição de tecnologia para produção e transmissão de conteúdo, em fase final de implantação, permitiu que a RTVE se adequasse aos novos parâmetros estabelecidos pelo Governo Federal (substituição do sinal analógico) e possibilitou o desenvolvimento de novos projetos de ampliação e repaginação da programação, com vistas a atingir novos públicos, incluindo os jovens adultos, influenciadores no consumo de produtos midiáticos.

A RTVE ampliou e fortaleceu parcerias com organizações similares de outros Estados e deu continuidade ao plano de modernização iniciado em 2015.

Atividades realizadas:

- Fórum das emissoras públicas estaduais - instituído no segundo semestre de 2017, presidido em seu primeiro ano pelo Diretor-Presidente da RTVE, visa representar os pleitos comuns dos Estados perante os órgãos públicos, propiciar a integração tecnológica e de conteúdos entre as emissoras.
- Parceria com a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) - participou da chamada pública do Edital do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (PRODAV) da ANCINE, graças ao aporte financeiro cedido pelo Governo do Estado para licenciamento dos conteúdos de obras audiovisuais. Realizou consulta prévia junto ao órgão Federal, com vistas à obtenção de recursos para a produção de 24 obras audiovisuais voltadas à sociedade paranaense. Realizou encontro com dirigentes da RTVE/PR, ANCINE e BRDE, além de representantes e associados da BRAVI, AVEC e SIAPAR em que tratou do investimento no Edital PRODAV 02/2016, com demandas do interesse da emissora pública (com a participação de R\$ 750,0 mil para pagamento de licença das obras e possível investimento no valor de R\$ 15,3 milhões por parte do Fundo Setorial Audiovisual/ANCINE).
- Responsabilidade socioambiental - desenvolveu e apresentou o projeto de eficiência energética do sistema de iluminação das suas dependências para a Chamada Pública n.º 001/2016/COPEL. Serão substituídos os antigos sistemas de iluminação por sistemas mais modernos, que utilizam tecnologia LED, o que possibilitará reduzir os gastos com energia, gerar economia ao longo dos anos, e minimizar os custos de manutenção dos sistemas.

- Programação da TV - produziu conteúdo com a missão de informar e promover a cidadania e a cultura no Estado. Os telejornais apresentados pela emissora focam em serviços a que o cidadão tem acesso, como saúde, emprego, segurança e educação, além de entrevistas em estúdio e reportagens especiais, que abrangem a arte, o esporte e o turismo do Paraná. Até outubro foram produzidas 1.640 matérias jornalísticas, das quais 704 foram pautas do Governo Estadual, algumas com exibição em rede nacional pela TV Cultura e pela TV Brasil. Produziu diferentes séries de interprogramas, veiculadas ao longo da programação, com produtos de curta duração (de dois a cinco minutos cada), com série e tema definidos, aderentes às experiências de linguagem da contemporaneidade. A programação televisiva transmitiu ao vivo eventos cívicos, culturais, religiosos, esportivos e de interesse público, sendo destaque a cobertura ao vivo da Operação Verão 2017 - Verão Paraná, realizada em parceria com DETRAN e AGUASPARANÁ, transmitida direto de Caiobá, em Matinhos; e foram veiculadas cerca de 130 matérias e *links* na programação da RTVE sobre assuntos de interesse da população.

Foram inseridos na grade, em 2017: a) *Playlist* - programa de videoclipes, aberto para bandas e artistas solo consagrados ou estreadores mostrarem seus trabalhos, apresentado duas vezes na semana e a qualquer hora pela *internet*; traz novidades como agenda cultural e o dia a dia de quem faz da música um estilo de vida; em dezembro, chegou à sua 30ª edição com mais de 300 clipes veiculados; b) Fantástica Fábrica de Assuntos Aleatórios (F²A²) - estreou em maio, produzido e coordenado pelo Departamento de Mídias Digitais, e pode ser acessado nas redes sociais e no *Youtube*; a sessão é produzida em bloco único, de aproximadamente 15 minutos, com informações e curiosidades, além de apresentar dicas sobre filmes, literatura e assuntos relacionados à cultura pop, com humor presente em todas as edições; realizou cobertura especial e gravou um programa na *Geek City*, maior feira da cultura *Geek* do sul do País; em dezembro realizou cobertura especial durante a *Comic Con Experience (CCXP)*, principal evento da Cultura Pop da América Latina; c) Interprograma Economia Criativa - lançado em maio, transmitido dentro do programa *É-Cultura*, é veiculado no *site* e nas redes sociais da RTVE; no primeiro episódio teve mais de 20 mil visualizações e atingiu um público de mais de 90 mil pessoas na rede Facebook; abriu o mês do *Design* na Cinemateca de Curitiba, em outubro, com a exibição de todos os episódios aos estudantes de *Design*; o interprograma mostra iniciativas criativas, aliadas à inclusão social, à diversidade cultural e à sustentabilidade na região de Curitiba.; d) Mais Saúde - programa de entrevistas e matérias, lançado em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, com o objetivo de falar sobre promoção da saúde e orientar as pessoas sobre a importância de adotar hábitos saudáveis de vida; os

telespectadores podem participar do Mais Saúde enviando sugestões pelo *e-mail* ou por mensagens SMS; d) *É-Cultura Entrevista* - programa semanal com 30 minutos de duração dedicado a entrevistas com personalidades da área das artes, da cultura, do entretenimento.

- Rádio Educativa - deu prosseguimento à programação consolidada, com maior interatividade com os ouvintes, por meio do aplicativo, via celular/*smartphone* e *WhatsApp*, participou da Operação Verão com o programa Distribuição Nacional e bandas paranaenses puderam apresentar seu trabalho, ao vivo, direto do estúdio montado no Litoral e transmitido para todo o Estado.
- Mídias Sociais - responsável por elaborar, produzir e gravar material para as redes sociais (*Facebook, Youtube, Snapchat, Twitter, Whatsapp* e *Instagram*) e para o *site* da RTVE e distribuir *releases* institucionais, que englobam as diversas manifestações artísticas do cenário estadual e nacional, para vários veículos de comunicação. A área tem papel relevante no trabalho de engajamento para divulgação e disseminação da programação da *É-Paraná*. A média de seguidores das Redes Sociais, em 2017, foi de 38 mil curtidas, com alcance de 13.459.652 pessoas; o *site* da RTVE teve audiência de 529.209 usuários.
- Eventos - o Teatro Canal da Música recebeu eventos e promoveu atrações de música, dança, teatro e exposições, além de palestras e eventos, corporativos ou promovidos por órgãos municipais ou estaduais.
- Tecnologia e infraestrutura - coordenados pela Diretoria de Tecnologia, com apoio da Diretoria Administrativa-Financeira, merecem destaque: a) o início da execução do projeto executivo das novas instalações com implantação de laboratório técnico; b) o início da execução dos serviços de reparo e adaptações na estrutura interna da RTVE para instalação do novo sistema de transmissão digital; c) a conclusão dos serviços de impermeabilização da cobertura da sede da RTVE; d) a contratação dos serviços de adequação de parte do sistema de ar-condicionado; e) alterações no estúdio, com a montagem de novos cenários para apresentação dos jornais e programas, apoiadas em tecnologia *Video Wall*, que agregou modernidade e dinamismo aos programas; f) a montagem da estrutura técnica para transmissão dos programas da TV e Rádio durante a Operação Verão.
- Operação Verão - desenvolveu suas atividades na Operação Verão 2017 entre o dia 12 de janeiro até 03 de março, no balneário de Caiobá, em Matinhos; no local foi instalado um *container* utilizado como estúdio de TV e Rádio, transmitindo diariamente notícias das ações do governo e outras informações relevantes, como a previsão do tempo e cuidados com a saúde durante a temporada, destinação do lixo, cuidados com resíduos tóxicos e informações de utilidade pública. Em frente ao *container* foi montado um palco fixo, que recebeu atrações culturais e de lazer, promovidas pela RTVE e das Secretarias de Estado parceiras, tais como: a) a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo - que

dentre outras atividades promoveu o Desafio das Estrelas; b) o Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR) - com atividades educativas e de conscientização sobre responsabilidade no trânsito, além de posto do DETRAN Fácil; c) a Secretaria de Estado da Cultura - que promoveu apresentações culturais infantis sobre a importância do bom comportamento na direção; d) a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e o Instituto das Águas do Paraná que desenvolveram dentre outras, atividades sobre posse responsável de animais de estimação. A ação contou com o apoio da Casa Militar e apoio institucional da SANEPAR, COPEL, Secretaria de Estado da Saúde e demais entes do Governo do Estado.

11.5 E-Paraná Comunicação

O Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação visa atender ao interesse público e prover a comunidade com a criação, produção e distribuição de material audiovisual com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, conforme seus objetivos estatutários definidos.

Em 2017, deu continuidade ao seu processo de reestruturação, destacando-se: a) a aprovação do novo Plano de Cargos e Salários pelo Conselho de Controle de Empresas do Estado do Paraná (CCEE) e pelo Comitê de Política Salarial do Estado, sendo ratificado pelo Conselho da Administração, observando-se que se desincumbiu do Contrato de Gestão com a SECS com a realização do Teste Seletivo (Edital n.º 01/2017), cujas provas foram realizadas em outubro, com divulgação e início das admissões previstas para dezembro, tendo em vista que o plano de ação 2017 foi concluído. Há um novo plano de ação para a continuidade do Contrato de Gestão com a SECS para 2018, com a formação do quadro próprio da E-Paraná Comunicação.

Também devido à conclusão e convocação dos profissionais do teste seletivo, encontra-se em trâmite processo administrativo para a formalização de Contrato de Gestão entre a E-Paraná Comunicação e a Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE, tendo como objeto a prestação de serviços daquela entidade para esta.

A entidade tem como visão tornar-se referência para a comunicação pública praticada no Paraná, e como valores: Diálogo; Cidadania; Solidariedade; Compromisso Social; Colaboratividade; Inovação; Credibilidade e Transparência.

Como um Serviço Social Autônomo, de interesse coletivo, voltada ao interesse público, seu foco de atuação deve ser a Comunicação Pública: processos de comunicação voltados ao fomento da cidadania, da cultura e da educação, com base no interesse público e na viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e à expressão.

Secretaria da Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

12 Secretaria de Estado da Cultura

A Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), responsável pela implantação e gerenciamento das políticas culturais do Paraná, realiza projetos, estratégias e ações que reconhecem, valorizam, fomentam, incentivam, promovem, difundem e garantem a perpetuação dos bens culturais - materiais e imateriais do Estado.

O Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFICE) destinou R\$ 25,0 milhões para o biênio 2016-2017. Encontravam-se em execução 155 projetos dos 174 selecionados, até agosto, com mais de R\$ 21,0 milhões captados, dentre os quais se destacam: a) a 51ª edição do Festival de Música e Poesia de Paranaíba (FEMUP) - realizada a maior edição do festival, com representantes dos 26 Estados e do Distrito Federal (R\$ 226,0 mil); b) Tocadores - Encontro de Tradições - projeto inédito de promoção do folclore e culturas populares paranaenses realizado em abril, em Antonina, reuniu 26 grupos de música, dança, folclore, outras expressões tradicionais do Paraná, apresentações, cortejos, feira de artesanato, oficinas e exposições.

Em 2017, foram lançados sete editais pela SEEC, com investimento de R\$ 35,8 milhões em projetos que descentralizaram as ações culturais no Estado, garantindo o acesso à cultura nas suas mais variadas formas.

Em maio, foi aberto o segundo edital do PROFICE (Edital n.º 001/2017), com R\$ 30,3 milhões de recursos destinados a projetos culturais, que recebeu 1.198 projetos inscritos, um aumento de 70,0% em relação ao primeiro edital e de 16,7% no montante de recursos.

O edital de Produção e Distribuição de Obras Audiovisuais (Edital n.º 004/2017) destinou R\$ 3,8 milhões à produção de curtas e longas-metragens, telefilmes e projetos de distribuição de obras cinematográficas, com recursos provenientes do Tesouro e da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), por meio do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)/Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (PRODAV). Com inscrições realizadas de 18 de setembro a 25 de outubro, a produção das obras está prevista para iniciar em 2018, e têm o prazo de 12 a 36 meses para conclusão, conforme a categoria.

Outros editais, lançados em 2017, trabalharam com produções prontas para circulação: a) Domingo tem Teatro (Edital n.º 002/2017) - em sua terceira edição, foi ampliado e levado a municípios de até 50 mil habitantes, com 80 apresentações e R\$ 320,0 mil investidos; o ingresso para assistir aos espetáculos foi um brinquedo novo ou em bom estado para doação à PROVOPAR Estadual; b) Prêmio Arte Paraná - duas edições (Editais n.º 003/2017 e n.º 005/2017), que somaram R\$ 790,0 mil investidos. O Edital n.º 003/2017 contemplou 25 projetos: cinco de circo, quatro de dança, seis de música e 10 projetos de teatro, com 100 apresentações realizadas em municípios de até 50 mil habitantes, nas oito macrorregiões histórico-culturais do Estado. A 3ª Edição do Arte

Paraná (Edital n.º 005/2017) foi dedicada à cultura tradicional e popular, com categorias pré-definidas de Congada da Lapa, Fandango, Folias e Hip Hop, com 26 apresentações nos municípios com mais de 100 mil habitantes, para tornar conhecidas as expressões culturais populares paranaenses fora de seus redutos, muitas vezes concentrados em regiões específicas do Estado.

A SEEC desenvolveu dois projetos com a temática de Educação no Trânsito em parceria com o Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN-PR: Arte Urbana - Respeito no Trânsito e Viradinha Cultural Paraná 2018. A Viradinha Cultural Paraná 2018 (Edital n.º 007/2017), selecionou 20 projetos de circo, contação de histórias e teatro para crianças e adolescentes, que serão apresentados na segunda edição do evento, no Balneário Caiobá, em Matinhos, no Verão Paraná do Governo do Estado, (R\$ 90,0 mil). O projeto Arte Urbana - Respeito no Trânsito, realizado em dezembro, foi uma ação de arte-educação que coloriu com arte grafite toda a extensão do muro da instituição situado na Avenida Victor Ferreira do Amaral, no bairro Tarumã, em Curitiba, e promoveu oficinas de grafite a jovens em situação de vulnerabilidade social. As propostas reproduzidas nos 160 metros de muro do DETRAN-PR abordam temas ligados à educação no trânsito, e foram selecionadas por meio do Edital n.º 006/2017. Na data da entrega do muro, dia 17 de dezembro, foi realizada uma confraternização, com pista *half pipe* para prática de esportes radicais, apresentação de *Hip Hop* e *DJ*.

Dando continuidade ao trabalho de consolidar a institucionalização da cultura no Paraná, o Plano Estadual de Cultura do Paraná (PEC-PR), que norteará as políticas públicas da cultura para os próximos 10 anos, foi sancionado em setembro (Lei n.º 19.135/2017). A SEEC publicou no último trimestre de 2017 uma cartilha sobre a criação do Plano Estadual de Cultura do Paraná (PEC-PR) com as diretrizes, metas e ações, contendo a redação completa da referida Lei.

Em 2017, três órgãos colegiados da SEEC passaram por processo de seleção de novos membros: a) Conselho Estadual da Cultura (CONSEC) - composto paritariamente por 36 representantes da sociedade civil e do poder público, que tem por finalidade promover a participação da sociedade na formulação das políticas públicas de cultura do Paraná; b) Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná (CEPHA) - renovado com a posse da gestão 2017-2019, que tem como atribuição auxiliar na formação, acompanhamento e avaliação da política relativa ao patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná, composta por 10 membros efetivos e 10 membros consultores de notório reconhecimento nas áreas do patrimônio natural, histórico e artístico; c) Comissão do PROFICE (CPROFICE) - conta com 21 membros e é responsável por elaborar os editais do PROFICE, aprovar os projetos selecionados pelas comissões técnicas, indicar os membros para compor as comissões e homologar o resultado final dos editais.

Foi lançado o programa DiversidArte, que tem por objetivo incentivar e promover ações afirmativas e inclusivas, que contribuam para o fim de todo tipo de discriminação. Ao

reconhecer e valorizar os grupos de culturas populares, imigrantes e aqueles historicamente discriminados (população negra, os povos de terreiro, ciganos, indígenas, quilombolas, faxinalenses, LGBTQs, movimentos de rua e idosos), suas identidades e saberes são defendidos, garantindo o fortalecimento e a inserção destes grupos nas políticas públicas culturais, viabilizando a criação, a produção, a difusão e a fruição cultural. Resultado da participação da SEEC em diferentes conselhos de proteção e defesa de direitos, o programa atende às metas do (PEC-PR); suas ações vão desde exposições itinerantes, que enaltecem a cultura paranaense, a projetos que contribuem com a acessibilidade aos portadores de deficiência. Para fortalecer as ações de conscientização, foi criado um calendário cultural que enaltece e valoriza esses grupos.

Em março, o Mês da Mulher - Reconhecer é empoderar contou com atividades como exposições, visita mediada, mesa-redonda e *workshop* e envolveu vários espaços da SEEC, com a proposta de promover discussões a respeito do papel da mulher na sociedade, apresentar sua força e seu trabalho na área cultural, e exaltar suas obras e conquistas.

Em abril, o destaque na programação foram os povos indígenas, com discussões acerca de sua representatividade na sociedade. O Museu Paranaense promoveu o Mês do Índio, com apresentações e vivências dos integrantes do povo Fulni-ô, do interior de Pernambuco, e recebeu diversos escolares, por meio do agendamento de visitas mediadas. No Dia do Índio foi aberta a exposição A Arte de Daniel Conrade: Povos Indígenas e Natureza em que os visitantes puderam conferir as pinturas do artista, que registrou os povos indígenas e a vegetação e a fauna da Mata Atlântica.

No Mês da Consciência Negra, em novembro, celebrou os povos afrodescendentes do Paraná com o objetivo de despertar a reflexão sobre a população negra no Estado. A programação foi definida com o auxílio do Conselho Estadual da Cultura (CONSEC), da SEEC, do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR), da Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU) e com a colaboração da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foram realizadas apresentações musicais, bate-papos, conferências, exibição de filmes, exposições, oficinas, palestras, peças teatrais, rodas de capoeira e maracatu e seminário. As atividades aconteceram em Curitiba, Colombo, Cruzeiro do Oeste, Lapa, Maringá, Mato Rico, Nova Esperança, Porecatu e Uraí. Os municípios de Campina Grande do Sul, Lapa e Paranaguá receberam a exposição itinerante Negros no Paraná - Aspectos da Cultura Negra no Estado, que integram o programa DiversidArte.

A acessibilidade é outro princípio norteador do DiversidArte. Nesse contexto, em maio, o Museu Oscar Niemeyer (MON) lançou o MON para todos, desenvolvido com o patrocínio do Programa CAIXA de Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro, destinado a pessoas com cegueira ou baixa-visão. As esculturas de grandes dimensões são apresentadas em miniatura na galeria de réplicas táteis. Com indicações do piso podotátil e descrições do audioguia, o visitante é convidado a descobrir a arquitetura do MON e a

conhecer de forma detalhada as obras expostas no Pátio das Esculturas. O programa inclui ainda a realização de oficinas artísticas para grupos de pessoas com deficiências visuais.

O Museu Paranaense (MP) e a Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM), com apoio da UFPR, investiram na capacitação dos colaboradores dos museus e equipamentos da SEEC na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) por meio de oficinas e palestras. Essa ação serviu de base para a implementação da linguagem ao audioguia, disponível no *site* do museu, ampliando sua acessibilidade.

A Seção Braille da Biblioteca Pública do Paraná, em atividade desde 1974, referência no atendimento a pessoas com deficiência visual no Brasil, é um espaço aberto à prestação de serviços culturais e educacionais que visam o desenvolvimento e a formação das pessoas com deficiência visual, presta atendimento e orientação aos usuários no acesso à informação e à leitura por meio de dispositivos especializados, como o livro falado, o livro digitalizado e o livro em Sistema Braille. Desenvolveu diversas atividades orientando sobre a melhor maneira de proceder quando se convive com pessoas com deficiência visual em empresas e outras instituições, com destaque ao projeto Aprendendo a ver, ouvindo; lançou a Cartilha Informativa na Área de Deficiência Visual, elaborada em parceria com o Instituto Paranaense de Cegos (IPC), que traz orientações de convivência com pessoas com deficiência visual; expôs na BPP a mostra fotográfica Te empresto meus olhos, resultado da Oficina de Fotografia para Pessoas com Deficiência Visual, promovida há três anos.

Visando a valorização do público da terceira idade (meta do DiversidArte), desenvolveu ações específicas como Arte para Maiores, do MON, voltado à iniciação do público com mais de 60 anos às atividades artísticas por meio de minicursos de sensibilização para a arte, mediações, oficinas artísticas e atividades de criatividade. Em 2017, realizou dois encontros mensais, além de sessões agendadas por grupos da terceira idade de universidades e demais instituições de atendimento a idosos. Realizado desde 2014, o programa recebeu o Prêmio de Modernização de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Outro exemplo é a Sessão Sabedoria, promovida pelo Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR) com apoio do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI), que realiza a exibição comentada de filmes, uma vez ao mês, no Auditório Brasília Itiberê, em Curitiba, com o objetivo de estimular intelectualmente a terceira idade e abrir um canal para a expressão de suas ideias.

Na área do incentivo ao livro, leitura e literatura, a SEEC promoveu a segunda edição do Mês da Literatura do Paraná no período de 24 de agosto a 29 de setembro. A abertura foi realizada no Teatro Calil Haddad, em Maringá, com o *show* Leminskanções, em homenagem ao poeta Paulo Leminski, com cerca de 300 espectadores. Com a Caravana Literária, organizada em parceria com a Biblioteca Pública do Paraná (BPP), 20 autores paranaenses e nacionais percorreram 35 municípios do Estado com oficinas e palestras. Cada autor visitou entre duas e três cidades e durante os encontros falaram sobre suas próprias obras, abordaram os temas de incentivo à leitura e a formação de leitores. O

encerramento das atividades levou a exposição Palavras do Paraná, que apresenta um pouco do universo da literatura paranaense por meio de 11 autores do Estado, à Feira Iратиense Estudantil do Livro (FIEL). No total, as atividades beneficiaram aproximadamente 2.500 pessoas.

A Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM), responsável por promover a articulação entre os espaços expositivos da SEEC e desenvolver programas de assessoria técnica na área da museologia, registrou até outubro 387.740 visitantes em 102 exposições nos museus Alfredo Andersen, de Arte Contemporânea do Paraná, da Imagem e do Som do Paraná, Oscar Niemeyer, Paranaense, e no Centro Juvenil de Artes Plásticas. Realizou exposição itinerante nos municípios de Arapongas, Araucária, Foz do Iguaçu, Londrina e Prudentópolis. A COSEM, em parceria entre a SEEC e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), desenvolveu o sistema *Pergamum* Museus para catalogação e gestão de acervos museológicos, onde estavam catalogados até outubro, cerca de 194 mil objetos (de 2017). Mantém ainda, atividades de apoio técnico e capacitação técnica, atendendo demandas específicas de cada município, garantindo a qualidade e a continuidade das ações museológicas e museográficas. realizou treinamento, apoio e orientação aos técnicos museológicos de Arapotí, Curitiba, Londrina, Museu Tingui-Cuera (Araucária), São José dos Pinhais, Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

A Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) é responsável pelos assuntos relativos à preservação do patrimônio arqueológico, histórico, artístico e natural do Paraná, além dos bens culturais de natureza imaterial do Estado. Atuou na fiscalização, orientação técnica, análise e/ou aprovação de projetos em sete áreas tombadas, em nove bens tombados individualmente e acompanhou a execução de obras em oito bens tombados individualmente. Elaborou termos de referência, prestou assessoramento para a elaboração de laudos fitossanitários de árvores tombadas e orientação a proprietários de imóveis tombados, situados em áreas tombadas ou em áreas em processo de tombamento. Prestou assessoria técnica, em 25 municípios, referente à gestão de bens tombados e criação de Leis Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural.

12.1 Administração Indireta

12.1.1 Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG)

O CCTG tem por finalidade promover o desenvolvimento das artes cênicas, da música, da dança e a apresentação de espetáculos artístico-culturais. Em março foram exonerados 23 bailarinos do Balé Teatro Guaíra (BTG) e 27 músicos da Orquestra Sinfônica do Paraná (OSP) que ocupavam cargos comissionados de natureza artística, pois a lei que criou tais cargos foi declarada inconstitucional. O Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ

(Lei n.º 18.381/2014) instituído com a finalidade de desenvolver e fomentar atividades dirigidas à produção de espetáculos, bem como a prestação de serviços relacionados às expressões artísticas e culturais, realizou a contratação dos bailarinos via Processo Seletivo Simplificado (PSS) e o BTG voltou às atividades em agosto. Os 50 músicos estatutários permaneceram em atividade, e realizaram os concertos da OSP programados no projeto Teatro Guaíra Dança e Música Para Todos, em cidades da Região Metropolitana de Curitiba e o PSS para contratação dos músicos para completar a OSP encontra-se em andamento.

O CCTG realizou até o início de setembro, por meio do Balé Teatro Guaíra, da Orquestra Sinfônica do Paraná, do G2 Cia de Dança, da Escola de Dança Teatro Guaíra e do Festival Espetacular de Teatro de Bonecos, 300 apresentações para um público de 32.889 pessoas, em 22 municípios do Paraná e dois de Santa Catarina. Além de suas próprias produções, viabilizou a realização de 460 apresentações de espetáculos e eventos de produções locais, nacionais e internacionais dos mais variados gêneros artísticos em seus três auditórios (Guairão, Guairinha e Miniauditório) e no Teatro José Maria Santos para um público total 186.650 espectadores.

12.1.2 Biblioteca Pública do Paraná (BPP)

A Biblioteca Pública do Paraná completou 160 anos em 2017 e a primeira etapa da modernização de sua sede, localizada em Curitiba, foi entregue em março. O projeto, concebido pelo arquiteto Manoel Coelho e viabilizado com recursos do Instituto Renault, incluiu a revitalização do auditório, *hall* do segundo andar, banheiros, a seção de empréstimos, que foi remanejada para dar lugar a um café, além de novo mobiliário. A empresa investiu R\$ 2,1 milhões nesta primeira fase de obras e outros R\$ 2,5 milhões estão previstos para a segunda etapa do projeto.

Além da entrega da obra, a programação especial teve a abertura da exposição Retrato de um Artista, com ilustrações publicadas no jornal *Cândido*; palestra com escritor e diretor da Biblioteca Nacional da Argentina e reinauguração do auditório em que se realizou um bate-papo com um escritor, jornalista e biógrafo brasileiro. Na programação anual, destacam-se:

- Festa Literária da Biblioteca (FLIBI) - realizada em outubro, é a primeira festa literária realizada por uma biblioteca brasileira e teve a participação de mais de 20 escritores do Paraná e de outros Estados em palestras, mesas e lançamentos de livros. Na programação contou com apresentações musicais e de teatro, contação de histórias, projeção de filmes, cursos e oficinas também na programação.
- Música na Biblioteca - foram realizadas 20 edições do projeto, que incentiva e dá visibilidade a cantores e compositores locais de gêneros musicais que variam do erudito ao *jazz* e MPB.

- Um Escritor na Biblioteca - realizados nove encontros em formato de bate-papos, com autores brasileiros do Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Os autores discutiram sobre bibliotecas e livros, sempre com a presença de um mediador.
- Oficinas de Criação Literária e Ilustração - o projeto traz alguns dos mais importantes escritores da atual cena literária; no ano foram oito cursos de contos, crônicas, ilustração, narrativas, poesia, romance e tradução, com 240 inscritos.
- Uma noite na Biblioteca - foram realizadas duas edições do projeto, uma delas na Biblioteca Mário Lobo, em Paranaguá. O projeto leva crianças de 7 a 13 anos para uma divertida noite na biblioteca, com média de 50 crianças por edição. As atividades iniciam às 18:00 do sábado e acabam na manhã de domingo.
- Coral Cantateca - atividade cultural oferecida à comunidade, que alia o estudo da música a textos de autores da literatura brasileira. Composto por 25 crianças de 7 a 16 anos, o coral é coordenado por uma musicoterapeuta e violinista e por uma pianista, com orientação de uma pedagoga.
- Jornal Cândido - em 2017, completou seis anos com a publicação de 12 edições, de publicação mensal com textos sobre grandes nomes da literatura nacional e mundial, matérias sobre o mercado editorial, perfis e inéditos - contos, crônicas e poemas, dá visibilidade à literatura paranaense, resgatando autores do passado e promovendo nomes do presente.
- Biblioteca Paraná - selo editorial da BPP lançou a caixa de caricaturas Retrato de um Artista, o livro de contos 15 Formas Breves e a HQ Experimentais. Outros cinco títulos estão previstos até o fim de 2017.
- Revista Helena - após três anos fora de circulação, a publicação trimestral da SEEC e BPP, voltou reformulada, com novo formato, ensaios de fôlego e mais conteúdo de âmbito nacional (assinado por colaboradores de diferentes regiões do Brasil), com duas edições publicadas em 2017.
- Novos livros - no primeiro semestre, a BPP disponibilizou para empréstimo dois mil novos livros, com 500 exemplares destinados ao projeto Caixa Estante.
- Projeto Aventuras - voltados ao público infantil, busca a interação entre artistas e público. Até setembro, foram realizadas nove edições do projeto Aventuras Literárias e uma edição do projeto Aventuras Teatrais.

Secretaria do Desenvolvimento Urbano



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

13 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) tem como missão definir as políticas, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional, incluindo as aglomerações urbanas do meio rural, além de integrar os municípios, a fim de ordenar o pleno desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar dos habitantes.

13.1 Administração Direta

- Convênios - deu continuidade aos convênios celebrados em anos anteriores, com diversos municípios do Estado para repasse de recursos destinados à execução de obras de infraestrutura urbana, incluindo as do Programa Calçadas Paraná, aquisição de equipamentos e imóveis e execução de planos diretores.
- Programa de Apoio aos Municípios (PAM 2013/2014/2016/2017) - foram desenvolvidas as seguintes atividades necessárias à implementação do Programa: a) 483 Planos de Trabalho para elaboração de Convênios; b) 36 Planos de Trabalho para a elaboração de aditivos de Convênios (contrapartida municipal); c) 483 Minutas de Convênios elaborados; d) 219 Minutas de Aditivos e Convênios (vigência, dotação orçamentária e alteração de cláusula) elaborados; e) 35 Minutas de Aditivos de Convênios (contrapartida municipal) elaborados; f) elaboração e publicação de termos aditivos aos instrumentos; g) guarda e armazenamento de 17,2 gigabyte, em formato PDF, dos processos gerados para a elaboração dos convênios. Foram realizadas outras atividades correlatas tais como: análise, complementação de documentos técnicos para embasarem a elaboração dos aditivos aos convênios; organização e guarda dos processos físicos dos convênios e aditivos de convênios afetos ao PAM; gerenciamento das informações relativas ao PAM; elaboração de Pareceres Técnicos em apoio às ações do PAM 2013/2014/2016; apoio à definição de procedimentos para a implementação da fase 02 do PAM 2017, em atendimento ao Decreto n.º 8.332/2017.
- Apoio ao Núcleo de Controle Interno - realizou o registro de dados dos convênios PAM no Sistema Integrado de Transferências (SIT) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e prestou apoio ao Núcleo de Controle Interno na complementação de documentos para a inclusão dos convênios, planos de trabalho e demais documentos necessários às avaliações do Programa no SIT.
- Participação em diversos Grupos de Trabalhos (GTs) de outras Secretarias e/ou entidades estaduais tais como: a) GT da Agenda 21, coordenado pela

- SEMA; b) Grupo de Mobilidade Urbana - CONCICLO, coordenado pela SEMA;
- c) GT de Revitalização do Rio Iguaçu - Ações na Bacia do Rio Iguaçu, coordenado pela Casa Civil; d) participação na seleção de empresas no certame promovido pelo Estado, com apoio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) para a elaboração do Plano Metropolitano do Eixo Norte do Paraná (METRONOR).
- Estatuto da Metrópole (Lei Federal n.º 13.089/2015): a) discussões para elaboração do documento Referências para a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional/2017 do Paraná, bem acompanhamento do projeto de arte gráfica e edição final do texto para sua publicação; b) proposição de Minutas de Leis para adequação das Regiões Metropolitanas de Cascavel, Maringá e Londrina e a extinção das Regiões Metropolitanas de Toledo, Umuarama, Paranavaí e Campo Mourão; c) gestão junto às equipes das Coordenações das Regiões Metropolitanas de Londrina, Maringá e Cascavel com o levantamento da situação das estruturas existentes, de forma a adequá-las ao exigido pelo Estatuto da Metrópole; d) proposta de desenho das novas estruturas operacionais para as coordenações de Regiões Metropolitanas de Cascavel, Londrina e Maringá; e) Termo de Referência para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano e Integrado (PDUIs) para as Regiões Metropolitanas de Londrina, Maringá e Cascavel; f) apoio técnico à elaboração do Edital de Licitação para contratação de empresas de consultoria visando a elaboração dos PDUIs das Regiões Metropolitanas de Londrina, Maringá e Cascavel; em dezembro, correu o prazo para a finalização da classificação das empresas vencedoras do certame licitatório; g) início dos trabalhos de acompanhamento do projeto de quatro anos proposto pelo ICLEI - *Local Governments for Sustainability*, denominado *Integrated Subnational and action for Biodiversity* (INTERACT-BIO) para a Região Metropolitana de Londrina; h) elaboração de Pareceres Técnicos em subsídio aos questionamentos sobre ações de Planejamento Urbano e Regional junto à SEDU; i) participação no Seminário Regional Estatuto das Metrôpoles e Serviços Públicos Consorciados, organizado pela Coordenadoria da Região Metropolitana de Maringá (COMEM); j) participação em reuniões e debates para a construção de marcos regulatórios visando à implantação do Estatuto da Metrópole e buscando esclarecer sobre as ações realizadas para sua implementação, inclusive à comunidade local e política.
 - Capacitações - prestou apoio ao PARANACIDADE nas capacitações realizando a divulgação das reuniões aos municípios indicados, a disponibilização do *link* para realizar as inscrições dos servidores no *site*, o controle do cadastro das inscrições, a emissão de lista de presença e a confecção e a emissão de certificados aos participantes, nos cursos: a) Instrumentos de Planejamento para

Gestão Pública, Plano Diretor Municipal (PDM), Gestão Democrática, Plano de Ação e Investimentos (PAI) e Paraná Interativo - 04 turmas, carga horária de 06 horas, com 212 participantes de 110 municípios; b) Obras Públicas - procedimentos técnicos para elaboração de projetos e monitoramento de obras públicas - Projetos, Fiscalização, Medição - 04 turmas, carga horária de 06 horas, com 165 participantes de 110 municípios; c) Operações de Crédito - procedimentos técnicos para elaboração dos documentos de pleitos de operações de crédito - 04 turmas, carga horária de 06 horas, com 148 participantes de 110 municípios; d) Processos licitatórios - procedimentos técnicos para elaboração e montagem dos processos licitatórios - 04 turmas, carga horária de 06 horas, com 143 participantes de 110 municípios; e) Contribuição de Melhoria - 01 turma, carga horária de 08 horas, com 09 participantes de um município; f) Plano Diretor Municipal (PDM) e Perímetro Urbano - 02 turmas, carga horária de 04 horas, com 33 participantes de 33 municípios; g) Encontros para prefeitos e técnicos municipais sobre programas e projetos do PARANACIDADE - 02 turmas, carga horária de 04 horas, com 231 participantes de 68 municípios; h) Formação de preço do tributo - contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - 04 turmas, carga horária de 08 horas, com 78 participantes de 32 municípios.

- Deu continuidade ao desenvolvimento do Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo, com as ações operacionais desencadeadas pelo PARANACIDADE.
- A SEDU possui representantes em conselhos, grupos de trabalhos, câmaras técnicas, comissões e assembléias, com participações em reuniões durante o ano.
- Realização da 6ª Conferência Estadual das Cidades, em Foz do Iguaçu, como instrumento no processo de democratização da participação social sobre temas e ações de Governo.

13.2 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC)

A COMEC é responsável pelo planejamento e gestão do desenvolvimento integrado de 29 municípios que a compõe.

Principais ações de Proteção, Conservação e Preservação do Meio Ambiente Regional:

- Elaboradas: a) minuta de alteração do Decreto Estadual n.º 745/2015, com a proposta de regulamentação do Ordenamento Territorial das Áreas de Mananciais da RMC que norteará as legislações municipais e os projetos de parcelamento do solo e condomínios horizontais e verticais das áreas urbanas dos municípios situados em áreas de mananciais da RMC; b) minuta de alteração do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Estadual do Passaúna; c) minuta

de alteração do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Estadual do Piraquara; d) minuta de alteração do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Estadual do Verde; e) roteiro para elaboração de Laudos Geológicos-Geotécnicos, a serem exigidos para projetos de empreendimentos localizados na região do Aquífero Karst na RMC, nas fases de anuência prévia pelo Órgão Metropolitano e de licenciamento ambiental prévio pelo Órgão Ambiental do Estado do Paraná, que foi recomendado pela Câmara Técnica do Karst, conforme Deliberação n.º 01/2017 e Resolução n.º 04/2017, de 25/05/17 do Conselho Gestor dos Mananciais da RMC.

- PAC 2 - Drenagem - encontram-se em desenvolvimento os projetos básico e executivo de 04 parques metropolitanos: Parques Ambiental Piraquara (Piraquara), Ambiental Itaquí (São José dos Pinhais), Metropolitano do Iguaçu (Piraquara e São José dos Pinhais) e Natural do Iguaçu (Araucária), com recursos a fundo perdido da União.
- Participação em Conselhos, Comitês, Câmaras e Grupos de Trabalho.

Principais ações de Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico:

- Atuou na orientação e acompanhamento dos Planos Diretores dos municípios da RMC, para que estejam em consonância com as diretrizes estaduais. A COMEC Acompanhou a elaboração do Plano Diretor de Tijucas do Sul, Campo Largo e Piên, junto ao Conselho Gestor dos Mananciais.
- Elaboração de legislação da COMEC para adequação ao Estatuto da Metrópole.
- Reuniões na COMEC para discussões sobre a elaboração de termo de referência para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMC, cuja proposta está em andamento.
- Análise do sistema viário metropolitano para verificar o atendimento nos processos de parcelamento, condomínios, indústrias e atividades que necessitem acesso e gerem tráfego metropolitano, em cumprimento ao estabelecido na Câmara Técnica do Sistema Viário Metropolitano.
- Câmara Técnica do Sistema Viário da RMC, instância colegiada de deliberação técnica, de caráter consultivo, promove a gestão integrada do conjunto de vias de interesse comum dos municípios metropolitanos.
- Controle do Uso e da Ocupação do Solo da RMC - analisa os projetos de parcelamento do solo (loteamentos e subdivisões) em áreas urbanas; faz consulta prévia à implantação de indústrias e/ou empreendimentos imobiliários/condomínios, como parte do processo de licenciamento ambiental estadual; participa de regularizações de loteamentos; analisa processos de indenização; orienta os municípios nos procedimentos de parcelamento do solo; realiza vistorias técnicas.

- Sistema de Informações Metropolitanas - desenvolve atividades na área de geoprocessamento para subsidiar o planejamento, bem como colaborar com o planejamento dos municípios, com destaque para: a) revisão e organização em base de dados espacial de desapropriações promovidas pela COMEC; b) localização de processos de áreas usucapiendas na RMC; c) análise de processos de usucapião em resposta às solicitações da PGE via SEAP; d) apoio na preparação de base de dados para o planejamento da RMC; e) informações de projetos de desapropriações; f) fornecimento de dados digitais para instituições de ensino e órgãos públicos; g) apoio no georreferenciamento de informações municipais.
- Participa na composição do Conselho Estadual das Cidades, como membro conselheiro suplente do segmento poder público estadual, nas discussões sobre a política urbana, realizando o controle social, em conjunto com outros segmentos sociais na elaboração da política urbana estadual e federal.
- Utilização do Turismo Regional Metropolitanas como alavancador de atividades que promovam o Desenvolvimento Econômico da Região Metropolitana de Curitiba - integra, desde 2016, o Conselho Paranaense de Turismo, atuando na promoção do desenvolvimento do turismo regional; participou da elaboração do Plano Paraná Turístico 2026; na capacitação de profissionais do turismo regional por meio da Paraná Turismo; integra o grupo de técnico de turismo do Programa Pró-Metrópole.

Na Gestão do Transporte Coletivo Metropolitanas, a COMEC assumiu integralmente a operação do sistema metropolitanas envolvendo o transporte de aproximadamente sete milhões de passageiros por mês, com frota de 900 veículos operada por dezoito empresas permissionárias. No período manteve-se o subsídio, pelo Governo do Estado, para equilíbrio tarifário.

- Foi firmado um protocolo de intenções entre o Governo do Estado, a SEDU, a COMEC e a Urbanização do município de Curitiba (URBS), do município de Curitiba, para os estudos técnicos, referentes aos arranjos operacionais, bem como estudos de viabilidade econômico-financeira, para a implantação de um novo sistema metropolitanas integrado de transporte coletivo.

Na Gestão Financeira do Orçamento, até novembro, do total aprovado para 2017 de R\$ 170,0 milhões, após contingenciamento, foram liberados R\$ 104,9 milhões, tendo sido pagos R\$ 56,6 milhões restando R\$ 48,3 milhões como saldo a pagar.

13.3 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Tem por missão fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado, relacionados necessariamente ao desenvolvimento regional, urbano e institucional dos municípios e administrar recursos provenientes de fundos financeiros públicos, destinados ao desenvolvimento urbano, regional e institucional, em especial o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano (FDU).

- Ações Administrativas - no âmbito de infraestrutura foi realizada confecção de totens para comunicação visual nos Escritórios Regionais; no que se refere à Tecnologia da Informação, reformou os módulos Pedido de Liberação e Convênio (Sistema SAM), a HACKATHON - 2017- maratona de desenvolvimento com desafios da Administração Pública e adquiriu dois novos servidores (lâminas) para a BLADE; e no âmbito financeiro, realizou a operacionalização do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano (FDU)/Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM) com 70 contratos firmados, com valor de R\$ 155,5 milhões.
- Ações Operacionais - para o fortalecimento e desenvolvimento municipal, realizou capacitação de servidores municipais em plano diretor municipal, perímetro urbano, zona de expansão urbana e zonas de urbanização específica, Iluminação Pública - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP) e otimização da receita própria dos municípios; Sistema SEDU/PARANACIDADE Interativo; oferta de cursos na modalidade a distância, utilizando a plataforma do TECPAR Educação; fortalecimento de Núcleos Municipais de Planejamento (NUMPLAN); elaboração de Indicador PARANACIDADE de Desenvolvimento Urbano no Paraná (IPDU).

QUADRO 3 - RESUMO FÍSICO FINANCEIRO - JANEIRO A NOVEMBRO DE 2017

RESUMO FÍSICO - FINANCEIRO	INVESTIMENTO TOTAL R\$	MEDIDO JAN/2017 A NOV/2017	Nº DE AÇÕES	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
Programa de Auxílio aos Municípios	113.351,90	-	1	1
Auxílio aos Municípios – SEDU	66.103.173,17	34.480.597,75	111	75
Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PAM)	16.751.077,95	5.478.144,46	56	52
PAM - 2017	141.365.660,27	873.900,00	402	211
Projeto Calçadas Paraná	1.062.021,04	437.727,62	4	4
Unidade de Atenção Primária - Saúde da Família 3 Edifícios**	1.159.948,65	37.992,22	3**	3
Centros da Juventude (SECJ) 1 Edifício***	1.949.734,23	-	1***	1
Paraná Urbano (Sistema Financ. Ações Munic.)	554.071.369,35	147.200.944,89	406	181
BRDE Municípios	53.763.337,79	32.797.796,20	37	8
PRÓTRANSPORTE/FGTS BRDE	5.983.128,86	607.689,03	1	1
PRÓTRANSPORTE/FGTS Fomento Paraná	23.413.697,49	9.908.224,70	4	2
PMAT AUTOMÁTICO - Fomento Paraná	2.380.000,00	1.613.042,58	1	1
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	868.116.500,70	233.436.059,45	1.027	311

FORNE: PARANACIDADE

- Implementação de Programas - assinatura de Contrato de Empréstimo para: Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de infraestrutura Municipal - Paraná Urbano III (em andamento); Programa BRDE Municípios - supervisão (montante envolvido no Programa R\$ 60,0 milhões); Programa BRDE FGTS - supervisão (montante envolvido no Programa R\$ 6,0 milhões); Programa Fomento Paraná FGTS - supervisão (montante envolvido no Programa R\$ 30,0 milhões).
- Programa Paraná Urbano - Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM): financiamento de 406 ações, em 181 municípios, no valor total de investimentos de aproximadamente R\$ 554,1 milhões, de janeiro a novembro/2017, conforme demonstrado no quadro 4.

QUADRO 4 - Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM)

PARANÁ URBANO (Sistema Financ. Ações Munic.)	Nº de Ações	Nº de Municípios atendidos	Total (R\$)	Medido R\$	Quant.	Unidade
				JAN/2017 a NOV/2017		
Pavimentação Asfáltica	120	80	254.989.803,58	82.047.967,37	263	km de Ruas
Recape Asfáltico	70	49	127.091.152,42	21.503.439,94	311,1	km de Ruas
Sextavada	14	9	12.761.597,33	4.252.251,10	23,09	km de Ruas
Pavimentação – Pedra Regular e Bloket	10	9	11.198.473,99	4.260.913,36	11,97	km de Ruas
Aquisição de Terrenos	2	2	2.110.041,39	1.530.298,27	2	Unidades
Urbanização de Vias Urbanas	11	10	14.453.154,21	3.180.957,15	20,05	km de Ruas
Parque	3	3	2.694.271,52	257.878,60	3	Unidades
Barrações Industriais	2	2	3.223.914,75	970.571,82	2	Edifícios
Ginásio de Esportes	2	2	8.303.667,13	0	2	Edifícios
Ginásio de Esportes – Reforma	3	3	5.177.468,57	1.747.265,79	3	Edifícios
Escolas Municipais	1	1	618.976,88	411.309,20	1	Edifícios
Escolas Municipais – Reforma	2	2	716.741,50	377.223,52	2	Edifícios
Escolas Municipais – SEED	2	2	5.799.445,08	1.108.254,31	2	Edifícios
Hospitais – Reforma	1	1	629.622,80	101.691,74	1	Edifícios
Postos de Saúde	2	2	5.209.961,90	2.239.310,58	2	Edifícios
Quadra de Esportes	5	1	1.136.945,12	502.960,84	5	Edifícios
Quadra de Esportes – Reforma	1	1	422.525,32	129.746,97	1	Edifícios
Complexo Esportivo	1	1	3.225.255,86	0	1	Edifícios
Praça	7	5	7.944.334,11	4.278.946,74	7	Unidades
Terminal de Transporte	2	2	18.500.349,31	1.207.243,23	2	Edifícios
Terminal de Transporte – Reforma	1	1	340.616,10	71.504,11	1	Edifícios
Paço Municipal	2	2	2.316.956,52	477.107,73	2	Edifícios
Paço Municipal – Reforma	2	2	2.630.586,99	549.438,38	2	Edifícios
Outras Edificações	8	8	3.870.534,64	2.539.478,57	8	Edifícios
Equipamento Rodoviário	108	45	46.270.433,69	10.337.245,02	146	Equipamentos
Veículos para Saúde/Educação	6	4	2.081.000,00	611.000,00	9	Veículos
Aterro Sanitário	1	1	1.444.594,30	200.335,57	17.664	m²
Outras Ações	17	11	8.908.944,34	2.306.604,98	17	Ações
GBAIS DO PARANÁ URBANO (SFM)	406	181	554.071.369,35	147.200.944,89	406	Ações

- FOMENTO PARANÁ/STN - autorizado cerca de R\$ 783,7 milhões de novas ações, em 330 municípios, com R\$ 156,0 milhões contratados, R\$ 279,6 milhões em tramitação entre análise e contratação do financiamento e o restante em preparação de documentação.
- Programa BRDE Municípios - investiu, em 2017, cerca de R\$ 32,8 milhões de um valor total de R\$ 53,8 milhões, referentes a 37 ações em oito municípios, conforme demonstrado no quadro 5.

Quadro 5 - PROGRAMA BRDE MUNICÍPIOS - SUB-TOTAL INVESTIDO POR SUB-PROGRAMA

SUB-TOTAIS POR SUB-PROGRAMA	Nº DE AÇÕES	Nº DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	TOTAL (R\$)	MEDIDO R\$ JAN. A NOV DE 2017	QUANT.	UNIDADE
BRDE Municípios - Escolas Municipais	1	1	808.013,22	565.069,48	1	Edifícios
BRDE Municípios - Praça	7	2	6.541.091,73	3.380.936,68	7	Ações
BRDE Municípios - Quadra de Esportes	5	1	2.159.157,70	1.115.274,77	5	Ações
BRDE Municípios - Quadra de Esportes - Reforma	7	1	1.933.697,30	1.423.988,40	7	Ações
BRDE Municípios - Pavimentação Asfáltica	14	6	35.398.235,95	21.216.194,68	44	km de Ruas
BRDE Municípios - Urbanização	1	1	1.194.962,22	883.979,77	1,1	km de Ruas
BRDE Municípios - Recape	1	1	5.267.443,50	3.948.188,62	13,4	km de Ruas
BRDE Municípios - Outros	1	1	460.736,17	264.163,80	1	Ações
BRDE Municípios	37	8	53.73.337,79	32.797.796,20	37	Ações

- Programa PMAT Automático - financiamento de uma ação, em um município, com desembolso de R\$ 1,6 milhão do total de R\$ 2,4 milhões.
- Programa Pró-Transporte/FGTS - investimento de R\$ 10,5 milhões de um total de R\$ 29,4 milhões, distribuídos em cinco ações, em três municípios, conforme quadro 6.

QUADRO 6 - PROGRAMA PRÓ-TRANSPORTE/FGTS - SUB-TOTAL INVESTIDO POR SUB-PROGRAMA

SUB-TOTAIS POR SUB-PROGRAMA	Nº DE AÇÕES	Nº DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	TOTAL (R\$)	MEDIDO R\$ JAN. A NOV. DE 2017	QUANT.	UNIDADE
PRÓTRANSPORTE/FGTS BRDE - Pavimentação Asfáltica	1	1	5.983.128,86	607.689,03	8,4	km de Ruas
SUB-TOTAL INVESTIDO POR SUB-PROGRAMA	1	1	5.983.128,86	607.689,03	1	ações
PRÓTRANSPORTE/FGTS Fomento Paraná - Pavimentação Asfáltica	1	1	14.485.709,61	9.908.224,70	2,7	km de Ruas
PRÓTRANSPORTE/FGTS Fomento Paraná - Urbanização	3	1	8.927.987,88	-	9,7	km de Ruas
SUB-TOTAL PRÓTRANSPORTE/FGTS Fomento Paraná	4	2	23.413.697,49	9.908.224,70	4	ações

Secretaria da Educação



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

14 Secretaria de Estado da Educação

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) tem por objetivo a definição e a execução da política governamental no setor de educação básica e de educação profissional, visando à melhoria das condições de vida da população.

Compete à SEED adequar a oferta à demanda por escolaridade básica de forma prioritária e por escolaridade profissional, de acordo com a política governamental, de maneira autônoma ou em cooperação com os municípios, primando-se pela qualidade dos resultados. Os trabalhos desenvolvidos, por meio de seus departamentos e coordenações, sinalizam avanços alcançados e os compromissos com a educação, com a inclusão social e com o exercício da cidadania.

14.1 Superintendência de Educação (SUED)

Tem a função de administrar a política educacional do Estado, garantindo a formação de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino e atendendo às especificidades e diferenças culturais de cada local em busca de uma educação democrática no Paraná.

Objetiva estabelecer e organizar o trabalho pedagógico e administrativo do sistema de ensino no Estado, pautada nos seguintes princípios: defesa da educação como direito de todos os cidadãos; valorização dos profissionais da educação; garantia de escola pública de qualidade; atendimento à diversidade cultural e gestão escolar democrática, participativa e colegiada.

14.1.1 Gestão Educacional

Promoveu a reflexão sobre a gestão democrática, com a finalidade de contribuir com o processo de gestão das escolas, elaborando estratégias e metas no âmbito das funções educativas, articulando com as práticas docentes.

Ações realizadas:

- Buscou a redução do abandono escolar por meio do monitoramento dos registros de infrequência pelo Sistema Estadual da Rede de Proteção (SERP); da implantação e capacitação para utilização do Sistema em 27,3% (586 escolas) das escolas estaduais e 20 Conselhos Tutelares; de cadastro e acesso ao sistema para os equipamentos que fazem parte da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.
- Gestão em Foco - curso específico para gestores escolares: a) na modalidade educação à distância (EAD), ofertou nove módulos com conteúdos relacionados à gestão pública, democrática e inclusiva, para 3.500 Diretores e Diretores

Auxiliares das escolas estaduais; b) na etapa presencial ofertou palestras voltadas a gestão administrativa e pedagógica para 2.300 diretores.

- Caminhos Pedagógicos em Foco - formação específica para pedagogos na modalidade presencial a 95 coordenadores pedagógicos dos 32 Núcleos, que serão multiplicadores dos temas trabalhados em seus municípios, abordando avaliação, abandono escolar, diferenciação curricular e fortalecimento da gestão democrática. Os Caminhos Pedagógicos em Foco Descentralizados envolveram 4.843 pedagogos da rede estadual de 2.165 escolas.
- Prêmio Gestão Escolar Paraná 2017 - envolveu 14 Núcleos e premiou 42 escolas que se destacaram pela qualidade de ensino ofertada, inclusive pelas ações de enfrentamento ao abandono escolar com o total de R\$ 182,0 mil em recursos via fundo rotativo.
- Monitoramento e Atendimento ao Programa Bolsa Família em 3.500 escolas, orientando as Secretarias Municipais no trabalho técnico de acompanhamento da frequência escolar e inserção das famílias no referido programa.
- Programa Família Paranaense - com atendimento a 108.120 famílias, por meio de trabalho intersetorial de oito Secretarias Estaduais, priorizando acesso dessas pessoas aos serviços públicos. A SEED atendeu a 1.097 turmas e 28.578 estudantes em ampliação de jornada.
- Geração Atitude - programa envolvendo 120 escolas estaduais, voltado ao trabalho com adolescentes e jovens na discussão e na escrita de Projetos de Lei, bem como a integração entre promotores e comunidade escolar por meio de palestras.
- Parlamento Jovem Brasileiro - Projeto de Lei, desenvolvido por estudantes do Ensino Médio, com 54 projetos inscritos, sendo selecionados cinco projetos no Estado do Paraná, para participação na Jornada Parlamentar em Brasília.

14.1.2 Educação Especial

Nas políticas públicas para estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos a Secretaria desenvolveu as seguintes ações:

- Em fevereiro, foram firmadas 402 parcerias com entidades da Sociedade Civil Organizada que ofertam escolarização e atendimento educacional especializado para aproximadamente 42.000 estudantes com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento.
- Lançamento de ferramenta digital auxiliar no ensino e aprendizado em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Sinalário Disciplinar em Libras, disponibilizando mais de 300 vídeos conteúdos para treze disciplinas da Educação Básica.

- Realização de 144 bancas para avaliação e qualificações de proficiência para atuação como Tradutor Intérprete de Libras - Língua Portuguesa, com aprovação de 65 profissionais, e para atuação como Professores Bilíngues em Libras - Língua Portuguesa, com aprovação de 42 professores.
- Ações articuladas com a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social para a oferta de curso de Libras em EAD, por meio da Escola de Gestão, e para capacitação de aproximadamente 500 servidores públicos sobre a Política de Garantia dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- Atendimento pedagógico domiciliar a 340 estudantes e hospitalar para aproximadamente 7.048 estudantes, no período de internação nas 19 unidades parceiras com o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH) ofertado pela SEED/DEE.
- Realização de 15 cursos de formação continuada para as equipes de educação especial dos Núcleos Regionais de Educação e professores que atuam nas Escolas da Rede Estadual e parceiras totalizando 3.000 profissionais, bem como dois seminários que totalizaram a participação de 700 profissionais.
- Parcerias com Universidades Estaduais, Universidade Federal do Paraná, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Escola Superior da Polícia Civil para o desenvolvimento de pesquisas para o atendimento dos estudantes com deficiência e formação aos profissionais que atuam com os referidos estudantes.
- Processo de Estadualização da Escola CENTRAU para Escola Estadual Guilherme Eduardo Jacobucci.
- Criação do Centro de Atendimento Educacional Especializado Natalie Barraga - Área Surdez.

14.1.3 Educação Básica

Cabe à SEED as orientações pedagógicas aos Núcleos Regionais da educação (NREs) que assessoram diretamente as instituições de ensino das redes públicas e privada referentes à formulação, coordenação e execução da política educacional do Estado nas suas diferentes etapas e modalidades. Tem por objetivo o pleno desenvolvimento do educando, por meio da organização curricular, formação docente continuada aos profissionais da Educação Básica e também da produção de materiais pedagógicos. Principais ações realizadas:

- Formação continuada para: a) profissionais da Educação Básica para as 14 disciplinas que compõem as matrizes curriculares do Ensino Fundamental e Médio, pedagogos e agentes educacionais, atendendo cerca de 120 mil profissionais da educação; b) professores, diretores e técnicos pedagógicos dos

Núcleos Regionais da Educação que atendem as 18 instituições de ensino que ofertam Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI); c) técnicos pedagógicos dos 32 Núcleos Regionais da Educação que atuam com Educação Ambiental na Implementação da Política Estadual de Educação Ambiental com curso sobre o Programa Espaço Educador Sustentável da SEED, e para 160 profissionais da educação de Curitiba e Região Metropolitana, em parceria com a SANEPAR no Centro de Educação Ambiental Mananciais da Serra, em Piraquara.

- Implementação de ações de sustentabilidade ambiental em 437 Escolas Sustentáveis com envolvimento de 200 mil alunos.
- Educação Integral em Turno Único - ampliação da oferta em 16 instituições da rede pública estadual de ensino, totalizando: a) 14 instituições exclusivamente de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI); b) em 44 instituições exclusivamente de Ensino Fundamental (ETI); c) em 04 instituições com oferta de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral - Turno Único.
- Educação Integral em Turno Complementar - atendimento em 366 escolas, com diferentes programas e atividades de ampliação de jornada.
- Ofertou educação empreendedora em parceria com o SEBRAE, em 64 instituições de ensino da rede pública estadual, atendendo aos 32 Núcleos Regionais da Educação.
- Incentivou o esporte escolar com manutenção de 16 Núcleos de Vôlei em 2017, em parceria com a Secretaria de Esporte e o Instituto Compartilhar.
- Realização do 64º Jogos Escolares do Paraná com a participação de aproximadamente 93.000 mil alunos e 14 mil professores envolvidos, dos 32 Núcleos Regionais da Educação.
- Atendimento ao Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, com a oferta de curso de formação para 80 professores de Língua Portuguesa que formarão os professores desta disciplina, nos 32 NREs.
- Monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação e dos 399 Planos Municipais de Educação do Paraná.
- Realização do exame Educação de Jovens e Adultos (EJA) - *online*, no período de 10 de julho a 08 de novembro, para Certificação do Ensino Fundamental e Médio para 23.145 candidatos.
- Realização do experimento pedagógico da oferta do EJA presencial combinada com educação a distância (EAD) em nove estabelecimentos penais do Estado, garantindo escolarização para essa população carcerária.
- Atendimento de escolarização para 4.198 alunos do sistema prisional em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária e Departamento Penitenciário, em 30 estabelecimentos penais com Centros de

Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJAs), em nove Núcleos Regionais de Educação.

- Oferta de escolarização para jovens com restrição de liberdade em 19 unidades de Socioeducação, distribuídas em 15 NREs e 16 CEEBJAS envolvidos.

14.1.4 Educação e Trabalho

Nas ações voltadas à Educação e Trabalho, ofertou Educação Profissional pela rede pública estadual, atuando na qualificação profissional básica, dos cursos técnicos em nível médio, especialização técnica de nível médio e Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Atende também, os cursos ofertados pela rede privada nos processos de regulação, orientação e supervisão para o funcionamento da Educação Profissional. Em consonância com o desenvolvimento do plano de trabalho proposto pela SEED denominado - Caminhos da Profissionalização realizou as seguintes ações:

- Educação Profissional - foram realizadas 74.673 matrículas em Cursos Técnicos de Nível Médio e Formação de Docentes na Rede Pública Estadual de Ensino, com 187 municípios atendidos nos 61 cursos ofertados em 350 instituições de ensino.
- Foram abertas 1.065 vagas em sete cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), por meio de parceria com o Ministério da Educação (MEC) - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) FIC, para alunos do ensino médio da rede pública estadual, em 33 municípios.
- Foram implantados sete cursos na forma concomitante destinados aos alunos do ensino médio, em sete instituições de ensino, por meio de parceria com MEC - PRONATEC MedioTec em escolas da rede pública estadual, em dois municípios.
- Realizada atualização curricular de 25 cursos técnicos, com participação dos professores que atuam na Educação Profissional na rede pública estadual de ensino.
- Foram entregues: a) 90 laboratórios básicos e 45 laboratórios específicos para 18 unidades novas de Educação Profissional, por meio do Programa Brasil Profissionalizado, Convênio n.º 750018/2008, firmados entre MEC/FNDE/Estado do Paraná; b) 8.536 exemplares de livros para complementação dos acervos bibliográficos, para diversos cursos técnicos. Foram realizados eventos, dois Simpósios e um Curso de Formação Continuada para 600 professores da Educação Profissional da rede pública de ensino.

14.1.5 Diversidade

O Estado do Paraná é um dos poucos do País que trabalha ações voltadas às Diversidades sendo responsável por instituir políticas públicas educacionais em defesa e promoção do respeito e da equidade dos sujeitos por ele atendidos. Implementa a Educação Escolar do Campo, Indígena e Quilombola, a educação das Relações Étnico-Raciais, de Gênero e Diversidade Sexual, sempre em diálogo com os movimentos sociais ligados às temáticas da diversidade.

A SEED tem sob sua responsabilidade 38 Escolas Estaduais Indígenas, que atendem em torno de 5.000 estudantes oriundos das 71 comunidades indígenas do Paraná, com cerca de 730 professores, entre indígenas (Kaingang e Guarani) e não indígenas; duas Escolas Estaduais Quilombolas e 43 escolas estaduais que atendem aproximadamente 1.200 estudantes oriundos das 37 comunidades remanescentes de quilombos e 45 comunidades tradicionais negras e mais 588 Escolas Estaduais do Campo; 12 escolas itinerantes; e nove escolas das ilhas, que atendem 84.329 estudantes. Atua em todas as escolas regulares da rede estadual na perspectiva de promover um ambiente escolar livre de preconceito, discriminação e racismo de modo a garantir a permanência e o sucesso, em especial, de estudantes negros e LGBT. Suas principais ações foram:

- Formação continuada aos 31.237 integrantes das Equipes Multidisciplinares dos 399 municípios, homologadas em 2.637 escolas da rede estadual conveniadas, NRE e SEED, como política pública instituída pela Deliberação n.º 04/2006/CEE e Resolução n.º 3.399/2010 SUED/SEED para implementar a educação para as relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena no currículo escolar.
- Produção e distribuição de 50.000 exemplares do livro Escola Livre de Violência contra as Mulheres, elaborado com a finalidade de problematizar e superar as diferentes formas de violências sofridas pelas mulheres. O livro foi elaborado para subsidiar as atividades pedagógicas durante o período letivo, especialmente na Semana Maria da Penha - Lei Estadual n.º 47/2015.
- Orientação Conjunta n.º 02/2017 - SUED/SEED, que institui a inclusão do nome social nos registros escolares internos do aluno e/ou da aluna menor de 18 anos.
- Resolução n.º 361/2017 - GS/SEED, que institui a Comissão Permanente de Verificação de Pertencimento Étnico-Racial como garantia do direito de pretos e pardos (negros) de acesso ao trabalho, por meio de Cotas Raciais, de acordo com Estatuto da Igualdade Racial - Lei Federal n.º 12.288/2010.

14.1.6 Tecnologias Educacionais

Visa assegurar a integração das ações da SEED no que se refere à formação continuada aos profissionais da educação nas modalidades presencial e a distância e às diretrizes de uso de tecnologias na educação, dando destaque para operacionalização e produção de materiais das Semanas Pedagógicas e da Formação em Ação; além de orientar, acompanhar e avaliar as metas propostas e as ações desenvolvidas no âmbito dessa secretaria. Principais ações realizadas:

- Registro, acompanhamento e certificação dos processos de Formação dos Profissionais da Educação do Estado do Paraná propostos pela SEED e suas Unidades Descentralizadas, totalizando 3.000 eventos, com 67 mil horas de cursos nos formatos de oficinas, seminários, encontros com cerca de 800 mil participações em eventos realizados de forma presencial e na modalidade à distância.
- Gestão em Foco - uma ação inédita no território nacional; produção de 29 cursos na modalidade EAD, com mais de 132.700 participantes, com destaque ao desenvolvimento de identidade, produção de animações, vídeos e desenho instrucional dos materiais do Programa para a formação de diretores e diretores auxiliares, com 3.500 profissionais formados para atuação na Gestão Escolar.
- Desenvolvimento dos Projetos: a) Conectados 2.0 - que objetiva favorecer e ampliar a discussão e o uso de tecnologias educacionais junto à comunidade escolar, com a participação de 500 escolas com aproximadamente 34.000 profissionais da educação e 250.000 alunos envolvidos; b) SEED LAB - é um espaço de compartilhamento de conhecimento voltado à produção e desenvolvimento dos mais diversos tipos de protótipos que envolvem os processos de ferramentas de *design*, manufatura de equipamentos eletrônicos, usinagem de precisão, prototipagem rápida, fabrico digital e impressão 3D. Em julho, cerca de 500 participantes entre comunidade, alunos estabelecimentos públicos e particulares, pais de alunos, professores da rede pública municipal de Curitiba e rede particular e pesquisadores de instituições de ensino superior participaram de oficinas de férias.
- Festival 70 anos da SEED - realizado no Teatro Guaíra, produzido e transmitido ao vivo, contou com a participação de estudantes, da rede pública estadual, selecionados a partir do Programa Minha Banda, da TV Paulo Freire.
- Portal Dia a Dia Educação - ampliação do acervo com mais de 10 mil recursos digitais, disponibilizados nas páginas disciplinares e na Escola Interativa Recursos Digitais.

14.1.7 Legislação Escolar

A SEED é responsável pela legalidade dos atos regulatórios das instituições de ensino e acompanhamento da vida escolar dos estudantes, proporciona suporte às equipes técnicas dos Núcleos Regionais de Educação, na supervisão do funcionamento das instituições de ensino e oferta de cursos da educação básica, em conformidade com a legislação vigente e normas emanadas pelo Conselho Estadual de Educação do Sistema Estadual de Ensino. Também é responsável por dois grandes projetos tecnológicos desenvolvidos por meio de sistemas que agilizam a tramitação de processos dos atos regulatórios e promovem segurança no registro da vida escolar em sala de aula.

Ações realizadas:

- Sistema Processos *Online* - expansão do sistema com aproximadamente 4.000 processos em trâmite e elaboração de manuais orientadores para sua utilização.
- Registro de Classe *Online* - expansão para 968 instituições da rede estadual de ensino; produção dos manuais do Registro de Classe *Online* e vídeos tutoriais.
- Sistema Estadual de Ensino - registro *online* de 26.915 diplomas dos cursos técnicos e registro *offline* de 267 diplomas dos cursos técnicos.
- Localização de 427 matrículas, em atendimento ao Ministério Público, Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crimes, 1ª Vara da Infância e Juventude e Núcleos Regionais de Educação.
- Produção de material com a fundamentação legal para elaboração do Regimento Escolar da Educação Básica das instituições do Sistema Estadual de Ensino.
- Formação em legislação escolar - na modalidade presencial, aos técnicos pedagógicos dos NRE e secretários das instituições da rede particular; na modalidade a distância, para secretários das instituições estaduais.

14.2 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR)

O FUNDEPAR, por meio do suporte físico que viabiliza o funcionamento dos estabelecimentos de ensino da rede estadual de educação básica, proporciona aos alunos condições para um aprendizado com dignidade e bem-estar. É responsável pelo planejamento e administração das questões relacionadas à infraestrutura escolar, como alimentação, mobiliário e equipamentos no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Paraná.

Ações realizadas:

- Formalização dos Contratos de Obras, de Alimentação Escolar e de Mobiliário para as Escolas da Rede Estadual de Ensino e para o Instituto FUNDEPAR, efetivadas a partir de julho de 2017, com a publicação do Decreto nº 6.972/2017.

- Elaboração dos processos para aquisição de balanças, caixas de frutas/verduras e estrados para os alimentos oriundos agricultura familiar, conjunto escolar aluno, mesas acessíveis, conjunto refeitório, fogões industriais com forno, cadeira para auditório, bebedouros acessíveis, freezer e panelas de pressão.
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) - validou a solicitação de reserva técnica de livro didático do PNLD no sistema Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Interativo; orientação às Escolas da Rede Estadual de Ensino e monitoramento do processo de escolha de livro para o ensino médio com 100,0% das escolas tendo registrado a escolha do livro didático PNLD para 2018.

14.2.1 Nutrição e Alimentação

O Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE) fornece alimentação a um milhão de alunos da rede estadual de ensino diariamente e é referência nacional pela variedade de alimentos, respeito aos hábitos alimentares, incentivo à agricultura familiar, garantia da qualidade dos alimentos. Em 2017, o Paraná foi o único Estado selecionado no concurso Boas Práticas de Agricultura Familiar na Alimentação Escolar.

Ações realizadas:

- Contratação de R\$ 155,0 milhões em alimentos não perecíveis, congelados (carnes) e produtos advindos da agricultura familiar.
- Ampliação da oferta de alimentos *in natura*, contribuindo com a melhoria da nutrição dos alunos e com o desenvolvimento econômico, financeiro e social dos agricultores e municípios paranaenses.
- Fornecimento de 23 milhões de quilos em produtos destinados a alimentação escolar.
- Oferta de alimentos orgânicos em 35,0% dos estabelecimentos de ensino (806 escolas).
- Formação de 4.098 merendeiras e agentes administrativos nos cursos: Boas Práticas de Manipulação de Alimentos (EAD); Necessidades Alimentares Especiais dos Alunos e Sistema Eletrônico Merenda (presencial).
- Realização, em outubro, da 8ª Edição da Avaliação Nutricional, mediante avaliação antropométrica nas Escolas da Rede Pública Estadual.
- Produção e lançamento em outubro de vídeos sobre Boas Práticas de Manipulação de Alimentos e Procedimentos Operacionais Padronizados.
- Ampliação do controle de qualidade, mediante análise de presença de resíduos agrotóxicos dentro dos parâmetros legais, nos produtos da agricultura familiar e convencionais, visando proteger e promover a saúde da comunidade escolar.

14.2.2 Transporte Escolar

Transporte escolar dos alunos da Educação Básica, da zona rural e urbana, matriculados na Rede Estadual de Educação.

Ações realizadas:

- Transporte de 205.105 alunos da Rede Pública Estadual de Educação, nos 399 municípios do Estado, mediante investimento de R\$ 100,0 milhões no ano.
- Sistema de Gestão de Transporte Escolar (SIGET) - melhoria contínua por meio de coleta de dados, relatórios gerenciais, otimização de rotas, entre outros.
- Qualificação dos Gestores Regionais de Educação por meio de reunião técnica realizada em Curitiba, nos meses de maio e junho, para acompanhamento do preenchimento do SIGET pelos municípios.
- Capacitação dos gestores do transporte escolar dos municípios paranaenses para preenchimento dos dados do SIGET, por meio dos Núcleos Regionais de Educação.

14.2.3 Engenharia e Projetos

Tem como objetivo garantir o suporte físico que viabiliza o funcionamento dos estabelecimentos de ensino da rede estadual de educação básica.

Entre novembro de 2016 e outubro de 2017, foram concluídas 169 obras, totalizando R\$ 25,6 milhões e estão em andamento 366 obras, com investimento de R\$ 49,1 milhões. Os tipos das obras e seus respectivos valores estão especificados nas tabelas 1 e 2, a seguir.

TABELA 1 - OBRAS CONCLUÍDAS NO ESTADO - NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

TIPO	CONCLUÍDA	INVESTIMENTO (R\$)
Ampliação	6	3.481.478,66
Nova Unidade Escolar	1	2.412.611,04
Quadra De Esportes Coberta	1	509.771,64
Fundo Rotativo	12	1.578.593,91
Melhorias	41	3.029.366,59
Reparo Urgente	9	910.202,92
Reparo Normal	89	12.636.656,26
Programa Escola 1000	10	1.000.000,00
TOTAL	169	25.558.681,02

FONTE: Sistema de Acompanhamento de Obras (DEPO)

TABELA 2 - OBRAS EM EXECUÇÃO NO ESTADO - NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

TIPO	ANDAMENTO	INVESTIMENTO (R\$)
Ampliação	3	1.213.398,51
Nova unidade escolar	2	9.120.512,83
Quadra de esportes coberta	1	616.686,86
Fundo rotativo	2	298.527,25
Melhorias	9	1.459.182,59
Reparo urgente	1	408.203,05
Reparo normal	51	6.439.342,73
Projetos	2	38.816,98
Programa Escola 1000	295	29.500.000,00
TOTAL	366	49.094.670,80

FONTE: Sistema de Acompanhamento de Obras (DEPO)

14.3 Colégio Estadual do Paraná (CEP)

Na execução da política governamental no setor de educação básica e profissional, realizou as seguintes ações:

- Contratação do Projeto de Restauro do CEPR junto à Paraná Educação.
- Aquisição de mobiliário para atender às necessidades dos setores administrativos e pedagógicos e de 22 computadores para a modernização do laboratório de informática.
- Projeto Sedução Poética - com a impressão de 500 exemplares e divulgação de livro com os trabalhos dos alunos, incentivando os educandos a lerem e produzirem literatura.
- Oferta de 1.000 vagas, para cursos modulados, nas diversas áreas de artes visuais, dança, música e teatro para alunos do CEPR e comunidade em geral.
- Curso Preparatório para o Vestibular e ENEM (CURCEP), com participação de 200 alunos no preparatório do vestibular da UFPR e 120 alunos no preparatório do ENEM; Cursos de Línguas Estrangeiras Modernas com participação de 713 alunos e comunidade em geral.
- Participação de 05 alunos em eventos de Astronomia: COBRUF ROCKETS 2017 em Natal/RN; V SPACE CAMP em Foz do Iguaçu/PR e XII Jornada de Foguetes em Barra do Piraí/RJ.
- Oferta de treinamento desportivo a 1.082 alunos, nas modalidades de atletismo, basquetebol, futebol, futsal, ginástica rítmica, handebol, musculação, natação, voleibol, tênis de mesa, xadrez, pilates e treinamento funcional.
- Participação de 144 alunos, nos 62º Jogos Estudantis da Primavera - UEPG/Ponta Grossa e de 10 atletas na Copa Brasil de Futebol de Salão Feminino, em Natal/RN.

- Formatação de curso para Professores e Funcionários com Certificação da UFPR, nos temas: Cidadania, Meio Ambiente e Saúde Única.
- Inclusão dos alunos estrangeiros, com 14 intercambistas vindos das diferentes partes do mundo, regulamentação da estada dos alunos Intercambistas *outbounds* no Brasil, bem como promoção da troca intercultural entre eles e entre os alunos do CEP.

Secretaria do Esporte e do Turismo



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

15 Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo

A Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET) tem como finalidade planejar e organizar o acompanhamento e manutenção das políticas e diretrizes do Governo do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida; incentivar, apoiar e orientar a realização de atividades e eventos recreativos e esportivos, de profissionais e amadores, quer no âmbito da administração estadual ou da iniciativa privada, promovendo o esporte nas manifestações educacional, de rendimento e participação e a atividade física; promover o turismo na perspectiva do fomento aos negócios e empregos, integrando as lideranças representativas do poder público, privado e terceiro setor na busca de resultados efetivos para a sociedade e para a economia do Estado, bem como a satisfação dos que visitam o Paraná.

A implementação das políticas públicas de esporte e turismo tem como diretriz principal a gestão democrática, fortalecendo a capacidade institucional e técnica de suas áreas de atuação e desenvolvendo a gestão compartilhada com órgãos da esfera estadual e federal.

Ao Instituto Paranaense de Ciências do Esporte (IPCE) compete a execução dos programas e projetos voltados à área científica do esporte e o acompanhamento dos projetos de detecção de talentos esportivos e de atletas de alto rendimento.

A Paraná Turismo é responsável pela execução da Política Estadual de Turismo e tem como missão fomentar e promover a atividade turística, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Paraná e para a satisfação de seus visitantes.

15.1 Ações do Esporte

- Paraná Mais Esporte - desenvolvido com os municípios, com o objetivo de debater o desenvolvimento do esporte de forma compartilhada, com o envolvimento dos diversos atores sociais. A SEET estimulou o desenvolvimento de Políticas Públicas Esportivas propiciando aos gestores públicos a procura e identificação de alternativas que contribuam e levem o Estado a um resultado esportivo cada vez melhor no cenário estadual e internacional. Foi estabelecida uma agenda estratégica que alcançou os 399 municípios paranaenses por meio de encontros de gestores, entre seminários, fóruns e capacitações visando o incentivo esportivo aos municípios. O apoio com materiais esportivos, materiais esportivos adaptados, academias ao ar livre e arenas multiuso, alcançaram um investimento de quase R\$ 10,0 milhões, contribuindo para a consolidação da nova Política de Esportes do Paraná que tem como foco o esporte para toda a vida, de forma universal e abrangente.
- Talento Olímpico do Paraná (TOP) - tornou-se marco para o País, sendo o maior programa estadual de incentivo ao esporte. Criado, inicialmente, para atender o

ciclo olímpico e paralímpico Rio 2016, o programa encontra-se em sua sexta edição apoiando os atletas com o pagamento de 1.600 bolsas durante seis meses. A nova fase iniciou com a preparação de talentos esportivos para a disputa dos jogos Olímpicos Tóquio 2020, atendendo atletas consagrados e novas promessas com potencial para conquistar resultados em âmbito nacional e internacional e possivelmente conquistar a vaga para os Jogos Olímpicos de 2020.

- Projeto Lazer no Paraná - com foco nas populações mais carentes em territórios de vulnerabilidade social, o projeto passou por uma reestruturação, e com o fortalecimento da parceria com o Programa Família Paranaense ampliou o atendimento de 100 para 150 municípios, com previsão de investimento em materiais de práticas de lazer e pedagógicos aos respectivos beneficiados, e de capacitação aos profissionais de educação física indicados como coordenadores dos projetos em suas localidades. Após reestruturação, o projeto foi aprovado pelo Fundo da Infância e Adolescência (FIA) que dará o aporte financeiro.
- Jogos Escolares do Paraná - com alunos das várias regiões do Estado, propiciou o estímulo recíproco, intercâmbio social, a vivência e reflexo sobre os aspectos positivos do esporte, contribuindo para situar a escola como centro cultural, desportivo e formativo da comunidade, além de favorecer aos alunos a aquisição de experiências que venham enriquecer seus conhecimentos e facilitar sua relação com o meio, contribuindo desta forma para o exercício da cidadania. Contou com 93.559 participantes, alcançando 393 municípios. Essa amplitude se reflete no desempenho esportivo do Estado, que nos últimos anos, obteve conquistas inéditas no âmbito nacional tais como os títulos de campeão geral até 14 anos em 2016 e 2017, e vice-campeão geral até 17 anos.
- Jogos Escolares Bom de Bola - realizados em paralelo aos Jogos Escolares, adotando a mesma estrutura organizacional, atendeu 15.606 alunos. Os jogos promovem e fortalecem o futebol como esporte, propiciando o surgimento de novos talentos.
- Jogos Escolares da Juventude - considerada a olimpíada escolar nacional, é organizada pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) e possibilita o encaminhamento de estudantes-atletas, técnicos e dirigentes ao esporte de rendimento e redimensiona também, os valores sócio-culturais-esportivos dos participantes, por meio da democratização de práticas esportivas. O esporte do Paraná consagrou-se bicampeão geral dos Jogos Escolares da Juventude - etapa de 12 a 14 anos, disputada em Curitiba. Dentre quase 4.000 atletas de todo o País, o Paraná se destacou com a conquista de 32 medalhas de ouro, cinco a mais que o segundo colocado, São Paulo; e as medalhas de ouro conquistadas representaram um aumento de 60,0% em relação à edição de 2016.

- Parolimpíadas Escolares - estimula a participação dos estudantes com deficiência física, visual e intelectual em atividades esportivas de todas as escolas do território nacional, promovendo ampla mobilização em torno do esporte. A participação dos paratletas paranaenses se dá por meio da classificação nos Jogos Escolares do Paraná e foram realizadas em São Paulo, em novembro, com a delegação de 57 integrantes entre atletas, técnicos e dirigentes.
- Jogos Abertos do Paraná (JAPS) - visa o incremento da qualidade técnica dos atletas buscando o aprimoramento do rendimento esportivo no Paraná. Promove a integração socioesportiva por meio de linhas de desenvolvimento do Esporte de Participação para Divisão B e de Rendimento para a Divisão A, gerando atividade econômica e mercado diferenciado de novos empregos. Contou com 14.000 participantes da fase regional, 4.000 participantes da fase final B e 3.800 participantes da fase final A, entre atletas, técnicos e dirigentes.
- Jogos da Juventude do Paraná (JOJUPS) - visa suprir a lacuna existente entre os Jogos Escolares e os Jogos Abertos do Paraná e atender a comunidade esportiva paranaense, bem como aqueles atletas com melhor rendimento esportivo, que após suas participações nos Jogos Escolares, muitas vezes deixam a carreira esportiva de lado por falta de competições. Contou com 13.600 participantes na fase regional, 4.200 participantes na fase final B e 4.100 participantes na fase final A, entre atletas, técnicos e dirigentes,
- Jogos Abertos Paradesportivos (PARAJAPS) - realizado em novembro, em Maringá, com 1.600 participantes entre atletas, técnicos e dirigentes, têm o objetivo de promover a integração socioesportiva, propiciar o desenvolvimento integral do cidadão com deficiência e interagir com os demais segmentos que contribuem para o desenvolvimento do paradesporto.
- Jogos da Integração da Terceira Idade - estimula a participação, o prazer e a ludicidade por meio de atividades esportivas adaptadas, recreativas, artísticas, socioculturais e de integração, garantindo uma melhor qualidade de vida aos praticantes regulares na faixa etária da pessoa idosa. A SEET, com apoio em materiais esportivos, premiação e arbitragem, investiu R\$ 55,4 mil nos Jogos Regionais de participação, chamados Jogos da Integração da Terceira Idade. Os jogos foram realizados em setembro em Guaratuba, com 500 participantes entre atletas, técnicos e dirigentes.
- Jogos Regionais - com o intuito de promover a integração socioesportiva, visando atender a diversidade social, cultural e étnica do Estado e oportunizando a prática de modalidades esportivas e atividades culturais, os Jogos Regionais em 2017, executaram as seguintes edições: a) Jogos Abertos da CANTUQUIRIGUAÇU (JARCANS) - com investimento aproximado de R\$ 90,0 mil em materiais esportivos, premiação e arbitragem, os jogos foram realizados

em setembro, em Pinhão, com 1.955 participantes, entre atletas, técnicos e dirigentes da região; b) Jogos Abertos do Vale do Ivaí (JAVS) - com investimento aproximado de R\$ 116,0 mil, os jogos foram realizados em setembro, em Faxinal, com 1.900 participantes entre atletas técnicos e dirigentes da região; c) Jogos da Reforma Agrária - com investimento de R\$ 92,9 mil em materiais esportivos, premiação e arbitragem, os jogos foram realizados em novembro, nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Santa Maria do Oeste, com 400 participantes entre atletas, técnicos e dirigentes.

- Verão Paraná - direcionado aos veranistas e comunidades dos municípios do Litoral Paranaense, com informação e prática de atividades físicas com diversão e qualidade, buscando conscientizar quanto à importância dessa prática diária durante todo o ano, para a promoção da saúde e bem estar do cidadão. Com investimento de R\$ 500,0 mil em infraestrutura e materiais esportivos, contou com 40 mil participantes.
- Ginásio Professor Almir Nelson de Almeida (Ginásio do Tarumã) - reformado em abril para modernização e adequação de segurança, com investimento de R\$ 1,4 milhão, passou a ter capacidade para 4.550 pessoas e voltou a ser o maior e mais tradicional espaço público da área de esporte da capital.
- Programa de Formação e Aperfeiçoamento do Esporte - criado em atendimento à Diretriz do Eixo de Capacitação. O Programa tem como objetivos: a) divulgar, sensibilizar e engajar os grupos de interesse com vistas à organização e implementação do Sistema Esportivo Estadual, tendo como referência a Política de Esportes do Paraná; b) diagnosticar, planejar, desenvolver estratégias, modelar indicadores e estabelecer metas, dando início à execução das ações, com o planejamento do seu monitoramento e avaliação, na sua área de atuação; c) desenvolver e aprimorar habilidades e competências técnicas nas diversas subáreas do esporte, adotando conteúdos alinhados com os estágios e linhas de desenvolvimento do esporte propostos na Matriz de Desenvolvimento do Esporte. O Curso de Gestão para Resultados Municipais foi aberto aos 399 municípios pela Escola de Gestão.

15.2 Ações do Turismo

15.2.1 Promoção de Investimento no Turismo

O Paraná possui natureza e cultura exuberantes, além de uma economia sólida, que motiva a vinda de visitantes nacionais e internacionais, sobressaindo-se no *ranking* brasileiro

entre os cinco estados brasileiros que mais recebem fluxo turístico (quarto lugar no *ranking* internacional e terceiro lugar no nacional).

O projeto Paraná Turístico atendeu as 14 regiões turísticas do Estado promovendo o avanço competitivo do turismo no cenário estadual, nacional e internacional e desenvolvendo ações de *marketing*, capacitação e qualificação, além de pesquisas e investimentos em estruturas de recepção turística, nos quatro eixos de atuação: Excelência Técnica, Mercado Turístico, Memória do Turismo Paranaense e Agenda Estruturante.

Memória do Turismo Paranaense:

- Resgates Históricos - com o objetivo de realizar estudos e levantar dados para a formatação de produtos com base no Caminho de Peabiru, no Monge João Maria e no Paraná Espanhol. Das reuniões realizadas em 2017, seus principais produtos foram: a) Caminho do Peabiru - novas propostas para estudos na região e a decisão de dar início aos trechos de exploração do Caminho de Peabiru; b) proposta para a criação do Memorial do Homem Paranaense, que reunirá achados arqueológicos regionais, com estudos para definições de roteiros e caminhadas; c) Projeto Olhos D'Água do Monge João Maria - orientações para melhorias no seu entorno, definição da organização de cinco grupos de trabalhos para traçar cinco roteiros do Monge João Maria, além da sugestão de produção de brindes e peças artesanais para serem comercializadas; d) visita ao município de Campo do Tenente, com objetivo de conhecer as possibilidades turísticas da região, especialmente no que se refere ao Monge João Maria, com a realização de reunião para integrá-lo no tema, com os municípios da Lapa e de Rio Negro, cujas ações e estrutura estão mais consolidadas.
- Sistema de Informação do Turismo do Paraná - monitora a movimentação turística no Estado, com identificação do perfil do visitante e dos impactos sociais e econômicos da atividade; no período realizou: a) integração na Rede de Observatórios de Turismo do Brasil, a partir do Encontro Paranaense de Observatórios de Turismo, realizado em maio com o objetivo de debater interesses, necessidades e possibilidades para a construção de um Centro de Inteligência Turística; b) atualização do Banco de Dados dos Órgãos Municipais de Turismo para a obtenção e sistematização de dados secundários para elaboração de relatórios municipais, regionais e estaduais, visando à execução de diagnóstico para os Planos Operacionais das 14 Regiões Turísticas do Estado, bem como o estabelecimento de indicadores e comparativos; c) confecção de mapas temáticos retratando a situação sócio/econômica dos municípios, localizando os atrativos turísticos dos diversos segmentos turísticos presentes no Estado; d) alimentação do sistema com os dados mensais do CADASTUR atendendo aos 283 municípios que compõem o Mapa do Turismo Brasileiro.

Excelência Técnica:

- Turismo e Inclusão Social - realizou ações buscando a inclusão social pelo turismo tais como ações de Educação e Sensibilização para o Combate à Exploração Sexual Infantil no Turismo, para a Região Turística Cataratas e Caminhos ao Lago do Itaipu com reedição do projeto e encaminhamento para sua aprovação; distribuição de material orientativo sobre como atender bem ao público LGBT, idosos e pessoas portadoras de deficiências; e elaboração de cartilhas sobre o turismo na defesa dos direitos da criança e adolescentes, pessoas com deficiência, LGBT e igualdade racial para distribuição em empreendimentos de turismo.
- Capacitação Profissional - realizou divulgação, pesquisa de demanda por qualificação e as inscrições dos municípios no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC); orientou o preenchimento dos dados das pré-matrículas para os cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) Turismo, na modalidade EAD, com a realização de 4.000 matrículas em 60 municípios; disponibilizou estágio voluntário a gestores municipais na sede da Paraná Turismo, com a participação de sete municípios, que receberam informações sobre as políticas públicas e ações que podem ser desenvolvidas para o turismo local.
- Formação de Agentes de Desenvolvimento pelo Turismo (FADTUR) - fomentou o turismo nos municípios paranaenses, identificando suas potencialidades e capacitando os agentes envolvidos direta ou indiretamente com o turismo local; foram realizadas ações para reestruturação de seu conteúdo junto aos parceiros, e realizado o atendimento a cinco municípios (Rio Negro, Lapa, Mandirituba, Cerro Azul e Balsa Nova) com os temas Turismo Cultural, Meio Ambiente, Regionalização, Comunicação, Eventos e Marketing, Cadastro de Empreendimentos e Serviços Turísticos (CADASTUR), Educação, Relacionamento Empresarial e Banco de dados, formando 175 agentes multiplicadores.
- Turismo Certificado - divulgou, sensibilizou e orientou os prestadores de serviços turísticos para o registro no CADASTUR; comunicou, após levantamento de informações, os prestadores de serviços turísticos que estão com o cadastro vencido; disponibilizou banner no site oficial da Paraná Turismo com informação da obrigatoriedade do cadastro junto ao Ministério do Turismo e da utilização do Sistema Nacional de Registro de Hóspedes (SNRHOS); realizou 821 cadastros entre inicial e renovação dos prestadores de serviços turísticos e 2.805 atendimentos, divididos em atendimento pessoal, por telefone e/ou e-mail.

Mercado Turístico:

- Jornalista Saiba Mais sobre o Paraná Turístico - produziu e enviou textos e fotos para jornalistas do Paraná, do Brasil e MERCOSUL; realizou cobertura jornalística nas datas comemorativas, festividades e eventos realizados nos diversos municípios das 14 Regiões Turísticas do Paraná, divulgadas nas mídias sociais, blogs, sites; realizou a divulgação de atrativos turísticos do Paraná para o público argentino; produziu matérias e anúncios que foram veiculados nas revistas: PG Turismo, Agente Urgente e Panorama do Turismo.
- Gastronomia Paraná - apoiou municípios na estruturação de pratos típicos, na realização de eventos gastronômicos, orientando e divulgando as festas nas diversas redes sociais e página oficial da Paraná Turismo; levou os pratos típicos dos municípios aos eventos e as feiras para serem divulgados. Participou como membro do júri da Festa do Porco no Rolete e Festival Gastronômico da Região Turística Lagos & Colinas; divulgou a Gastronomia do Paraná no 23º Salão Paranaense de Turismo, na 13ª Mostra das Regiões Turísticas do Paraná, no 12º Festival de Turismo das Cataratas e no evento Farofas e Mesa ao Vivo em São Paulo.
- Publicidade Impressa - criou arte gráfica para materiais de divulgação de municípios, regiões e eventos e layout gráfico para estandes da Paraná Turismo; desenvolveu projetos gráficos para as Revistas Paraná Turístico (20.000 exemplares para distribuição em eventos), livretos do Passaporte Turístico do Paraná (10.000 exemplares distribuídos nos eventos e municípios das regiões que abrangem o Passaporte), flyers para apoiar o 2º Salão de Turismo Campos Gerais (50.000 unidades) e para divulgação da Ilha do Mel (30.000 unidades para distribuição em postos de informação e eventos durante a temporada de verão no litoral), sacolas com material promocional das 14 Regiões Turísticas do Estado (5.000 unidades distribuídas em feiras e eventos); criação da arte final para a produção de cartilhas e materiais técnicos da Paraná Turismo.
- *Marketing* - Relacionamento Empresarial - realizou rodadas e encontros de negócios durante os eventos e feiras em que participou, captando parceiros para viabilizar visitas técnicas dos empresários do trade turístico do Estado, do Brasil e do Mercosul; formatou novos roteiros turísticos na região turística Terra dos Pinheirais após viagens de negócios na região, que resultaram no aumento da oferta dos roteiros e destinos do interior pelas agências, operadoras e empresários locais; participou do Road Show em Ribeirão Preto, Campinas, Sorocaba e São Paulo, levando os destinos do Paraná para o trade do Sudeste.
- Turismo no Espaço Rural - participou da estruturação e ampliação da oferta de destinos e produtos turísticos no meio natural e rural; participou em reuniões e ações do Projeto Parques Paraná desenvolvido pela Secretaria de Estado do

Meio Ambiente (SEMA), para promover a visitação racional e ordenada nas Unidades de Conservação do Estado; realizou estudos, visitas técnicas para a estruturação da recepção de visitantes no Monumento Natural Salto São João e Parque Estadual de Vila Velha; participou, em parceria com o EMATER, dos estudos e das ações do Programa Turismo Rural na Agricultura Familiar, com foco nas Caminhadas na Natureza e realizou orientações técnicas para proprietários de áreas rurais com interesse em estruturar e desenvolver produtos para receber visitantes.

- Turismo Religioso - realizou reuniões de capacitação para os Reitores de Santuários do Paraná, nos municípios de Campina Grande do Sul e Lunardelli; participou da estruturação da Rota do Rosário, envolvendo principalmente municípios da região Norte Pioneiro; viabilizou cursos de capacitação para recepção no Turismo Religioso, por meio do SENAC e dioceses regionais.
- Turismo Náutico Marítimo e Fluvial - participou em reuniões do Grupo de Trabalho para a Regulamentação do Transporte Aquaviários do Paraná junto a SEIL; participou das reuniões técnicas sobre o Terminal de Embarque para Ilha do Mel e Guaraqueçaba, nos municípios de Paranaguá e Pontal do Paraná, que resultaram na assinatura do convênio entre Estado e município de Pontal do Paraná para operacionalização do Terminal na temporada 2017/2018; organizou e participou da visita técnica para conhecer as estruturas físicas e organizacionais dos transportes aquaviários entre Angra dos Reis e a Ilha Grande.

Agenda Estruturante:

- Planejamento do Turismo Estadual - desenvolveu o MASTERPLAN, que tem por objetivo criar e operacionalizar os instrumentos de planejamento do Estado, a partir do Conselho Estadual de Turismo, e no período realizou: a) reuniões da Câmara de Gestão do Paraná Turístico 2026 com entidades do CEPATUR, tendo como resultado a Operacionalização do Paraná Turístico 2026 (plano estadual de turismo lançado em 2016); b) oficinas para confecção dos Planos Regionais nas 14 regiões turísticas do Paraná; c) organização de reuniões ordinárias do CEPATUR; d) palestras em diferentes eventos e instituições do Brasil e a integração na Rede de Inteligência do Ministério do Turismo.
- Apoio Gestão Municipal e Regional - participou de reuniões e realizou palestras, cursos, oficinas e reuniões para fomentar, planejar e organizar o turismo nos municípios e regiões do Estado; atendeu e orientou municípios para a estruturação da oferta turística local, tendo como principais resultados: a) a inclusão de 56 municípios no Mapa do Turismo Brasileiro; b) criação do G11 para viabilizar a troca de experiências de casos e práticas inovadoras no turismo; c) estruturação do Guia de Orientação para Gestão Municipal do Turismo 2017,

com a produção e distribuição de 3.000 exemplares a todos os municípios; d) disponibilização de Van adaptada para servir de Posto de Informações Turísticas, realizando, em parceria com os municípios, a divulgação e distribuição de material gráfico com dados dos atrativos das regiões nos eventos de caminhadas da natureza promovidos pelo EMATER e na Operação Verão do Governo do Estado; dentre outros.

- Paraná MICE (turismo de negócios e eventos) - visa o aproveitamento do potencial econômico do Estado nas áreas de comércio, indústria, agropecuária, tecnologia e serviços para o desenvolvimento do turismo de negócios e eventos, com atração de visitantes nacionais e internacionais. Em parceria com o SEBRAE, participou do Seminário Paraná MICE, em Foz do Iguaçu, no Fórum de Turismo de Negócios, em Florianópolis, e no Evento World Travel Market (WTM) em São Paulo, e realizou o atendimento à Missão de Benchmarking da Rota das Emoções do SEBRAE CE/PI/MA, em Curitiba e Foz do Iguaçu. Estruturou o Calendário de Eventos 2017 com pesquisas e confecção de textos dos eventos que se realizarão no Estado.

Secretaria da
Família e
Desenvolvimento
Social



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

16 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) desenvolve atividades de planejamento, gestão, organização, promoção, desenvolvimento e coordenação das políticas públicas de Assistência Social; de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente; de Defesa dos Direitos da Mulher; de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Devido ao seu caráter prioritariamente articulador, exercitou um amplo movimento de diálogo e parceria envolvendo rede de atores dos três entes federados e parcerias internacionais; e em diferentes espaços de controle social.

A SEDS possui, em sua estrutura programática, duas Superintendências: Assistência Social e Garantia de Direitos, que contemplam as políticas públicas de caráter transversal - da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa, da Mulher e da Pessoa com Deficiência. Há uma Unidade Técnica exclusiva para o Programa Família Paranaense, que gerencia o planejamento, a execução e o monitoramento do Programa e é responsável pela execução de recursos oriundos de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de uma assessoria técnica responsável pela articulação da execução do Programa Paraná Seguro, também financiado pelo BID, executado em parceria com a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP) e a Secretaria Estadual da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU).

Para maior agilidade e eficiência no atendimento das demandas regionais, a SEDS descentraliza a administração por meio de 22 Escritórios Regionais (ERs) que assessoram os 399 municípios do Estado, efetivando a estratégia de atuação mais próxima dos municípios e da população, apoiando e assessorando os gestores municipais na busca conjunta de bons resultados.

16.1 Programa Família Paranaense

O Programa Família Paranaense estabeleceu uma rede integrada de proteção às famílias por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais planejadas de acordo com as necessidades e especificidades do território onde residem, viabilizando o acesso aos seus direitos sociais. O Programa é operacionalizado por meio de um Arranjo de Gestão formado por: 01 Unidade Gestora Estadual; 22 Comitês Regionais, com representantes de 19 Secretarias e órgãos do Estado; 377 Comitês Municipais, compostos por gestores e 377 Comitês Locais, compostos por profissionais dos municípios que atuam no Programa.

Em 2017, tem-se 378 municípios com adesão à metodologia do Programa com 156 municípios prioritários, 210 municípios de Adesão Espontânea e 156 municípios com adesão à modalidade Atenção às Famílias de Adolescentes Internados por Medidas

Socioeducativas (AFAI). Foram executados R\$ 43,6 milhões em projetos, programas e benefícios, e em transferência de renda vinculados ao Programa, sendo as principais ações:

- Promoção do acompanhamento familiar intersetorial - 29.782 famílias foram atendidas no programa, beneficiadas por um total de 214.343 ações intersetoriais.
- Aumento de 11 municípios com adesão à modalidade AFAI em relação a 2016.
- Incentivo Família Paranaense - foram deliberados R\$ 12,4 milhões aos 156 municípios (Deliberação CEAS n.º 38/17), pagos de acordo com o Índice de Aderência do Município ao Programa (quanto melhor a gestão, maior o recurso recebido) em duas parcelas: a primeira parcela paga aos 156 municípios, totalizando R\$ 8,9 milhões, e, a segunda parcela, aos 51 municípios que atingiram o índice de aderência de 80,0%, no montante de R\$ 1,1 milhão.
- Incentivo Adesão Espontânea - deliberado o montante de R\$ 6,9 milhões, constante na Deliberação CEAS n.º 66/17. O recurso foi disponibilizado a 206 municípios (àqueles que constavam com adesão até 28 de julho 2017), sendo que 201 aderiram, totalizando R\$ 6,7 milhões, com pagamento em parcela única no mês de novembro, sendo R\$ 30,0 mil ou R\$ 60,0 mil por municípios de acordo com o Índice de Aderência ao Programa.
- AFAI - em 2017, o montante repassado foi de R\$ 1,3 milhão, para 11 municípios. O recurso pode ser aplicado em transportes, educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, profissionalização e serviço de convivência familiar e comunitária.
- Benefícios às famílias: a) Renda Família Paranaense - 157,6 mil famílias beneficiadas com recursos no montante de R\$ 31,8 milhões; b) Programa Luz Fraterna - está em tramitação, proposta de alteração do artigo que trata dos equipamentos de sobrevida para que o consumo limite seja retirado; até agosto 274,5 mil famílias foram beneficiadas num montante de R\$ 31,9 milhões; c) Renda Agricultor Familiar - com a meta de atender 5.600 famílias até 2019, conta com 2.565 famílias, sendo que 1.334 famílias receberam ao menos uma parcela. No ano de 2017, o montante repassado às famílias foi de R\$ 1,6 milhão; d) Projeto Caixa D'Água - em 2017, o decreto que regulamenta o projeto foi editado e a etapa piloto teve início em outubro com o envio de ofícios aos municípios de Laranjeiras do Sul, convidando-os para reunião na SEDS no dia 31 de outubro; nove municípios foram habilitados, com o atendimento a 499 famílias; o projeto encontra-se em fase de emissão das listagens das famílias que receberão os materiais para instalação de caixas de água e aguardando o envio de materiais pela empresa que venceu a licitação pela SANEPAR.
- Programas Habitacionais - tem realizado ações de regularização fundiária de áreas ocupadas, construção e/ou melhorias de unidades habitacionais (UH) e implementação de infraestrutura urbana e social em 25 municípios prioritários.

Principais ações: a) Redução do Déficit Habitacional - lançado o Edital de Chamamento n.º 001/2017 que disponibilizou R\$ 34,0 milhões para investimento em 156 municípios prioritários, que poderiam manifestar interesse entre 10 a 50 unidades habitacionais, destes 20 municípios cumpriram os requisitos do edital e foram contemplados com 545 unidades habitacionais, e lançamento do Edital de Chamamento n.º 05/2017 até dezembro, com a disponibilização de 500 unidades habitacionais no valor estimado de R\$ 30,0 milhões; b) Requalificação Urbana e Integrada de Bairros - promove a reabilitação ambiental e/ou proteção das áreas desocupadas, bem como a regularização fundiária, construção e/ou melhoria das unidades habitacionais, e a consolidação da infraestrutura (pavimentação, galerias de águas pluviais, calçadas, acesso à água/esgoto e energia elétrica); dos 10 municípios inicialmente selecionados, 05 apresentaram as documentações necessárias.

- Unidades Móveis - foram doadas 28 vans a 27 municípios.
- Aluguel Social - edição de decreto que regulamenta a concessão do Aluguel Social para o atendimento às famílias do projeto de Requalificação Urbana e Integrada de Bairros que terão que sair temporariamente de suas casas para que as intervenções possam ser efetuadas.
- Avaliação de Impacto - foi realizada a etapa inicial da pesquisa, de janeiro a abril, na qual foram pesquisadas 5.933 famílias, em 76 municípios; a etapa final está prevista para os próximos anos, respeitado o tempo mínimo necessário para que as famílias absorvam as ações do Programa.
- Capacitações para a Gestão e a Operacionalização do Programa Família Paranaense - mais de 4.000 pessoas participaram em seis eventos que abrangeram todos os Escritórios Regionais. Os eventos macrorregionais de Intersetorialidade para os Comitês Municipais iniciaram em outubro, e o III Seminário Estadual Intersetorial ocorreu em novembro.

16.2 Assistência Social

Em 2017, foi realizada a XII Conferência Estadual da Assistência Social no Paraná, com a participação de aproximadamente 600 atores sociais, entre gestores, beneficiários e conselheiros da política. O Paraná é o primeiro estado a ter um Plano Decenal de Assistência Social, com vigência até 2026, que foi publicado em novembro de 2016 e divulgado em 2017. O Estado tem descentralizado e simplificado o repasse de recursos, fortalecendo a gestão municipal, e encontra-se em processo o rearranjo dos cofinanciamentos estaduais fundo a fundo, de forma a migrar todas as etapas para uma plataforma eletrônica.

16.2.1 Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

A promoção do aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social nos municípios paranaenses, em sua interface com as demais políticas públicas, concentrou-se no aprimoramento da gestão com foco na instrumentalização das equipes municipais e do Estado, no monitoramento dos Pactos de Aprimoramento Municipal e da Gestão Estadual do SUAS e na participação no debate nacional, junto às instâncias de deliberação do SUAS, para definição do novo Pacto de Aprimoramento dos Estados.

A Gestão do SUAS no âmbito do Estado do Paraná tem como objetivo, o planejamento das ações de capacitação, habilitando os profissionais e gestores municipais da assistência social, o assessoramento e apoio técnico aos municípios, e aos Escritórios Regionais, referente às temáticas de Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial e a Educação Permanente dos trabalhadores do SUAS, visando a qualificação e aprimoramento da Gestão da Política de Assistência Social. Para a concretização desses objetivos, destacam-se as seguintes ações:

- Coordenação e apoio técnico aos 399 municípios na elaboração e monitoramento dos Planos de Ações municipais.
- Acompanhamento e assessoria às equipes técnicas dos 22 escritórios regionais e dos municípios quanto à utilização e preenchimento de instrumentos de gestão do SUAS.
- Gerenciamento e alimentação do Cadastro de Entidades Sociais do Estado.
- Orientação das equipes municipais quanto à implantação da Vigilância Socioassistencial.
- Apoio técnico aos 399 municípios para a realização das Conferências Municipais de Assistência Social, em parceria com o Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS).
- Realização da Conferência Estadual da Assistência Social.
- Acompanhamento e monitoramento, junto às instâncias de pactuação e controle social, das metas do Plano Estadual de Assistência Social (2016-2019) e do Pacto de Aprimoramento de Gestão Estadual do SUAS, conforme Resolução n.º 18/2013 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
- Coordenação Estadual do Programa Nacional de Capacitação do SUAS (Programa CapacitaSUAS), em parceria com as Universidades Estaduais do Paraná e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).
- Produção e divulgação de notas e estudos técnicos para orientação das equipes municipais quanto aos conceitos e procedimentos de Gestão do Trabalho.
- Reestruturação do Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS (NEEP-SUAS-PR).
- Desenvolvimento do Programa de Residência Técnica no SUAS.

- Reuniões técnicas, *web*conferências e videoconferências de assessoramento às equipes regionais da SEDS e municipais para apoio e orientação quanto aos processos de trabalho da Gestão do SUAS.

16.2.2 Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica atua na gestão, no fortalecimento, no assessoramento, na definição de Diretrizes da Política de Assistência Social e na capacitação das equipes dos Escritórios Regionais da SEDS e dos municípios, visando à prevenção de situações de risco para a população em situação de vulnerabilidade.

Dentre as ações realizadas estão a implantação e a implementação da rede socioassistencial, o acompanhamento e o assessoramento do cofinanciamento aos serviços tipificados de proteção social básica junto aos municípios, além das atribuições vinculadas à Política de Assistência Social junto ao Cadastro Único para Programas Sociais, Programa Bolsa Família, Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho), Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) Trabalho, BPC Escola, Programa Centro da Juventude/Paraná Seguro, Bolsa Agente de Cidadania, Adolescente Paranaense e benefícios eventuais.

- Apoio à construção de CRAS no Estado - em 2017, foi inaugurada uma unidade e quatro estão em fase de construção. Foram contratadas empresas para a elaboração de Projeto de Implantação e Execução para mais 28 construções de CRAS.
- Processo de Aperfeiçoamento Gradativo - acompanhamento das unidades de CRAS que apresentaram dificuldades frente à Resolução n.º 21, de 2013, da CIT. No ano de 2017, seis CRAS superaram inadequações, e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) restabeleceu os repasses de recursos do Piso Básico Fixo.
- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) - continuidade aos processos de orientação, acompanhamento e assessoramento técnico junto aos 567 CRAS que ofertam o PAIF em 399 municípios, bem como o apoio financeiro para 112 municípios contemplados pelas Deliberações n.º 34 e 52, de 2012, do CEAS, para a implementação do Serviço. Destaca-se ainda que o Piso Paranaense de Assistência Social I (PPAS) ofertou cofinanciamento a 171 municípios, podendo qualificar a execução do PAIF.
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários; os 172 municípios contemplados com o cofinanciamento (PPAS), utilizaram recursos para a execução do SCFV e está em tramitação o repasse de recursos previstos

na Deliberação n.º 62/2016 do CEDCA. Até novembro foram pagos, para 83 municípios, o valor de R\$ 3,9 milhões.

- Programa Centros da Juventude - o Centro da Juventude se constitui em um espaço de referência para adolescentes e jovens, acessível, aberto e democrático que possibilite o desenvolvimento e participação em ações que ofereçam a formação pessoal, profissional e política. Dentro da Política de Assistência Social os Centros da Juventude desenvolvem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), promovendo a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social. São 24 Centros da Juventude registrados em funcionamento.
- Bolsa Agente de Cidadania - o Programa é desenvolvido pelos Centros da Juventude de 18 municípios; em 2017, houve aumento de 30,0% no investimento em relação a 2016; foram pagas 1.802 bolsas mensais de R\$ 150,0 totalizando R\$ 270,3 mil.
- Programa Paraná Seguro - o Incentivo Centro da Juventude-Paraná Seguro, por meio da Deliberação n.º 40/2017 do CEAS, destinou recursos no montante de R\$ 3,6 milhões para 13 Centros da Juventude, que serão transferidos via Fundo a Fundo a 12 municípios. Encontra-se em fase de formalização um convênio com o município de Curitiba para destinação de R\$ 595,0 mil para dois Centros de Juventude, totalizando 15 Centros da Juventude cofinanciados.
- Programa Território da Juventude - foram prorrogados os Termos de Ajuste para construção dos Territórios nos municípios de Capanema, Coronel Vivida, Assis Chateaubriand, Medianeira, Carambeí, Ibituva, Arapoti, Goioerê; estão em processo de formalização de convênio para construção nos municípios de Santa Helena e Tupãssi.
- Programa Adolescentes Paranaenses - aderiram ao Programa 37 municípios, com 38 coletivos, sendo que 15 convênios estão em execução, com investimento em 2017, de R\$ 100,0 mil.
- Benefícios Eventuais - cofinanciamento estadual aos municípios, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, destinou R\$ 1,8 milhão por meio das Deliberações n.º 51, 65 e 76/2017 contemplando 227 municípios.
- Programa BPC na Escola - em 2017, foram 157 municípios que aderiram ao Programa e 131 renovaram a adesão.
- Programa BPC Trabalho - assessoramento aos 34 municípios que aderiram ao Programa e realizaram as ações junto ao Programa ACESSUAS Trabalho.
- Programa Bolsa Família (PBF) - destaque para o fomento às ações de aprimoramento e implementação das Coordenações Municipais Intersetoriais do

Programa Bolsa Família para os 399 municípios, com 264 Coordenações constituídas e 392.596 famílias paranaenses beneficiárias do Programa.

- Capacitações da Proteção Social Básica: a) Capacitação do Formulário do CadÚnico - 08 turmas para 175 pessoas; Capacitação de Gestão do CadÚnico e Programa Bolsa Família - 01 turma com 12 participantes; Webconferências CadÚnico e Programa Bolsa Família; b) Treinamento de Multiplicadores do Estado referente ao Programa Criança Feliz; Videoconferência do Comitê Intersetorial Programa Criança Feliz; Seminário de Implantação do Programa Criança Feliz com 162 participantes; Capacitação para Supervisores do Programa Criança Feliz com 34 participantes; c) II Encontro Estadual de Centros da Juventude, com a participação de 132 pessoas; 8º Encontro Nacional Intersetorial de Coordenadores do CadÚnico com 108 participantes tendo 20 Estados representados; d) *webconferência* sobre SCFV.

16.2.3 Proteção Social Especial

Em 2017, merece destaque o início do repasse a 21 municípios que aderiram à expansão do Governo Estadual para os serviços de Abordagem Social (R\$ 1,8 milhão) e Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias - População em Situação de Rua (R\$ 3,4 milhões). Também merece destaque a reabertura de adesão ao cofinanciamento estadual, em função da mudança de gestão municipal, para o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, nas modalidades: Casa Lar e Abrigo Institucional; Acolhimento em República e em Família Acolhedora, propiciando a adesão de mais sete municípios, totalizando 99 cofinanciados para este fim, e investimentos de R\$ 512,5 mil ao mês.

Foi elaborada e aprovada proposta de incentivo financeiro para implantação em até 100 municípios do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, com investimento de R\$ 5,0 milhões. Com intuito de sensibilizar e fomentar os atores sociais envolvidos foi realizado o I Encontro Estadual de Acolhimento Familiar, com 512 participantes presenciais e 300 via *webcast*. Também foi realizado o III Seminário Estadual das Ações Estratégicas do PETI; um Encontro dos municípios com Serviços destinados à População em Situação de Rua; e o Encontro para Residências Inclusivas e Centro Dia para Pessoas com Deficiência. No carnaval foi realizada a Campanha de Erradicação do Trabalho Infantil.

16.2.3.1 Programas e Serviços de Média Complexidade

Atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social por ameaça ou violação de direitos, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e que demandam intervenções

especializadas. Objetivando organizar no Estado a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, continuado e articulado com a rede de serviços socioassistenciais a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, destacam-se as seguintes ações:

- Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) - acompanhamento e orientação a 180 CREAS em 157 municípios; acompanhamento da implementação e implantação dos CREAS municipais, cofinanciados pela expansão regionalizada (PPAS III) para ofertar serviço do PAEFI, no valor de R\$ 2,5 mil ao mês, acompanhamento e assessoramento aos municípios que receberam recursos do PAEFI entre 2013 e 2015, oriundos da Deliberação n.º 35/2012.
- Início do repasse oriundo da Deliberação CEAS n.º 51/2016, que possibilitou expandir o cofinanciamento para o Serviço Especializado de Abordagem Social a 21 municípios, configurando R\$ 120,0 mil ao mês.
- Assessoramento, por meio das equipes regionalizadas, aos 144 municípios que executam o serviço de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.
- Realizado processo de adesão dos municípios ao Programa Estadual Liberdade Cidadã. O CEDCA, na Deliberação n.º 54/2016, aprovou investimento de R\$ 13,2 milhões, a 144 municípios que realizam Medida Socioeducativa em Meio Aberto, destes 134 encaminharam documentação para análise, o que representa 93,0% dos elegíveis. Em 2017, 52 municípios receberam um total de R\$ 4,9 milhões.
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua - manutenção do cofinanciamento, por meio do PPAS II, que totaliza R\$ 2,1 milhões. Este Serviço (Centro POP) executa exclusivamente serviço especializado para pessoas em situação de rua, prioritariamente em 16 municípios de médio e grande porte, com capacidade de atendimento de aproximadamente 2.100 pessoas e suas famílias em 21 unidades.
- Centro Dia para Pessoa com Deficiência em Curitiba - cofinanciamento com recursos estaduais no valor anual de R\$ 240,0 mil, ofertando atendimento especializado a pessoas com deficiência e suas famílias, havendo algum grau de dependência ou agravamento de limitações, por violações de direitos.

16.2.3.2 Programas e Serviços de Alta Complexidade

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral (moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido) para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça,

necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário. Visando garantir proteção integral a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantam o acolhimento com privacidade, o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitário e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas, destacam-se as seguintes ações:

- Realizado processo de adesão dos municípios ao Programa Estadual Crescer em Família, com análise da documentação e dos projetos, para repasse de incentivo financeiro aos municípios e instituições em seus territórios que realizam acolhimento institucional para crianças e adolescentes até 18 anos. O CEDCA aprovou R\$ 21,0 milhões em incentivo, com 202 municípios elegíveis por executarem o Serviço de Acolhimento Institucional, Acolhimento Familiar ou Apadrinhamento Afetivo, destes 179 encaminharam documentação para análise, que representa 87,0% dos elegíveis. Em 2017, 90 municípios receberam R\$ 9,5 milhões.
- Manutenção e ampliação do cofinanciamento estadual, por meio da reabertura das adesões, pactuado na Comissão Intergestora Bipartite (Resolução n.º 09/2014) e deliberado pelo CEAS (Deliberação n.º 39/2014), por meio do PPAS IV, para 99 municípios que assinaram o Termo de Adesão de reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos, no valor mensal de R\$ 512,5 mil e anual de R\$ 6,1 milhões, bem como o acompanhamento e assessoramento aos municípios.
- Acolhimento de Idosos - oferta de 38 atendimentos em duas instituições, com investimento anual de R\$ 785,0 mil.
- Acolhimento para Pessoas com Deficiência - aproximadamente 180 atendimentos, em parceria com quatro entidades, em torno de R\$ 5,2 milhões ao ano. As vagas são dirigidas às demandas dos municípios de pequeno porte I e II, em serviços de acolhimento institucional para pessoas com deficiência, em situação de risco, com vínculos familiares rompidos, e proporcionando ações de reinserção familiar e comunitária.
- Acolhimento institucional para pessoas com deficiência - repasse fundo a fundo a dois municípios (com um acolhido cada), no valor de R\$ 2,4 mil ao mês por pessoa.
- Residências Inclusivas - modalidade de acolhimento institucional voltada a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, prioritariamente àqueles atendidos pelo BPC, que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar, ou ainda em processo de desinstitucionalização de abrigos de longa permanência. Cofinanciadas seis Residências Inclusivas em cinco municípios, no valor de R\$ 5,0 mil mensais. Foram mantidas duas unidades de Residências Inclusivas Estaduais, na perspectiva regional, com capacidade de 20 vagas e investimento anual de R\$ 360,0 mil.

- Acolhimento para Adultos e Famílias - manutenção do cofinanciamento estadual para quatro municípios, atendendo 250 pessoas, com R\$ 25,0 mil ao mês.
- Expansão do Acolhimento Institucional a Pessoas em Situação de Rua, ampliando o número de municípios ou aumentando os valores repassados, a 21 municípios, resultando no investimento de R\$ 231,0 mil ao mês, com possibilidade de atendimento a 1.500 pessoas e/ou famílias.
- Termo de Cooperação entre a SESA e a SEDS para assessoramento e visitas técnicas, bem como apoio à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) na avaliação e análise dos egressos do Sistema Penitenciário, com intuito de encaminhamentos para retorno à vida em sociedade.

16.3 Garantia de Direitos

A SEDS adota uma abordagem integradora às políticas públicas, para concretizar iniciativas de Garantia de Direitos, Proteção Integral e enfrentamento às violências sofridas por cidadãos paranaenses. A articulação intermunicipal e a construção de diálogos inovadores entre as políticas permitem ação integrada com todos os agentes, efetivando e fortalecendo os princípios da proteção integral.

16.3.1 Política da Promoção de Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência

Atuação prioritária de integração e articulação com as demais coordenações da SEDS, com os órgãos da administração pública, direta ou indireta, e entidades da sociedade civil, destacando a formulação de estratégias voltadas à integração das ações na execução da política. Objetivando a garantia de direitos e a ampliação de oferta de serviços que assegurem condições de acesso igualitário à pessoa com deficiência, destacam-se as seguintes ações:

- Tramitação do Anteprojeto de Lei para a criação do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná.
- Aprovação do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com previsão de publicação em dezembro de 2017, onde constam as ações a serem desenvolvidas pelas políticas setoriais para efetivação do Programa Amigo Paranaense.
- Projeto Praia Acessível: viabilização de acesso à praia e ao mar de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, em parceria com a SANEPAR, nos municípios de Pontal do Paraná, Matinhos, Guaratuba e Santa Helena. Foram realizados 487 atendimentos a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Na temporada de 2017/2018 o projeto será ampliado em mais 10 pontos, 09 no Litoral e 01 em Santa Helena.

- Isenção Tarifária de Transporte Intermunicipal: análise de 7.200 requerimentos em 2017. Implantação e capacitação de servidores sobre o Sistema do Passe Livre Intermunicipal (SPL), que informatiza e dá celeridade ao requerimento de isenção tarifária intermunicipal.
- Elaboração, publicação e distribuição da cartilha Direitos da Pessoa com Deficiência, volume II, da Coleção Paraná Inclusivo; Publicação do Guia de Criação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- Realização do II Encontro da Transversalidade na Política de Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência - 470 participações presenciais e via *webconferência*.
- Apoio aos municípios e organizações da sociedade civil sobre ampliação das instâncias de deliberação, execução e fiscalização da política.
- Parceria com a SESP para encaminhamento de 73 denúncias recebidas por meio do Departamento de Inteligência do Estado - Disque Denúncia 181; encaminhamento de 413 denúncias registradas no Disque 100 Direitos Humanos para o Ministério Público.
- Assessoramento a 17 organizações da sociedade civil em relação às alterações dos Planos de Aplicação e prorrogação de prazos de vigência e execução dos convênios oriundos da Deliberação n.º 133/2014 do CEDCA.
- Atendimento a quatro organizações da sociedade civil para viabilização de emendas parlamentares de cessão de veículos, de modo a fortalecer o atendimento ofertado pelas organizações às pessoas com deficiência.
- Análise de 76 projetos provenientes do Edital 002/2017, do CEDCA, para atendimento de organizações da sociedade civil que prestam atendimento às crianças e adolescentes com deficiência.
- Implantação da Central de Interpretação de Libras, por meio de parceria com o município de Curitiba.

16.3.2 Política da Defesa de Direitos da Mulher

Promove a consolidação da Política Estadual dos Direitos da Mulher, propiciando a coordenação, integração e articulação estadual. Promoção da integração com as unidades operacionais da SEDS, demais órgãos do Estado e movimentos sociais organizados, para a formulação e implementação de estratégias, fortalecendo a pauta das mulheres na agenda das políticas públicas, e potencializando as ações do poder público ao contribuir para a reversão do quadro de desigualdades persistente na sociedade. Objetivando garantir direitos, promover a igualdade e incorporar as mulheres como sujeitos políticos, a SEDS

atuou na articulação, elaboração, coordenação, organização e implementação das políticas públicas para as mulheres no estado, destacando-se as seguintes ações:

- Assessoramento técnico do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná (CEDM), conforme as diretrizes do Plano Nacional da Política para Mulheres; está sendo elaborado o segundo Plano Estadual Transversal de Políticas para Mulheres, em conjunto com o Conselho Estadual, que terá vigência de 2018 a 2021.
- Casa da Mulher Brasileira (CMB) - de gestão compartilhada, por meio do Colegiado Gestor, contempla os seguintes órgãos estaduais: Delegacia Especializada da Mulher (DEAM), Polícia Militar, Defensoria Pública, Coordenadora Estadual representando a SEDS; realizou 257 atendimentos em 2017.
- Gerência do Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) - acolhida a mulheres em situação de violência doméstica da Região Metropolitana. Oferta, entre outros serviços, atendimento psicológico, social e jurídico, com orientações e informações à mulher em situação de violência. Foram realizados 288 atendimentos.
- Implementação e funcionamento regular das Unidades Móveis do Programa Mulher Viver sem Violência (Ônibus Lilás) - adaptado para atendimento individualizado às mulheres do campo e da floresta em situação de violência doméstica; em 2017, realizou cerca 320 atendimentos e 4.320 orientações em 37 municípios.
- Realização de evento na Comunidade Quilombola do município da Lapa em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Negra, Latina e Caribenha. Neste evento foram desenvolvidas atividades culturais, como rodas de leitura, sessão de cinema, apresentações de capoeira, dança e recreação com as crianças. Foram prestadas orientações de equipe socioassistencial no Ônibus Lilás, acerca dos direitos das mulheres, tipos de violência e da Lei Maria da Penha.
- Capacitação dos profissionais da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, presencial, via *web* e videoconferência sobre Garantia de Direitos e Assistência Social às Mulheres em Situação de Violência.
- Parceria com a Superintendência da Assistência Social para implantação do Benefício Eventual aos 399 municípios do Paraná, priorizando a sua utilização para atendimento às mulheres em situação de violência.
- Parceria com a iniciativa privada para execução do Projeto Costurando o Futuro, viabilizado por intermédio do Paraná Competitivo. Atendimento de mulheres de 10 municípios da regional de Francisco Beltrão, sendo 20 mulheres por turma, totalizando 200 mulheres, para o desenvolvimento de habilidades técnicas de alta-costura, designer, competências empreendedoras e reutilização de retalhos.
- Elaboração do Guia de implantação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher (CMDM) e dos Organismos da Política da Mulher (OPM).

- Fomento à implantação dos CMDM e OPM, com aumento de 40 para 86 municípios com CMDM e, de 11 para 24 municípios com OPM.
- Criação do Grupo de Trabalho para a implementação no Paraná das Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar, com perspectiva de gênero, as mortes violentas de mulheres (Feminicídio).

16.3.3 Política dos Direitos da Criança e do Adolescente

Coordena a Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, realiza assessoramento técnico e articulação intergovernamental e intersetorial nos assuntos relativos à política, garantindo sua execução, em articulação com o CEDCA. Objetivando assegurar, de forma prioritária e permanente, os direitos fundamentais garantidos às crianças e adolescentes paranaenses e a efetivar a política da garantia da proteção integral delas, foram realizadas as seguintes ações:

- Implementação e acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná, com a gestão de processos de acompanhamento e monitoramento do plano de ação pactuado.
- Assessoramento, fomento e incentivo à elaboração dos Planos Decenais Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Como resultado, mais de 370 municípios elaboraram e apresentaram o Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que representa mais de 93,0% dos municípios do Estado.
- Assessoramento aos 399 municípios para a utilização do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT WEB). No Estado, 249 municípios alimentam o SIPIA CT WEB e têm suas demandas, tais como problemas na operação e alimentação do sistema, atendidas.
- Curso de Capacitação de Nível Intermediário no SIPIA CT WEB - ofertado na modalidade à distância, com 35 horas/aula e 2.105 vagas a conselheiros tutelares.
- Execução do Programa de Investigação de Paternidade - contrato com empresa particular para serviços nas áreas de genética e biologia molecular humana, garantindo a realização de mais de 380 exames em 2017. Neste ano o Programa dobrou as modalidades de atendimento, ampliando as possibilidades de atendimento dos beneficiários da justiça gratuita. O Programa envolve o Laboratório de Estudos e Aplicações de Polimorfismos de Ácido Desoxirribonucleico (DNA) implantado na Universidade Estadual de Londrina (UEL), para o qual estão sendo definidos os fluxos de atendimento e funcionamento.
- Acompanhamento de 258 projetos apresentados por entidades que atendem crianças e adolescentes com deficiência.
- Ações de Aprendizagem e Qualificação Profissional - fomento à implantação, continuidade e ampliação de vagas: a) a campanha Aprendizagem Profissional foi

lançada em junho com materiais gráficos, mídia de TV, rádio, mobiliário urbano e redes sociais; b) em apoio a programas de aprendizagem e de qualificação profissional, 122 municípios aderiram à Deliberação n.º 052/2016 e estão com processos em tramitação para recebimento de recursos; c) realização de 21 seminários regionais de aprendizagem profissional que abrangeram as 22 regionais da SEDS com o intuito de fomentar as ações de aprendizagem profissional nos municípios.

- Censo do Sistema de Garantia de Direitos (CENSO-SGD) - processo de levantamento de dados com o objetivo de efetuar um diagnóstico da situação estrutural e de funcionamento dos Conselhos Tutelares (CTs) e Conselhos Municipais de Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA) no Estado do Paraná. O Censo foi elaborado a partir do recebimento das informações fornecidas por 419 conselhos tutelares, que abrangem 398 municípios paranaenses.
- Ações para o Enfrentamento às violências contra a criança e o adolescente - registro das denúncias encaminhadas pelo Departamento de Inteligência/SESP (Disque Denúncia 181), no Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA CT WEB); realização do Seminário Estadual de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes; Execução das campanhas Viva Infância - Etapa 2 e Defenda o Adolescente, que contou com a produção e distribuição de cartilhas, cartazes e vídeos para TV e internet, e campanha Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Estradas, que foi lançada em fevereiro de 2017, tendo atingido todos os municípios do Estado, com produção de filme e produção e distribuição de material gráfico (outdoor, cartazes e folhetos) nos pontos de maior vulnerabilidade à exploração sexual.
- Publicação e distribuição de materiais para os equipamentos de atendimento à criança e ao adolescente e à sociedade em geral, bem como publicação e distribuição do livro Proteção Integral de Crianças e Adolescentes: instrumentos normativos nacionais e internacionais (10.000 exemplares).
- Elaboração de Projeto Padrão do Estado para construção de sedes de conselhos tutelares em 31 municípios, com recursos repassados à Paraná Edificações para construção direta. O Projeto elaborado foi disponibilizado para todos os municípios do Estado.
- Assessoramento e apoio a projetos de entidades que acessam recursos por meio de editais de chamamento público e projetos aprovados junto ao banco de projetos.
- Apoio às ações de outras secretarias, com repasse de recursos, tais como ações relacionadas à socioeducação (projetos Karatê no CENSE, Aproximando Famílias, qualificação de profissionais, Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM, dentre outros).

16.3.4 Política Estadual da Pessoa Idosa

Responsável pelo planejamento, acompanhamento e monitoramento de programas, projetos e ações relacionados aos direitos da população idosa em âmbito estadual, bem como a integração e articulação com o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, as unidades da SEDS e demais órgãos da Administração Pública Estadual, de acordo com as atribuições de cada política pública setorial instituída, além dos órgãos e entidades nacionais e municipais.

Em 2017, foram alcançadas metas de excelência em relação à pessoa idosa do Paraná, uma vez que o Estado alcançou o percentual de 90,0% dos municípios com Conselho Municipal Dos Direitos Da Pessoa Idosa. Em 31 de dezembro de 2016, o Paraná contava com 298 conselhos, 86 fundos e 02 planos municipais dos direitos da pessoa idosa. Em 2017, conta com 361 conselhos, 268 fundos municipais e 153 planos municipais, à frente de todos os Estados da Federação na Política da Pessoa Idosa. Além disso, houve o lançamento de dois materiais gráficos: *Dê Preferência a Pessoa Idosa na Fila* e *Quem Já Percorreu um Longo Caminho Merece o Nosso Respeito*, uma campanha sob o título *Valorização da Pessoa Idosa* veiculada em televisão aberta e *spots* de rádio, e a impressão de duas cartilhas *Conhecendo os Direitos da Pessoa Idosa*, a qual trata sobre os direitos da pessoa idosa previstos no Estatuto do Idoso, e o *Manual de Prevenção a Acidentes de Pessoas Idosas*, com relação de cuidados e prevenção de acidentes deste público.

Ações realizadas:

- Disque Idoso Paraná - foram realizados 1.034 atendimentos com orientações, esclarecimentos dos direitos da pessoa idosa e encaminhamentos de denúncias aos órgãos competentes.
- Distribuição de 34 mil exemplares de materiais de divulgação sobre os direitos da pessoa idosa, como Estatutos do Idoso, flyers e cartazes *Respeito a Pessoa Idosa* e *Dê Preferência a Pessoa Idosa na Fila*, cartilhas *Conhecendo os Direitos da Pessoa Idosa* e outros materiais diversos afetos à política da pessoa idosa.
- Monitoramento do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná com apresentação de resultados obtidos nos primeiros três anos ao Conselho Estadual do Idoso (CEDI).
- Aprovação da Deliberação n.º 001/2017 pelo CEDI, com a disponibilização de R\$ 4,0 milhões para repasse na modalidade fundo a fundo aos municípios, para o atendimento a projetos voltados à pessoa idosa. Ao total 263 municípios do Paraná apresentaram projetos.
- Aprovação de R\$ 4,0 milhões de recursos advindos do FIPAR para atendimento a projetos de entidades da Sociedade Civil para Garantia de Direitos da Pessoa Idosa.
- Orientação e apoio técnico aos municípios paranaenses: realização de capacitações em sete macrorregiões do Estado para o fortalecimento da rede de garantia dos direitos da pessoa idosa, com auxílio técnico aos municípios para a

construção de conselhos, fundos e planos municipais dos direitos da pessoa idosa. Em 2015, nas capacitações oferecidas por esta Coordenação, houve a participação de 16,0% dos municípios do Estado; em 2016, a participação de 45,0% dos municípios; e, em 2017, 76,0% dos municípios do Paraná (302 municípios), participaram das capacitações ofertadas.

- Em 2017, o Paraná superou todos os Estados da Federação ao atingir 90,0% dos municípios com conselhos municipais dos direitos da pessoa idosa.
- Realização de três seminários abertos à comunidade para tratar de temas afetos aos direitos da pessoa idosa: Enfrentamento à Violência a Pessoa Idosa (junho); Valorização à Pessoa Idosa (setembro); Prevenção ao Suicídio de Pessoas Idosas: Um desafio em Tempos Contemporâneos (dezembro); com inscrições feitas pela Escola de Gestão e transmissão via webconferência para todo o Paraná, abrangendo 2.500 pessoas entre participações presenciais e a distância.
- Lançamento da Campanha de Valorização à Pessoa Idosa, com vídeo para canais abertos da televisão e spots de rádio, em parceria com o CEDI.

16.4 Participação e Controle Social

- Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS/PR) - realização de 11 reuniões ordinárias e uma reunião ampliada e descentralizada em Ponta Grossa em abril, sobre o processo organizacional das Conferências Municipais de Assistência Social; realização da XII Conferência Estadual de Assistência Social em Curitiba, em outubro, com o tema Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS; realização do 39º Encontro do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social (FONACEAS) e Conselho da Assistência Social do Distrito Federal (CAS DF), em novembro, em Curitiba, com o assunto Preparação para a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, fortalecendo o controle social do SUAS.
- Comissão Intergestora Bipartite (CIB) - oito reuniões ordinárias realizadas. As reuniões da CIB/PR é o espaço de interlocução entre os gestores municipais do Estado, tendo como objetivo principal a pactuação da organização do Sistema Estadual de Assistência Social.
- Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa (CEDI) - onze reuniões ordinárias, uma extraordinária e uma reunião ampliada em Foz do Iguaçu (outubro), abertas ao público, com participação popular tendo como principais resultados, em 2017: realização em parceria com a SEDS da Campanha de Valorização a Pessoa Idosa, divulgada em canais de televisão aberta e spots de rádio; aprovação da Deliberação n.º 001/2017, com a disponibilização de R\$ 4,0 milhões para repasse na modalidade fundo a fundo aos municípios, para o atendimento a projetos voltados à pessoa

idosa; aprovação de R\$ 4,0 milhões de recursos advindos do FIPAR para atendimento a projetos de entidades da Sociedade Civil para Garantia de Direitos da Pessoa Idosa.

- Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) - onze reuniões ordinárias, sete extraordinárias e uma reunião ampliada por meio de videoconferência (setembro), tendo os Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Gestores Municipais, Membros das Comissões Regionais de Enfrentamento a Violência, Trabalhadores do Sistema de Garantia de Direitos e os representantes governamentais e da sociedade civil como público-alvo. Temas abordados: Conselhos de Direitos, Enfrentamento às violências; orientação aos municípios e às organizações da sociedade civil sobre repasse de recursos Fundo a Fundo.
- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM) - dez reuniões ordinárias realizadas, possibilitando a participação popular e propondo diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e exercendo a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres no Estado do Paraná. Destaca-se para este ano a construção do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres.
- Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE) - seis reuniões ordinárias. Neste ano, o maior avanço na política destinada ao atendimento de pessoas com deficiência, foi a aprovação do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que tem por objetivo assegurar o desenvolvimento de ações voltadas a este segmento da população para o quadriênio de 2018/2021.

16.5 Resumo da Execução Financeira

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE JANEIRO A 12 DE DEZEMBRO

ATIVIDADES	EMPENHADO (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	35.176.137,31
Gestão Administrativa	9.567.487,69
Luz Fraterna	126.196.579,79
Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA)	69.859.066,79
Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS)	114.985.644,40
Fundo Estadual da Saúde (FUNSAÚDE)	4.693.625,74
Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (FEID)	3.474.719,37
Sistema Intersetorial de Proteção à Família	6.689.965,20
Garantia de Direitos da Mulher	1.340.629,42
Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência	284.605,54
TOTAL	372.268.461,25

FONTE: GFS/SEDS (dados do dia 05/12/2017)

Secretaria da Fazenda



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

17 Secretaria de Estado da Fazenda

A Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e suas vinculadas têm como finalidade obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar à administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e ampliar os setores da economia.

Para a execução dessas atribuições, está organizada em quatro Coordenações: do Tesouro Estadual (CTE); da Receita do Estado (CRE); de Gestão Estratégica e Tecnologia da Informação e Comunicação (CGETIC); do Orçamento Estadual (COE).

Deu-se continuidade ao ajuste fiscal iniciado em 2015, com o objetivo de equilibrar as contas públicas e gerar recursos para fazer face às despesas de custeio e aos investimentos. Os resultados e os avanços mais importantes alcançados, bem como as principais atividades da gestão financeira do Estado, seguindo as diretrizes de redução de despesas, renegociação de dívidas, incremento de receitas e melhoria da gestão, estão relatados a seguir.

17.1 Redução de Despesas

- Contingenciamento do Orçamento Geral do Estado em R\$ 9,9 bilhões, sendo: R\$ 8,7 bilhões do Tesouro, R\$ 1,2 bilhão de fontes de arrecadação descentralizadas, tendo em vista as incertezas no comportamento da economia. Até setembro estavam contingenciados cerca de R\$ 3,4 bilhões, sendo R\$ 3,1 bilhões do Tesouro e R\$ 287,7 milhões de fontes de arrecadação descentralizadas.
- Acompanhamento trimestral da execução do orçamento de investimento das empresas no Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME).
- Sistema RH Paraná - META4 - concluída a atualização tecnológica do sistema, a nova plataforma permitirá o processamento unificado da folha de pessoal de todos os órgãos e unidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, conforme disposto no art. 28 da Lei n.º 19.090/2017, e quando necessário, a segregação da folha por órgão ou unidade.
- Cotas Orçamentárias e Financeiras - manutenção da política de cota orçamentária trimestral e cota financeira mensal de gastos para cada secretaria, compatíveis com a disponibilidade financeira do Estado.
- Sistema de Avaliação do Gasto Público - monitoramento dos Indicadores de Gasto Mensal e Relatório de Desempenho Fiscal Mensal.
- Comitê de Qualidade da Gestão Pública - promoção de ações visando a qualidade e a racionalização do gasto público, buscando a sua realização na

medida de sua necessidade, bem como a ampliação da transparência na administração estadual, entre as quais destacam-se: a) elaboração do Decreto n.º 5.453/2016, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, que regulamentando a Lei Complementar n.º 104/2004, disciplina a concessão de diárias aos servidores civis e militares da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, estabelecendo normas para os seus deslocamentos; b) manutenção e aperfeiçoamento das consultas, relatórios e pesquisas realizadas no Portal da Transparência do Estado, relacionadas à transparência fazendária, especialmente quanto ao planejamento, orçamento, receitas, despesas, responsabilidade fiscal e legislação, bem como o aprimoramento dos seus respectivos gráficos interativos; c) atendimento e disponibilização de demandas de órgãos fiscalizadores e avaliadores de portais de transparência; d) inclusão de dados solicitados pelo cidadão com base na Lei de Acesso à Informação (transparência passiva); e) incremento de informações para atender a avaliação do Índice da Transparência e Cidadania Fiscal (ITCF), elaborado por grupo de trabalho integrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e pela Comissão de Gestão Fazendária (COGEF); f) desenvolvimento de sistema de consultas das Requisições de Pequeno Valor (RPV).

- Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) - sua operacionalização contribuiu com a Administração Direta em assuntos corporativos relevantes afetos às empresas sob controle do Estado, suas fundações e serviços sociais autônomos, especialmente no que tange aos temas: a) assuntos societários - padronização do Estatuto Social das companhias; constituição de regras para avaliação de indicação de membro para compor Diretoria, Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Indicação e Avaliação e outros Comitês Técnicos estatutários; avaliação de indicações para o exercício de cargos estatutários nas companhias em observância às regras da Lei Federal n.º 13.303/2016 e Decreto Estadual 5.725/2016; padronização de Regimentos Internos dos Órgãos Estatutários das companhias, bem como do Regimento Interno do Comitê de Indicação e Avaliação; fixação de diretrizes a serem seguidas pelos membros do Conselho de Administração das companhias indicados pelo Estado; orientação de voto do representante do Estado nas Assembleias Gerais de Acionistas; apoio na extinção do Centro de Convenções de Curitiba; b) Política Salarial - estabelecimento de diretrizes padronizadas para negociação salarial; avaliação de negociações salariais e de programas de participação nos lucros e resultados instituídos nas companhias; fixação de diretrizes para a elaboração de Programa de Dispensa Voluntária (PDV) e Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI); apoio técnico à Comissão de Política Salarial, relativo às negociações

salariais, abertura de concurso público e instituição ou revisão de Plano de Cargos e Salários (PCS); fixação de remunerações máximas aos administradores, Conselho Fiscal e Comitês das companhias estatais; c) Análise Econômico Financeira - avaliação do resultado das empresas estatais apurado no encerramento do exercício social; destinação dos resultados apurados; avaliação de aumento ou redução de capital social das empresas estatais; análise da participação de empresas do Estado em outras companhias.

- Extinção de 474 cargos em comissão e funções gratificadas nas Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) por meio da Lei n.º 18.928/2016, a partir de 1º de janeiro de 2017, e dos cargos em comissão e funções gratificadas remanescentes excedentes àqueles previstos na Lei n.º 16.372/2009, a partir de 1º de janeiro de 2018.
- Autorização para extinção, por meio da Lei n.º 18.929/2016: do Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR), passando suas atribuições para o Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG); do Centro de Convenções de Curitiba S.A. (CCC); e do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. (BADEP).
- Incorporação do Instituto de Florestas do Paraná pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG) por meio da Lei n.º 19.115/2017.
- Sancionada e Publicada a Lei n.º 19.090/2017, cujo art. 29 prescreve que todos os órgãos e unidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e os serviços sociais autônomos, observarão as diretrizes e determinações, quanto às despesas de pessoal, emanadas da Comissão de Política Salarial (CPS).
- Principais deliberações da CPS na área da Educação: a) proibição das disposições funcionais de servidores da área da educação, salvo se não houver ônus para a origem ou esta for ressarcida; b) vedada a prorrogação de contratos temporários; c) estabelecimento de novos critérios e ordem de prioridade para atribuição de aulas extraordinárias na SEED, a fim de privilegiar a presença em sala de aula; d) limite máximo de 1.500 licenças especiais a serem deferidas pela SEED em 2017, a serem concedidas preferencialmente aos servidores que estejam a menos de dois anos de completar os requisitos para a aposentadoria; e) estabelecido que nos convênios com as APAES e entidades assemelhadas, não haverá ampliação nem reposição do repasse técnico (servidores) quando dos afastamentos definitivos de qualquer natureza, substituindo-os por repasse financeiro; f) deliberação de 15 aulas-regência de 50 minutos para a jornada de trabalho de 20 horas, e de 30 aulas-regências de 50 minutos para a jornada de 40 horas; g) deliberação que, em 2018, não serão atribuídas aulas extraordinárias e/ou acréscimo de jornada aos professores que tenham sido afastados de função ou para tratamento de saúde por período igual ou superior a 30 dias, consecutivos ou não, no ano de 2017; h) estabelecimento de novos requisitos para a concessão de

TIDE nas IEES; i) vedada a concessão de TIDE aos docentes afastados por qualquer razão, exceto os afastamentos para a realização de cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado, desde que haja continuidade do projeto de pesquisa que motivou a concessão da gratificação; ao pessoal contratado por tempo determinado; aos servidores pertencentes à carreira técnica universitária; cumulativamente ao pagamento de serviço extraordinário ou hora-extra e plantão docente, exceto plantão docente na área de saúde.

- Extinção de 13.443 cargos em decorrência da Lei n.º 19.130/2017 que estabeleceu a extinção dos cargos de Agente de Apoio, Agente de Execução e Agente Profissional, dentre outras providências.
- Gratificação Intra Muros (GRAIM) – instituída por meio da Lei n.º 19.130/2017, proporcionando tratamento isonômico entre os servidores públicos estaduais que atuam em unidades penais ou em atendimento socioeducativo, eliminando as distorções remuneratórias entre servidores no exercício da mesma atividade.
- Instituição de Diária Especial por Atividade Extrajornada Voluntária para Policial Militar, Bombeiro, Educador Social, Agente Penitenciário ou integrante dos quadros próprios da Polícia Civil ou Científica. No mínimo seis horas contínuas, fora da jornada normal de trabalho (Lei nº 19.130/2017).
- Criação do Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários - CMEIV, para atividade administrativa interna remunerada na área de segurança pública e guarda de imóveis públicos (Lei nº 19.130/2017).
- Duplicação do valor do abono permanência das praças da Polícia Militar com 30 anos de serviço, para incentivar que policiais e bombeiros militares não se aposentem precocemente (Lei nº 19.130/2017).

17.2 Redução da Dívida

- Pagamento de Precatório e RPV - de janeiro de 2015 até outubro de 2017, foram pagos R\$ 2,5 bilhões em Precatórios e RPV.
- Restituições de ICMS e IPVA - de janeiro de 2015 até outubro de 2017, devolução de R\$ 30,4 milhões de impostos pagos em duplicidade ou recolhidos indevidamente pelo contribuinte.
- De janeiro de 2015 até outubro de 2017, pagamento de R\$ 3,6 bilhões de despesas de exercícios anteriores.
- Refinanciamento da dívida do Estado - assinatura de aditivos contratuais para aplicação dos novos indexadores sobre o contrato de refinanciamento da dívida do Estado, celebrado com base na Lei n.º 9.496/1997, proporcionando uma redução no saldo devedor de R\$ 523,0 milhões e da ordem de R\$ 6,0 bilhões no fluxo até 2028.

- Negociada com a União a carência dos pagamentos em 2016, e escalonamento crescente dos pagamentos a partir de 2017. Esta negociação gerou uma redução de desembolso de R\$ 490,2 milhões em 2016, e em 2017, de R\$ 851,0 milhões. Em contrapartida, o Estado se comprometeu em limitar, por dois anos, o crescimento das despesas fiscais correntes, em conformidade com o acordo entre a União e os entes federados firmado em 20 de julho de 2016.
- Negociada com a COPEL carência nos pagamentos de juros e amortização em 2016, e carência de amortização em 2017, referente à dívida da Conta de Resultados a Compensar (CRC). Em 2016, foram R\$ 159,0 milhões a menos de desembolso com o serviço da dívida e para 2017 estima-se a redução do desembolso da amortização de R\$ 126,0 milhões.
- Em função da assinatura dos novos Termos Aditivos, bem como da negociação da CRC e outras variações no estoque, o Serviço Total da Dívida do Estado teve uma redução muito significativa com uma economia maior que R\$ 845,0 milhões em 2017 (em 2015, foram gastos R\$ 1.745,0 milhões, e em 2017, serão menores que R\$ 900,0 milhões).
- Regulamentação da compensação de créditos de precatórios com dívidas ativas de pessoas físicas e jurídicas (Decreto n.º 8.470/2017).

17.3 Ampliação de Receitas

17.3.1 Tributárias

- Antecipação de recebíveis do Paraná Competitivo diretamente com as empresas no valor de R\$ 1,7 bilhão com distribuição adicional de R\$ 429,8 milhões de ICMS aos municípios.
- Novo Regulamento do ICMS (RICMS) - publicado o Decreto n.º 7.871/2017 que aprova o novo RICMS com produção de efeitos a partir de 1º de outubro de 2017, revogando o Decreto n.º 6.080/2012. O novo RICMS consolida as alterações ocorridas na vigência do RICMS anterior, adequa o regulamento às recentes normas de elaboração de textos normativos e à Lei Complementar n.º 176/2014, e cumpre a disposição do Código Tributário Nacional que determina a consolidação, em texto único, da legislação vigente.
- Nota Paraná - programa de estímulo à emissão de nota fiscal por todos os estabelecimentos comerciais do Paraná, mediante retorno de parte dos impostos pagos para os consumidores e distribuição de prêmios, lançado em 2015. Até novembro o programa apresentava 1,9 milhão de cidadãos cadastrados, 170,4 mil estabelecimentos comerciais participantes, 448,7 milhões de notas fiscais emitidas e R\$ 738,1 milhões em créditos concedidos.

- Regulamentada a legislação do Contencioso Administrativo e do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF), por meio do Decreto n.º 7.030/2017 e diversas resoluções, tornando as decisões mais céleres e transparentes.
- Projeto de combate aos contribuintes devedores contumazes - desde o início do projeto foram notificadas e estão sendo monitoradas 159 empresas, sendo que 31 encontram-se enquadradas, até novembro, no Regime Especial de Controle, de Fiscalização e de Pagamento, que as obriga a recolher o ICMS antecipadamente, por ocasião da ocorrência do fato gerador. Considerando os oito primeiros meses de 2017, a arrecadação aos cofres públicos deste grupo de 159 empresas foi de R\$ 70,3 milhões, contra R\$ 35,5 milhões no mesmo período de 2016, indicando um acréscimo de 98,0%, ou R\$ 34,8 milhões, na arrecadação de ICMS do Estado, sendo R\$ 9,6 milhões referentes ao Regime Especial. Além de colaborar para o aumento da arrecadação, o projeto tem contribuído para a cobrança das dívidas ativas de ICMS, bem como para trazer estes contribuintes para a adimplência no pagamento dos impostos gerados recentemente.
- Suspensão dos benefícios fiscais das empresas que estão inscritas no Cadastro Informativo Estadual (CADIN) - bloqueada a utilização de crédito presumido na EFD.
- Ampliação de protesto de Dívida Ativa para todo o Paraná - em 2016, esta ação resultou na arrecadação de R\$ 8,0 milhões e, somente até novembro de 2017, houve um incremento de 116,3%, com uma arrecadação de R\$ 17,3 milhões.
- Intensificação da cobrança do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) nas doações declaradas à Receita Federal do Brasil e não recolhidas ao Tesouro Estadual.
- Avaliação, verificação e atualização correta da aplicação das Margens de Valor Agregado (MVA) da substituição tributária.
- Desenvolvimento de ações para a cobrança de inadimplentes do IPVA: a) blitz para recuperação de débitos em atraso; b) envio de correspondências aos inadimplentes cobrando pendências.
- Intensificação do uso do instituto da autorregularização.
- Cancelamento da Inscrição Estadual de contribuintes do Simples Nacional, por omissão de declaração débitos de tributos estaduais, atividades vedadas.
- Exclusão de contribuintes do Simples Nacional que possuíam débitos perante a Fazenda Pública Estadual cuja exigibilidade não estava suspensa e/ou pendência cadastral.
- Exigência da aplicação da alíquota de 12,0% nas operações interestaduais com produtos importados constantes da lista da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

- Monitoramento da apropriação indevida de créditos de ICMS referentes a entradas interestaduais de produtos importados (Resolução 13/2012 do Senado Federal), creditando-se de 12,0% quando o correto seria de 4,0% (CAMEX invertida).
- Revisão dos benefícios fiscais vencidos em 2017.
- Limitação de valores de créditos apropriados no Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados (SISCREDA).
- Acompanhamento do recolhimento de ICMS-ST de autopeças e bebidas de estados não signatários e realizadas as autuações necessárias. Este conceito está sendo ampliado para outros produtos e expandido para todas as Delegacias Regionais da Receita.
- Integração, por meio da REDESIM, dos Cadastros da Receita Estadual e da JUCEPAR com o propósito de permitir a redução do tempo médio de abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas.
- Recomposição da carga tributária para 18,0% de medicamentos, fármacos, drogas, soros e vacinas.
- Redução do benefício de crédito presumido: a) para trigo em grão; b) de 11,0% para 10,0% para mistura para bolos, produtos de panificação e diversos outros produtos químicos; c) artigos para viagem, calçados, acessórios e artigos do vestuário (couro e têxtil); d) para suínos vivos; e) para derivados da mandioca; f) de importação de 6,0% para 4,0%.
- Inclusão de lâmpadas de LED, por meio do Decreto n.º 5.993/2017, na Substituição Tributária.
- Monitoramento com cruzamento das NFe com o Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório (PGDAS-D) e o Nota Paraná.
- Auditoria no PGDAS-D para identificar a utilização incorreta do percentual de isenção e redução da alíquota do ICMS.
- Monitoramento com o cruzamento da NFe e Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação (DeSTDA) - (Decreto n.º 442/2015).
- Monitoramento da não escrituração de Notas Fiscais de Saídas na escrita fiscal; da apropriação de créditos de ICMS referentes a Notas Fiscais canceladas pelos emitentes na sua escrita fiscal; da apropriação de créditos de ICMS em duplicidade na escrita fiscal; de nota fiscal de saída com valor declarado a menor na Escrituração Fiscal Digital (EFD); de Crédito de ICMS oriundo de NF modelo 1 com indícios de ilícito; da apropriação indevida de crédito (EFD diferente da NF).

17.3.2 Receitas Não-Tributárias

- Acompanhamento da apuração e recebimento dos recursos do Sistema de Compensação Previdenciária (COMPREV) entre o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).
- Depósitos judiciais - obtenção até novembro de 2017 da liberação do valor de R\$ 402,0 milhões.
- Alienação da participação acionária excedente do Estado na SANEPAR, sem perda do controle acionário que resultou em R\$ 882,0 milhões, somente com as ações em poder do Estado sem considerar as que estavam sob a administração do Fundo Garantidor de PPPs do Paraná.
- Gestão do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP) - com a finalidade de promover medidas destinadas à redução da pobreza, com ações focadas em assistência social, nutrição, habitação popular e proteção de direitos (Lei n.º 18.573/2015). Foram arrecadados R\$ 372,8 milhões em 2016, e somente nos nove primeiros meses de 2017, mais R\$ 343,6 milhões, totalizando para o período de fevereiro de 2016 até setembro de 2017 o montante de R\$ 751,0 milhões.
- Identificação e cobrança das contrapartidas sociais das empresas do Programa Paraná Competitivo.
- Liberação de financiamento do Banco do Brasil, no valor de R\$ 220,0 milhões, para obras em estradas que integram o Programa Rotas de Desenvolvimento.
- Operação de crédito no valor de US\$ 67,2 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para investimento em segurança pública.
- Aprovação, pelo Senado Federal, do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Paraná com o BID, no valor de US\$ 235,0 milhões, para aumento da eficiência e da competitividade produtiva, desenvolvimento de transporte sustentável e integração regional.

17.4 Melhoria da Gestão

- Revisão, Execução e Acompanhamento do Programa de Capacitação e Desenvolvimento da SEFA para o triênio de 2016 a 2018. Em 2017, foi priorizado o desenvolvimento das capacidades de liderança e gestão estratégica para resultados da Secretaria.
- Aprovado, por meio da Resolução n.º 1.826/2016, o planejamento estratégico da SEFA e instituído o painel de indicadores para mensurar os avanços em cada objetivo estratégico e possibilitar a gestão para alcançar os resultados esperados.
- Iniciada a implantação do e-Processo - sistema informatizado para o gerenciamento eletrônico de processos e documentos que, em sua primeira

etapa, tornará o Processo Administrativo Fiscal (PAF) totalmente eletrônico, melhorando a gestão, reduzindo custos e prazos, ampliando a capacidade e possibilitando melhorias em todos os processos da Secretaria e do Estado.

- Finalizado o processo de reestruturação da SEFA, com a aprovação do regimento interno por meio da Resolução n.º 1.132/2017.
- Iniciado projeto para implantação da gestão do clima organizacional na SEFA.
- Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. (BADEP) - em continuidade ao processo de liquidação e extinção do Banco, em 2017, foram realizadas diversas ações para que a extinção seja finalizada no primeiro trimestre de 2018. Entre estas ações estão: a) a venda de imóveis por meio de leilão, que rendeu R\$ 1,1 milhão; b) a transferência de imóveis ao Estado do Paraná; c) acordos e recebimento de créditos que contribuíram para o repasse de R\$ 14,1 milhões ao tesouro do Estado; d) desligamento de 21 funcionários.
- Contratação de novo Sistema de Gestão Tributária com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para modernização dos processos de Tributação, Arrecadação e Fiscalização da Receita Estadual.
- Contratação de nova solução integrada de gestão orçamentária, financeira e contábil (Novo SIAF) para modernizar e tornar mais eficiente a gestão fazendária do Estado.
- Modernização da Infraestrutura e Arquitetura de TI com a ampliação da Capacidade de Processamento e Armazenamento de Dados do Ambiente de Produção da SEFA para atender as ampliações, como a do ambiente autorizador de documentos eletrônicos da SEFA, que emite mais de sete milhões de documentos por dia, e também suportar os novos sistemas em fase de implantação como o e-Processo e o Novo SIAF.
- Renovação do Parque de Servidores de Rede das Delegacias Regionais da Receita Estadual.
- Desenvolvimento de diversas novas funcionalidades para disponibilizar melhores serviços aos contribuintes e melhorar a gestão dos processos de arrecadação e fiscalização.

17.5 Atração de Novos Investimentos

17.5.1 Programa Paraná Competitivo

Objetiva atrair novos investimentos, gerar emprego e renda, promover a descentralização regional e a preservação ambiental, pela indução do desenvolvimento industrial do Estado. Em 2017, o programa foi reestruturado por meio do Decreto n.º 6.434/2017, ampliando a abrangência para o comércio, notadamente o comércio eletrônico (*e-commerce*), e

possibilitando ainda a utilização de créditos de ICMS próprios para a aquisição de bens do ativo imobilizado, obras civis e veículos fabricados no Estado.

O programa contabiliza mais de 200 empresas na carteira, que proporcionaram ao Estado do Paraná R\$ 42,9 bilhões em investimentos no período de 2011 a dezembro de 2017, sendo R\$ 24,5 bilhões da iniciativa privada e R\$ 19,3 bilhões das estatais (R\$ 15,0 bilhões da COPEL, R\$ 4,0 bilhões da SANEPAR e R\$ 293,7 milhões da COMPAGAS). Estes investimentos resultaram na geração de 100 mil empregos diretos e 314 mil indiretos, totalizando 414 mil empregos gerados.

17.6 Resultados Alcançados

Comparativos entre os anos 2016 e 2017 (janeiro-outubro):

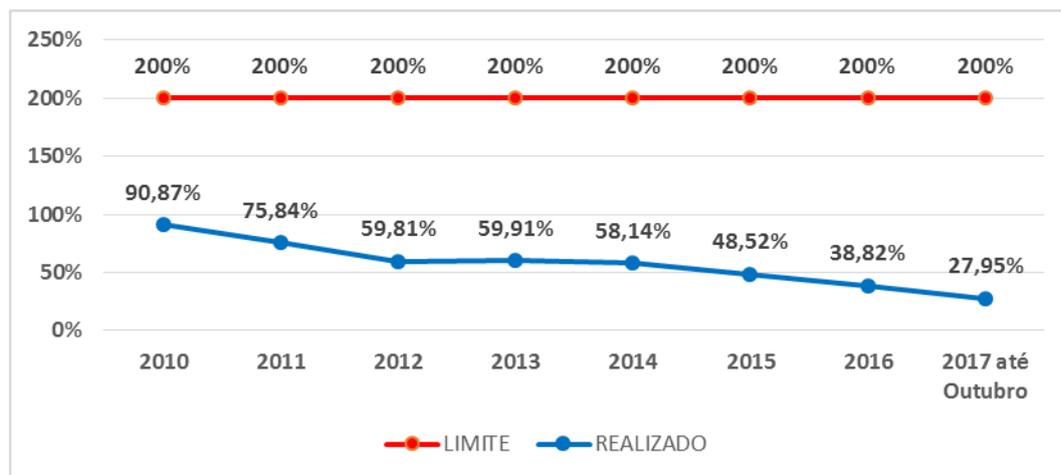
- Receita Corrente Líquida - de 2016 para 2017, mesmo com o crescimento do PIB do País muito próximo de zero, o Paraná apresentou um crescimento nominal de +7,7% e um crescimento real de +4,0%.
- Receita Corrente - comparativo entre os anos 2016 e 2017, com crescimento nominal de +9,3% e real de +5,5%. As Transferências da União também contribuíram um aumento real de +5,7%.
- Receita Tributária - comparativo entre os anos 2016 e 2017, com crescimento nominal de +11,9% e real de +7,9%, assim distribuídos: a) ICMS, valor nominal +14,2% e valor real +10,3%; b) IPVA, valor nominal +2,6% e valor real -2,0%; c) ITCMD, valor nominal +11,8% e valor real +8,2%; d) IRRF, valor nominal +3,4% e valor real -0,1%.
- Despesas Correntes - comparativo entre os anos 2016 e 2017, com aumento nominal de 6,8% e real de +3,1% e, com os principais itens de despesas liquidadas: a) pessoal, valor nominal +5,2% e valor real +1,6%; b) serviços de terceiros (pessoa jurídica), valor nominal +12,3% e valor real +8,7%.

17.7 Evolução dos Indicadores

Comparativos entre os anos 2016 e 2017 (janeiro-outubro):

- Limite de Endividamento - mede a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida e apresentou redução de 27,9%, passando de 38,8% para 28,0%.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA/RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (%)



- Limite de Despesa de Pessoal do Executivo - mede a relação das despesas com pessoal do Poder Executivo, aumentou em 0,7%, passando de 43,7% para 44,0%, bem próximo do limite de alerta. No entanto, até o final do ano, principalmente devido às promoções e progressões concedidas aos servidores, deve ficar próximo do limite prudencial.
- Limite de Despesa com Educação - mede as despesas com educação em relação ao mínimo constitucional e teve a aplicação de 34,1% da Receita Líquida de Impostos com Educação (13,7% acima do mínimo constitucional de 30,0%).
- Resultado Primário - indica a economia de recursos para pagamento da dívida. O resultado, antes deficitário em R\$ 177,9 milhões em 2014, fechou 2015 superavitário em R\$ 1,9 bilhão, fechou 2016 deficitário em R\$ 481,0 milhões e, em 2017, encontrava-se superavitário em R\$ 1,8 bilhão (valores nominais).
- Resultado Nominal - mede a variação da dívida fiscal líquida. O resultado fechou 2015 superavitário em R\$ 447,4 milhões, fechou 2016 superavitário em R\$ 2,8 bilhões e, em 2017, encontrava-se superavitário em R\$ 3,1 bilhões.

Secretaria de Infraestrutura e Logística



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

18 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) tem por missão a promoção de ações para a implantação e gestão da política de infraestrutura e logística, centrada no desenvolvimento sustentável e na priorização de investimentos.

Em atendimento a finalidade de promover ações eficazes, para possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias com segurança; reduzir custos operacionais; e ofertar infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroviária, aquaviária e dutoviária, condizentes com a demanda da sociedade paranaense, a SEIL é composta por suas unidades programáticas: Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP), Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL) e Departamento de Gestão de Projetos e Obras (DGPO). Na estrutura descentralizada, atua por meio de suas unidades vinculadas: Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE) e Paraná Edificações (PRED).

18.1 Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP)

Com atribuições de planejar, regulamentar, monitorar e implantar ações para a gestão de programas e projetos intermodais de infraestrutura e logística, desenvolveu as seguintes atividades:

- Gestão do Modal Rodoviário - revisão e edição anual do Sistema Rodoviário Estadual (SRE) em decorrência das análises de processos de municipalização e estadualização; atualização do cadastro que compõe a malha rodoviária estadual e envio do documento oficial para o Ministério dos Transportes, visando compor a base do Sistema Nacional de Viação; edição, formatação e contratação da impressão dos Mapas Político Rodoviários do Paraná - 2018; gestão do processo técnico-jurídico resultante do acordo com a União, referente a ações de federalização de rodovias, decorrente da Medida Provisória n.º 82/2002, em que 945 quilômetros rodoviários eram objeto da ação, sendo que, ao final foram federalizados 777,6 quilômetros rodoviários e os demais absorvidos à malha estadual.
- Gestão do Modal Aeroportuário - apoio técnico institucional aos administradores aeroportuários com o objetivo de melhorar a gestão e operação aeroportuária no Estado, bem como, auxiliar o Governo Federal para a definição de prioridades de investimentos no Programa de Investimento e Logística (PIL); edição, formatação e contratação da impressão dos Mapas Aeroportuários do Paraná - 2017.

- Gestão do Modal Hidroviário - desenvolvimento de ações de regulamentação do transporte aquaviário, por meio da coordenação do Grupo de Trabalho interinstitucional - GT Regulamentação das Travessias Aquaviárias do Paraná; elaboração de convênios de delegação às prefeituras de Pontal do Paraná e Paranaguá para a exploração dos terminais aquaviários de Pontal do Sul e Ilha do Mel; elaboração de norma de regulação para a exploração dos serviços de transporte aquaviários no Estado.
- Programa BID V - coordenação das missões de análise e orientação, bem como da missão de negociação para assinatura do Contrato de Empréstimo Internacional do Programa de Infraestrutura e Logística com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 435,0 milhões cujas principais ações previstas são: contratação de estudos e projetos multimodais; obras para ampliação de capacidade rodo e ferroviária; obras para repotencialização de terminais de cargas e contratação de planos para apoio ao planejamento multimodal.

18.2 Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística Municipal (DFIL)

Principais atividades:

- Modal Rodoviário - até 05 de outubro, foram firmados 23 novos convênios em 19 municípios totalizando um montante de R\$ 69,5 milhões, dos quais R\$ 63,3 milhões serão pagos pela SEIL e o restante, resultado da contrapartida dos municípios; no mesmo período foram firmados 22 novos Termos de Cooperação em 14 municípios, totalizando um montante de R\$ 2,7 milhões, dos quais R\$ 1,0 milhão será repassado na forma de vigas, lajotas e guarda-rodas pela SEIL e o restante, resultado da contrapartida dos municípios; deu continuidade aos convênios e termos de cooperação existentes, tendo sido pagos R\$ 27,2 milhões e finalizados 30 convênios e quatro termos de cooperação.
- Modal Aeroviário: a) Aeroporto Municipal de Cascavel - Coronel Adalberto Mendes da Silva - rescisão unilateral do contrato entre a PRED e a empresa contratada para construção do novo Terminal de Passageiros motivada por atrasos e descumprimentos contratuais (encontram-se em andamento as ações para o novo processo licitatório); as alterações e correções do projeto e orçamento estão sendo realizadas pelo município, para posterior encaminhamento à PRED e a Secretaria de Aviação Civil (SAC) para aprovação, uma vez que o convênio da SEIL com a União (SAC) para repasse de recursos para a referida obra, permanece vigente; o percentual da obra realizado até outubro, foi de 36,3%; b) Aeroporto Juvenal Loureiro Cardoso (Pato Branco) -

firmado convênio para pavimentação asfáltica, recapeamento, e sinalização horizontal; encontra-se em fase de licitação pelo município, no valor total de R\$ 3,2 milhões, sendo R\$ 2,9 milhões de contrapartida do Estado e R\$ 310,9 mil do município; c) Aeroporto Orlando de Carvalho (Umuarama) - firmado convênio para pavimentação asfáltica, recapeamento, drenagem, serviços complementares, e sinalização horizontal; encontra-se em fase de licitação pelo município, no valor total de R\$ 5,9 milhões, sendo R\$ 4,0 milhões de contrapartida do Estado e R\$ 1,9 milhão do município.

- Modal Aquaviário - foi desenvolvida a atividade de apoio ao Grupo Técnico de Regulamentação das travessias intermunicipais em conjunto com a CGPP.

18.3 Departamento de Gestão de Projetos e Obras (DGPO)

Promoveu ações para a melhoria da gestão de Projetos e Obras Públicas, no âmbito da SEIL, em que se destacam:

- Planejamento de Obras de Edificações - desenvolvimento e implantação do módulo de planejamento do Sistema de Gestão de Projetos e Obras (SGPO), que está sendo utilizado pelas principais pastas demandantes de obras de edificações para o aprimoramento das suas funcionalidades; quando homologado, o módulo de planejamento propiciará importantes subsídios ao planejamento orçamentário e financeiro.
- Controle Social e Transparência - apresentou proposta de implementação de um gerador de *Quick Response Code* (QR Code) para o SGPO, visando facilitar o acesso às informações de obras públicas propiciando a colaboração voluntária de qualquer cidadão no processo de acompanhamento e fiscalização de um empreendimento, o projeto encontra-se em desenvolvimento pela CELEPAR; em conjunto com a Secretaria do Planejamento (SEPL) e CELEPAR participa do desenvolvimento do Mapa Vivo de Obras, um aplicativo que visa apresentar as informações espacializadas dos contratos de obras e projetos de todo o Estado, vinculadas ao Sistema G-Gov e ao Portal da Transparência.
- Inovação Tecnológica - executou ações previstas no Plano de Fomento à Implantação da Tecnologia *Building Information Modeling* (BIM): a) realização da Chamada Pública SEIL n.º 001/2017- com duração de seis meses, com a participação e credenciamento de 14 instituições; b) elaboração de um projeto padrão do Conselho Tutelar da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), primeiro projeto real em BIM, em parceria com a PRED/DPP, com o apoio do Laboratório BIM (LABIM); c) até setembro, promoveu em conjunto com parcerias institucionais, formais e informais, a realização de 70 atividades (palestras, oficinas, treinamentos e reuniões técnicas)

que contaram com 2.128 participações, com destaque à apresentação do Plano de Fomento ao BIM e LABIM a 280 alunos de engenharia da UP; à palestra realizada no IEP, com aproximadamente 70 participantes sobre o Tilos, *software* de planejamento de obras lineares; ao *Workshop* de Navisworks, *software* de planejamento para a construção civil, com a participação dos técnicos da PRED; e à visita técnica à empresa CRON Engenharia para entendimento da aplicação da tecnologia BIM nas obras.

- Gestão de Custos de Edificações - em conjunto com a PRED, monitorou a variação de custos de edificações e manteve a Tabela Referencial de Custos de Edificações utilizada pela administração estadual atualizada e compatível com os valores praticados no mercado, reduzindo a possibilidade de ocorrência de aditivos contratuais de valor ou paralisações de obra. A última atualização ocorreu por meio da Resolução Conjunta SEIL/PRED n.º 002/2017.
- Centro de custos - Custo Real de Obras - para contribuir com a melhoria da gestão pública de projetos e obras de engenharia, em especial da gestão orçamentária, financeira e engenharia de custos da administração pública, propôs incorporar os custos indiretos ao valor dos gastos considerados nas apropriações financeiras para obter o custo real dos empreendimentos.

18.4 Departamento de Estradas de Rodagem (DER)

Tem por missão garantir a movimentação adequada de pessoas e bens nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual. A malha rodoviária federal e estadual, sob a responsabilidade do DER é de 11.410,83 km de extensão; o Paraná possui ainda 2.487,36 km de rodovias concessionadas pelo governo estadual, dos quais 1.796,3 km são de rodovias federais delegadas ao Estado e concedidas e 691,1 km são de rodovias estaduais concedidas.

QUADRO 1 - RESPONSABILIDADE DAS RODOVIAS ESTADUAIS NO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO O DER 2016 - REVISADO (KM)

RESPONSABILIDADE	RODOVIAS ESTADUAIS							TOTAL
	Não Pavimentada	Pavimentada			Em Obras			
		Pista Simples	Pista Dupla	Total	Pista simples	Pista dupla	Total	
DER	1.633,9	9.626,8	87,8	9.714,5	40,1	22,4	62,4	11.410,8
Concessão Estadual	-	431,7	239,4	671,1		20,0	20,0	691,1
TOTAL	1.633,9	10.058,5	327,1	10.385,6	40,1	42,3	82,4	12.101,9

FONTE: DER/PR

QUADRO 2 - TOTAL DE RODOVIAS CONCEDIDAS PELO GOVERNO ESTADUAL, SEGUNDO O SER 2016 - REVISADO (KM)

RESPONSABILIDADE	RODOVIAS ESTADUAIS							TOTAL
	Não Pavimentada	Pavimentada			Em Obras			
		Pista Simples	Pista Dupla	Total	Pista simples	Pista dupla	Total	
Federal	-	1.289,3	441,3	1.730,6	-	65,7	65,7	1.796,3
Estadual	-	431,7	239,4	671,1	-	20,0	20,0	691,1
TOTAL	-	1.721,0	680,7	2.401,7	-	85,6	85,6	2.487,4

FONTE: DER/PR

Atividades Realizadas:

- Obras Rodoviárias - os programas existentes têm por objetivo melhorar as condições de trafegabilidade nas rodovias estaduais, por meio de construção de rodovias, duplicações para ampliação de capacidade, pavimentação e serviços de conservação da malha rodoviária. O Estado investiu R\$ 524,3 milhões, até setembro, nos contratos de obras rodoviárias (tabela 1).

TABELA 1- OBRAS RODOVIÁRIAS EM ANDAMENTO, SEGUNDO O VALOR (EM REAIS) DO INVESTIMENTO E TIPO DE AÇÃO - PARANÁ - 2016

AÇÃO	INVESTIMENTO EM 2017 (R\$)
Duplicação/Contorno/Implantação de Pavimento	110.885.191,91
Conservação de Rodovias (PERC)	412.663.230,76
Projetos	714.459,25
TOTAL	524.262.881,92

FONTE: DER/PR

- Conservação da Malha Rodoviária - desde julho de 2012, o Programa Estadual de Recuperação e Conservação de Estradas Pavimentadas (PERC) investiu R\$ 1,7 bilhão na malha rodoviária, com serviços de reperfilamento, tapa buracos, remendo profundo, remendo superficial, micro reperfilagem, roçada, sinalização, limpeza de bueiros e outros, abrangendo toda a malha rodoviária sob sua responsabilidade. O PERC é subdividido em três subprogramas: a) Conservação e Recuperação Descontínua com Melhoria do Estado do Pavimento (CREMEP), que atendeu 2.012,0 km; b) Conservação Rotineira de Pavimentos (COP), abrangendo 7.985,0 km; c) Conservação da Faixa de Domínio, que compreende 11.491,03 km.
- Rodovias concessionadas - encontram-se em andamento as seguintes obras de duplicação nas rodovias: a) BR-151 - Trechos: Jaguariaíva - Piraí do Sul (Trecho IV - Piraí do Sul) Jaguariaíva - Piraí do Sul (Trecho I - Jaguariaíva); b) BR-277 - perímetro urbano de Guarapuava (km 344,0 ao km 345,2 e km 349,3 ao km 350,2), perímetro urbano de Cascavel (km 580,4 ao km 583,6), trecho Relógio - Guarapuava (Rio das Pedras-Rio das Mortes); c) BR-376 - entre Nova Esperança e Pres. Castelo Branco, entre Pres. Castelo Branco e Mandaguaçu; entre Paranaíba e Nova

Esperança e os trechos Apucarana - Ponta Grossa (Trecho III), Apucarana - Ponta Grossa (Trecho IV - Entr. BR-153), Apucarana - Ponta Grossa (Trecho V - Alto do Amparo); Apucarana - Ponta Grossa (Trecho X - Imbaú), Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XV - Ortigueira), Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXIII - Marilândia do Sul), Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXVI - Apucarana); d) BR-369 - entre Contorno Sul de Apucarana e Jandaia do Sul (interseção Pirapó), BR-369, perímetro urbano de Corbélia; e) PR-317, variante do Rio Ivaí.

- Serviços de travessia da Baía de Guaratuba - *ferry boat*: foram transportados 887.594 veículos de janeiro a agosto.
- Transporte coletivo intermunicipal de passageiros - a Coordenadoria de Transporte Rodoviário Comercial (CTRC) tem por finalidade planejar, outorgar e fiscalizar o sistema intermunicipal de transporte coletivo de passageiros, que engloba os seguintes sistemas de serviço regular: a) rodoviário - operado por 37 empresas e 506 linhas, com uma frota de 1.869 veículos, realizou até agosto de 2017, um total de 323.009 viagens; b) metropolitano - operado por 26 empresas e 172 linhas, com frota de 603 ônibus, realizou até agosto de 2017 um total de 733.043 viagens.

18.5 Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)

Os Portos de Paranaguá e Antonina estão na constante busca de melhoria para proporcionar um sistema moderno e eficaz com infraestrutura e segurança às cargas e aos navios, transparência na gestão e nas operações, buscando oferecer aos operadores portuários, agentes marítimos e à comunidade em geral, alternativa de movimentações de suas cargas, seja em terminal público ou privado, garantindo assim a isonomia a todos os usuários do Complexo Portuário do Paraná.

Visam prover condições técnicas necessárias para as operações de carga e descarga de mercadorias. As ações executadas demonstram a efetiva aplicação dos recursos oriundos de tarifas pagas pelos usuários, proporcionando a infraestrutura adequada, e assim, a continuidade das relações econômicas internacionais.

Os investimentos feitos pelo Estado do Paraná na APPA são os maiores dos últimos 40 anos. Em cinco anos e nove meses foram aplicados R\$ 640,0 milhões para melhorar a infraestrutura e logística, com o objetivo de devolver a competitividade ao Porto de Paranaguá. Em contrapartida, outros investimentos no valor de cerca de R\$ 294,0 milhões estão sendo licitados para o final de 2017 e para os próximos anos, totalizando R\$ 934,9 milhões para modernização dos portos do Paraná.

18.5.1 Projetos Estruturantes

O Porto de Paranaguá tem se mostrado eficaz na execução de suas ações visando o cumprimento de um papel estratégico no cenário nacional, onde disponibiliza um aparato de infraestrutura, garantindo aos produtos que passam pelos Portos do Paraná um grau de competitividade e qualidade exigível pelo mercado internacional. Para tanto, nos anos de 2012 a 2017, a APPA focou na gestão de programas de infraestrutura onde foram investidos volumes expressivos de recursos que resultaram na execução de obras estruturantes:

- Programa de Manutenção de Infraestrutura Marítima - visa a preparação dos Portos de Paranaguá e Antonina para os próximos 20 anos, com a realização de investimentos massivos na infraestrutura marítima. Campanhas de dragagem ampliaram o canal de Paranaguá, permitindo que navios de grande porte atracuem em Paranaguá: a) dragagem de regularização - com previsão de conclusão em 2017, sendo que até setembro, foi realizado o pagamento de R\$ 140,4 milhões, equivalente à 89,5% do serviço; b) dragagem de aprofundamento - realizada simultaneamente à de regularização, contratada pelo Ministério dos Transportes no valor de R\$ 394,0 milhões, aumentando o calado no Canal da Galheta, que dá acesso aos portos paranaenses, na bacia de evolução e nas áreas intermediárias, localizadas entre o canal e a bacia. Foram instaladas novas defensas, além do reposicionamento, manutenção preventiva, corretiva e inspeção periódica das defensas de borracha instaladas nos berços de atracação da APPA, com o objetivo de auxiliar a atracação de navios com maior segurança, estabilizando a embarcação na hora de acostar no cais; o serviço foi concluído em todo o cais comercial e no píer de produtos inflamáveis, no valor total do projeto de R\$ 10,9 milhões. A construção e recuperação de estruturas metálicas, compreendendo os serviços de substituição dos cabeços de amarração e chapas expandidas no Píer Público de Inflamáveis da APPA, foi 100,0% concluída em 2017.
- Programa de Manutenção Infraestrutura Terrestre - determina as condições técnicas necessárias às operações de carga e descarga. Foram iniciadas as ações (entre licitação e execução) que somam R\$ 83,3 milhões. Visando a melhoria da produtividade de descarga, concluiu a obra para a ampliação do sistema de descarga de granéis do silo público do Porto de Paranaguá, com a aquisição de novas balanças e tombadores, no valor de R\$ 21,4 milhões. Para os setores de segurança da APPA, foi contratada a execução da obra de implantação de sistema de combate a incêndio na faixa portuária, Silão e demais áreas, no valor de R\$ 13,4 milhões; e concluídas as obras para os serviços de iluminação nas áreas do Porto de Paranaguá e Antonina, no valor de R\$ 23,3 milhões, atendendo, em definitivo, as exigências alfandegárias e de segurança no quesito de iluminação. A nova estrutura

de escritórios, que proporciona melhores condições de trabalho aos funcionários da APPA foi finalizada, com investimento de R\$ 4,3 milhões. A construção de novas portarias de acesso ao cais, iniciada em 2015, estava, até setembro, com 82,0% das obras concluídas no valor de R\$ 4,4 milhões, passando a somar 12 balanças rodoviárias e tendo como consequência a modernização e aumento da velocidade do processo de entrada no cais em suas atividades de importação e exportação. Foram adquiridos quatro novos *shiploaders*, que possibilitaram um aumento da capacidade de carregamento de grãos no Corredor de Exportação de 33,0% em relação aos equipamentos substituídos, cuja aquisição remontava à década de 1970. Com investimento autorizado de R\$ 183,0 milhões encontra-se em procedimento licitatório a modernização dos berços 201 e 202 e a ampliação em 100 metros do cais do berço 201 - sentido oeste. Visando a modernização do Porto, a APPA investiu em novo *layout* para atender os novos mercados de cargas de alto valor agregado. Os antigos armazéns ociosos estão cedendo lugar a amplos pátios com pavimentação em concreto de alta capacidade, demarcados e iluminados, preparados para movimentação de produtos de alto valor agregado como ônibus, máquinas agrícolas e pás eólicas na faixa portuária primária, com investimento total de R\$ 16,5 milhões e 82,0% da obra concluída.

- Programa de Investimentos em Tecnologia - destaca-se: a) Projeto ISPS CODE, em execução, com a recuperação e ampliação do sistema de segurança, mediante a instalação de novos equipamentos para controle de acesso de pessoas, veículos e cargas, que resultará na credibilidade e segurança do Porto de Paranaguá, reconhecida e certificada internacionalmente, no valor de R\$ 25,1 milhões, com execução financeira, até setembro, de 81,4%; b) implantação do sistema corporativo da APPA, que proporcionou uma evolução tecnológica (e integrada) em todos os sistemas administrativos e operacionais, no valor de R\$ 7,8 milhões, com 82,9% do contrato realizado.
- Programa de Gerenciamento Ambiental - em 2017, foram realizados mais de 40 programas ambientais, que alçaram a terceira colocação nacional no *ranking* do Índice de Desempenho Ambiental da Agência Nacional de Transportes Aquaviários. A limpeza das vias foi intensificada, as ações de combate à dengue no litoral foram ampliadas e a relação entre o Porto e a cidade se estreitou. Entre os investimentos mais importantes na área está a contratação do Serviço da Base de Prontidão e Atendimento das Emergências Ambientais, com um investimento de R\$ 6,9 milhões, com o propósito de disponibilizar uma equipe treinada e equipada, para resolver, mitigar e/ou prevenir os problemas de caráter ambiental, permitindo segurança na forma de redução de riscos de acidentes. Além disso, a APPA é

credenciada como um ECOPORT (sistema de certificação e gestão ambiental global e internacional desenvolvido especialmente para autoridades e terminais portuários), e está em processo para obtenção do certificado de sistema de gestão ambiental global, fundamentado pela ISO 14001, sendo aplicado especificamente à atividade portuária, se tornando o primeiro porto certificado no Brasil.

18.6 Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE)

Tem por objeto a construção, operação, administração e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem. Detém concessão federal para construção, uso e gozo de estrada de ferro e ramais necessários à viabilidade da ferrovia. Opera em um trecho com 248,0 km entre Cascavel e Guarapuava, e conta com dois Terminais Ferroviários de Cargas: Guarapuava e Cascavel, com capacidade de armazenagem aproximada de cinco milhões de toneladas/ano. Os principais produtos transportados são: grãos, cimento, fertilizantes, contêiner frigorificado, combustível e óleo vegetal.

No trecho Guarapuava-Ponta Grossa-Paranaguá a FERROESTE se utiliza da malha operada pela Rumo Logística, que impõe à FERROESTE uma dependência operacional. A situação é agravada em razão da ALL não manter o trecho em boas condições de uso, o que vem oferecendo riscos operacionais e dificultando a evolução da produção da FERROESTE.

Atividades realizadas:

- Transporte de 485.427 toneladas úteis, até agosto, realizando a movimentação total de 11.100 vagões.

TABELA 2 - TRANSPORTE DE CARGAS PELA FERROESTE - 2014-2017 (EM TONELADAS ÚTEIS)

FLUXO	2014		2015		2016		2017 ⁽²⁾	
	TU ⁽¹⁾	Vagões	TU	Vagões	TU	Vagões	TU	Vagões
Interno	218.131	4.241	279.424	5.534	387.059	7.504	263.189	4.998
Importação/Exportação	551.832	14.375	455.202	12.969	439.120	12.115	222.238	6.102
TOTAL	769.963	18.616	734.626	18.503	826.179	19.619	485.427	11.100

FONTE: FERROESTE

(1) TU - Toneladas Úteis.

(2) Valores até outubro de 2016.

- Investimentos em Instalações - realizou: a) conclusão da construção, por parte da Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda. (COTRIGUAÇU), de um armazém com capacidade de 120 mil toneladas de armazenagem graneleira, no Terminal Ferroviário Multimodal de Cargas de Cascavel e construção de dois novos ramais

ferroviários para acesso ao novo silo, no total de 1.100 metros, mediante contrato de Cessão de Direito de Uso (investimento de R\$ 44,0 milhões); b) conclusão da execução do projeto de captação de águas pluviais, em parceria com clientes no Terminal de Cascavel, com valor de R\$ 1,4 milhão, como parte do Termo de Ajuste de Conduta firmado com o IAP, que permitiu a regularização das áreas do Terminal; c) concluiu, em parceria com Cooperativa Agrária, a construção de correia aérea transportadora e instalação de balanças ferroviárias no Terminal Ferroviário de Guarapuava, com valor estimado de R\$ 3,0 milhões.

- Programa BID V - visando a modernização do Terminal de Cascavel e recuperação de encostas da via permanente e modernização dos Terminais Ferroviários de Cascavel e Guarapuava, buscou recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em contrato com previsão de assinatura em 2017. Nesse programa estão previstos US\$ 100,0 mil para projetos e US\$ 7,0 milhões para execução das obras.
- Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) - Nova Concessão - na busca por soluções que possibilitem a eliminação dos gargalos no sistema de transporte ferroviário paranaense existente, além do atendimento pleno e eficaz da demanda de transporte de cargas atual com eficiência, segurança e melhor custo/benefício a FERROESTE, coordenou a estruturação do Projeto do Corredor Oeste de Exportação, que busca meios para a elaboração de estudos para a construção de uma grande ferrovia ligando Mato Grosso do Sul ao Litoral do Paraná. Esse estudo será dividido em dois trechos e, quando de sua execução, estruturado em duas possíveis licitações: a) Concessão Estadual para a implantação, operação, gestão e manutenção de Transporte Ferroviário de Cargas, entre Guarapuava ao Porto de Paranaguá/Pontal do Paraná (Trecho 1); b) Subconcessão Federal para a implantação, operação, gestão e manutenção de Transporte Ferroviário de Cargas, no Trecho de Dourados, no Mato Grosso Do Sul, a Guarapuava, no Paraná (Trecho 2). A FERROESTE conseguiu a concessão para construção e operação de um ramal ferroviário ligando Cascavel a Foz do Iguaçu, cuja construção será viável economicamente após a construção dos Trechos 1 e 2.

18.7 Paraná Edificações (PRED)

Tem como missão planejar, coordenar e executar projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração pública estadual, centrada no desenvolvimento sustentável. Realizou e apoiou a elaboração de estudos de viabilidade e

termos de referência, bem como de licitação e contratação de projetos, obras e serviços de engenharia, fiscalização, monitoramento e recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia da administração direta e autárquica do Estado do Paraná:

- Foram concluídas 69 obras, até setembro, no valor total de R\$ 27,9 milhões e 312 obras encontravam-se em andamento, somando R\$ 241,7 milhões. Foram concluídas 66 obras por meio de convênios, no total de R\$ 27,2 milhões e pelo mesmo instrumento legal 431 obras encontravam-se em andamento, até setembro, no valor de R\$ 238,9 milhões.
- Foram concluídos 23 projetos, até setembro, no valor total de R\$ 2,2 milhões, e 47 projetos estavam em andamento, no valor total de R\$ 4,9 milhões.
- A PRED executa ainda o monitoramento da variação de custos de edificações e a atualização periódica da Tabela de Custos de Edificações do Governo do Paraná, em sintonia com a Tabela SINAPI do Governo Federal.

Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

19 Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) tem por finalidade a orientação, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades relativas à justiça, cidadania e direitos humanos; ao sistema de atendimento socioeducativo e à política de trabalho, emprego e renda.

Estão vinculados à SEJU: Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC), Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR), Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE), Departamento do Trabalho (DET), Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEP), Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR), Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT/PR), Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR), Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS), Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (CONDEF), Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (CONFECON), Conselho Estadual do Trabalho (CET).

19.1 Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Principais ações:

- Foram realizadas reuniões dos Conselhos de Direitos e outras instâncias colegiadas, para deliberação e formulação das políticas públicas de direitos humanos, com a participação da sociedade civil.
- Realização de cinco Seminários Regionais sobre Abordagem e Enfrentamento ao Racismo Institucional (Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Guarapuava e Maringá) com a participação de aproximadamente 430 pessoas do Sistema de Justiça e demais instituições, visando o enfrentamento ao racismo no Estado do Paraná.
- Programa SOS Racismo - canal do Governo do Paraná para atendimento a população vítima de discriminação racial, com foco prioritário na população negra. Trata-se de um telefone (0800 642 0345) para receber denúncias, informações sobre suspeita ou confirmação de casos de racismo, o Programa faz parte da Política Estadual de Promoção da Igualdade Racial.
- Curso de Mediador e Pacificador Social - com a participação de 200 pessoas, é uma estratégia de combate à violência. Trata-se de uma realização do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em conjunto com o Ministério dos Direitos Humanos, e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com ação do Plano Nacional de Segurança Pública.

- Adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua, para estruturação e fortalecimento da Política Estadual e adesão ao Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo.
- Realização do Seminário Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes, com a Polícia Rodoviária Federal e Ministério Público do Trabalho do Paraná, com a participação de aproximadamente 250 pessoas.
- Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/PR) - prestou serviços objetivando a preservação da integridade física e psicológica de crianças, adolescentes e seus familiares, sendo cerca de 20 pessoas em situação de proteção, além de oito pessoas encaminhadas de outros Estados que não possuem o Programa ou são permutadas com o PPCAAM Paraná, conforme previsto no Programa.
- Programa Estadual de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/PR) - promove a proteção de pessoas, testemunhas expostas à coação ou graves ameaças, em virtude de colaborarem com a Justiça na elucidação de crimes, com 18 atendimentos realizados.
- Projeto Criança e Adolescente Protegidos no Estado do Paraná - assinatura do protocolo de intenções em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná; Instituto de Identificação do Paraná; Associação Paranaense de Oftalmologia; Conselho Brasileiro de Oftalmologia; Secretaria da Educação e a de Segurança Pública, para a realização de exames oftalmológicos, em crianças e adolescentes de escolas estaduais e municipais nos eventos do Projeto Criança e Adolescente Protegidos e Paraná Cidadão.

QUADRO 1 - DADOS DO PROJETO CRIANÇA E ADOLESCENTE PROTEGIDOS

EMIÇÃO DE CARTEIRAS DE IDENTIDADE	REALIZAÇÃO DE EXAMES OFTALMOLÓGICOS ⁽¹⁾	MUNICÍPIOS ONDE O PROJETO FOI REALIZADO EM CONJUNTO COM PARANÁ CIDADÃO E UPS CIDADANIA	MUNICÍPIOS ONDE SÃO REALIZADOS ATENDIMENTOS DO PROJETO POR MEIO DE POSTOS DE ATENDIMENTO TOTALMENTE INFORMATIZADOS (PATI) DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
12.480	1.035 exames doação de 103 óculos	São Jerônimo da Serra Iraí Paranaguá Juranda São João do Ivaí Palmital Rio Bonito do Iguaçu Pinhão Curitiba - Parolin (UPS cidadania) São José dos Pinhais (UPS cidadania)	Arapongas, Araucária, Apucarana, Bocaiúva do Sul, Cascavel, Campo Mourão, Cianorte, Cornélio Procopio, Curitiba, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Guaira, Guarapuava, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Londrina, Mamborê, Maringá, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Pinhais, Ponta Grossa, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, Telêmaco Borba, Terra Roxa, Toledo, Umuarama e União da Vitória.

FONTE: DEDIHC - período janeiro a 06/outubro/2017

(1) Atividade iniciada no mês de junho.

- Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná (NETP/PR) - recebe os casos por meio de denúncias. Registrou até setembro os seguintes atendimentos: a) exploração sexual - 06 casos acompanhados e 06 em andamento; b) trabalho em condição análoga ao de escravo - 07 casos

acompanhados e 06 em andamento; c) prática de atividade criminosa - desaparecimento de pessoas, cárcere privado, exploração laboral da prostituição - 47 casos acompanhados e 47 em andamento. Foram realizados dois casos de recâmbio com a participação e apoio do Ministério Público Estadual, GAECO, Conselho Tutelar Regional de Santa Felicidade, Polícia Federal, Defensoria Pública da União e Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty.

- Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas (CEIM) - realizou até setembro 528 cadastros, 1.419 atendimentos/encaminhamentos às nacionalidades angolana, argelina, senegalesa, brasileira, colombiana, marfinense, cubana, dominicana, haitiana e italiana, sendo as principais demandas: a) atendimento da agência do trabalhador para vagas de emprego; b) como acessar o CRAS; c) informação sobre cursos técnicos; d) Solicitação de informação de visto; e) informação para carteira de habilitação; f) acesso a entrevista por *skype* para o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) - Caso de Refúgio; g) informações sobre adoção de crianças sírias.
- Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH) - tem como atribuição desenvolver programas de capacitação dos servidores da SEJU; bem como implementar o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, em parceria com as secretarias de Estado signatárias. Principais ações: a) coordenação local do Programa de Residência Técnica; b) elaboração do Manual de Práticas Administrativas e Procedimentos Operacionais do Sistema Socioeducativo; c) realização de cursos em parceria com Departamentos da SEJU, e com a Secretaria de Estado da Educação (SEED) até outubro, foram 54 eventos, com 1.771 participantes conforme quadro a seguir.

QUADRO 2 - CURSOS REALIZADOS PELA ESCOLA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (ESEDH) E NÚMERO DE TURMAS E PARTICIPANTES

CURSO	TURMAS	TOTAL DE PARTICIPANTES
Capacitação para agentes públicos das Agências do Trabalhador do Paraná	13	353
Capacitação para agentes de seguro-desemprego	15	355
Oficina para agentes públicos das agências do trabalhador	4	177
Oficina técnica da Intermediação de Mão-de-Obra - IMO	5	188
Capacitação em segurança socioeducativa	9	286
Alinhamento teórico-prático com as equipes técnicas da Socioeducação	01	162
Terapia ocupacional na Socioeducação	01	18
Alinhamento administrativo na Socioeducação	01	50
Ciclo de palestras Crescer Fraterno"	01	45
Capacitação em sindicância, processo administrativo e processo administrativo disciplinar - Módulo I, II, III e IV	01	32
Ciclo de cinema e direitos humanos	01	37
Língua portuguesa na prática	01	22
Formação continuada de educação em direitos humanos	01	46

FONTE: ESEDH - período janeiro a setembro de 2017

- Programa UPS-Cidadania - tem a finalidade de planejar e executar ações integradas e políticas públicas, em parceria com órgãos e entidades da administração federal, estadual, municipal e sociedade civil que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em situação de vulnerabilidade social, nas Unidades Paraná Seguro (UPS) localizadas em Curitiba (01) e em São José dos Pinhais (01). Prestou atendimentos, conforme quadro a seguir.

QUADRO 3 - NÚMERO DE PARCEIROS, SERVIÇOS, ATENDIMENTOS E PARTICIPANTES NOS EVENTOS DA UPS-CIDADANIA, SEGUNDO OS LOCAIS EM QUE OCORRERAM - 2017

LOCAL	PARCEIROS	SERVIÇOS	ATENDIMENTOS	PARTICIPANTES (APROX.)
UPS-Cidadania Parolin	48	86	9.163	3.000
UPS-Cidadania São José dos Pinhais	35	82	19.638	8.000
TOTAL			28.801	11.000

FONTE: Coordenação UPS - janeiro a outubro/2017

- Projeto Paraná em Ação, implementado por meio da realização das feiras de serviços Paraná Cidadão, possibilita o acesso a serviços gratuitos como encaminhamento para emissão de documentos pessoais, intermediação de vagas de emprego, programa Nota Paraná, tarifa social de água e luz, orientações jurídicas, direitos do consumidor, além de informações sobre direitos humanos e assistência social. Prestaram atendimentos, conforme quadro a seguir.

QUADRO 4 - NÚMERO DE PARCEIROS, SERVIÇOS, ATENDIMENTOS E PARTICIPANTES NOS EVENTOS DA UPS-CIDADANIA, SEGUNDO OS LOCAIS EM QUE OCORRERAM - 2017

EVENTOS	PARCEIROS	SERVIÇOS	ATENDIMENTOS	PARTICIPANTES (APROX.)
Paraná Cidadão Guarapuava	33	70	11.856	5.000
Paraná Cidadão São Jerônimo da Serra	19	40	2.828	1.500
Paraná Cidadão Irati	26	60	10.538	4.000
Paraná Cidadão Paranaguá	36	49	8.422	6.000
Paraná Cidadão Juranda	31	58	9.830	2.500
Paraná Cidadão São João do Ivaí	26	42	6.928	3.000
Paraná Cidadão Palmital	20	50	8.478	3.300
Paraná Cidadão Rio Bonito do Iguaçu	24	59	10.106	5.000
Paraná Cidadão Foz do Jordão	20	49	6.578	2.500
Paraná Cidadão Pinhão	38	67	11.119	6.000
Paraná Cidadão Paranavaí	54	90	16.000	7.000
Paraná Cidadão São Pedro do Ivaí	31	65	11.936	3.500
Paraná Cidadão Cândido de Abreu	17	39	5.413	2.000
Paraná Cidadão Chopinzinho	23	60	10.527	4.200
Paraná Cidadão Borrazópolis	19	37	6.258	2.400
TOTAL			136.817	57.900

FONTE: Coordenação Paraná em Ação - janeiro a outubro de 2017

No âmbito da Defesa do Consumidor as principais atividades foram:

- Realização de 21.868 atendimentos no PROCON/PR para resolução de problemas apresentados pelos consumidores, com média de resolutividade de 80,0% dos atendimentos preliminares.
- Realização de 6.391 audiências até outubro, com vistas a solucionar os problemas apresentados pelos consumidores não solucionados pelos atendimentos preliminares disponibilizados pelo PROCON-PR.
- Fornecidas 57.842 orientações por telefone e *e-mail* para sanar dúvidas e orientar quais os procedimentos devem ser tomados pelos consumidores e quais seus direitos e deveres nas relações de consumo.
- Aplicação de 33 multas (26 processos individuais e 07 atos coletivos) no total de R\$ 3,9 milhões, tendo sido recebidas 13 multas perfazendo o valor de R\$ 461,1 mil e inscritos 223 procedimentos administrativos em dívida ativa que resultaram no valor de R\$ 50,1 milhões.
- Inclusão de 3.886 processos administrativos de reclamação no Cadastro de Defesa do Consumidor, nas categorias fundamentada atendida e fundamentada não atendida, que posteriormente, terão aplicação de sanção administrativa de multa.
- Elaboração de 2.427 pareceres jurídicos e 2.651 decisões administrativas; destas 241 correspondem a processos com aplicação de sanção de multa e 143 a processos subsistentes sem possibilidade de sanção administrativa ou de inscrição em dívida ativa.
- Elaboração de 55 pareceres técnicos para a Assembleia Legislativa sobre projetos de lei na área da defesa do consumidor.
- Atendimento dos PROCONs Municipais Integrados - estão integrados à Rede Estadual de Defesa do Consumidor pelo Sistema de Defesa e Proteção do Consumidor (DPC) 39 municípios dos 61 que implantaram PROCON Municipal, tendo sido realizados 79.422 registros de atendimentos e 3.424 audiências.
- Plataforma consumidor.gov.br - o projeto faz parte do Plano Nacional de Defesa do Consumidor (PLANDEC) e tem como foco principal a universalização do atendimento ao consumidor brasileiro e paranaense, possibilitando a reclamação por meio da *internet* de forma rápida e eficaz. Em 2017, foram realizados 38.633 registros pelos consumidores paranaenses, com índice de resolutividade de aproximadamente 80,0%.

19.2 Sistema de Atendimento Socioeducativo

O Estado do Paraná conta com 19 Centros de Socioeducação e 08 Casas de Semiliberdade, com capacidade para 1.158 adolescentes, conforme quadro abaixo:

QUADRO 5 - CAPACIDADE INSTALADA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO SEGUNDO REGIÃO, MUNICÍPIO, UNIDADE E SEXO

REGIÃO/ VAGAS	MUNICÍPIO	UNIDADE	SEXO	CAPACIDADE INSTALADA			
				IP ⁽¹⁾	I ⁽²⁾	SL ⁽³⁾	TOTAL
Região 1 429 vagas	Ponta Grossa	CENSE Ponta Grossa	M/F	32	56	0	88
	Ponta Grossa	Semi Masculina de Ponta Grossa	M	0	0	18	18
	Curitiba	CENSE Curitiba	M/F	100	0	0	100
	Curitiba	CENSE Joana Miguel Richa	M	0	30	0	30
	Curitiba	Semi Feminina de Curitiba	M	0	0	7	7
	Curitiba	Semi Masculina de Curitiba	M	0	0	18	18
	Fazenda Rio Grande	CENSE Fazenda Rio Grande	M	0	30	0	30
	Piraquara	CENSE São Francisco	M	0	60	0	60
	São José dos Pinhais	CENSE São José dos Pinhais	M	28	50	0	78
Região 2 367 vagas	Paranavaí	CENSE Paranavaí	M	8	20	0	28
	Paranavaí	Semi Masculina de Paranavaí	M	0	0	18	18
	Umuarama	CENSE de Umuarama	M	4	13	0	17
	Umuarama	Semi Masculina de Umuarama	M	0	0	18	18
	Londrina	CENSE 1 de Londrina	M/F	82	0	0	82
	Londrina	CENSE 2 de Londrina	M	0	60	0	60
	Londrina	Semi Masculina de Londrina	M	0	0	18	18
	Maringá	CENSE de Maringá	M	20	66	0	86
	Santo Antonio da Platina	CENSE de Santo Antônio da Platina	M	10	10	0	20
	Campo Mourão	CENSE de Campo Mourão	M	5	15	0	20
Região 3 362 vagas	Cascavel	CENSE 1 de Cascavel	M	20	0	0	20
	Cascavel	CENSE 2 de Cascavel	M	0	78	0	78
	Cascavel	Semi Masculina de Cascavel	M	0	0	18	18
	Foz do Iguaçu	Semi Masculina de Foz do Iguaçu	M/F	43	54	0	97
	Foz do Iguaçu	CENSE de Foz do Iguaçu	M	0	0	18	18
	Toledo	CENSE de Toledo	M	10	15	0	25
	Pato Branco	CENSE de Pato Branco	M	5	13	0	18
	Laranjeiras do Sul	CENSE de Laranjeiras do Sul	M	10	78	0	88
TOTAL DA CAPACIDADE INSTALADA				377	648	133	1.158

FORNE: SEJU

(1) Internação provisória.

(2) Internação.

(3) Semiliberdade.

Principais realizações:

- Escolarização formal ofertada para os adolescentes em internação e na medida cautelar de internação provisória (limitada até 45 dias) mediante parceria firmada com a Secretaria de Estado da Educação (SEED). Aproximadamente 266

profissionais da SEED entre professores, pedagogos e agentes de apoio, atuam no Programa de Educação nas Unidades de Socioeducação (PROEDUSE).

- Qualificação Profissional Básica - são ofertados 23 cursos com recursos do Fundo da Infância e Adolescência, tais como: Auxiliar Administrativo com Ênfase em Informática, Corte e Costura, Customização de Roupas e Acessórios, Garçom, Hidráulica, Jardinagem, Manicure e Pedicure, Manutenção e Montagem de Microcomputadores, Panificação, dentre outros. Foram realizadas 456 turmas com 2.918 participações ao longo de 12 meses (de março 2016 a março 2017).

QUADRO 6 - TOTAL DE CERTIFICADOS E DE DECLARAÇÕES DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA EMITIDOS DE JANEIRO A MARÇO DE 2017

	CERTIFICADOS	DECLARAÇÕES
Região Norte	140	99
Região Oeste	168	126
Região Sul	172	217
TOTAL	480	442

FONTE: SEJU

QUADRO 7 - TOTAL DE CERTIFICADOS E DE DECLARAÇÕES DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA EMITIDOS DE MARÇO DE 2016 A MARÇO DE 2017

	CERTIFICADOS	DECLARAÇÕES
Região Norte	520	254
Região Oeste	609	425
Região Sul	620	490
TOTAL	1.749	1.169
TOTAL GERAL TURMAS		456 Turmas
TOTAL GERAL DE PARTICIPAÇÕES		2.918

FONTE: SEJU

- Arte e Ação - com vistas à implementação dos planos de ação pedagógica de atendimento das Unidades Socioeducativas do Estado, com recursos do Fundo da Infância e Adolescência, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), foram ofertadas de março de 2016 a março de 2017 atividades de cultura, esporte e lazer, buscando contribuir com o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes. Foram ofertadas 12 oficinas, com carga horária de cinco horas semanais para cada grupo de adolescentes, em cada Unidade Socioeducativa de acordo com suas especificidades e priorizando os períodos de recesso e férias escolares, bem como cinco mostras/intervenções culturais em cada Unidade Socioeducativa, sendo 120 turmas por Oficina e 135 Mostras/Intervenções Culturais.
- Karatê no CENSE - o projeto é realizado nas Unidades Socioeducativas e tem como principal objetivo contribuir para um processo de construção e reconstrução de projetos de vida, estimular a redução da exposição do adolescente em

situação de risco social, proporcionando o contato com a prática esportiva e cultural, por meio de ações socioeducativas, garantindo a integração social e a defesa dos direitos à cidadania, além de contribuir para a reinserção na sociedade. O projeto foi desenvolvido em duas Unidades Socioeducativas (CENSE Fazenda Rio Grande e CENSE Joana Miguel Richa, em Curitiba) e executado por uma Instituição especializada com recursos do Projeto Criança Esperança. Participaram mensalmente do projeto, cerca de 60 adolescentes que cumprem medida socioeducativas nestas duas Unidades.

- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - realizado em 13 Unidades Socioeducativas de Internação contou com a participação de 77 adolescentes que cumprem medida socioeducativa.
- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) - realizado em 16 Unidades Socioeducativas de Internação, contou com a participação de 492 adolescentes representando 63,0% do total que cumpre medida de internação.
- Realizado Processo Seletivo Simplificado (PSS) para a contratação temporária de 71 profissionais com admissão de 22 profissionais, sendo 11 técnicos de enfermagem, 01 psicólogo, 02 odontólogos, 03 médicos, 01 enfermeiro e 04 terapeutas ocupacionais.
- Educadores Sociais - nomeação de 48 educadores sociais aprovados em Concurso Público realizado em 2014, sendo lotados em Cascavel (01), na Região Metropolitana de Curitiba (07), em Foz do Iguaçu (04), em Laranjeiras do Sul (06), em Londrina (09), em Maringá (10), em Pato Branco (03), em Ponta Grossa (02), em Toledo (03) e em Umuarama (03).
- Assinatura de Protocolo de Intenções entre a SEJU/CELEPAR e Ministério dos Direitos Humanos (MDH) para compartilhamento do Sistema de Medidas Socioeducativas (SMS) e o *Business Intelligence* (BI), com demais estados da federação. Os dados permitem a melhor gestão do sistema e a promoção de políticas públicas direcionadas às demandas que se apresentam. O Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (SINASE) não dispõe de um sistema que permita a mesma abrangência do Sistema Estadual, assim o compartilhamento poderá proporcionar a replicação aos Estados que ainda não possuem sistema e conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento do sistema socioeducativo nacional.
- Novas unidades socioeducativas: a) CENSE Cascavel - (40 vagas) construção iniciada em 2016, encontra-se com 53,0% da obra concluída; b) CENSE Toledo - (60 vagas) licitado em novembro de 2017; c) CENSE Piraquara - (90 vagas) encaminhado para licitação a retomada da obra; d) Casa de Semiliberdade de Toledo - (18 vagas), encaminhado para licitação a retomada da obra.

19.3 Política de Trabalho, Emprego e Renda

- Rede de Agências do Trabalhador - coordenação dos serviços de recrutamento, seleção, orientação profissional, voltados à colocação no mercado de trabalho de trabalhadores cadastrados nas Agências do Trabalhador. Até outubro foram abertas 105.248 vagas, sendo os setores de Serviços e Comércio os que mais abriram vagas e janeiro foi o mês com maior abertura de vagas (13.408). Do total de vagas, 1.242 foram exclusivas para pessoas com deficiência e 2.399 foram exclusivas para o Jovem Aprendiz. Foram inscritos 154.984 trabalhadores, tendo sido realizados 378.865 encaminhamentos, com 77.066 trabalhadores colocados (73,2% das vagas abertas).
- A rede estadual de atendimento ao trabalhador habilitou 285.069 requerentes ao benefício Seguro-Desemprego, que acessaram as modalidades: Formal, Bolsa Qualificação Profissional e Empregado Doméstico; até outubro, a rede estadual foi responsável por 81,0% das habilitações do Estado, do total de 349.966 atendimentos realizados por todos os convênios no Paraná.
- Ação especial - foi realizado o Dia D, um dia dedicado exclusivamente ao atendimento às pessoas com deficiência com ampla divulgação do Programa de Apoio à Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho (PPD) que resultou em mais de 1.000 vagas abertas exclusivamente para esse público.
- Observatório do Trabalho - com o objetivo de avaliar os municípios que se destacam em cada região foram elaborados Boletins (Informativos, Especiais e Regionais), baseados nos dados do CAGED mensal, nos quais são feitos recortes segundo a subdivisão dos Escritórios Regionais da SEJU. O trabalho leva em consideração se os municípios possuem ou não Agências do Trabalhador e como estas estão conduzindo o trabalho da intermediação da mão de obra em suas regionais. Até setembro, foram elaborados 11 Boletins que subsidiam ações de diversas áreas do Governo e de outras instituições demandantes.

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

20 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) tem por finalidade formular e executar as políticas de meio ambiente, educação ambiental, recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária e fundiária, saneamento, resíduos sólidos, proteção à biodiversidade, mudanças climáticas, recursos minerais e geológicos, bem como colaborar com a formulação e a execução das políticas de proteção do solo e controle da erosão, de controle de agrotóxicos, de proteção e defesa civil e demais políticas, planos, programas e projetos de temas ambientais e correlatos.

Em 2017, coordenou a proposição e elaboração de políticas, normas, estratégias, programas e projetos contribuindo para a definição e a implementação da política ambiental do Estado.

Suas ações e de suas vinculadas, Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), e Instituto de Terras, Cartografia e Geologia (ITCG), estão detalhadas a seguir. O Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR) foi extinto e suas atribuições transferidas ao ITCG por meio da Lei n.º 18.929/2016.

20.1 Recursos Hídricos e Atmosféricos

Na continuidade às ações relacionadas ao Programa de Segurança Hídrica e ao Fortalecimento da Gestão dos Recursos Hídricos no Estado, realizou:

- Contratação e acompanhamento dos serviços de elaboração dos três diagnósticos socioambientais nas microbacias para implantação do Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) para a proteção de mananciais de abastecimento de água na Região Metropolitana de Curitiba (Miringuava e Piraquara) e São Cristovão no município de Castro.
- Publicação da cartilha Nascentes Protegidas e Recuperadas para proteção e recuperação de nascentes, destinada a agricultores do Estado do Paraná.
- Realização de palestras do Plano Nacional de Capacitação, em quatro regiões do Paraná com o objetivo de capacitar os municípios em relação às ações ambientais obrigatórias e possíveis em suas regiões; e realização de duas palestras sobre a Descentralização do Licenciamento Ambiental para os municípios.
- Elaboração do projeto de revitalização do corpo hídrico do Rio Belém e do projeto de revitalização do Rio Iguaçu.
- Encontra-se em elaboração a cartilha de reuso da água, para distribuição a entidades públicas e privadas.

- Elaboração do Decreto para incentivar a participação dos comitês e a adesão dos municípios de bacias no encontro setorial para o fortalecimento dos 12 comitês de Bacia do Paraná, em conjunto com o Instituto das Águas do Paraná, com o apoio da Agência Nacional de Águas (ANA).
- Adequação técnica do projeto para a licitação da Etapa 3, para implantação do Jardim Botânico de Londrina.
- Elaboração do projeto de reforma do Parque Newton Freire Maia, em Quatro Barras, e preparo do processo licitatório.

20.2 Mudanças Climáticas

- Selo CLIMA PARANÁ - promoveu aprimoramentos em prol da credibilidade e da aderência do Selo CLIMA PARANÁ aos princípios do desenvolvimento sustentável, estabelecendo como critérios para adesão: apresentação de certidão negativa de débitos ambientais e licenciamento ambiental vigentes na data de outorga do Selo, emitidos pelo órgão ambiental competente e caso a Organização Inventariante não se enquadre no efetivo exercício de atividade predominantemente industrial, deve informar, na Declaração de Emissões, valor igual ou superior a 200 tCO₂e/ano. Em fevereiro, foi realizada cerimônia de outorga do Selo CLIMA PARANÁ para as empresas RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., SLB do Brasil Projetos Florestais Ltda., ALLTECH do Brasil Agroindustrial Ltda. - Araucária e São Pedro do Ivaí, BEMIS do Brasil e Comércio de Embalagens Ltda., Botica Comercial Farmacêutica Ltda. e Lightsweet Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. Foi concebida, produzida e divulgada, no *site* da SEMA, a primeira versão dos Depoimentos sobre o Selo CLIMA PARANÁ.
- Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais - concebida a iniciativa Diálogos sobre o CLIMA com o primeiro evento sobre Precificação de Carbono - Desafios e Oportunidades para o Paraná, ocorrido em outubro, com expressiva presença de público.
- Ações de Divulgação do Tema Mudanças Climáticas - concepção e realização do painel Mudanças Climáticas, Meteorologia e Defesa Civil, nos Seminários Regionais de Meio Ambiente realizados em Francisco Beltrão, Guarapuava, Maringá e Curitiba.
- Programa de Fortalecimento da gestão de Riscos e Desastres no Paraná: a) implantação do Sistema de Previsão e Estimativa de Chuva (SIPREC) que combina os dados coletados pelo radar meteorológico de Teixeira Soares e Cascavel e pela rede de estações pluviométricas localizadas em mais de 50

municípios do Paraná, fortalecendo a capacidade de monitoramento do Risco de Desastres e Sistema de Alerta para eventos hidrometeorológicos; b) inauguração do Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CEGERD) com investimento em torno de R\$ 4,6 milhões em sua estrutura tecnológica, para gestão de desastres no Estado, atendendo rápidas inundações, enxurradas, alagamentos, busca e resgate em estruturas colapsadas e em deslizamentos de terreno; c) visando melhorar a detecção de descargas atmosféricas, foram adquiridos um Ambiente Computacional Integrado de Monitoramento de Descargas Atmosféricas e dois sensores de detecção de descargas atmosféricas no valor de R\$ 1,2 milhão.

- Programa de Modernização do setor Ambiental do Paraná - foi contratado, com recursos do BIRD, o Sistema de Informações para Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos (SIGARH), que será composto pelos subsistemas de Cadastro de Recursos Hídricos (CRH), de Monitoramento de Recursos Hídricos (SMRH), de Gestão de Bacias Hidrográficas (SGBH) e de Informações Geográficas. Para viabilizar a operação do SIGARH, foi adquirida atualização de sete licenças existentes e 11 licenças de *softwares* SIG da plataforma ArcGIS da ESRI. Visando a Modernização do Sistema Ambiental, foram adquiridas sete Estações Automáticas de Monitoramento da Qualidade do Ar, sendo seis em *container* fixo que serão instaladas em Paranaguá, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá e Londrina, sendo que o IAP vai fornecer a base pronta com acesso, a rede elétrica e de telefonia, e também uma estação móvel, em *container* com chassi, do tipo *trailer* com reboque.

20.3 Biodiversidade e Florestas (CBIO)

- Inventário Florestal Nacional - Paraná - coordenado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para avaliar qualitativamente e quantitativamente as florestas em imóveis privados e terras públicas. No Paraná, foram identificados, medidos e levantados em campo, 2.579 indivíduos, encontrados em 161 unidades amostrais de registros, bem como a identificação de 600 amostras de solos, e informações socioambientais relativas ao uso das espécies, obtidos por meio de 1.323 visitas em domicílios rurais.
- Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) - o Paraná, por meio da SEMA, IAP e ITCG, estabeleceu parceria técnica com a Fundação SOS Mata Atlântica, cujo objetivo é apoiar os Municípios do Litoral do Estado, na elaboração e implementação de 07 Planos Municipais da Mata Atlântica (PMMA).

- Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) no Paraná - em 2017, estruturou procedimentos operacionais e arranjos institucionais, visando a implantação do projeto; e celebrou acordo de Cooperação Técnica com o SIMEPAR, visando lançamento de edital para pagamento por serviços ambientais junto aos proprietários de RPPN do Estado.
- Parques do Paraná - Conhecer para Conservar - tem como escopo elaborar modelos de gestão estratégica de áreas protegidas, visando o incremento da conservação da biodiversidade, aliada à educação ambiental, turismo sustentável, visitação com excelência de qualidade, geração de oportunidades de novos negócios nos municípios envolvidos. Foram selecionados os parques estaduais (pilotos), e estruturado o processo para publicação do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para concessão dos parques, com seis empresas inscritas no PMI, autorizadas pelo Conselho Geral de Concessões (CGC).
- Projeto Mono-Carvoeiro ou Muriqui do Sul - iniciado em 2016, está em processo de criação pelo IAP, de unidade de conservação para proteção desta espécie.
- Manejo para Tetrápodes Marinhos resgatados no Litoral do Paraná - tem como objetivo elaborar uma normativa que estabeleça um protocolo de atendimento a encalhes de tetrápodes marinhos (aves, mamíferos e tartarugas). Foram realizadas duas oficinas participativas, que culminaram com a proposta de ato normativo que estabelece Protocolo de Atendimento a Encalhes e envolve órgãos e instituições da União, do Estado e dos municípios do Litoral Paranaense.
- Criação e Ampliação de Unidades de Conservação - na região da Floresta Ombrófila Densa, do bioma Mata Atlântica, porção Litoral do Estado, foram realizados estudos e vistorias técnicas em campo, para a ampliação da Estação Ecológica do Guaraguaçu e para a criação da Estação Ecológica Rio das Pombas (pertencentes ao poder público). Ampliou a Estação Ecológica do Guaraguaçu, em junho, por meio do Decreto n.º 7.094/2017 de 3.390,59 hectares, para 4.736,41 hectares; e por meio do Decreto n.º 7.097/2017, retificou a área originária estabelecida pelo Decreto n.º 4.493/1998 e ampliou a Floresta Estadual do Palmito em 1.264,36 hectares, passando a 1.782,44 hectares recategorizando-o para Parque Estadual do Palmito.
- Atualização de espécies da fauna ameaçada de extinção do Paraná (Lista Vermelha de Fauna) - encontra-se em elaboração, o Termo de Cooperação entre a Foz Tropicana Parque de Aves com a SEMA e o IAP, a fim de atualizar a lista de espécies da fauna ameaçada de extinção, que vai ao encontro dos objetivos nacionais da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), que permitirá melhor atuação do Estado na conservação da sua biodiversidade.

- Sítio Ramsar no Paraná - a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba foi reconhecida, em setembro, como Sítio de Ramsar. Ao adquirir este *status* o Brasil compromete-se, internacionalmente, em manter as características ecológicas e implementar as diretrizes da Convenção de Ramsar, tratado internacional, que visa a conservação e o uso racional de áreas úmidas no mundo, na região.

20.4 Educação Ambiental

- Rede Estadual de Direitos Animais (REDA) - instituído, em março, o Conselho Estadual de Direitos Animais (CEDA) responsável pela elaboração, implantação e acompanhamento da Política Estadual de Direitos Animais; parceria no Programa Estímulo Cidadania Fiscal - Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) - Nota Paraná, com o cadastro de Organizações Não Governamentais de proteção animal; realizada uma *blitz* animal no Projeto Verão Paraná, em janeiro, no Balneário de Caiobá, com ações educativas referentes ao transporte seguro e saúde animal.
- Programa Paranaense de Ciclomobilidade (CICLOPARANÁ) - atendendo ao Decreto n.º 1.517/2015, com o objetivo de implementar ações que consolidem a utilização da bicicleta como meio de transporte, prática esportiva e de lazer, bem como desenvolver a cidadania, a segurança viária, a saúde e a educação no trânsito e ainda desenvolver o Turismo Sustentável no Estado, encontra-se em fase final de elaboração a Política Estadual de Ciclomobilidade e as Diretrizes para o Programa Paranaense de Ciclomobilidade. Foi promovido o passeio ciclístico de aventura, no dia do meio ambiente (junho), em Curitiba e no Litoral do Estado. Encontra-se em fase de elaboração o projeto de placas educativas para a BR-277, patrocinadas pelo DETRAN e DER.
- Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu - Câmara Temática de Educação Ambiental - foram desenvolvidas, em parceria com a Itaipu Binacional, formações socioeducativas pela metodologia cultivando água boa, com municípios lindeiros do Rio Iguaçu, com formação de multiplicadores de educação ambiental formal e não formal.
- Parque Escola - realizadas reuniões para readequação da metodologia de práticas de ações educativas, com a finalidade de promover novas parcerias socioeducativas, mapeando novos instrumentos educativos. Integra as secretarias que formam órgão gestor de educação ambiental (SEMA, SEED, SESA e SEAB) a fim de realizar a transversalidade sustentável e ampliar o público alvo, composto basicamente por estudantes da rede estadual de ensino médio e a poluição da terceira idade.

20.5 Coordenadoria de Resíduos Sólidos (CRES)

- Programa Estadual de Resíduos Sólidos - deu continuidade às atividades previstas no Plano de Regionalização, criando grupo técnico em conjunto com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDU) para tratar da destinação e disposição final dos resíduos sólidos, com este mesmo fim elaborou projeto de lei, que foi encaminhado à Assembleia Legislativa.
- Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Paraná (PERPS/PR) - iniciado em março e com previsão de conclusão para março de 2018, em parceria com o Instituto das Águas do Paraná, pretende contribuir para a implantação das políticas nacional e estadual, proporcionar e garantir a saúde pública e a qualidade ambiental, promover a segurança e o zelo com o meio ambiente no Estado.
- Sistemas de Logística Reversa - foram consolidados termos de compromisso assinados e buscou novas metas com os setores produtivos. Foram assinados, termos com as cadeias produtivas de bebidas quentes, pilhas e baterias portáteis e foi realizado I Seminário Estadual de Logística Reversa em conjunto com a Federação das Indústrias do Paraná, com a apresentação dos principais casos de sucesso do plano de logística reversa em execução no Paraná. O Paraná se destaca no programa de Logística Reversa das embalagens de agrotóxicos, com mais de 98,0% de recolhimento efetuado pelo setor produtivo, e no programa de coleta das embalagens de óleo lubrificante, com cerca de 60,0% das embalagens recolhidas.
- Programa Coleta Seletiva Solidária - realizou o trabalho de assessoria e acompanhamento dos procedimentos para a implantação do Decreto nº 4.167/2009, sobre a obrigatoriedade da separação dos resíduos sólidos recicláveis gerados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta. Como exemplo destaca-se o trabalho realizado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) com a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), na criação do Programa Coleta Seletiva Solidária (materiais recicláveis: papel, papelão e plásticos, entre outros) e implantação nas 135 regionais da SEAB.

20.6 Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT)

Tem por objetivo a orientação da política referente às questões econômicas, sociais e ambientais, além da orientação política referente ao uso, parcelamento e ocupação do solo na região do Litoral Paranaense. Atua de forma estratégica a fim de aliar o desenvolvimento econômico à preservação do meio ambiente no Litoral Paranaense.

Em 2017, foram realizadas três reuniões do Conselho do Litoral, sendo duas ordinárias e uma extraordinária, tendo sido deliberados em plenária, 51 processos de licenciamentos sendo os mais relevantes:

- Centro de Estudos do Mar da UFPR - requerimento de licenciamento ambiental na modalidade de autorização ambiental, para destinação de carcaças de animais marinhos silvestres encontrados mortos na zona costeira do Litoral do Paraná.
- Louis Dreyfus *Commodities* Brasil - solicitação de licenciamento ambiental de operação de moega para descarregamento de grãos, equipada com tombador, elevador e correias transportadoras no município de Paranaguá.
- Departamento de Estrada e Rodagem - solicitação de autorização ambiental para empreendimento viário denominado interseção em desnível (viaduto) a ser implantado no Km-05 da BR 277, no entroncamento com a Avenida Ayrton Senna e seu respectivo canteiro de obras, no município de Paranaguá.
- *Ad referendum*-Prefeitura de Matinhos - requerimento de licenciamento ambiental na modalidade autorização ambiental, para execução de recuperação emergencial de parte da orla marítima, por danos causados pela forte ressaca ocorrida em outubro de 2016.
- Petrobrás Transporte S.A. - requerimento de licenciamento ambiental, na modalidade autorização ambiental para adequação do *flare vent stack* existente no interior do terminal da Transpetro, que possui licença de operação, localizado em Paranaguá.
- Companhia Brasileira de Logística S.A. - requerimento de licenciamento ambiental, na modalidade de Licença Prévia, para implantação de pátio de estacionamento de caminhões, localizado em Paranaguá.
- Fertipar Fertilizantes do Paraná LTDA. - solicitação de licença ambiental de operação para atividade de armazenagem de fertilizantes e para estacionamento de caminhões, com capacidade máxima de armazenamento de 45.000 toneladas, em Paranaguá.
- Município de Paranaguá - solicitação de autorização ambiental para movimentação de solo, para preparação do terreno e construção de edifício em área anexa ao Palácio São José, sede da Prefeitura Municipal, com recursos financiados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Moinho Iguaçu - requerimento de licenciamento ambiental, na modalidade de licença de instalação, para implantação de correias transportadoras de cereais, localizado na Zona de Interesse Portuário, área urbana de Paranaguá.
- Companhia de Saneamento do Paraná - requerimento de licenciamento ambiental na modalidade de licença ambiental simplificada, para ampliação da estação de tratamento de esgoto do município de Matinhos, localizada no Balneário Betaras.

20.7 Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ)

Principais realizações:

- Transferência financeira para aquisição de 61 caminhões, coletor de carga retilínea para coleta de recicláveis, com a efetivação de convênios com 60 municípios, totalizando investimentos de R\$ 16,1 milhões.
- Programa Água No Campo - para facilitar o acesso à água para uso humano e animal foi efetivado convênio com 57 municípios, para a construção de poços artesianos nas comunidades rurais paranaenses; foram perfurados 114 poços artesianos, com investimento de R\$ 1,8 milhão.
- Verão Paraná 2016/2017 - iniciado em dezembro de 2016 e com término em março de 2017; foram realizados serviços para execução da coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, limpeza de praias e varrição de vias públicas nos municípios de Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Ponta do Paraná e Paranaguá (Ilha do Mel), com total de R\$ 5,3 milhões transferidos aos municípios.

20.7.1 Diretoria Técnica de Saneamento

- Controle de cheias no Rio Palmital: a) fiscalização, acompanhamento e alteração de projetos relativos às obras dos setores III e IV, bacias de detenção IR01-05A e IR01-05B, no valor de R\$ 16,3 milhões; b) desenvolvimento de projetos técnicos completos de quatro bacias de detenção, levantamentos topográficos cadastrais, avaliações das propriedades atingidas, com valor total previsto para obras, desapropriações, trabalho técnico sócio ambiental com valor aproximado de R\$ 52,6 milhões.
- Controle de cheias no Rio Ressaca - fiscalização e acompanhamento de obras de canalização dos afluentes 1 e 2 do Rio Ressaca, em fase final de execução, com valor total de R\$ 2,6 milhões.
- Controle de cheias do Rio Mascate - desenvolvido: a) projeto completo de ampliação da calha de escoamento do Rio Mascate, da complementação do sistema de micro drenagem, de cinco pontes em concreto e do projeto técnico socioambiental, com orçamento previsto de R\$ 7,2 milhões; b) projeto parcial de três bacias de detenção, sistema de drenagem do bairro Boa Esperança, do parque linear, com valor previsto de R\$ 17,5 milhões.
- Outros empreendimentos realizados: a) desenvolvimento do projeto executivo de controle de erosão no bairro Aeroporto, em Jacarezinho; b) desenvolvimento do projeto básico de controle de cheias no Bairro Floresta, em Morretes e Paranaguá, demandado por meio de reuniões técnicas com a Defesa Civil e

ECOVIDA; c) desenvolvimento de estudos para projeto de controle de cheias integrado com IPPUC/CTBA, no bairro Cachimba, com a finalidade de remoção de parte da população de área de risco, de proteção de outra parte por meio de obras e de recuperação de área para execução de bacias de segurança ambiental contra eventuais derramamentos de óleo da refinaria; d) contratação de pesquisas de jazidas, estudos geotécnicos e ensaios de solos para utilização em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e) análise de projeto básico e de alternativas para projeto de controle de cheias no Rio Marrecas em Francisco Beltrão, justificativas de contratação e adequação jurídica para a contratação do projeto executivo e obra; f) desenvolvimento do projeto executivo de controle de cheias no Rio Encantado, em Manfrinópolis; g) realização de análises técnicas para determinação de níveis de cheias, para informar empreendedores e IAP nos processos de licenciamento ambiental; h) informados 43 processos sobre áreas de risco de inundações, manchas de inundação e cotas das áreas de risco, para subsidiar empreendimentos de áreas particulares em licenciamento ambiental pelo IAP.

20.7.2 Diretoria de Planejamento e Controle do Uso das Águas

- Operação e manutenção de 162 estações fluviométricas convencionais com geração dos seguintes produtos: manutenção das seções de réguas com visitas trimestrais; medição de vazão nas 162 estações com frequência trimestral; boletins fluviométricos com leituras diárias às 07:00 e 17:00 horas; monitoramento sedimentométrico em 50 estações com geração de análise de sedimento em suspensão e granulometria do material do leito; amostragem da qualidade da água em 101 estações com frequência trimestral; levantamento e processamento de seção topobatimétrica em 50 estações; manutenção do banco de dados do Sistema de Informações Hidrológicas (SIH); processamento e análise de dados de chuva de 4.050 boletins; processamento e análise de dados de cota 1.350 boletins, processamento de dados de qualidade da água de 230 análises.
- Operacionalização do Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Águas com a execução de amostragens de qualidade da água trimestralmente em 101 estações fluviométricas distribuídas nas bacias hidrográficas do Estado.
- Visitas de manutenção e operação em 450 estações pluviométricas convencionais com geração de boletins mensais do índice de chuva.
- Contrato de Gestão com o SIMEPAR para a execução de manutenção preventiva e corretiva em 82 estações hidrológicas telemétricas com monitoramento de chuva e nível dos rios, sendo as informações disponibilizadas em tempo real à

Coordenadoria de Defesa Civil do Estado do Paraná com vistas à emissão de Alertas Hidrológicos.

- Desenvolvimento e aplicação do Sistema de Previsão de Chuvas (SIPREC) e do Sistema Autônomo de Previsão Hidrológica (SAPH), destinados à geração de informações de vazão e nível do rio, em 15 sub-bacias hidrográficas com maior ocorrência de eventos hidrológicos críticos de enchente, têm como função fornecer a Defesa Civil informações de Alerta hidrológicos.
- No Projeto PROGESTÃO, firmado com a ANA, foram vistoriadas 46 barragens de usos múltiplos, visando o enquadramento quanto ao Risco e ao Dano Potencial Associado.
- Neste exercício, até outubro, foram efetivadas 1.833 concessões de outorgas de direito de uso da água.

20.7.3 Diretoria de Gestão de Bacias Hidrográficas

- Conclusão dos Planos de Bacia Hidrográfica da Bacia do Baixo Ivaí/Paraná 2, e do Rio Jordão, com início do Plano da Bacia Litorânea.
- Aprovação do enquadramento dos corpos d'água na Bacia do Cinzas, Itararé, Paranapanema 1 e 2 no âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica Norte Pioneiro e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH).
- Continuidade do processo de Cobrança pelo uso de recursos hídricos no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira - COALIAR, com arrecadação prevista de R\$ 3,3 milhões.
- Estudo sobre a qualidade da água de rios da bacia hidrográfica do Alto Iguaçu.
- Elaboração de edital para contratação de serviços de consistência de dados fluviométricos da bacia do Alto Iguaçu.

20.8 Instituto Ambiental do Paraná (IAP)

Responsável pelo licenciamento, fiscalização, monitoramento e conservação ambiental do Paraná. Principais realizações:

- Fiscalização Ambiental: a) foram lavrados 2.083 autos de infrações - contra a flora, relativas a desmatamento e supressão de vegetação em áreas de preservação permanente; contra a fauna, nas atividades de caça, rinha de galos e maus tratos a animais; b) fiscalizações em 596 indústrias quanto ao cumprimento das condicionantes impostas em seus licenciamentos ambientais e a emissão de efluentes, com as informações coletadas serão atualizados os

dados do IAP referentes ao potencial poluidor dos efluentes líquidos no Paraná;
c) fiscalização ambiental de caça, pesca, floresta e apoio de segurança às Unidades de Conservação, em convênio com a Polícia Ambiental.

- Licenciamento Ambiental - análise e deliberação em cerca de 25 mil pedidos de licença e autorizações ambientais, não incluídos os municípios de Araucária, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Fazenda Rio Grande e Curitiba que atuam de maneira descentralizada, sem utilização dos sistemas de licenciamento ambiental do IAP.
- Gestão Florestal: a) produção e doação de 1.234.367 mudas florestais de cerca de 80 espécies florestais nativas para recuperação ambiental; b) o Paraná passou a contar com o sistema GEOSICAR, desenvolvido pelo IAP e SIMEPAR e com recursos do BNDES, para agilizar a análise dos cadastros das propriedades rurais ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) que permite a sobreposição de mapas, imagens de satélite e bases de dados com informações sobre a hidrografia, topografia, declividade, unidades de conservação estaduais e federais, áreas indígenas, áreas prioritárias para conservação, áreas prioritárias para a recuperação, corredores de biodiversidades, bacias hidrográficas, regiões fitogeográficas, e de várias imagens de satélite com a cobertura florestal do Estado em diferentes períodos (anos).
- Conservação - a) ampliou a proteção de mata nativa, incorporando desde 2011, mais 10,7 mil hectares em áreas de preservação, tendo criado 26 Unidades de Conservação e ampliado, recategorizado ou regularizado outras cinco; em junho ampliou a área de proteção ambiental da Mata Atlântica em Paranaguá, no Litoral em 4,65 mil hectares; b) inaugurado em outubro, o Monumento Natural Salto São João, Unidade de Conservação com área de 15 alqueires, situada em Prudentópolis, e investimento de R\$ 2,4 milhões; c) visando a reforma da estrutura (fixa e flutuante) do trapiche de Nova Brasília, na Ilha do Mel, danificado pelas fortes ressacas ocorridas em 2016, realizou investimentos na ordem de R\$ 325,0 mil; d) deu continuidade à parceria firmada entre IAP e prefeitura de Pato Branco efetuando o repasse de R\$ 5,0 milhões em 2017, às obras de infraestrutura no Parque Vitório Piassa, que passará a ser administrado pelo município; e) Plano de Manejo do Parque Estadual Serra da Baitaca, que protege 3.053,21 hectares de floresta de Mata Atlântica - o documento versa sobre o que pode ser desenvolvido dentro da Unidade de Conservação e na região de entorno do Parque; f) criação de sete Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) em 2017, e 10 em processo de homologação pelo IAP.
- Fauna - a) em 2017, foram recebidos 750 animais, 150 oriundos de entrega voluntária sendo encontrados machucados; até outubro foram homologados 115 Termos de Guarda e 23 Termos de Depósito para destinação de animais nativos silvestres apreendidos; b) firmada parceria entre Instituto Klimionte Ambiental e o

Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (responsável pela Usina Hidrelétrica de Mauá), com o apoio do IAP e da prefeitura de Ponta Grossa, que vai garantir a construção e viabilização de um Centro de Tratamento de Animais Silvestres (CETAS) nos Campos Gerais.

- Legislação e Regulamentação: a) foram aprovadas e publicadas resoluções que estabelecem requisitos, definições, critérios, diretrizes e procedimentos administrativos referentes ao Licenciamento Ambiental e Regularização Ambiental de aeroportos e aeródromos públicos ou privados, civis ou militares, de portos públicos e terminais públicos ou privados e para o licenciamento ambiental de empreendimentos imobiliários no território paranaense; b) estabeleceu os procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte solar para sistemas heliotérmicos e fotovoltaicos por meio da publicação da Portaria n.º 019/2017; c) foi regulamentado o procedimento administrativo de licenciamento ambiental para a criação, em todo o Estado, de Estações Chaves (ECs) que são subestações de pequeno porte para transmissão de energia para domicílios; a Portaria n.º 160/2017 estabelece os documentos necessários ao licenciamento das estações.
- Infraestrutura - firmado convênio para repasse de recursos aos municípios de Joaquim Távora e Jacarezinho para as obras de recuperação de corpos hídricos, para conservação ambiental; continuidade das obras de infraestrutura e de revitalização da área do entorno do Aquário Marinho de Paranaguá com previsão de conclusão em março de 2018, com investimento de R\$ 9,1 milhões.
- Transparência Pública - realizadas 12 audiências públicas relativas a licenciamentos ambientais cujos procedimentos que podem gerar impacto significativo no meio ambiente e que afetam a população do seu entorno.
- Monitoramento: a) inauguração de seis novas estações de monitoramento da qualidade do ar de fonte fixa, com atendimento a Paranaguá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Cascavel, Maringá e Londrina, com investimento de R\$ 6,0 milhões; b) criação de Grupo de Trabalho, para estudos e definição dos valores orientadores de referência de qualidade do solo para substâncias químicas naturalmente presentes, para o Estado (Portaria n.º 148/2017), conforme estabelecido no Artigo 8º, da Resolução CONAMA n.º 420/2009; c) atualização do Relatório da Situação da Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos no Estado, com 301 municípios que destinam resíduos de maneira regular, com aproximadamente 82,0% da população sendo atendida por uma correta destinação; d) divulgação do Relatório da Situação de Inventário de Resíduos Sólidos Industriais no Paraná (levantamento sobre a destinação dos resíduos gerados pelas atividades industriais no Estado em 2014 e 2015); e) criação do Plano Estadual de Controle da Poluição do Ar e de Proteção da Atmosfera

(PROEPAR), que compreende ações para aprimorar o controle de emissões atmosféricas poluentes, com o estabelecimento de padrões mais restritivos à emissão de poluentes em diversas atividades econômicas; f) deu continuidade ao convênio com a Agência Nacional das Águas (ANA), que garante o monitoramento da qualidade da água em 131 pontos dos principais rios do Estado e, com a ITAIPU, que garante o monitoramento da qualidade da água em 40 pontos dentro do reservatório e em outros 40 de seus afluentes.

20.9 Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG)

Atividades realizadas:

- Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - conclusão da revisão e diagramação dos três volumes do Relatório ZEE do Paraná, visando à publicação impressa e divulgação do relatório *online*.
- Revisão dos limites municipais em 37 processos com pareceres técnicos aos demandantes.
- Publicação da Base de Divisas Municipais 2017, ajustada à escala 1:50.000 nos formatos *shapefile* para utilização em softwares de geoprocessamento e *kml* para visualização no Google *Earth*.
- Digitalização de fotos aéreas e mapas de acervo fundiário, com a impressão de 853 mapas e higienização de 779 documentos e fotos.
- Atendimento ao público (153), pessoalmente ou por solicitação via protocolo, no setor de mapoteca com informações cartográficas do acervo e 46 atendimentos de acesso à informação pelo sistema integrado para gestão de ouvidorias (SIGO).
- Avaliação, em conjunto com a equipe composta pelo ITCG, IAP, COPEL, UFPR, EMBRAPA FLORESTAS, EMATER, SEMA e SEAB, de propostas técnicas de empresas especializadas ao desenvolvimento do Mapeamento do Uso e Cobertura da Terra do Paraná.
- Projeto Nomes Geográficos do Paraná - continuidade dos trabalhos nos municípios de Piraquara (Bacia Hidrográfica do Rio Piraquara), Lapa (Parque Estadual do Monge), São José dos Pinhais (Bacia Hidrográfica do Rio Miringuava), Paranaguá (Ilha do Mel), Ponta Grossa (Parque Estadual de Vila Velha), Tibagi (Parque Estadual do Guartelá) e Castro (Bacia Hidrográfica do Rio São Cristóvão).
- Participação nas reuniões e atividades da Coordenadoria de Educação Ambiental da SEMA, tendo entre outras responsabilidades, o desenvolvimento de mapas e bases cartográficas contendo diferentes informações como escolas, paróquias, dentre outras, categorizada por bacias hidrográficas.
- Realizadas ações com a SEED, para desenvolvimento de mapa das escolas com determinadas especificidades e detalhamentos cartográficos e geográficos.

- Deu continuidade ao desenvolvimento e elaboração de mapas da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, por área de abrangência.
- Realizada a tradução de textos sobre nomes geográficos no planeta e elaboração de documento para a criação do Comitê Interinstitucional de Peritos em Nomes Geográficos no Paraná.
- Atendimentos de solicitações para produção de mapas e texto toponímico/turístico para o município de Ribeirão Claro e Projeto Angra Doce.
- Avaliação, em conjunto com o IAP, AGUASPARANÁ, SEMA e CELEPAR, das propostas de projetos de empresas especializadas para contratação da Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) - SEMA, com recursos do Banco Mundial. Aguardando homologação da licitação para início do projeto.
- Programa PRÓ-RURAL - atuou na regularização fundiária com a elaboração de Termo de Referência e contratação de empresas especializadas para serviços de medição e demarcação topográficas de lotes rurais, nos municípios de Laranjal, Palmital, Prudentópolis, Ribeirão Claro e Virmond, totalizando 495 propriedades. Com a Regularização Fundiária em Terras Particulares foram atendidos cerca de 3.500 cidadãos, em 24 municípios. Prestou orientação jurídica, revisou cadastros, realizou audiências públicas, realizou abertura de novos cadastros, prestou atendimentos para compor ou instruir processos judiciais e entrega de mapas e abertura de licitação para serviços de georreferenciamento, abrangendo aproximadamente 500 famílias e realizou o encaminhamento de 2.000 processos à Defensoria Pública do Paraná e ao Programa Justiça no Bairro, do Tribunal de Justiça do Paraná, visando o ajuizamento de ações de usucapião.
- Promoveu ações que resultaram na alienação de 50 imóveis nos municípios de Pitanga, Boa Ventura de São Roque, Campo Largo, Tijucas do Sul; e desenvolveu ações de regularização fundiária que resultaram na emissão de títulos de terras em: Boa Ventura de São Roque (20); Campo Largo (15); Guaratuba (100); Itaperuçu (10); Pontal do Paraná (82); Tunas do Paraná (20), e Doutor Ulisses (10). Além de 1.100 atendimentos a solicitações da PGE em processos referentes a ações de Usucapião.

Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

21 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de assessoramento e apoio direto ao Governador do Estado, para o desempenho de funções de planejamento, coordenação e controle da ação geral do governo, dos assuntos, projetos e programas intersecretariais, da organização base do sistema de planejamento e organização institucional, bem como, da articulação do Governo com o setor privado, visando promover o desenvolvimento econômico do Estado.

No segundo semestre de 2017, a SEPL passou por uma reestruturação de atribuições que culminaram na proposta de um novo Regulamento, que há uma década não tinha sido revisto. Os papéis das diversas coordenações foram revistos e buscou-se imprimir uma atuação sistêmica ao órgão com o fortalecimento das atribuições de planejamento, coordenação geral e desenvolvimento econômico. Na mesma direção foram realizados seminários voltados à interação da equipe visando enriquecer o debate sobre a modernização da administração pública como a palestra Gestão do Estado.

A nova estrutura administrativa da Secretaria, prevê como unidades a nível de execução programática, a Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA), a Coordenação de Modernização Institucional (CMI), a Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG), a Coordenação de Desenvolvimento Econômico (CDE), e a Coordenação de Concessões e Parcerias (CCP); na Administração Indireta, como entidades vinculadas, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná (IPEM/PR) e a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR); como entes de cooperação, por meio de Contratos de Gestão, os Serviços Sociais Autônomos Agência Paraná de Desenvolvimento (APD) e o PARANÁ PROJETOS.

O desenvolvimento econômico, social e ambiental incorporado às políticas e ações da SEPL, como um tripé que estrutura, baliza e norteia as ações coordenadas do Governo, funciona como meio condutor dos avanços conquistados nas diversas áreas e setores, bem como no atendimento direto à população paranaense.

O Paraná, após registrar resultados econômicos superiores aos do Brasil nos anos que antecederam a crise, volta a demonstrar seu dinamismo com uma retomada mais veloz e consistente que a do País, decretando o fim do período recessivo. Do setor industrial à atividade agropecuária, passando ainda pelo comércio e serviços, podem ser observados resultados produtivos consideráveis, que deverão sustentar um crescimento econômico próximo de 2,0% em 2017, muito acima das projeções relativas ao Brasil.

Além de refletir o empreendedorismo, a competência e a dedicação do empresariado e dos trabalhadores paranaenses, o progresso do Estado deriva das políticas públicas

implementadas, que não se caracterizam apenas pela efetividade de cada uma das ações governamentais, mas também pela interação e complementariedade entre os programas.

Com o intuito de atingir um avanço sistêmico, o Governo Estadual, liderado pela SEPL, vem complementando políticas para o desenvolvimento socioeconômico com programas direcionados à sustentabilidade ambiental, tendo como exemplo o Programa de Gestão de Solo e Água em Microbacias, com recursos do Banco Mundial (BIRD).

Como resultado, vem conseguindo reunir crescimento econômico e geração de empregos (comprovado pelos 28,6 mil postos formais de trabalho criados nos nove primeiros meses de 2017) com baixa taxa de extrema pobreza (da ordem de 1,7% em 2015, uma das menores do País) e preservação dos ativos ambientais, beneficiando toda a população do Estado.

21.1 Acompanhamento de Programas e Modernização Institucional

No âmbito do monitoramento e avaliação dos programas de Governo avançou o aperfeiçoamento de metodologias, tecnologias e fluxos de informações; destacando-se o acompanhamento do Plano de Metas 2015 - 2018 Beto Richa integrado ao Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME). O trabalho envolveu os responsáveis indicados pelas pastas no preenchimento das informações (órgãos e vinculadas) e os diretores gerais na validação das mesmas que foram trabalhadas pela SEPL e consolidadas num caderno técnico, com a colaboração da Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECS) e da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).

O Acompanhamento do Plano de Metas 2015-2018 Beto Richa demonstra o nível de cumprimento das metas previstas no referido Plano, com divulgação à população e aos órgãos de comunicação das informações atualizadas até novembro, por meio de portal específico desenvolvido pela SECS.

Foram desenvolvidas ainda as atividades de: acompanhamento do Plano Plurianual 2016-2019 (exercício 2016); revisão do Plano Plurianual para os exercícios 2017 a 2019, aprovada pela Lei n.º 19.251/2017; e coordenação, elaboração, consolidação e revisão da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa.

No âmbito da modernização institucional, realizou estudos de criação, concepção, transformação, ampliação, fusão e extinção de Órgãos e Entidades, bem como o aprimoramento de suas estruturas organizacionais, tendo como premissas a racionalização, modernização e reestruturação da Administração Pública Estadual visando à melhoria das suas condições de funcionamento e a excelência no cumprimento das suas metas e obrigações legais.

Visando a otimização de recursos e agilidade da gestão interna, suas principais ações foram a reestruturação organizacional da própria SEPL, da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), da Secretaria de Estado da Educação (SEED), do Instituto de Terras, Cartografia e

Geologia do Paraná (ITCG), da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR), do Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR), do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná (IPEM/PR); do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GGI/PR) e da Divisão de Narcóticos (DENARC); e ainda, no setor de segurança pública, foi criado o Escritório Social e instituído Centro de Triagem da Região Metropolitana de Curitiba, no âmbito do Departamento Penitenciário.

Também foram disponibilizadas informações detalhadas, atualizadas e *online*, referentes à estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, com a integração do Sistema Estrutura Organizacional do Estado do Paraná (e-ORG) ao Portal da Transparência, tornando a consulta pela população mais simples, ágil e integrada.

21.2 Desenvolvimento Econômico

Formulou e coordenou projetos e programas multissetoriais em quatro grandes eixos: Financiamentos Nacionais e Internacionais, Desenvolvimento Regional, Concessões e Parcerias Público-Privadas e Desenvolvimento Econômico.

No eixo Financiamentos Nacionais e Internacionais, a SEPL participou da negociação de seis projetos e programas, e diretamente da gestão de outros dois, representando R\$ 6,0 bilhões, sendo R\$ 3,0 bilhões de contrapartidas do Estado com execução até 2021, os quais são o resultado da interface com instituições nacionais e internacionais de crédito e da articulação entre órgãos públicos municipais, estaduais e federais, entidades privadas e segmentos organizados da sociedade. Os recursos potencializam os investimentos em saúde, educação, segurança, agricultura, meio ambiente, infraestrutura rodoviária, apoio aos municípios, além de promover a melhoria na gestão pública com capacitação dos servidores, melhoria dos processos administrativos e gestão fiscal.

Projetos e programas, em execução:

- Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - operação de crédito externo junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 350,0 milhões, contratada em 2013, por quatro anos, sendo seu contrato prorrogado por mais dois anos, estendendo a vigência para novembro de 2019.
- PROINVESTE - operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. no valor global de R\$ 816,8 milhões, com garantia e contragarantia da União contratada em 2014 e com prorrogação concedida por mais 360 dias, com vencimento previsto para junho de 2018.
- Programa de gestão fiscal do Estado do Paraná (PROFISCO PR - BID) - operação de crédito externo junto ao BID no valor de US\$ 8,1 milhões firmado em agosto de 2014.

- Programa integrado de inclusão social e requalificação urbana (Família Paranaense) - operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 60,0 milhões firmado em 2014.
- Programa Paraná Seguro - operação de crédito externo junto ao BID no valor de US\$ 67,2 milhões destinados à melhoria da segurança pública do Paraná.
- Programa rotas do desenvolvimento - operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. no valor é de R\$ 220,0 milhões destinados a investimentos em infraestrutura rodoviária.

Programas em negociação:

- Programa de apoio ao desenvolvimento urbano e melhoria de infraestrutura municipal - Paraná Urbano III/PROSFM - BID - operação de crédito no valor de US\$ 150,0 milhões em fase de análise e aprovação pela Comissão de Financiamento Externo da Secretaria de Assuntos Internacionais (COFLEX/SEAIN), que abrange a negociação entre o Estado, Governo Federal e BID, com assinatura de contrato e aplicação de recursos prevista para 2018.
- Programa de infraestrutura rodoviária - operação de crédito junto ao BID no valor de US\$ 235,0 milhões, cuja carta consulta foi aprovada pela COFLEX em 2016. O contrato para o financiamento de parte do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Paraná foi assinado em 20 de dezembro de 2017.

Em apoio à gestão dos projetos citados, foi desenvolvido e implantado o módulo financeiro do Sistema de Gestão e Acompanhamento de Programas e Projetos (SIGMA-PP), em funcionamento para seis financiamentos em execução no Estado; foi implantado o módulo físico de monitoramento do projeto multissetorial do Banco Mundial e os servidores das secretarias envolvidas foram capacitados para a utilização do sistema.

No eixo Desenvolvimento Regional, destacam-se:

- Regiões de Desenvolvimento (REDES) - programa de ações integradas em territórios priorizados, que visa potencializar as ações do Estado no entorno de empreendimentos localizados em regiões de baixo IDH-M ou de vulnerabilidades sociais e ambientais, ou ainda em regiões com grande potencial de desenvolvimento regional. Neste programa estão inseridos: a) Projeto Puma - Klabin, da região de Telêmaco Borba e imediações, com sede em Ortigueira, cuja fábrica foi inaugurada em junho de 2016; b) Projeto de desenvolvimento regional sustentável do Litoral do Paraná, envolvendo sete municípios da região e delineando o plano de ocupação de Pontal do Paraná em fase final de contratação de consultoria para elaboração do plano; c) Projeto de desenvolvimento regional da metrópole norte - envolvendo 14 municípios das regiões metropolitanas de Maringá e Londrina, além do município de Apucarana, em fase final da seleção e contratação da consultoria.

- Projeto de revitalização integrada da bacia do Rio Belém - elaborado documento do plano com subsídios técnicos, levantamentos e propostas dos atores para a revitalização da bacia hidrográfica do Rio Belém em conjunto com Estado e município de Curitiba, com apoio de instituições de ensino superior e da sociedade. O plano objetiva usar como modelo inicial o Rio Belém e replicar sua metodologia em outras bacias hidrográficas urbanas paranaenses.
- Projeto de revitalização da bacia do Iguaçu - envolve 109 municípios, numa área total de 67.462 km². O projeto objetiva usar como modelo inicial melhorias na bacia do Rio Belém. A SEPL participa como integrante efetiva do Grupo Gestor de Revitalização do Rio Iguaçu (GGRI), e atua no levantamento dos projetos existentes e na captação de recursos financeiros.
- Projeto Angra Doce - projeto Multissetorial, que abrange cinco municípios junto à represa da Usina Hidrelétrica Chavantes e demais áreas de influência, e busca envolver o setor privado e a sociedade civil junto aos governos de São Paulo e Paraná.
- Potencial energético do Estado - elaboração de relatório técnico de diagnóstico e potencial energético, com estudos para a diversificação da matriz e eficiência energética, identificando e quantificando a implantação de usinas hidrelétricas, eólicas, solares e térmicas, a biomassa ou o biogás, em análise, acompanhamento e complementação junto a outras instituições para posicionamento estratégico do Estado.

No eixo Concessões e Parcerias Público-Privadas, dos projetos e respectivos contratos celebrados no âmbito do Governo do Estado do Paraná coordenados pela Secretaria encontram-se em fase de estruturação: Sistema de Identificação Veicular, Sistema Integrado de Inteligência e Controle de Operações, Corredor da PRC-280, Serviços de Diagnóstico por Imagens, Centrais de Abastecimento do Paraná (CEASA), Parques do Paraná, Hospital da Polícia Militar, Trem Pé Vermelho e Corredor de Exportação Oeste, destacando-se os quatro últimos.

Merece destaque o projeto do Corredor Oeste de Exportação - Nova Ferroeste que visa aumento da capacidade de transporte ferroviário do Estado. O estudo, bem como o respectivo resumo executivo, desenvolvido pela SEPL tratou da determinação da demanda de cargas potenciais, análise do marco regulatório e análise ambiental, e foi apresentado para a sociedade e para possíveis investidores. Este projeto compreende o trecho entre Dourados - MS e o litoral do Estado (Paranaguá e o Complexo Portuário de Pontal do Paraná). O Conselho Gestor de Concessões (CGC) aprovou a publicação do Edital de Chamamento, para que interessados, possam elaborar os estudos de viabilidade para a implantação do empreendimento ferroviário.

O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para a execução projeto foi lançado no final de novembro em evento realizado em São Paulo. O novo trecho ferroviário, de cerca de

1.000 quilômetros de extensão, vai ligar a região de Dourados, no Mato Grosso do Sul, ao Litoral paranaense, com custo estimado para a construção de R\$ 10,0 bilhões e o objetivo da linha é facilitar o escoamento da produção agrícola do Oeste paranaense e do Centro-Oeste brasileiro pelo Porto de Paranaguá. A obra está dividida em dois trechos: o primeiro tem 400 quilômetros e liga Guarapuava ao Litoral do Paraná e o segundo vai de Guarapuava até Dourados (MS), passando por Cascavel e Guaíra, com a construção de mais 350 quilômetros de trilhos. A construção da nova ferrovia também inclui a revitalização do traçado de 250 quilômetros já existente entre Guarapuava e Cascavel, e que é operado pela Ferroeste. O trecho também será subconcessionado.

O Trem Pé Vermelho tem seu Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) em fase de revisão da conceituação do projeto, incluindo nível de serviço e reestruturação de pesquisa de demanda que está sendo realizado pelo Grupo Técnico Setorial (GTS) do projeto composto pela SEIL, SEPL e IPARDES, com o apoio do consórcio consultor.

O projeto Parques Paraná, realizado em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Instituto Ambiental do Paraná, em fase de análise dos cadernos para posterior escolha do estudo de referência para o edital de licitação.

O Hospital da Polícia Militar teve sua Resolução de Chamamento publicada com vistas à elaboração de estudos de viabilidade para sua reestruturação, tendo dois proponentes solicitando autorização de PMI, cujos pedidos encontram-se em análise.

Dos processos de concessão em andamento em 2016, foram descontinuados: a) corredor da PR-323 - anteriormente licitado passou à fase de distrato, visto que a concessionária não obteve o financiamento de longo prazo da Concessão Patrocinada; b) Expansão da Rede de Dutos da COMPAGÁS - previa a construção e manutenção de gasoduto ligando Paranaguá à Araucária.

No eixo Desenvolvimento Econômico, atuou no papel de articulador e mobilizador dos agentes econômicos nas regiões do Estado. Neste sentido, atendeu o setor empresarial nas demandas que necessitaram de interface com órgãos e entidades do Governo na localização de empreendimentos, questões ambientais, fiscais, infraestrutura e logística, entre outros. Destaca-se o estabelecimento de diretrizes para a realização de ações voltadas ao planejamento produtivo integrado das regiões com menor IDH, resultando na identificação das oportunidades para atração de investimentos. Como resultado, foram analisados 20 projetos de investimentos para enquadramento no Programa Paraná Competitivo, sendo sete de instalação e 13 de expansão.

Ainda em relação aos Planos de Desenvolvimento Produtivo Integrado, destacam-se os esforços articulados com as lideranças locais do Vale do Ivaí, como a Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (AMUVI), e os estudos para a viabilização da implantação da primeira Zona de Processamento de Exportação (ZPE), em Umuarama.

Institucionalmente, o Paraná destaca-se na forma de organização para a construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com as políticas nacionais para o segmento.

O Fórum Permanente, sob a presidência da SEPL, conta com uma Secretaria Técnica e cinco comitês temáticos que tratam da articulação, desenvolvimento de estudos, elaboração de propostas, encaminhamento dos temas específicos visando atender as demandas das micro e pequenas empresas do Estado. Foram realizadas atividades de reorganização de fóruns regionais, reuniões técnicas, seminários e rodadas de negócios entre outras atividades. O Fórum desenvolveu ações de capacitação de servidores públicos municipais em compras governamentais atendendo as microrregiões de Cascavel, Curitiba, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Maringá e Toledo, totalizando 5.373 servidores em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE/PR).

Merece destaque a Carta Paraná, com propostas do segmento direcionadas aos Governos Federal, Estadual e Municipal, elaborada no II Encontro das Micro e Pequenas Empresas do Paraná em parceria com a FIEP e SEBRAE, que contou com mais de 800 participantes de todas as regiões do Estado.

21.3 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

O IPARDES produz estatísticas e estudos socioeconômicos, com o objetivo de subsidiar ações governamentais e suprir a sociedade com informações e análises relevantes sobre a realidade paranaense. Entre outras atividades mantém a Base de Dados do Estado (BDE), que integra o Sistema Estadual de Informações, e produz estudos em áreas como demografia e conjuntura econômica do País e do Estado.

O Centro de Pesquisa mantém suas atividades na linha de pesquisas e estudos socioeconômicos, com foco no Estado do Paraná, que se concretizam em produtos como as publicações Boletim de Análise Conjuntural, Revista Paranaense de Desenvolvimento (RPD), Caderno IPARDES - Estudos e Pesquisas e Boletim de Comércio Exterior.

Dentre as realizações de 2017, o Instituto lançou as projeções demográficas do Estado do Paraná e de seus municípios até 2040, que incluem população por sexo e faixa etária, importantes ao planejamento de longo prazo, definição de políticas públicas e ao planejamento privado; e os números disponibilizados têm sido incorporados pela área de educação em âmbito estadual e municipal.

O cálculo do PIB do Paraná nos últimos anos passou por intensa revisão metodológica e, em 2017, teve seus primeiros resultados disponibilizados à sociedade, que foi o aperfeiçoamento do cálculo de suas taxas de crescimento trimestrais e a obtenção e

divulgação de valores trimestrais, o que permite maior refinamento no acompanhamento da macroeconomia regional pelos agentes públicos e privados.

Foi lançada nova revisão dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, cuja abordagem por bacias hidrográficas, entre outros critérios metodológicos, tem por objetivo proporcionar a leitura das condições e dados mais atualizados acerca do desenvolvimento econômico e social e da evolução das condições do meio ambiente paranaense em suas regiões.

A propósito dessa vertente regional e com vistas a um panorama do desenvolvimento local, atualizou-se o estudo Vários Paranás, que procura retratar e fornecer subsídios ao planejamento de diversas áreas do Paraná, em termos da evolução de suas atividades econômicas, aspectos sociais e aparato institucional (instituições de ensino, de ciência e tecnologia e cooperativismo).

Em outra frente, desenvolveu um projeto de pesquisa e gerenciou um levantamento de campo de grande porte com fins de acompanhamento do Programa Família Paranaense, sob demanda e em interação com a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. A pesquisa de campo, realizada por serviço terceirizado no primeiro trimestre de 2017, abordou cerca de 6.000 famílias em condições de vulnerabilidade social e levantou longa série de informações que permitirá a otimização do Programa e que, ainda, poderá subsidiar a atuação do Governo do Estado em áreas sociais, como saúde, educação e renda.

O Centro de Pesquisa atendeu e prestou suporte aos órgãos e secretarias, valendo citar o apoio à área de planejamento do Ministério Público do Estado, ao Tribunal de Contas, à Secretaria da Saúde e à Secretaria da Educação na elaboração do Plano Estadual de Educação. Além desses, destacam-se a elaboração de cenários econômicos para o Poder Executivo estadual; apresentações sobre a economia paranaense e brasileira para entidades; apoio à editoração de trabalhos do governo estadual; assessoramento ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e ao Instituto de Florestas do Paraná na construção de bases de dados para estas instituições.

21.4 Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná (IPEM/PR)

O IPEM é uma Autarquia Estadual, subordinada administrativamente ao Governo do Estado do Paraná por meio da SEPL; tecnicamente e financeiramente ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), de quem recebe a delegação para o exercício de suas atividades relativas à avaliação da conformidade, verificação metrológica, calibração e ensaios, que beneficiam todos os segmentos da sociedade envolvendo os setores comerciais, industriais e de defesa do consumidor.

Principais ações:

- Verificação metrológica - foram realizadas cerca de 284.000 verificações em instrumentos de medir e medidas materializadas.
- Verificação quantitativa em produtos pré-embalados - foram realizados cerca de 52.000 exames em produtos pré-embalados.
- Fiscalização de produtos e serviços com a conformidade avaliada - cerca de 60.000 ações.
- Calibração de instrumentos de medir e medidas materializadas - cerca de 1.600 calibrações.
- Verificação nos processos de registro de empresas - cerca de 500 verificações.
- Ensaio têxteis - cerca de 15.600 ensaios.

21.5 Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR)

A COHAPAR, sociedade de economia mista vinculada à SEPL, é responsável pela política habitacional e pela execução dos Programas Habitacionais do Governo do Paraná.

Tem como metas equacionar e resolver o déficit habitacional do Estado, prioritariamente à população de baixa renda, objetivando incentivar a produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação e reforma de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização, para atendimento a famílias com renda mensal de até dez salários mínimos.

Nesse sentido, quatro linhas estratégicas têm norteado as ações da Companhia, voltadas ao atendimento das necessidades habitacionais no Estado, propondo soluções urbanas planejadas e sustentáveis, desenvolvidas para oferecer moradias dignas, com mais qualidade de vida e sustentabilidade: a) habitação rural; b) titulação, regularização fundiária e urbanização em assentamentos precários; c) melhorias; d) habitação urbana com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Combate à Pobreza.

No âmbito dos projetos, a COHAPAR realiza a viabilização técnica dos empreendimentos habitacionais produzidos, participando desde a escolha da área, desenvolvimento de projetos e envio para os agentes financeiros, até a sua contratação. Em 2017, estiveram em análise projetos de 892 empreendimentos, que compreendem 39.958 unidades habitacionais, totalizando R\$ 2,3 bilhões em investimentos.

A empresa supervisiona e faz a gestão em empreendimentos distribuídos no Paraná, coordenando a edificação de unidades habitacionais e obras de infraestrutura para atendimento às famílias paranaenses.

Foram concluídos, até 21 de dezembro, 88 empreendimentos, totalizando 7.370 unidades habitacionais; encontra-se em andamento 97 empreendimentos, totalizando 4.633 unidades habitacionais.

As obras de infraestrutura realizadas proporcionaram o atendimento a 213 famílias, com expectativa de atendimento a 6.310 famílias nos próximos anos, considerando os empreendimentos que se encontram em execução.

Em março, a Companhia firmou convênio com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR), tendo por objeto a união de esforços para realização de levantamento inicial, bem como o acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia nas edificações da rede pública estadual de ensino. Estão concluídas 19 obras de reformas realizadas com acompanhamento da COHAPAR; das 550 escolas previstas para 2017 nos programas Escola 1.000 e Renova Escola, 496 apresentaram documentação e 477 encontra-se em processo de fiscalização.

No âmbito da Regularização Fundiária e Titulação a COHAPAR atua em programas habitacionais, buscando a regularização de ocupações irregulares e realocação de moradores residentes em áreas de risco ou de proteção ambiental; evitar que novos assentamentos precários se desenvolvam, por meio de ações de urbanização de áreas carentes, execução de obras de infraestrutura e titulação de imóveis irregulares.

A Regularização Fundiária, desenvolvida pela COHAPAR, é subdividida em modalidades, adequadas às necessidades jurídicas e sociais de cada área e de seus públicos: a) Morar Legal Paraná - destinado à regularização fundiária de imóveis que não são de propriedade da Companhia; em novembro totalizava 9.182 unidades em processo de licitação (fase de julgamento de propostas) e 15.969 em processo de montagem do edital de licitação; os recursos para o pagamento das empresas contratadas são oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza; b) comercialização de lotes com ocupação consolidada - destinado a imóveis de titularidade da COHAPAR e do Estado que, após a regularização urbanística, ambiental e jurídica da área, é transferido ao beneficiário mediante cobrança de prestação, sem comprometer a capacidade financeira dos beneficiados; com mais de 2.000 unidades em regularização; c) Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) - modalidade de titulação, em fase final de regulamentação, que concede às famílias de áreas de ocupação irregular o direito de uso para fins de moradia, quando não for possível a regularização por outros meios; d) Convênios de Cooperação Técnica com os municípios - assessoramento aos municípios do Estado para efetuarem a titulação de imóveis irregulares; até novembro, 15 projetos encontravam-se em desenvolvimento, abrangendo 2.750 unidades; e) Mutirão das Escrituras e Escrituração Direta - visa a regularização de empreendimentos próprios, compreende a titulação dos imóveis financiados pela COHAPAR; até dezembro foram tituladas 2.118 unidades.

No âmbito da Gestão Financeira, as unidades habitacionais entregues em 2017, representaram investimento de R\$ 347,3 milhões, por meio do Programa Morar Bem Paraná em parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.

Em busca do aprimoramento de práticas administrativas, de transparência e alinhamento estratégico com as novas frentes de atendimento da Companhia, foi

estruturado o Sistema *Online* de Cadastro de Famílias, que mapeia a demanda habitacional do Estado, por meio de cadastros realizados diretamente pelo cidadão, no portal da COHAPAR ou na sua prefeitura. Os municípios interessados contaram com o apoio da Companhia mediante parceria, para capacitação de funcionário da prefeitura, que auxiliará no preenchimento dos campos e na coleta de informações dos cidadãos. As informações obtidas permitirão a tomada de decisões de forma ágil e objetiva, e o atendimento aos Escritórios Regionais da Companhia e aos municípios com informação confiável e alinhada às metodologias atuais de coleta de dados para uso em Políticas Públicas.

Secretaria da Saúde



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

22 Secretaria de Estado da Saúde

As ações prioritárias que a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) desenvolve têm como base o seu Mapa Estratégico e as Diretrizes do Plano Estadual de Saúde do Paraná 2016-2019, instrumentos guia para as principais realizações no ano de 2017.

Na organização da atenção à saúde materno-infantil, por meio do Fortalecimento da Rede Mãe Paranaense, a Secretaria prestou apoio técnico e financeiro aos municípios para a melhoria da infraestrutura dos serviços de Atenção Primária em Saúde (APS), destinando R\$ 10,5 milhões para construção, ampliação e reforma de 454 Unidades de Saúde da Família (obras em situação concluída, em andamento e a iniciar ou retomar, no exercício de 2017). Quanto ao Incentivo de Custeio do Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde (APSUS), foram repassados R\$ 33,9 milhões no ano.

Para a Rede Mãe Paranaense contratualizou 98 hospitais, que são referência de Risco Habitual e Intermediário, e recebem o Incentivo da Estratégia de Qualificação do Parto/HOSPSUS Fase II. Foram mantidos 315 leitos de UTI Neonatal nas 22 regiões de saúde, com a garantia de leitos em todos os hospitais de alto risco, conforme prevê a Portaria n.º 930/2013 do Ministério da Saúde. Foi investido R\$ 1,3 milhão na complementação referente à diferença das diárias de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, destinado a hospitais de região ainda não habilitada pela Rede Cegonha/Ministério da Saúde. O valor da diferença foi assumido pela SESA com recursos próprios a partir de 2016, até que seja feito o repasse pelo Ministério da Saúde referente aos leitos qualificados.

Na educação permanente para o atendimento qualificado às gestantes e crianças, ocorreu em maio o VI Encontro Estadual da Rede Mãe Paranaense, que reuniu 1.600 profissionais de saúde.

Os resultados de maior impacto da Rede Mãe Paranaense, com metas anuais superadas, registraram-se nos percentuais de 83,0% de gestantes SUS com sete ou mais consultas no pré-natal, na vinculação de 85,0% de gestantes SUS ao hospital para realização do parto e na redução de 44,0% do Coeficiente de Mortalidade Materna e de 4,0% do Coeficiente de Mortalidade Infantil, ambos em relação a 2014.

Entre as ações de Fortalecimento da Rede Paraná Urgência, no ano, destacam-se: a) manutenção do Programa HOSPSUS, Fases I (hospitais de alta complexidade para referência macrorregional e regional das Redes Mãe Paranaense e Paraná Urgência) e Fase III (hospitais públicos, sem fins lucrativos e filantrópicos com até 50 leitos SUS, de referência local e microrregional), com repasse de R\$ 125,9 milhões, com a adesão de sete novos hospitais da Fase III, totalizando 221 leitos a mais; foram destinados R\$ 8,0 milhões para hospitais de referência em oncologia, nos municípios de Curitiba, Londrina e Cascavel; b) repasse de R\$ 34,6 milhões referentes à contrapartida estadual de custeio para o funcionamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU); c) repasse de R\$ 5,1

milhões como Incentivo Financeiro de Custeio a hospitais Portas de Entrada da Rede Paraná Urgência; d) implantação do SAMU Regional na 22ª Regional de Saúde - Ivaiporã, vinculado ao SAMU Regional Noroeste; e) manutenção do atendimento e resgate aeromédico em Cascavel (helicóptero) e Curitiba (avião) com 1.487 atendimentos até setembro; f) realização de educação permanente das equipes assistenciais de toda a Rede de Urgência e Emergência, envolvendo 1.739 participantes.

Referente à Operação Verão Saúde - 2016/2017 foram realizados 6.049 plantões médicos e de enfermagem; 109.817 atendimentos ambulatoriais de urgência e internações hospitalares; 2.111 atendimentos do SAMU Regional Litoral; 312 atendimentos do SIATE; 61 resgates aéreos; 14.991 procedimentos realizados pela Vigilância em Saúde. Foi desenvolvido o Projeto técnico da Operação 2017/2018.

As duas metas propostas para a Diretriz relativa à Rede Paraná Urgência mostraram resultados de redução das taxas de mortalidade por causas externas (exceto violências) e de mortalidade por doenças cardiovasculares na faixa etária entre 0 e 69 anos, atingindo e superando o esperado para 2017. Isto reflete novamente os efeitos positivos da implantação da Rede e de políticas intersetoriais.

No Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde Mental, pode-se ressaltar os seguintes repasses: R\$ 2,7 milhões para cinco Serviços Regionais Integrados de Saúde Mental do Paraná (SIMPR); R\$ 4,3 milhões referentes ao Incentivo Financeiro de Custeio da Rede de Atenção à Saúde Mental/Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) para 178 municípios habilitados; e R\$ 26,3 milhões, para a complementação de diárias de internação em Hospital Especializado. Das três metas propostas para esta Diretriz, a taxa de cobertura de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)/100 mil habitantes atingiu e superou o resultado anual previsto e o número de leitos de saúde mental em hospital geral alcançou 21 leitos, sendo que a meta era 22 para o ano de 2017.

Quanto ao Fortalecimento da Rede de Saúde Bucal, os destaques foram a manutenção do Programa de Bochecho com Flúor para escolares com distribuição de sachês para o bochecho; a distribuição de *kits* de azul de toluidina e ácido acético para 890 Unidades Básicas de Saúde no Programa de Detecção Precoce do Câncer Bucal e a capacitação de 800 profissionais para uso da estratificação de risco em saúde bucal e classificação das urgências. A SESA investiu em recursos para a construção do 1º Bloco da Clínica Odontológica da Universidade Estadual de Londrina (UEL), concluída em 2017, com valor total empenhado de R\$ 9,8 milhões (de 2014 a 2017) e para a construção da Clínica Odontológica da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) com 82,1% de execução até 20 de outubro, com valor total empenhado de R\$ 7,4 milhões (de 2015 a 2017).

Na Implantação da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (PCD), as principais ações correspondem à realização do Teste do Pezinho em 100,0% dos nascidos vivos; ao preenchimento de 331 cadastros de pessoas com Síndrome e Doenças Raras (SIDORA), com identificação de 99 síndromes/doenças e à aprovação da habilitação de 81

municípios para adesão ao Incentivo Financeiro de Investimento para Aquisição de Equipamentos de Fisioterapia ou Reabilitação, com repasse de R\$ 3,3 milhões.

Em relação à produção de serviços, o Centro de Atendimento Integrado ao Deficiente (CRAID) realizou 23.373 atendimentos e o Centro de Atendimento Integral ao Fissurado Labiopalatal (CAIF) 35.430 atendimentos. Quanto à dispensação de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção, a SESA prestou 327.121 atendimentos em 2017.

No que se refere à Implantação da Rede de Atenção à Saúde do Idoso, as três metas estabelecidas para esta Diretriz, em 2017, foram superadas, destacando-se a redução de 42,0% na taxa de mortalidade prematura (pessoas de 30 a 69 anos) comparado a 2015 e a implantação da estratificação de risco para a fragilidade de idosos em 73,0% dos municípios do Estado, cuja meta anual era 70,0%. A campanha de vacina antigripal para idosos alcançou 99,9% de cobertura. A implantação oficial da Rede ocorreu dia 23/11/2017, tendo a Linha Guia de Cuidado à Saúde do Idoso para a atenção primária e ambulatorial especializada como uma de suas ferramentas.

Dentro do processo de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, ocorreu o repasse de R\$ 104,9 milhões a 350 municípios referentes ao Incentivo Financeiro Estadual para Transporte Sanitário, podendo os municípios adquirir veículos utilitários, ambulâncias ou ônibus; e R\$ 9,2 milhões a 77 municípios relativos a equipamentos para as Unidades de Atenção Primária/Programa APSUS, na modalidade fundo a fundo. Os demais investimentos em custeio e capital, por meio de repasses fundo a fundo ou por convênio, foram contemplados na Rede Mãe Paranaense.

Entre as principais ações, teve-se: no controle do câncer de colo de útero, a aquisição de 796.300 *kits* para coleta de exame citopatológico e distribuição de 485.700 *kits*; a manutenção do fornecimento de Oxigenoterapia Domiciliar Prolongada (ODP) e Ventilação Não Invasiva Domiciliar (1.762 equipamentos, com custo anual de R\$ 5,6 milhões) e a realização de visitas técnicas, pelas Regionais de Saúde da SESA, a 319 municípios e suas respectivas Unidades Básicas de Saúde (UBS) com adesão à Tutoria.

A estratégia da Tutoria foi implementada no Estado com o objetivo de apoiar as equipes de Atenção Primária em Saúde, estabelecendo padrões e protocolos, organizando processos de trabalho com vistas a garantir a segurança do usuário e da equipe, o gerenciamento de processos e a melhoria dos indicadores de saúde da população. A meta para 2017 era alcançar 50,0% de adesão das unidades/centros de saúde ao processo e o percentual atingiu 48,0%.

Quanto à Melhoria do Acesso e do Cuidado às Áreas de Atenção Inclusivas, foi feito repasse de R\$ 206,4 mil a 17 municípios como Incentivo Financeiro Estadual para municípios com Comunidades Remanescentes de Quilombo e/ou Terras Negras Tradicionais; e R\$ 278,3 mil (valores ampliados em 2017), como Incentivo Financeiro Estadual, para 13 municípios sedes de Centro de Socioeducação (CENSE) e/ou Casa de Semiliberdade. Foi implantado o Incentivo de Custeio Estadual para ações e serviços de saúde aos municípios que tiverem adesão e

habilitação de Equipe de Atenção Básica Prisional (EABP), dentro da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do SUS (valor total programado para 2017 - R\$ 184,1 mil).

No Fortalecimento das Ações de Promoção da Saúde, destaca-se a realização de iniciativas voltadas para usuários do sistema de saúde, gestores e profissionais de saúde, entre elas as desenvolvidas durante o Dia Mundial da Saúde, Dia Mundial Sem Tabaco, Agosto Azul, Outubro Rosa, Novembro Azul. A Secretaria de Estado da Saúde, em parceria com a Rede de Televisão Educativa do Paraná (RTVE) E-Paraná, lançou em outubro o programa Mais Saúde, que trará entrevistas e matérias com dicas práticas e orientações à população sobre diversos assuntos relacionados à saúde. O programa é exibido toda terça-feira às 07:30, com reprises nas quartas-feiras às 19:00 e aos sábados às 12:00.

Em relação ao Fortalecimento da Regulação do Acesso aos Serviços do SUS, ressalta-se a Implantação do Projeto Piloto de descentralização do Complexo Regulador na Macrorregião Leste/Curitiba e em análise a proposta para a Macro Oeste/Cascavel, bem como a manutenção da regulação de 100,0% dos leitos SUS para internação.

Referente ao Fortalecimento do Desenvolvimento Regional da Atenção à Saúde, destinaram-se R\$ 4,1 milhões para aquisição de equipamentos aos Consórcios Intermunicipais das Regiões de Saúde de Maringá, Irati e Paranavaí. Manteve 21 convênios do COMSUS para apoio ao custeio de Consórcios Intermunicipais de Saúde, com repasse de R\$ 12,6 milhões. Até outubro encontravam-se em andamento as obras dos Centros de Especialidades do Paraná da 15ª Região de Saúde (Maringá) - R\$ 13,0 milhões; 5ª Região de Saúde (Guarapuava) - R\$ 9,3 milhões e 17ª Região de Saúde (Londrina) - R\$ 7,0 milhões (valores empenhados); e está prevista, até dezembro, a licitação do Centro de Especialidades do Paraná (CEP) da 19ª. RS - Jacarezinho.

Quanto ao Fortalecimento da Governança Regional e Macrorregional, a Comissão Intergestores Bipartite Estadual (CIB) realizou seis reuniões e as 22 CIB - Regionais 176 reuniões em 2017. Foi implantado o Comitê Executivo da Macrorregião Oeste para Governança da Rede Mãe Paranaense, sendo que se encontravam em funcionamento os Comitês Executivos das Macrorregionais Noroeste e Norte. Foi desenvolvido um Projeto de Acolhimento dos novos gestores municipais do SUS que envolveu a realização de um Encontro Estadual com 1.000 participantes, em fevereiro, e desenvolveu um processo de Apoio e Qualificação à Construção dos Planos Municipais de Saúde 2018-2021, parceria SESA e Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (COSEMS-PR) de março a julho de 2017.

Sobre o Fortalecimento da Gestão dos Serviços Próprios ressaltam-se, em 2017, as seguintes obras em execução na rede hospitalar própria e hospitais universitários, com financiamento da SESA: a) Hospital de Guarapuava - valor total R\$ 54,5 milhões; b) Hospital de Telêmaco Borba - ampliação e reforma no valor total R\$ 10,5 milhões; c) Hospital do Trabalhador - construção do Anexo da Mulher, no valor total R\$ 14,3 milhões; d) Hospital Regional do Litoral - reforma e adequação da Maternidade anexa ao hospital, no valor total R\$

2,4 milhões; e) Hospital Regional do Norte Pioneiro - ampliação da Unidade de Terapia Intensiva (UTI), em Santo Antônio da Platina, no valor total R\$ 8,9 milhões; f) Hospital Universitário (HU) da UEL - construção da nova Maternidade, no valor total R\$ 12,6 milhões; reforma/ampliação das UTI I e II, no valor total R\$ 2,7 milhões; g) HU UEM - construção de 100 leitos hospitalares, no valor total R\$ 16,1 milhões; construção da 1ª Etapa Centro Cirúrgico e Obstétrico, no valor total R\$ 4,0 milhões; h) Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP - UNIOESTE) - construção da Ala de Queimados (Fase 01), no valor total de R\$ 6,0 milhões; construção Ala Materno Infantil (Fases 01 e 02), no valor total de R\$ 7,0 milhões; reforma e ampliação do Pronto Socorro, no valor total de R\$ 3,5 milhões. Ressalta-se que os valores representam o empenhado desde o início dos processos, podendo sofrer alterações por instrumentos legais.

A obra do Hospital Zona Oeste de Londrina aguarda o trâmite do processo referente à regularização do Termo de Doação do terreno e a do Hospital Regional de Ivaiporã teve a licitação homologada no valor total de R\$ 33,0 milhões.

Como principais investimentos em 2017, estão: a) a entrega de 85 veículos para unidades próprias no valor total de R\$ 7,1 milhões (recursos da fonte Tesouro e da Vigilância em Saúde); b) obras da área administrativa - Construção da 1ª. Regional de Saúde e Hemonúcleo de Paranaguá, valor R\$ 5,2 milhões e Reforma e Readequação Fase 2 - 2ª. Regional de Saúde, valor de R\$ 9,1 milhões.

A Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Paraná (FUNEAS), mediante Contrato de Gestão, faz a gestão dos Hospitais de Reabilitação - Curitiba, Regional do Litoral - Paranaguá e Guaraqueçaba. Continuam com parcerias para gerência por meio de convênios seis hospitais próprios (Infantil de Campo Largo; do Trabalhador - Curitiba; Regional do Sudoeste - Francisco Beltrão; Zona Norte e Zona Sul - Londrina; Regional do Norte Pioneiro - Santo Antônio da Platina), com repasse de R\$ 35,1 milhões no ano.

Deu-se continuidade à Cooperação Técnico-Financeira com o município de Foz do Iguaçu, tendo como objeto o Hospital Municipal Padre Germano Lauck. São dois Termos firmados, TCTF 123/2016, de 22/12/2016 - R\$ 38,2 milhões (empenhados em 2016 e totalmente pagos) e TCTF 033/2017, de 28/08/2017 - R\$ 20,0 milhões (com R\$ 15,0 milhões pagos até 05/10/2017), totalizando R\$ 58,2 milhões investidos nesse hospital.

Quanto aos resultados nas áreas de sangue e hemoderivados e de transplantes, a Cobertura Transfusional no SUS pela Rede HEMEPAR alcançou 86,6% (a meta era 87,0% em 2017). O Paraná é hoje o segundo Estado com o maior número de doações efetivas para transplantes, com aumento do índice de notificação de morte encefálica (ME) para 101 por milhão de habitantes e do índice de doação de órgãos por morte encefálica (ME) para 37 por milhão de habitantes; sendo que as metas anuais eram 92 e 26 respectivamente.

Referente ao Fortalecimento da Política de Assistência Farmacêutica, foram distribuídos 73,0% de medicamentos previstos para o ano, até agosto. A execução orçamentária de aquisição de medicamentos vem atingindo mais de 100,0% em todos os anos, comparado com o orçamento inicial, para atendimento às necessidades.

COMPONENTES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, NÚMERO DE UNIDADES DISTRIBUÍDAS E VALORES (DADOS PRELIMINARES)

COMPONENTES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	N.º DE UNIDADES DISTRIBUÍDAS	VALOR EM R\$
Componente Básico	7.437.183	11.297.253,56
Componente Estratégico	29.106.970	195.584.736,38
Componente Especializado	52.110.734	268.112.723,19
Oncologia	341.222	30.456.397,64
Elenco Complementar da SESA-PR	39.632.486	65.469.837,42
TOTAL	128.628.595	570.920.948,19

FONTE: SESA-PR/DEAF e CEMEPAR

Sobre os Convênios com o Consórcio Paraná Saúde para aquisição e distribuição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, a SESA repassou R\$ 34,6 milhões da contrapartida federal e R\$ 4,3 milhões da contrapartida estadual, com novo convênio assinado no valor de R\$ 38,9 milhões. Dos 399 municípios do Paraná, 395 adquirem os medicamentos do Componente Básico por meio do Consórcio. Para 04 municípios não consorciados, destinaram-se R\$ 10,2 milhões como contrapartida estadual.

Em relação a obras, foi concluída a Farmácia Regional e Central de Abastecimento Farmacêutico da 1ª Regional de Saúde - Paranaguá e estão em andamento a da 3ª Regional de Saúde - Ponta Grossa, bem como a do Centro de Medicamentos do Paraná (CEMEPAR).

O Paraná conta com 14 Farmácias e Centrais Regionais estruturadas e o Cuidado Farmacêutico implantado em sete Farmácias Regionais. No ano, implantou-se o serviço Farmácia do Paraná - Entrega em Casa, enquanto projeto piloto, com o objetivo de promover a entrega de medicamentos pré-definidos em domicílio de usuários da Farmácia que atendam aos critérios estabelecidos pela SESA.

No Fortalecimento da Política de Vigilância em Saúde, destacam-se o Programa VigiaSUS com o acompanhamento das metas pactuadas pelos municípios; o Saúde do Viajante, que beneficiou Foz do Iguaçu, Guaíra, São José dos Pinhais, com repasses no valor total de R\$ 15,3 milhões; a manutenção de parcerias com seis universidades estaduais (UEPG, UNICENTRO, UNIOESTE, UEM, UEL e FAFIUV) para referências laboratoriais do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA), previsão de repasse de R\$ 1,3 milhão para 2017; a implantação de normatização estadual para viabilizar a produção de alimentos da agroindústria familiar, beneficiando aproximadamente 300 mil empreendedores familiares rurais, e o lançamento do Plano Estadual de Controle de resistência microbiana aos antibióticos, de acordo com as diretrizes da OMS.

Entre os principais investimentos da Vigilância em Saúde no ano, pode-se relacionar: 204 impressoras, 38 *tablets*, 52 veículos, 03 caminhões refrigerados para transporte de vacinas, aquisição de Sistema de Informação Geográfica (SIG) para Sala de Situação, perfazendo R\$ 8,1 milhões.

A Vacinação contra a Dengue, lançada em agosto, é uma estratégia inovadora no combate à dengue, com o objetivo de reduzir a circulação viral e consequentemente a diminuição da incidência da doença, número de casos graves, complicações/hospitalizações e mortes. Foram elencados 30 municípios prioritários para receber a vacina, baseados no perfil e critérios epidemiológicos. A vacinação contempla três fases: a 1ª etapa realizada em agosto e setembro de 2016, com cobertura de 40,0%; a 2ª etapa realizada de março a maio de 2017, atingindo 50,0%, e a 3ª etapa (setembro e outubro de 2017), tendo como meta de vacinação 299.575 pessoas.

Nas ações de Fortalecimento da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde, foram realizados: a) cursos de Formação Inicial para Agentes Comunitários de Saúde, Técnicos em Saúde Bucal e Atualização em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, com 884 alunos, nas Macrorregiões de Saúde Leste e Norte; b) cursos de Especialização próprios e em parceria (Saúde Mental, Saúde Pública, Gestores e Equipes Gestoras para o SUS, Qualidade e Segurança no Cuidado ao Paciente; Vigilância em Saúde), com 370 alunos, nas Macrorregiões de Saúde Leste, Oeste, Norte, Noroeste; c) 47 Projetos de Educação Permanente em Saúde apoiados pela Escola de Saúde Pública do Paraná - Centro Formador de Recursos Humanos, distribuídos nas quatro Macrorregiões de Saúde do Estado, envolvendo 5.188 participantes.

A Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP)/Centro Formador de Recursos Humanos (CFRH) e a FUNEAS implantaram o Núcleo de Educação a Distância e lançaram ofertas de cursos na modalidade de ensino à distância (ESPP virtual). Em menos de um mês de lançamento da plataforma, foram ofertados nove cursos com mais de 350 alunos inscritos: a) O SUS no Paraná; b) Trabalho com Grupos na Atenção Primária; c) Abordagem ao Recém-Nascido; d) Pai Presente: Cuidado e Compromisso; e) Suporte Básico de Vida; f) Reconhecimento do Território; g) Introdução ao Acolhimento; h) Autocuidado: como apoiar a pessoa com diabetes; i) O Sistema Único de Saúde e sua legislação. A ESPP manteve parceria com a Escola de Gestão do Governo para oferta de cursos *in company*. Para a área da saúde, foram realizados quatro cursos com um total de 165 participantes (servidores da SESA).

Em julho, foram promovidas a 3ª Mostra Paranaense de Projetos de Pesquisa para o SUS e o 2º Prêmio Inova Saúde Paraná, com 490 participantes do Estado e 28 do restante do Brasil, e a inscrição de 426 trabalhos científicos. Houve a premiação de 18 trabalhos em seis diferentes eixos temáticos, sendo 17 destes do Paraná e cinco trabalhos científicos de servidores da SESA.

No ano de 2016, foi realizado concurso público, Edital n.º 73/2016, ofertando 969 vagas, com cerca de 82 mil inscritos. Em 2017, foram nomeados 585 novos servidores aprovados para lotação em unidades da SESA em Curitiba e em todas as Regionais de Saúde. Os servidores da SESA em fase de estágio probatório terão a oportunidade de avaliar seu desempenho de maneira formal. Com a publicação da Resolução Conjunta SESA/SEAP n.º 036/2017, fica estabelecido aos novos servidores do Quadro Próprio dos Servidores da Saúde

(QPSS), contratados por meio de concurso público, a Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório (AEDEP). Durante o período de três anos, deverão ser realizadas quatro avaliações. Ainda, em 2017, destaca-se a elaboração do Perfil Profissiográfico dos Cargos de Provimento em Comissão da SESA.

Sobre a Ouvidoria como Instrumento de Gestão e Cidadania, ressalta-se a implantação de 35 Ouvidorias Municipais de Saúde (a meta prevista anual eram 15), número que faz com que o Paraná registre 344 Ouvidorias Municipais implantadas (86,0% dos municípios); a manutenção de 17 Ouvidorias na Rede de Hospitais Próprios e 14 Ouvidorias nos Consórcios Intermunicipais de Saúde em funcionamento e a ampliação para 58 hospitais contratualizados ao Programa HOSPSUS - Fase 1, contendo cláusula no Contrato prevendo a implantação de Ouvidoria. Por meio da Ouvidoria da SESA/Sistema Integrado de Ouvidoria (SIGO), até agosto, foram acolhidas 11.512 manifestações, acréscimo de 62,0% comparado com o mesmo período de 2016.

No Fortalecimento do Controle Social no SUS, destaca-se inicialmente a realização das etapas macrorregionais, culminando: na 1ª Conferência Estadual de Saúde da Mulher, dia 13/06/2017, com 393 delegados inscritos, 40 observadores e 08 convidados; e na 1ª Conferência Estadual de Vigilância em Saúde, em setembro, 338 delegados inscritos, 15 observadores e 03 convidados.

Quanto à Qualificação da Gestão do Financiamento em Saúde, em 2017, alcançou-se a execução orçamentário-financeira de 80,0% (empenhado em relação ao orçamento anual liberado) para o órgão SESA todas as fontes (dados até outubro); e o percentual de aplicação da receita de impostos líquida em ações e serviços públicos de saúde atingiu 11,3% (acumulado de janeiro a setembro). Informações até outubro, sujeitas a alterações após o fechamento contábil anual.

Secretaria da
Segurança Pública
e Administração
Penitenciária



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

23 Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) realizou investimentos em todas as unidades vinculadas e intensificou o trabalho preventivo e ostensivo nas ruas, além de promover operações policiais que resultaram na prisão de criminosos em todo o Estado.

Para o cumprimento de sua missão, foram compradas armas, viaturas e coletes balísticos; contratados policiais, agentes penitenciários, médicos legistas e peritos para a Polícia Científica. Foram nomeados mais de 11.500 novos servidores das forças de segurança paranaense desde 2011, com uma média superior a 1.500 policiais contratados por ano ou mais de quatro policiais contratados por dia. Foram contratados 1.201 agentes de cadeia pública e 130 servidores para a Polícia Científica via Processo Seletivo Simplificado.

A Secretaria deu continuidade à Operação Impacto com apoio às forças de segurança do Estado, para combater os crimes patrimoniais que assolaram praticamente todos os Estados do Brasil.

Encontram-se em construção 14 novas unidades prisionais no Paraná, totalizando 6.756 novas vagas no sistema penitenciário do Paraná e com investimentos previstos de mais de 52,8 milhões de reais do Governo Federal e como contrapartida do Estado.

O Paraná assumiu o protagonismo no País como um dos Estados com o maior índice de uso de tornozeleiras eletrônicas, consideradas pelo Conselho Nacional de Justiça uma importante ferramenta de ressocialização do preso. Atualmente, o Paraná possui 6.200 tornozeleiras contratadas, cujos usuários são monitorados por agentes penitenciários no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC). Planeja-se ampliar o número de tornozeleiras para 12 mil.

As unidades de elite das Polícias Militar e Civil receberam armas Glock, armamento usado pela Polícia Federal e pelo *Federal Bureau of Investigation (FBI)*, e fuzis, escopetas, submetralhadoras, entre outras.

Desde 2015, foram adquiridas mais de 1.100 viaturas para as Polícias Científica, Civil e Militar, Departamento de Inteligência do Estado do Paraná e Departamento Penitenciário, totalizando mais de R\$ 96,0 milhões em investimento. Em 2017, foram adquiridas 882 viaturas e merece destaque a aquisição de 11 veículos auto bomba tanque e resgate para o Corpo de Bombeiro com um investimento de R\$ 6,4 milhões.

A atuação das Polícias Científica, Civil e Militar, com o apoio do Departamento de Inteligência do Estado do Paraná se reflete nas estatísticas da segurança pública: no primeiro semestre de 2017 houve uma redução de cerca de 19,3% no número de homicídios em relação ao primeiro semestre 2016; nos primeiros 10 meses de 2017 houve cerca de 6 mil prisões a mais do que no mesmo período do ano anterior.

23.1 Departamento de Inteligência do Paraná (DIEP)

O DIEP foi transferido para nova sede após reforma e suas principais ações foram:

- Cursos de capacitação de inteligência junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e instituições estrangeiras.
- Projeto Satélite - atividades de inteligência no sistema prisional, com monitoramento realizado por agentes treinados, em todas as unidades, para gerar informações, auxiliar no processo decisório e colaborar com ações de segurança pública.
- Disque Denúncia 181 - recebendo todos os tipos de denúncias, não apenas envolvendo o narcotráfico, que são repassadas à unidade policial responsável. Com absoluto sigilo, qualquer cidadão pode fazer denúncias por telefone, *internet* e no *site* www.181.pr.gov.br.
- Continuidade da interiorização do DIEP com núcleos em Foz do Iguaçu e Maringá, além do núcleo em Curitiba.
- Representação da SESP perante a Comunidade de Inteligência, que engloba, entre outras instituições, o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a Agência Brasileira de Inteligência, a Diretoria de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública e outros órgãos de inteligência Estaduais e distrital.
- Apreensão de aproximadamente três toneladas de maconha, armas de fogo e cerca de 72 toneladas de carga irregular.
- Cumprimento de aproximadamente 100 mandados de busca, prisão e condução coercitiva.
- Produção de mais de mil de relatórios de inteligência, mensagens, sumários de fontes abertas e outros documentos.

23.2 Polícia Militar

- Contratação de 3.199 novos policiais militares de 2015 a 2017.
- Continuidade do processo de digitalização das comunicações na PMPR, sendo implantada uma solução de radiocomunicação com repetidoras de baixo custo que oferece comunicação digital simplificada em Curitiba para quatro batalhões e solução nos mesmos moldes em Foz do Iguaçu.
- Criação da segunda Unidade Paraná Seguro em Cascavel (UPS Universitário - Cascavel).
- O Programa Estadual de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), em 2017, formou 31.579 estudantes, com ênfase nas turmas do 5º ano fundamental.

- A Banda PROERD realizou apresentações para um público estimado de 25.500 pessoas.
- O Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTRAN) realizou 44 eventos em empresas (4.840 participantes), 19 eventos em escolas (5.740 participantes), 25 participações em *blitze* educativas (7.230 participantes) e 20 participações em exposições e outras iniciativas (2.370 participantes).
- O Batalhão de Polícia Ambiental (BPAMB) realizou 24 *blitze* educativas, seis *blitze* educativas integradas, uma participação em entrevista, três palestras em empresas públicas, uma palestra em empresa privada, três palestras em escolas públicas, oito participações em exposições, dentre outras ações.
- Foram concluídas obras da 3ª Companhia do 21º Batalhão da Polícia Militar em Santo Antônio do Sudoeste, reparos no Batalhão de Operações Especiais (BOPE), reparos no 9º Batalhão de Polícia Militar em Pontal do Paraná, reparos no Quartel do Corpo de Bombeiros em Pontal do Paraná e, em 2017, foram contratadas a construção da Escola de Bombeiros (cerca de R\$ 17,5 milhões de investimentos) e a reforma do bloco de alojamentos da Academia Policial Militar do Guatupê (cerca de R\$ 3,1 milhões de investimentos).
- Foram adquiridos 11 veículos auto bomba tanque e resgate para o Corpo de Bombeiro com um investimento de R\$ 6,4 milhões.
- Foi implantado o Centro de Inteligência da PMPR.

23.3 Polícia Científica

- Homologação de concurso público para 54 vagas.
- Investimento em insumos para o banco de dados de Identificação genética nacional.
- Encontra-se em fase final de construção (cerca de 90,0% concluída) a nova sede da Polícia Científica do Paraná, que inclui o Instituto de Criminalística e o Instituto Médico Legal, sendo investidos cerca de R\$ 25,7 milhões.
- O Estatuto da Polícia Científica encontra-se em fase de revisão no Conselho da Polícia Científica.
- Desenvolvimento de metodologias e soluções, incluindo a coleta das amostras para o Banco de Perfil Genético da população carcerária, estudos para implantação de indexadores balísticos, estudos para reimplantação das seções de hipnose forense e de perícias contábeis.

23.4 Departamento Penitenciário (DEPEN)

- Núcleo de Monitoramento de Presos do DEPEN - encontra-se em atividade e possui cerca de 6.000 pessoas monitoradas com tornozeleira eletrônica; cerca de 20.000 atendimentos (pessoas monitoradas) foram realizados desde outubro de 2014.
- Encontram-se em andamento obras de construção e reforma de unidades penais que totalizarão 6.756 novas vagas no Sistema Penitenciário: a) construção CIS de Piraquara - 216 novas vagas (R\$ 4,4 milhões), 13,0% da obra executada, com previsão de término no primeiro semestre de 2018; b) ampliação Casa de Custódia de Piraquara - 334 novas vagas (R\$ 7,8 milhões); c) ampliação da Penitenciária Estadual de Piraquara II - 501 novas vagas (R\$ 11, 7 milhões); d) ampliação da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu - 501 novas vagas (R\$ 10,9 milhões); e) ampliação da Penitenciária Industrial de Cascavel - 334 novas vagas (R\$ 6,5 milhões); f) construção da Cadeia de Campo Mourão - 382 novas vagas (R\$11,4 milhões), 35,0% da obra executada, com previsão de término no segundo semestre de 2018; g) construção do CIS de Campo Mourão - 216 novas vagas, em reprogramação junto a Caixa Econômica Federal (CEF); será realizada nova licitação para obra; h) construção da Cadeia Pública de Piraquara - 382 novas vagas, em reprogramação junto a CEF; será realizada nova licitação para obra; i) ampliação da Penitenciária Estadual de Piraquara I - 501 novas vagas, em reprogramação junto a CEF; será realizada nova licitação para obra; j) construção da Cadeia de Londrina - 752 novas vagas, em fase de Implantação de Projeto, sem valor de obra; projeto no valor de R\$ 68,9 mil; k) construção da Cadeia de Guaíra - 752 novas vagas, em fase de Implantação de Projeto, sem valor de obra; projeto no valor de R\$ 57,4 mil; l) construção da Cadeia de Foz do Iguaçu - 752 novas vagas, em fase de Implantação de Projeto, sem valor de obra; projeto no valor de R\$ 63,3 mil; m) construção da Cadeia de Ponta Grossa - 752 novas vagas, em fase de Implantação de Projeto, sem valor de obra; projeto no valor de R\$ 61,3 mil.
- Fortalecimento do Setor de Operações Especiais (SOE) com a capacitação de novos servidores.

23.5 Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG)

Em 2017, estavam implantados 178 CONSEGS no Estado (126 no Interior, 04 no Litoral, 13 Na Região Metropolitana de Curitiba e 35 em Curitiba); e 20 encontram-se em processo de implantação. Os CONSEGS buscam estreitar a relação entre a comunidade e a Polícia e fazem com que estas cooperem entre si.

23.6 Departamento de Políticas Públicas Sobre Drogas (DEPSD)

- Renovação do acordo de cooperação entre Ministério da Justiça, Ministério Público, Secretaria Nacional Antidrogas e Governo do Estado.
- Reestruturação do Departamento, que hoje conta com sede própria e com pessoal especializado para realizar palestras em escolas, igrejas, indústrias, comunidades, fábricas, atingindo todas as faixas etárias.
- Suporte e orientação aos Conselhos Municipais de Políticas Públicas sobre Drogas em todo o Estado.
- Disponibilização de material de prevenção impresso, exclusivo do Governo do Estado do Paraná (material anteriormente cedido pela União-SENAD), bem como, materiais produzidos pelo próprio DEPSD.
- Aquisição, por meio do DEPSD/SESP-PR, para uso da Polícia Civil, da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros de bens doados pela União que antes eram utilizados no tráfico e hoje são usados no combate e na prevenção às drogas.
- Companhias preventivas em eventos com grande público, assim como as realizadas no Country Festival e na 25ª Festa do Peão em Pinhalão, bem como, *blitze* educativas em bares e restaurantes da cidade de Curitiba, em parceria com a Balada Protegida - Programa da Prefeitura de Curitiba.
- Publicação de artigos em veículos de comunicação.
- Divulgação, pelo *site* e mídias sociais do DEPSD, de diferentes eventos que abordam o assunto drogas, como palestras, fóruns, audiências públicas, congressos, ações sociais, dentre outros.
- Elaboração do 1º Concurso cultural para Escolas Públicas e Privadas do Estado do Paraná, que concorrerão enviando, ao DEPSD, um vídeo produzido pelos seus alunos do Ensino Médio, baseado no tema de 2017: Prevenção é o Caminho. Os vídeos vencedores serão utilizados como informe publicitário nas salas de cinema de todo o Estado do Paraná, no mês de junho de 2018, em conformidade com a Lei n.º 19.068 de 05 de julho de 2017.
- Organização de leilão de bens apreendidos do tráfico de drogas, em conjunto com o Fundo Nacional Antidrogas (SENAD/FUNAD).
- Participação em eventos universitários (e.g. bancas de examinação), palestras, simpósios e contato com universidades e pesquisadores com o intuito manter e estreitar o vínculo entre administração pública e academia.
- Encontra-se em andamento o I Encontro para a Implantação e Fortalecimento dos Municípios da RMC, a ser realizado nos dias 13 e 14 de dezembro de 2017.
- Os Conselhos Municipais de Políticas Públicas sobre Drogas estão sendo implantados nos municípios do Estado, sendo orientados por meio de cartilha produzida por este DEPSD.

- Está sendo reestruturado o Fundo Estadual Sobre Drogas (FESD), com a indicação de novos membros e previsão de início de reuniões para articulação financeira visando implantar e executar projetos sobre drogas.

23.7 Polícia Civil

- Em abril, por meio do Programa Paraná Seguro, o Governo do Estado adquiriu 160 pistolas Glock para a instituição.
- Licitação para adquirir 50 equipamentos de videoconferência que serão distribuídos pelas unidades policiais do Estado.
- Distribuição de 200 novas viaturas entre os meses de junho e julho e Distribuição de 200 espingardas calibre 12, marca CBC, a partir de novembro de 2017.
- Assinatura em 12/01/2017 do contrato de empréstimo n.º 313/OC-BR entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Estado do Paraná que prevê construção de novas unidades policiais, aquisição de veículos, capacitação de servidores, certificação e treinamento e implantação de sistema integrado de inteligência.
- Publicação do Decreto n.º 7.514/2017 que altera a estrutura da Divisão Estadual de Narcóticos, incluindo na sua composição o Núcleo de Operações para cães.
- Implantação da Central de Flagrantes no 1º Distrito Policial, conforme deliberação n.º 589/2017 do Conselho da Polícia Civil.
- Inauguração do hangar do Grupamento de Operações Aéreas no Aeroporto do Bacacheri, em Curitiba, em novembro.
- Decreto n.º 8.135/2017, que aprova o regulamento das novas identificações funcionais dos servidores policiais.
- Reestruturação do Regimento Interno da Escola Superior de Polícia Civil, em fase de revisão.
- Reestruturação do Plano de Desenvolvimento Interno (PDI), instrumento que servirá para os processos de credenciamento da Escola Superior de Polícia Civil, junto ao Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.
- Regularização do processo de pagamento de professores policiais civis.
- Estudo de implantação de Núcleos Descentralizados da Escola Superior de Polícia Civil, em diferentes regiões do Paraná.
- Construção do memorial em homenagem aos Policiais Civis, falecidos em combate.
- Encerramento da formação de 1.957 servidores policiais civis, que ingressaram no serviço público por meio de concursos.
- Realização de cinco módulos, cursos de pós-graduação “latu sensu” atendendo 158 servidores.

- Realização de Estudos para a implantação do curso de mestrado em segurança pública.
- Planejamento e sistematização de curso de pós-graduação *stricto sensu*.
- Realização de 11 cursos de Formação e de Técnico Profissional das carreiras policiais, que permitiu a capacitação de 308 profissionais.
- Realização de 41 cursos de aperfeiçoamento, treinamento, atualização e capacitação permanente, que permitiu a capacitação de 926 profissionais.
- Descentralização de cursos de capacitação em seis regiões do Paraná, capacitando 115 profissionais.
- Inserção na grade curricular de formação da Escola Superior de Polícia Civil do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial.
- A Delegacia Cidadã de Matinhos foi concluída e as Delegacias Cidadãs de Pinhais e Fazenda Rio Grande têm previsão de entrega em 2017. A Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa de Curitiba e as Delegacias Cidadãs de Almirante Tamandaré, Araucária, Cianorte, Colombo, Francisco Beltrão, Guaratuba, Ivaiporã, Laranjeiras do Sul, Paranaguá e São José dos Pinhais têm previsão de término em 2018.

